



# Boletim de Serviço

2023

**Profa. Dra. Marcele Regina Nogueira Pereira**  
Reitora

**Prof. Dr. José Juliano Cedaro**  
Vice-Reitor

**Profa. Dra. Aurineide Alves Braga**  
Chefe de Gabinete

**Dra. Verônica Ribeiro da Silva Cordovil**  
Pró-Reitora de Graduação

**Prof. Dr. George Queiroga Estrela**  
Pró-Reitor de Planejamento

**Prof. Dr. Marcos César dos Santos**  
Pró-Reitor de Administração

**Profa. Dra. Marília Lima Pimentel Cotinguiba**  
Pró-Reitora de Cultura, Extensão e Assuntos Estudantis

**Prof. Dr. Artur de Souza Moret**  
Pró-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa

**Prof. Dr. Sandro Adalberto Colferai**  
Assessor de Comunicação



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA  
CÂMARA DE GRADUAÇÃO

**PARECER Nº** 2/2023/CAMGR/CONSEA/CONSUN/SECONS/REI/UNIR  
**PROCESSO Nº** 23118.014553/2022-41  
**INTERESSADO:** CONSELHO DE DEPARTAMENTO - DACED-PVH, PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO, NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE DO CURSO DO PEDAGOGIA À DISTÂNCIA - UAB, NÚCLEO DE CIÊNCIAS HUMANAS, DIRETORIA DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA  
**ASSUNTO:** PPC do Curso de Pedagogia - EAD/UAB/UNIR

## I. RELATÓRIO

O presente processo contém 33 (trinta e três) documentos, distribuídos em 2 (dois) volumes. Abaixo são listados os mais importantes:

Sequência	Documento	Resumo
1	Despacho DACED-PVH 1144478	Documento que inicia o processo, onde o Coordenador do Curso de Pedagogia - EAD/UAB/UNIR encaminha a versão revisada do PPC para a Chefia do DACED-PVH; o parecer da PROGRAD sobre o PPC (1118099) encontra-se em outro processo (23118.010107/2022-68).
2	Projeto PPC - Pedagogia EAD/UAB/UNIR (1144479)	Anexado como arquivo de texto.
3	Ordem de Serviço (1145380)	O Chefe do DACED-PVH designa uma comissão de análise e parecer do PPC para apreciação no departamento.
4	Parecer 68 (1157248)	Parecer favorável da comissão do DACED-PVH sobre o PPC de Pedagogia EAD/UAB/UNIR.
5	Ata Departamental (1173457)	Aprovação por unanimidade do Parecer 68 (1157248).
6	Despacho CONUC-NCH 1196303	Atribuição do processo a um parecerista do Conselho do Núcleo de Ciências Humanas (CONUC-NCH).
7	Parecer 28 (1206326)	Parecer favorável de conselheiro do CONUC-NCH.
8	Ata da Reunião Ordinária do dia 29/12/2022 (1218575)	Aprovação do Parecer 28 (1206326) no CONUC-NCH.
9	Despacho SECONS 1219208	Encaminhado à Presidência da Câmara de Graduação (CamGR), contendo questionamento quanto à revogação de norma anterior (PPC vigente).
10	Despacho CamGR 1223213	Atribuição do processo a um parecerista da CamGR.
11	Projeto PPC - Pedagogia EAD/UAB/UNIR (1226290)	Anexado como arquivo PDF.
12	Despacho DRA 1231093 e Despacho DACED-PVH 1231157	Referendam a necessidade de revogação de resoluções que aprovaram os PPC de Pedagogia/EAD em turmas anteriores e finalizadas: <a href="#">329/2014</a> , <a href="#">248/2010</a> e <a href="#">61/2002 do CONSEA/UNIR</a> .
13	Projeto DACED-PVH 1231840	Anexado em formato SEI.

O Presente processo relaciona-se com outros dois:

Processo	Especificação
23118.010107/2022-68	Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia na Modalidade à Distância
23118.001315/2022-76	Manifestação de interesse em cursos UaB - Edital 09-2022

## II. FUNDAMENTAÇÃO

O presente processo versa sobre a criação do Projeto Pedagógico de Curso (PPC) de Graduação em Pedagogia - EAD - Licenciatura dos anos iniciais do Ensino Fundamental. O processo teve tramitação parcialmente adequada, sendo: nomeação de comissão para emissão de parecer do Departamento de Ciências da Educação - Porto Velho (DACED-PVH) (1145380), elaboração do parecer do DACED-PVH (1157248), aprovação do parecer favorável em sessão do conselho do DACED-PVH (1173457), atribuição do processo a um parecerista do Conselho do Núcleo de Ciências Humanas (CONUC-NCH) (1196303), elaboração do parecer do CONUC-NCH (1206326) e aprovação do parecer favorável no CONUC-NCH (1218575). Alguns documentos importantes para a percepção integral do processo constam em outros processos, como é o caso dos documentos que envolvem o Parecer da PROGRAD (1118099), etapa anterior à apreciação do projeto do PPC pelo conselho do DACED-PVH.

Segundo o projeto de PPC, os objetivos gerais do Curso de Pedagogia EAD são "Formar professores em Pedagogia - Licenciatura dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (Formação de Professores Multidisciplinares dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental) em nível superior, com vistas ao desenvolvimento das competências e habilidades para a docência nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental [...]".

O curso de Pedagogia - EAD será ofertado na modalidade à distância, com atividades remotas síncronas e assíncronas, presencial somente para os estágios supervisionados, conteúdos práticos e em certos casos para extensão e Atividades Curriculares Complementares (ACC). O curso destinará 30 vagas para cada um dos 6 polos: Ariquemes, Buritis, Chupinguaia, Ji-Paraná, Nova Mamoré e Porto Velho, perfazendo um total de 180 vagas. A integralização do curso ocorrerá em, no mínimo 8, e no máximo 12 semestres. Os Professores Formadores serão responsáveis pelo desenvolvimento das disciplinas, dos Estágios Supervisionados e das Atividades de Extensão. Os Tutores acompanharão os Professores Formadores, atentos ao desenrolar teórico-metodológico do curso. Os Tutores Assistentes de Estagiários supervisionarão o desempenho teórico/prático das atividades a serem desenvolvidas pelos alunos-estagiários.

De acordo com a comissão que emitiu parecer no DACED-PVH: "A proposta do Projeto Político Pedagógico do curso de Graduação em Pedagogia - EAD - Licenciatura dos anos iniciais do Ensino Fundamental atende de maneira geral aos requisitos da [Resolução nº 278/2012/CONSEA, de 04 de junho de 2012](#), que regulamenta os parâmetros para elaboração de Projetos Político Pedagógicos de cursos de graduação da Universidade Federal de Rondônia" e que "A proposta também possui amparo na [Resolução CNE/CES Nº 1/2016](#), que estabelece Diretrizes e Normas Nacionais para a Oferta de Programas e Cursos de Educação Superior na Modalidade a Distância". O parecerista do CONUC-NCH menciona que "o Projeto Político Pedagógico em análise conta com uma estrutura adequada e contempla as orientações e exigências legais atuais e necessárias a sua implementação".

A Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) traz o fluxo institucional de atualização e reformulação dos PPCs em seu [Caderno de Orientações](#). A primeira tramitação de um projeto de PPC é o envio à PROGRAD para assessoramento e parecer técnico. Para o Curso de Pedagogia - EAD, o parecer da PROGRAD (1118099) encontra-se no processo 23118.010107/2022-68. O PPC atualizado ainda não conta com adequação a algumas recomendações da PROGRAD, tais como: nomes inseridos no cabeçalho, informações sobre o colegiado do curso, ordem dos elementos textuais, posição adequada da seção "perfil do egresso" no texto, criação de subitem sobre o histórico do curso, dentre outros pontos. Sob minha óptica, essas adequações, ainda que importantes, são de caráter informativo, podendo ser incluídas no texto do PPC em oportunidade futura. Ressalto itens mencionados no parecer da PROGRAD e Parecer 28 (1206326), os quais constituem questões essenciais para o funcionamento de um curso e/ou são obrigados por lei: exposição de modo claro como o tema Educação em Direitos Humanos será desenvolvido em disciplinas e a inserção de Regulamento sobre o Estágio Supervisionado. Creio que tais pontos não impeçam o início do curso, mas necessitam da atenção do NDE e do conselho do DACED-PVH. Sugiro que os ajustes no PCC sejam realizados no primeiro semestre de funcionamento.

Um curso de Pedagogia forma profissionais, mas também prepara um cidadão para compreender o desenvolvimento da educação brasileira e colaborar com a melhoria da qualidade no setor, promovendo

transformação social. De acordo com o PPC, o curso de Pedagogia auxiliará Rondônia a "encontrar diferentes alternativas para incluir em seus sistemas educacionais o grande contingente de pessoas hoje excluídos das oportunidades de escolarização" e que "o presente projeto inclui as necessidades das populações dos municípios e o crédito desta Universidade que, ao atendê-las, julga contribuir para o desenvolvimento da região, ao mesmo tempo em que cumpre com suas reais finalidades e vocação de Instituição de Educação Superior pública voltada para a realidade que a cerca".

### III. CONCLUSÃO

Considerando as razões elencadas acima, salvo melhor juízo, sou de parecer FAVORÁVEL à aprovação do PPC de Pedagogia - EAD vinculado ao DACED-PVH.

**Gabriel Cestari Vilardi**  
Conselheiro da Câmara de Graduação



Documento assinado eletronicamente por **GABRIEL CESTARI VILARDI, Conselheiro(a)**, em 28/01/2023, às 16:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.unir.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.unir.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1228654** e o código CRC **DD2E1FDB**.



MINISTERIO DA EDUCAÇÃO  
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA  
CÂMARA DE GRADUAÇÃO  
DESPACHO DECISÓRIO Nº 5/2023/CAMGR/CONSEA/CONSUN/SECONS/REI/UNIR

Processo nº 23118.014553/2022-41

<b>FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA</b> 
<b>Conselho Superior Acadêmico (CONSEA)</b>
<b>A ser apreciado pela Presidência dos Conselhos Superiores</b>
<b>Parecer:</b> 2/2023/CAMGR/CONSEA/CONSUN/SECONS/REI/UNIR
<b>Assunto:</b> Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Pedagogia - EAD/UAB/UNIR, do Departamento de Ciências da Educação, do Núcleo de Ciências Humanas, do Campus José Ribeiro Filho, em Porto Velho.
<b>Relator(a):</b> Conselheiro Gabriel Cestari Vilardi

**Decisão:**

Na 219ª sessão ordinária, em 14/02/2023, por unanimidade, a câmara aprovou o parecer em tela, cujo relator é "FAVORÁVEL à aprovação do PPC de Pedagogia - EAD vinculado ao DACED-PVH".

A câmara aprovou também por unanimidade a seguinte emenda aditiva: "Revogam-se as Resoluções 329/2014, 248/2010 e 61/2002 do CONSEA."

Ato seguinte, a câmara incumbiu o relator de inserir no processo o *check list* com os principais dados do PPC em questão, antes da próxima sessão plenária do CONSEA, prevista para 27/02/2023.

Conselheiro Elder Gomes Ramos

Presidente da CGR



Documento assinado eletronicamente por **ELDER GOMES RAMOS, Presidente**, em 16/02/2023, às 14:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.unir.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.unir.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1254342** e o código CRC **E41FB455**.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA  
CÂMARA DE GRADUAÇÃO  
DECLARAÇÃO

Considerando o artigo 25 do regimento interno do Conselho Superior Acadêmico (CONSEA), HOMOLOGO o parecer de nº 2/2023/CAMGR/CONSEA/CONSUN/SECONS/REI/UNIR (1228654) e o Despacho Decisório de nº 5/2023/CAMGR/CONSEA/CONSUN/SECONS/REI/UNIR (1254342) contidos no processo em tela.

Conselheiro José Juliano Cedaro  
Vice-Presidente do CONSEA, no exercício da presidência



Documento assinado eletronicamente por **JOSE JULIANO CEDARO, Vice-Presidente**, em 17/02/2023, às 18:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.unir.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.unir.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1254415** e o código CRC **651425B2**.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA  
CÂMARA DE GRADUAÇÃO

**PARECER Nº** 63/2022/CAMGR/CONSEA/CONSUN/SECONS/REI/UNIR  
**PROCESSO Nº** 23118.014109/2022-26  
**INTERESSADO:** CAMPUS DE PRESIDENTE MÉDICI, DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE ENGENHARIA DE PESCA E AQUICULTURA - PRESIDENTE MÉDICI  
**ASSUNTO:** Institucionalização do Laboratório de Microscopia

Senhor presidente da CamGR,

## I. RELATÓRIO

O processo em tela versa a institucionalização do Laboratório de Microscopia, todo o processo é fundamentado nas Resoluções: Resolução nº 316/CONSEA/2013 e Resolução nº 409/CONSEA/2022, sendo apresentados também o Projeto Pedagógico do Cursos de Engenharia de Pesca e Zootecnia, Formulário de Cadastro dos Laboratórios Didático Pedagógicos - LAM (1134251), Minuta (1134284), para novo documento do Laboratório de Microscopia, despacho DAEPA-PM 1134317, despacho CPM 1136578, parecer do CONSEC 1136578, Despachos da DAEPA-PM, CONSEC-PM e SECONS (1149014, 1149110, 1150577), e e-mails para complementação documental.

## II. FUNDAMENTAÇÃO

No presente processo, é apresentado a institucionalização do Laboratório de Microscopia, destinado para a finalidade de Pesquisa e Ensino, nesse sentido, como no processo 23118.013090/2021-10, trata-se de um objeto que deixo como indicação para nossa presidência da CamGR, como uma possível reunião conjunta entre a CamGR e a CamPG.

No aspecto processual, todas as etapas necessárias do regimento geral da UNIR e aprovação da minuta foram aprovadas através de seus pareceres.

Do ponto de vista formal, a resolução 482/CONSEA, em seu artigo 18º e incisos foram atendidos.

Do mérito da apresentação, é fundamental para o bom andamento do Campus de Presidente Médici, que esse laboratório de microscopia seja institucionalizado, garantido assim, o bom funcionamento e boas práticas laborais. Sob a égide da Graduação e da própria essência da Universidade, entre a indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão, é plenamente viável esse intercâmbio e troca de competências e habilidades. Das correções textuais, o texto está muito bem fundamentado, constando em sua estrutura tudo que se espera para uma resolução do gênero. Trás em seu corpo, A natureza e seus afins, a infraestrutura física (49 m²), local de atendimento, da supervisão e acompanhamento, bem como as regras de uso e sua finalidade de atendimento das áreas biológicas e agrárias, dentre outras correlatas.

No entanto, no seu Art. 30 o § 3º e § 4º possuem a mesma redação, nesse sentido, essa relatoria apresenta um nova proposta de minuta de resolução, mitigando essas pontuações aqui destacadas por esse relator.

""Art. 30. O empréstimo ou a transferência de equipamentos e de materiais só poderá ser feito mediante solicitação em formulário específico (Anexo 02), com 05 dias úteis de antecedência, sujeito a aprovação pela Comissão de Gestão e Supervisão do LAM e do Conselho do *Campus*;

(...)

§ 3º. O empréstimo de equipamentos e materiais para atividades de extensão, dentro ou fora do espaço físico do *Campus* de Presidente Médici só será permitido mediante autorização da Direção do *Campus* de Presidente Médici.

~~§ 4º. O empréstimo de equipamentos e materiais para atividades de pesquisa, dentro ou fora do espaço físico do *Campus* de Presidente Médici só será permitido mediante autorização da Direção do *Campus* de~~

~~Presidente Médici."~~

Esse relator também deixa como indicativo, a supressão dos artigos abaixo, uma vez que eles dizem respeito a condução e gestão do Laboratório, sendo regras já estabelecidas pelo POP (procedimento operacional padrão), como em nosso grifo no texto da NR15

"Cabe destacar que esses riscos estão presentes nos mais diversos locais de trabalho e não apenas nos laboratórios, a diminuição deles está diretamente ligada à aplicação das ações presentes na **NR 15** que, por sua vez, foi regulamentada a fim de **garantir a segurança do trabalhador**. Sendo assim, ela **organiza e determina** as atividades insalubres (atividades que expõe os indivíduos a agentes nocivos à saúde, como os descritos acima), além de abordar os limites de tolerância e estabelecer questões de segurança."

Nesse sentido, é indicado que suprima os artigos abaixo:

~~"Art. 33. Durante a permanência no LAM o usuário deverá utilizar EPIs e vestimentas adequadas.~~

~~Art. 34. Cabelos longos devem estar presos para evitar que peguem fogo ou fiquem presos a equipamentos.~~

~~Art. 35. É proibido fumar, comer ou beber no LAM.~~

~~Art. 36. Objetos pessoais não devem ser colocados sobre a bancada, apenas caderno de anotações, caneta e calculadora.~~

~~Art. 37. O usuário se possível deve trabalhar na presença de outra pessoa para obter ajuda em caso de emergência.~~

~~Art. 38. Conhecer os procedimentos operacionais padronizados (POPs) antes de realizar qualquer atividade no laboratório."~~

No Art. 40, ele perde o efeito jurídico, quando que para a alteração de uma norma interna tem que ter todo o tramite processual, fazendo que esse novo regimento siga o fluxo, Laboratório, CONSEC, CGR+CPG e finalmente o CONSEA, sendo assim o Art. 40 fica prejudicado, e com indicativo de supressão.

~~Art. 40. Este regimento poderá ser modificado desde que se constate que o mesmo não atende às necessidades do Laboratório ou ainda, mediante proposta justificada, avaliada pela Comissão de Gestão e Supervisão e aprovada pelo CONSEC.~~

No Art. 42, ele se torna desnecessário, pelo fluxo final documental já ser "entrar em vigor após a aprovação do CONSEA", nesse sentido, fica prejudicado e sugiro a supressão.

~~Art. 42. Este regimento entra em vigor a partir de sua aprovação no Conselho Superior Acadêmico.~~

### III. CONCLUSÃO

O processo para institucionalização do Laboratório de Microscopia está dentro que se espera, tendo seus fulcro dentro das legislações vigentes, sendo assim, sou de **parecer favorável** a minuta substitutiva com a supressão do art. acima mencionados.

Conselheiro Ariel Adorno.



Documento assinado eletronicamente por **ARIEL ADORNO DE SOUSA, Conselheiro(a)**, em 18/11/2022, às 18:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.unir.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.unir.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1165863** e o código CRC **F3997F60**.



MINISTERIO DA EDUCAÇÃO  
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA  
CÂMARA DE GRADUAÇÃO  
DESPACHO DECISÓRIO Nº 10/2023/CAMGR/CONSEA/CONSUN/SECONS/REI/UNIR

Processo nº 23118.014109/2022-26

 
<p><b>Conselho Superior Acadêmico (CONSEA)</b> <b>Câmara de Graduação (CGR) e Câmara de Pós-Graduação (CPG)</b></p>
<p><b>A ser apreciado pela Presidência dos Conselhos Superiores</b></p>
<p><b>Parecer:</b> 63/2022/CAMGR/CONSEA/CONSUN/SECONS/REI/UNIR</p>
<p><b>Assunto:</b> Institucionalização do Laboratório de Microscopia do Campus de Presidente Médici</p>
<p><b>Relator(a):</b> Conselheiro Ariel Adorno de Sousa</p>

**Decisão:**

Na 220ª sessão extraordinária da Câmara de Graduação (CGR) **CONJUNTA** com a 103ª sessão extraordinária da Câmara de Pós-Graduação (CPG), em 16/02/2023 (1254261), por unanimidade de votos favoráveis, as Câmaras aprovam o parecer em tela.

Conselheiro Elder Gomes Ramos  
Presidente da CGR

Conselheiro Osmar Siena  
Presidente da CPG



Documento assinado eletronicamente por **OSMAR SIENA, Presidente**, em 16/02/2023, às 11:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ELDER GOMES RAMOS, Presidente**, em 16/02/2023, às 14:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.unir.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.unir.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1255226** e o código CRC **8CCCB70D**.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA  
CÂMARA DE GRADUAÇÃO  
DECLARAÇÃO

Considerando o artigo 25 do regimento interno do Conselho Superior Acadêmico (CONSEA), HOMOLOGO o parecer de nº 63/2022/CAMGR/CONSEA/CONSUN/SECONS/REI/UNIR (1165863) e o Despacho Decisório de nº 10/2023/CAMGR/CONSEA/CONSUN/SECONS/REI/UNIR (1255226) contidos no processo em tela.

Conselheiro José Juliano Cedaro  
Vice-Presidente do CONSEA, no exercício da presidência



Documento assinado eletronicamente por **JOSE JULIANO CEDARO, Vice-Presidente**, em 17/02/2023, às 18:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.unir.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.unir.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1255858** e o código CRC **3AA8257E**.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA  
CÂMARA DE GRADUAÇÃO

**PARECER Nº** 7/2023/CAMGR/CONSEA/CONSUN/SECONS/REI/UNIR  
**PROCESSO Nº** 99955892.000011/2019-80  
**INTERESSADO:** DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE CIÊNCIAS DA COMPUTAÇÃO - PORTO VELHO  
**ASSUNTO:** Regimento Interno dos Laboratórios Didáticos do Departamento Acadêmico de Ciência da Computação

Criação e aprovação do Regimento Interno dos Laboratórios Didáticos do Departamento Acadêmico de Ciência da Computação, do Núcleo de Tecnologia, do Campus José Ribeiro Filho, em Porto Velho

Senhor Elder Gomes Ramos  
Presidente da Câmara de Graduação

## I. RELATÓRIO

Trata-se de processo de institucionalização dos Laboratórios Didáticos do Departamento Acadêmico de Ciências da Computação – DACC. O processo em tela encontra-se instruído com a seguinte documentação:

Certidão de anexação de Processo do SINGU 174 (0056878)  
Despacho DACC-PVH (0056884)  
Documento Avaliação in loco INEP Ciência da Computação 2018 (0056929)  
Documento Avaliação in loco INEP Ciência da Computação 2017 (0056959)  
Documento Avaliação in loco INEP Ciência da Computação 2015 (0056962)  
Ata Conuc NT 26/06/2018 (0057018)  
Processo 23.118.003164/2017-35 (0057070)  
Despacho SGR (0059732)  
Despacho SGR (0059869)  
Despacho DRA (0063462)  
Despacho CPMon (0121539)  
Despacho DRA (0125423)  
Ata Comissão de Gerenciamento de Espaço (1167589)  
Minuta de Resolução DACC-PVH (1167594)  
E-mail DACC-PVH (1167618)  
Ordem de Serviço 44 (1167638)  
Parecer 31 (1168660)  
Projeto Político Pedagógico Licenciatura Computação (1168977)  
Projeto Político Pedagógico Bacharelado de Ciên.Computação (1168990)

Ata 19/CONDEP/DACC (1169750)  
Despacho DACC-PVH (1169762)  
Ordem de Serviço 17 (1169803)  
Despacho CONUC-NT (1172181)  
Despacho CONUC-NT (1172208)  
Parecer 17 (1172737)  
Despacho SECONS (1175865)  
E-mail SECONS (1176249)  
Ata de reunião deliberativa ATA REUNIÃO ORDINÁRIA CONUC\_NT (1180175)  
Despacho CamGR (1184756)  
E-mail SECONS (1186140)  
Despacho CamGR (1228411)  
E-mail CamGR (1230485)  
E-mail CamGR (1234642)  
E-mail CamGR (1235245)  
Despacho CamGR (1237180)  
E-mail SECONS (1237195)

## II. FUNDAMENTAÇÃO

A proposta foi motivada em razão da avaliação do curso de Ciências da Computação realizada pelo Ministério da Educação que apontou a necessidade de implementação de laboratórios de ensino.

A Institucionalização de Laboratórios está contemplada no âmbito da Resolução nº 409/CONSEA, de 29 de abril de 2022. De forma mais operacional, a Resolução nº 316/CONSEA, disciplina o cadastramento de informações dos laboratórios didático-pedagógicos de ensino, pesquisa e extensão. A Resolução Nº 482/CONSEA, de 26 de abril de 2017 conceitua o laboratório didático no seu artigo 5º, Inciso II, Alínea d: conceitua o laboratório didático como:

d) Laboratórios Didáticos: denominação atribuída ao espaço físico necessariamente multiusuário, criados, mantidos e estruturados exclusivamente nos termos previsto na Resolução nº 316/CONSEA/2013 e cujo funcionamento decorre das exigências específicas relativas aos Projetos Pedagógicos quanto à Formação Inicial de profissionais orientando-se em função das Diretrizes Curriculares Nacionais dos respectivos cursos, sendo a gestão institucional coordenada pela PROGRAD, responsável, inclusive, pelo cadastramento na UNIR

O despacho da Coordenadoria Pedagógica e de Monitoramento – CPMon, documento SEI (0921340), destacou a ausência de norma específica na UNIR que preveja a institucionalização dos laboratórios didático-pedagógico de ensino, apontando que o procedimento adotado é a criação do laboratório e de seus regimentos internos por Resolução dos Conselhos Superiores.

Desta forma, o DACC-PVH apresentou uma Minuta (1167594) que prevê a criação e aprovação do Regimento Interno dos Laboratórios Didáticos do Departamento Acadêmico de Ciência da Computação, do Núcleo de Tecnologia, do Campus José Ribeiro Filho, em Porto Velho. A Minuta descreve os nomes dos Laboratórios de Didáticos do Departamento de Ciências da Computação (Laboratório de Redes de Computadores; Laboratório de Software; Laboratório Hardware e Periféricos; Laboratório de Programação; Laboratório de Tecnologia da Informação e Comunicação; Laboratório de Informática); Finalidade; Responsabilidades; atribuições e competências dos técnicos; atribuições e competências dos docentes; atribuições e competências dos usuários. O Parecer (Parecer 31 (1168660) assinado pelo Conselheiro do CONDEP, Vasco Pinto da Silva Filho, foi favorável à minuta apresentada, sendo aprovado por unanimidade na reunião do Conselho de Departamento, conforme disposto na Ata nº 19 2022/CONDEP/DACC/NT/UNIR.

Remetido ao CONUC-NT, foi emitido o Parecer nº 17/2022/CONUC-NT/NT/UNIR (1172737), elaborado pelo Conselheiro José Ezequiel Ramos, que apontou algumas ressalvas a serem atendidas no texto da Minuta, com parecer favorável. Este parecer foi aprovado por unanimidade no CONUC, conforme Ata

da 33ª Reunião Ordinária do Núcleo de Tecnologia (1180175).

A proposta construída no âmbito do Departamento de Ciências da Computação e apresentada nos autos atende aos pressupostos legais, tendo sido aprovada nas instâncias deliberativas antes de ser remetidas à Câmara de Graduação. Considero que a criação e regulamentação dos Laboratórios Didáticos do Departamento Acadêmico de Ciências da Computação – DACC é uma necessária e urgente medida que muito contribuirá para a formação profissional dos estudantes da área.

### III. CONCLUSÃO

Considerando que a proposta apresentada atende aos pressupostos legais, sou **favorável** à criação e aprovação dos Laboratórios Didáticos do Departamento Acadêmico de Ciência da Computação.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **MARILSA MIRANDA DE SOUZA, Conselheiro(a)**, em 04/02/2023, às 20:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.unir.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.unir.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1242246** e o código CRC **340EEC63**.



MINISTERIO DA EDUCAÇÃO  
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA  
CÂMARA DE GRADUAÇÃO

DESPACHO DECISÓRIO Nº 2/2023/CAMGR/CONSEA/CONSUN/SECONS/REI/UNIR

Processo nº 99955892.000011/2019-80

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE  
FEDERAL DE RONDÔNIA



Conselho Superior Acadêmico (CONSEA)

A ser apreciado pela Presidência dos Conselhos Superiores

**Parecer:** 7/2023/CAMGR/CONSEA/CONSUN/SECONS/REI/UNIR

**Assunto:** Regimento Interno dos Laboratórios Didáticos do Departamento Acadêmico de Ciência da Computação, do Núcleo de Tecnologia, do Campus José Ribeiro Filho, em Porto Velho.

**Relator(a):** Conselheira Marilsa Miranda de Souza

**Decisão:**

Na 219ª sessão ordinária, em 14/02/2023, por unanimidade, a câmara aprovou o parecer em tela, cuja relatora é "**favorável** à criação e aprovação dos Laboratórios Didáticos do Departamento Acadêmico de Ciência da Computação".

Conselheiro Elder Gomes Ramos

Presidente da CGR



Documento assinado eletronicamente por **ELDER GOMES RAMOS, Presidente**, em 16/02/2023, às 14:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.unir.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.unir.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1254306** e o código CRC **FCE41E00**.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA  
CÂMARA DE GRADUAÇÃO

DECLARAÇÃO

Considerando o artigo 25 do regimento interno do Conselho Superior Acadêmico (CONSEA), HOMOLOGO o parecer de nº 7/2023/CAMGR/CONSEA/CONSUN/SECONS/REI/UNIR (1242246) e o Despacho Decisório de nº 2/2023/CAMGR/CONSEA/CONSUN/SECONS/REI/UNIR (1254306) contidos no processo em tela.

Conselheiro José Juliano Cedaro  
Vice-Presidente do CONSEA, no exercício da presidência



Documento assinado eletronicamente por **JOSE JULIANO CEDARO, Vice-Presidente**, em 17/02/2023, às 18:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.unir.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.unir.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1254442** e o código CRC **7FB723EC**.



MINISTERIO DA EDUCAÇÃO  
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA  
CONSELHO SUPERIOR ACADÊMICO

RESOLUÇÃO Nº 500, DE 03 DE MARÇO DE 2023

Laboratórios Didáticos do Departamento Acadêmico de Ciência da Computação (DACC-PVH), do Núcleo de Tecnologia (NT), do *Campus* José Ribeiro Filho, em Porto Velho.

O Conselho Superior Acadêmico (CONSEA), da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), no uso de suas atribuições e considerando:

- Processo 99955892.000011/2019-80;
- Parecer 7/2023/CAMGR/CONSEA/CONSUN/SECONS/REI/UNIR, da conselheira Marilsa Miranda de Souza (1242246);
- Deliberação na 219ª sessão ordinária da Câmara de Graduação (CGR), em 14/02/2023 (1254306);
- Homologação pela Presidência do CONSEA (1254442);
- Deliberação na 136ª sessão ordinária do CONSEA, em 27/02/2023 (1261312).

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Institucionalizar os Laboratórios Didáticos do Departamento Acadêmico de Ciência da Computação, do Núcleo de Tecnologia (NT), do *Campus* José Ribeiro Filho, em Porto Velho:

- I - Laboratório de Redes de Computadores;
- II - Laboratório de Software;
- III - Laboratório de Hardware e Periféricos;
- IV - Laboratório de Programação;
- V - Laboratório de Tecnologia da Informação e Comunicação;
- VI - Laboratório de Informática.

**Art. 2º** Aprovar seu regimento interno, nos termos do anexo.

**Art. 3º** Esta Resolução entra em vigor em 01/04/2023.

Conselheira Marcele Regina Nogueira Pereira  
Presidente do CONSEA



Documento assinado eletronicamente por **MARCELE REGINA NOGUEIRA PEREIRA, Reitora**, em 14/03/2023, às 20:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.unir.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.unir.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1270210** e o código CRC **A0EEE09C**.

## **ANEXO À RESOLUÇÃO 500/2023/CONSEA, DE 03 DE MARÇO DE 2023**

### **REGIMENTO INTERNO DOS LABORATÓRIOS DIDÁTICOS DO DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO (DACC-PVH), DO NÚCLEO DE TECNOLOGIA (NT), *CAMPUS* JOSÉ RIBEIRO FILHO, EM PORTO VELHO**

#### **CAPÍTULO I**

##### **DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º** O presente regulamento visa normatizar a utilização dos Laboratórios Didáticos de Ciência da Computação (Laboratório de Redes de Computadores, Laboratório de Software, Laboratório de Hardware e Periféricos, Laboratório de Programação, Laboratório de Tecnologia da Informação e Comunicação e Laboratório de Informática) da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), do Núcleo de Tecnologia (NT), *Campus* José Ribeiro Filho, com o intuito de proporcionar melhores condições para o desenvolvimento de atividades práticas pelos usuários.

**Art. 2º** Este regulamento aplica-se a todos os usuários dos Laboratórios de Ciência da Computação (docentes, técnicos e discentes) dos cursos do Departamento Acadêmico de Ciência da Computação (DACC-PVH).

**Art. 3º** O uso dos laboratórios fica restrito a alunos devidamente matriculados ou autorizados por instância superior.

#### **CAPÍTULO II**

##### **DA FINALIDADE**

**Art. 4º** Os Laboratórios de Ciência da Computação dos cursos e os equipamentos neles instalados destinam-se às atividades de ensino, pesquisa e extensão das disciplinas ministradas nos Cursos do DACC-PVH.

**Art. 5º** A gestão do laboratório, quando inexistente técnico com qualificação específica, cabe ao departamento, o qual deverá processar os pedidos de agendamento e zelar pela boa utilização do espaço.

**Art. 6º** Os pedidos de utilização estão sujeitos à prévia análise da unidade responsável pelo espaço e o deferimento será analisado por ordem cronológica das solicitações.

## CAPÍTULO III

### DAS RESPONSABILIDADES

**Art. 7º** Todos os usuários deverão ter conhecimento prévio das normas de utilização, de segurança e procedimentos corretos para manuseio de equipamentos, componentes e ferramentas.

**Art. 8º** A organização das bancadas, após as atividades práticas, é de responsabilidade dos usuários e conforme orientação do técnico de laboratório.

**Art. 9º** Os usuários serão responsabilizados por comportamentos negligentes na utilização de equipamentos que resultem danos materiais ou acidentes, bem como por sua reposição em caso de inutilização ou avaria.

### SEÇÃO I

#### DAS ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS DOS TÉCNICOS

**Art. 10** Para o pleno funcionamento dos laboratórios, é necessário o acompanhamento de técnico de laboratório, com capacitação para a operação dos diversos equipamentos neles instalados.

**Parágrafo único.** São funções pertinentes à atividade de técnico de laboratório da UNIR:

I - Zelar pela conservação dos equipamentos;

II - Assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão no ambiente laboratorial, conforme a orientação do docente;

III - Preparar o ambiente laboratorial para aulas práticas quando da solicitação formal de docentes;

IV - Preparar os equipamentos e instrumentação para a realização da aula prática pelo docente;

V - Controlar a movimentação dos itens patrimoniais tombados nos laboratórios;

VI - Solicitar a manutenção preventiva ou corretiva de equipamentos e instrumentos do laboratório;

VII - Realizar ou orientar coleta, análise e registro de dados via métodos específicos;

VIII - Cumprir e fazer cumprir este regulamento.

### SEÇÃO II

#### DAS ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS DOS DOCENTES

**Art. 11** Cabe aos professores que ministram aulas nos laboratórios:

I - Solicitar ao técnico a lista de materiais e equipamentos disponíveis, antes do envio do Plano de aulas, e adequar suas aulas práticas aos mesmos;

II - Informar ao técnico do laboratório, com antecedência mínima de 72h, quais os materiais ou equipamentos necessários à realização das suas atividades;

III - Acompanhar os discentes e orientá-los quanto às atividades e práticas a serem realizadas;

IV - Obedecer à escala prevista e o horário designado para a realização de suas atividades;

V - Orientar previamente aos alunos sobre as medidas e as precauções de segurança pertinentes ao laboratório e a prática a ser realizada;

VI - Zelar pelos materiais, equipamentos e limpeza do laboratório e sua organização;

VII - Cumprir e fazer cumprir este regulamento.

### SEÇÃO III

## DAS ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS DOS USUÁRIOS

**Art. 12** Compete aos usuários:

- I - Zelar pela limpeza, organização e conservação dos materiais, equipamentos e instrumentos do laboratório;
- II - Solicitar orientações ao docente e/ou ao técnico sobre os cuidados e normas de segurança essenciais ao uso de qualquer material, equipamentos e instrumentos do laboratório;
- III - Participar, após o término das atividades, da conferência dos materiais utilizados;
- IV - Manter o máximo de silêncio para ter um bom ambiente de trabalho;
- V - Ser responsável pelos materiais que estiverem sendo utilizados;
- VI - Utilizar todos os materiais para consumo do laboratório com ponderação, evitando o desperdício ou o mau uso;
- VII - Cumprir e fazer cumprir este regulamento.

**Art. 13** É permitido aos usuários trazerem material ou equipamento particular para auxiliar no desenvolvimento das suas atividades práticas ou expositivas de ensino, pesquisa, extensão ou inovação realizadas nos laboratórios, desde que se responsabilizem por estes materiais e equipamentos.

**Art. 14** O discente, devidamente matriculado em um dos cursos do DACC-PVH, poderá utilizar o laboratório para realizar trabalhos, práticas e projetos relativos às atividades de ensino, pesquisa e extensão, desde que previamente autorizadas e agendadas pelo formulário disponível no site.

**Art. 15** É vedado aos usuários dos laboratórios:

- I - Instalação ou remoção de softwares de qualquer natureza, sem autorização da unidade responsável;
- II - Alterar a disposição dos equipamentos ou removê-los;
- III - Retirar equipamentos ou mobiliários, sem autorização da unidade responsável;
- IV - Consumir bebidas e/ou alimentos, fumar, brincadeiras inoportunas ou linguagem não compatível com o ambiente acadêmico;
- V - Permitir o uso do laboratório por pessoas estranhas à UNIR, exceto em atividades de extensão que as englobe ou outra atividade sob a supervisão de servidor responsável.

### CAPÍTULO IV

#### INFRAESTRUTURA

##### SEÇÃO I

##### DO ACESSO E PERMANÊNCIA AOS LABORATÓRIOS

**Art. 16** Não poderão ser realizadas quaisquer atividades sem o conhecimento e autorização do professor e/ou técnicos de laboratório.

**Art. 17** As atividades práticas de laboratório devem ser planejadas, apresentadas via plano de aula e agendadas com o técnico de laboratório com antecedência mínima de 48 horas úteis através do site do curso.

##### SEÇÃO II

##### DA MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÃO DE SOFTWARE

**Art. 18** Somente servidores do DACC-PVH, da Diretoria de Tecnologia Informação - DTI da UNIR ou pessoal autorizado pelo departamento têm competência para:

- I - Executar manutenções nos equipamentos pertencentes ao laboratório;

II - Trocar equipamentos danificados, caso haja necessidade;

III - Instalar software e/ou hardware.

### SEÇÃO III

#### DA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS

**Art. 19** Toda solicitação de aquisição de softwares e/ou hardware deve ser enviada ao Núcleo de Tecnologia (NT), com a devida justificativa, que analisará o pedido e realizará a inclusão da demanda no Plano de Contratação Anual.

### CAPÍTULO V

#### DA LOCALIZAÇÃO E HORÁRIOS DE FUNCIONAMENTO

**Art. 20** Os Laboratórios Didáticos do DACC-PVH localizam-se nas dependências do *Campus* José Ribeiro Filho, da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR).

**Art. 21** O horário de funcionamento do laboratório será definido pelo Conselho do DACC-PVH.

### CAPÍTULO VI

#### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 22** A não observância das regras acima citadas implicará em penalidades conforme Estatuto, Regimento Geral e demais Resoluções da UNIR.

**Art. 23** Os casos não previstos neste regulamento deverão ser analisados pelo Conselho do Departamento do DACC-PVH.



MINISTERIO DA EDUCAÇÃO  
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA  
CONSELHO SUPERIOR ACADÊMICO  
RESOLUÇÃO Nº 503, DE 03 DE MARÇO DE 2023

Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Pedagogia - EAD/UAB/UNIR, do Departamento Acadêmico de Ciências da Educação (DACED-PVH), do Núcleo de Ciências Humanas (NCH), do *Campus* José Ribeiro Filho, em Porto Velho.

O Conselho Superior Acadêmico (CONSEA), da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), no uso de suas atribuições e considerando:

- Processo 23118.014553/2022-41;
- Parecer 2/2023/CAMGR/CONSEA/CONSUN/SECONS/REI/UNIR, do conselheiro Gabriel Cestari Vilardi (1228654);
- Deliberação na 219ª sessão ordinária da Câmara de Graduação (CGR), em 14/02/2023 (1254342);
- Homologação pela Presidência do CONSEA (1254415);
- Deliberação na 136ª sessão ordinária do CONSEA, em 27/02/2023 (1261312).

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Aprovar o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Pedagogia - EAD/UAB/UNIR, do Departamento Acadêmico de Ciências da Educação (DACED-PVH), vinculado ao Núcleo de Ciências Humanas (NCH), do *Campus* José Ribeiro Filho, em Porto Velho, conforme o documento 1231840 (anexo) e nos termos descritos a seguir:

- **Nome do Curso:** Pedagogia - EAD - Licenciatura dos anos iniciais do Ensino Fundamental;
- **Número de vagas:** mínimo de 30 vagas por polo, totalizando 180 vagas;
- **Grau:** Licenciatura;
- **Titulação conferida ao egresso:** Licenciado em Pedagogia para atuar nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental;
- **Carga horária total do curso:** 3.440 horas;
- **Tempo Mínimo e Máximo para Integralização:** mínimo 4 anos e máximo 6 anos;
- **Modalidade:** à distância;
- **Turno de oferta:** noturno;

- **Local de oferta e concentração das atividades:** polos nos municípios de Ariquemes, Buritis, Chupinguaia, Ji-Paraná, Porto Velho e Nova Mamoré.

**Art. 2º** Revogam-se os seguintes atos:

I - Resolução [329/2014/CONSEA](#), de 20 de março de 2014;

II - Resolução [248/2010/CONSEA](#), de 03 de setembro de 2010; e

III - Resolução [61/2002/CONSEA](#), de 25 de março de 2002.

**Art. 3º** Esta Resolução entra em vigor em 01/04/2023.

Conselheira Marcelle Regina Nogueira Pereira

Presidente do CONSEA



Documento assinado eletronicamente por **MARCELE REGINA NOGUEIRA PEREIRA, Reitora**, em 16/03/2023, às 17:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[http://sei.unir.br/sei/controlador\\_externo.php?](http://sei.unir.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.unir.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1271185** e o código CRC **74339400**.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA  
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO - PORTO VELHO

Projeto

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR  
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO  
CAMPUS JOSÉ RIBEIRO FILHO, PORTO VELHO – RO  
NÚCLEO DE CIÊNCIAS HUMANAS**

**Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em PEDAGOGIA - EAD  
Licenciatura dos anos iniciais do Ensino Fundamental  
REFORMULADO DE ACORDO COM DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS  
RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 2, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2019**

PORTO VELHO  
2022

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR  
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO  
CAMPUS JOSÉ RIBEIRO FILHO, PORTO VELHO – RO  
NÚCLEO DE CIÊNCIAS HUMANAS**

Prof.ª Dra. Marcele Regina Nogueira Pereira  
Reitora

Prof. Dr. José Juliano Cedaro  
Vice-Reitor

Ma. Elyzania Torres Tavares  
Chefe de Gabinete

Dra. Verônica Ribeiro da Silva Cordovil  
Pró-Reitora de Graduação

Prof. Dr. George Queiroga Estrela  
Pró-Reitor de Planejamento

Marcos Cesar dos Santos  
Pró-Reitora de Administração

Prof.ª Dra. Lorena Candice de Araújo Andrade  
Pró-Reitora de Cultura, Extensão e Assuntos Estudantis

Prof. Dr. Artur de Souza Moret  
Pró-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa

Prof. Dr. Sandro Adalberto Colferai  
Assessor de Comunicação

Prof.ª Dra. Walterlina Brasil  
Diretora do Núcleo de Ciências Humanas

Prof. Dr. Josué José de Carvalho Filho  
Chefe do Departamento Acadêmico de Ciências da Educação

Prof. Dr. Guilherme Mendes Tomaz dos Santos  
Coordenador do Curso de Pedagogia - EAD

#### COMISSÃO DE ELABORAÇÃO

Prof.ª Dra. Marlene Rodrigues

Prof.ª Dra. Neide Borges Pedrosa

Prof. Dr. Nilson Santos

Prof. Dr. Robson Fonseca Simões

Prof. Dr. Wendell Fiori de Faria

Prof.ª Dra. Walterlina Brasil

<b>IDENTIFICAÇÃO DO CURSO</b>	
<b>DENOMINAÇÃO DO CURSO:</b> PEDAGOGIA – Licenciatura dos anos iniciais do Ensino Fundamental	
<b>Grau</b>	Licenciatura
<b>Modalidade de oferta</b>	Curso a distância
<b>Duração do curso</b>	8 semestres
<b>Prazo máximo de integralização</b>	12 semestres – (6 anos)
<b>Periodicidade</b>	Semestral
<b>Número de vagas</b>	Mínimo 30 vagas por polo
<b>Início da oferta</b>	1º semestre de 2023
<b>Horário de funcionamento</b>	Noturno
<b>Cadastro E-mec do curso</b>	107866

<b>Quadro - Síntese da Distribuição da Carga Horária Total do Curso</b>	
<b>Componentes Curriculares Obrigatórios (Disciplinas e Atividades)</b>	<b>Carga Horária (Hora-relógio)</b>
<b>Carga Horária total do Curso</b> - Componentes Curriculares do Grupo I, II e III (Prática dos Componentes Curriculares)*; Atividades Complementares – AC.	3440
<b>Componentes Curriculares Optativos</b> (Obrigatório na graduação conforme Art.127, inciso IV do regimento Geral da UNIR)**	80
<b>Trabalho de Conclusão de Curso - TCC **</b>	140
<b>Estágio Supervisionado**</b>	400
<b>Atividades Complementares – AC **</b>	100
<b>Atividades Curriculares de Extensão - ACEX **</b> (Obrigatório pra cursos de graduação - Correspondentes a 10% sobre a carga horária exigida para a integralização do curso, conforme metas do Plano Nacional de Educação)**	340
<b>ENADE</b> (Componente Curricular Obrigatório conforme disposto na Lei n.º. 10.861/2004, art. 5º, § 5º.) ***	-

\* A carga horária total do curso de Pedagogia está mensurada em hora relógio de 60 minutos de atividades acadêmicas e de trabalho discente efetivo, conforme preconizam os artigos 2º e 3º da Resolução CNE/CES nº 3, de 02/07/2007.

\*\* As cargas horárias constantes nestes componentes já estão computadas/somadas na carga horária total do curso e integram os grupos I, II e III.

#### LISTA DE SIGLAS

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas  
ACC - Atividades Curriculares Complementares  
ACEX - Atividades Curriculares de Extensão  
APCN - Análise de Propostas de Cursos Novos  
BNCC - Base Nacional Comum Curricular  
BNC-Formação - Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica  
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior  
CAPNES - Coordenadoria de Atenção às Pessoas com Necessidades Especiais  
CEADT - Centro de Educação a Distância e Novas Tecnologias  
CFE - Conselho Federal de Educação  
CID - Coordenação de Informação e Desempenho  
CNE - Conselho Nacional de Educação  
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico  
CONSAD - Conselho Superior de Administração  
CONSEA - Conselho Superior Acadêmico  
CONSUN - Conselho Universitário  
DAC - Diretoria Administrativa do Campus

DACED - Departamento Acadêmico de Ciências da Educação  
 DCN - Diretrizes Curriculares Nacionais  
 DIRCOF - Diretoria de Contabilidade e Finanças  
 DIREDE - Diretoria de Educação a Distância  
 DTI - Diretoria de Tecnologia e Informação  
 EAD - Educação a Distância  
 ENADE - Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes  
 INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
 LABMIDIA - Laboratório Didático Pedagógico Multimídia  
 LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional  
 LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais  
 NBR - Norma Brasileira  
 NCET - Núcleo de Ciências Exatas e da Terra  
 NCH - Núcleo de Ciências Humanas  
 NDE - Núcleo Docente Estruturante  
 NT - Núcleo de Tecnologia  
 NUCSA - Núcleo de Ciências Sociais Aplicadas  
 NUSAU - Núcleo de Saúde  
 PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais  
 PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional  
 PEDDIST - Pedagogia a Distância  
 PNE - Plano Nacional de Educação  
 PPC - Projeto Pedagógico do Curso  
 PPG - Programa de Pós-Graduação  
 PPP - Projeto Político-Pedagógico  
 PRAD - Pró-Reitoria de Administração  
 PROCEA - Pró-Reitoria de Cultura, Extensão e Assuntos Estudantis  
 PROGRAD - Pró-Reitoria de Graduação  
 PROHACAP - Programa de Habilitação e Capacitação de Professores  
 PROPESQ - Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa  
 PROPLAN - Pró-Reitoria de Planejamento  
 PVH - Porto Velho  
 RCNEI - Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil  
 SAEB - Sistema de Avaliação da Educação Básica  
 SEDUC - Secretaria Estadual de Educação.  
 SEI - Sistema Eletrônico de Informações  
 SEMEC - Secretaria de Municipal de Educação  
 SIAF - Sistema Integrado de Administração Financeira  
 SIDOR - Sistema de Dados Orçamentários  
 SIGAA - Sistema Integrado de Gestão Administrativa e Acadêmica  
 TCC - Trabalho de Conclusão de Curso  
 UAB - Universidade Aberta do Brasil  
 UNIR - Universidade Federal de Rondônia  
 WAN - Wide Area Network

**LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

GRÁFICO 1	- Evolução de vagas, ingressantes, matriculados e diplomados na UNIR nos cursos presenciais (anos letivos 2019-2020).....	21
GRÁFICO 2	- Composição da Força de Trabalho na UNIR.....	24
FIGURA 1	- Pós-graduação em números – 2021.....	22
QUADRO 1	- Síntese da carga horária exigida.....	77
QUADRO 2	- Matriz Curricular do Curso de Pedagogia EAD.....	77
QUADRO 3	- Grupo de Disciplinas optativas.....	82

**SUMÁRIO**

	<b>APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>1</b>	<b>CONTEXTUALIZAÇÃO.....</b>	<b>18</b>
1.1	CONTEXTUALIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA.....	18
1.2	CONTEXTUALIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA, SOCIOAMBIENTAL, TECNOLÓGICA, CULTURAL, POLÍTICA E EDUCACIONAL DA REGIÃO DE ABRANGÊNCIA DO CAMPUS E CURSO.....	25
<b>2</b>	<b>ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA.....</b>	<b>28</b>
2.1	CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO.....	28
2.1.1	Objetivos do curso de Pedagogia a Distância.....	33
2.1.1.1	Objetivo geral.....	33
2.1.1.2	Objetivos específicos.....	33
2.1.2	Modalidade de oferta.....	34
2.1.3	Identificação do funcionamento do curso - Turno de funcionamento...	34
2.1.4	Número de vagas.....	35
2.1.5	Previsão de semestre de ingresso.....	35
2.1.6	Polos.....	35
2.1.7	Tempo Mínimo e Máximo de integralização.....	35
2.1.8	Grau.....	36
2.1.9	Titulação conferida.....	36
2.1.10	Concepção teórico-metodológica do curso.....	36
2.1.11	Contextualização do curso/dispositivos legais.....	37
2.2	ESTRUTURA CURRICULAR DO CURSO DE PEDAGOGIA A DISTÂNCIA.....	38
2.3	METODOLOGIA.....	39
2.4	RECURSOS DIDÁTICOS.....	40
2.5	AValiação dos processos de ensino-aprendizagem.....	41

2.5.1	Sistema de Avaliação.....	41
2.5.2	Avaliação institucional.....	45
2.6	PRINCÍPIOS ORIENTADORES DO CURRÍCULO.....	46
<b>3</b>	<b>ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....</b>	<b>47</b>
3.1	ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CEADT/UNIR (CEADT corresponde à DIRET).....	49
3.2	ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS POLOS: VISÃO DAS COORDENAÇÕES UAB – LEGISLAÇÕES.....	52
3.2.1	Coordenação Geral do Curso.....	52
3.2.2	Coordenador Pedagógico.....	53
3.2.3	Professores Autores/Conteudistas.....	53
3.2.4	Professores de Disciplina/Formadores.....	53
3.2.5	Coordenador de Estágio Supervisionado.....	54
3.2.6	Tutor Assistente de Estagiários.....	54
3.2.7	Tutores.....	54
3.3	EQUIPE DE APOIO E GERENCIAMENTO DE SISTEMA.....	55
3.3.1	Gerenciamento Administrativo e Financeiro.....	55
3.4	SECRETARIA EXECUTIVA.....	55
3.5	COORDENADOR DE POLO.....	55
3.6	GERENCIAMENTO DE SISTEMA.....	56
<b>4</b>	<b>RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS.....</b>	<b>57</b>
<b>5</b>	<b>APRESENTAÇÃO DA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL.....</b>	<b>58</b>
<b>6</b>	<b>CONCEPÇÃO DO CURSO DE PEDAGOGIA A DISTÂNCIA.....</b>	<b>62</b>
<b>7</b>	<b>PRINCÍPIOS NORTEADORES.....</b>	<b>66</b>
<b>8</b>	<b>PERFIL DO EGRESSO.....</b>	<b>68</b>
8.1	REQUISITOS PARA INTEGRALIZAÇÃO.....	70
8.2	POLÍTICA DE ATENDIMENTO ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, TRANSTORNOS DO ESPECTRO AUTISTA E TRANSTORNOS FUNCIONAIS (TDAH, DISLEXIA.....)	76
8.3	ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS.....	77
8.4	EMENTÁRIO.....	78
<b>9</b>	<b>GESTÃO ADMINISTRATIVA E ACADÊMICA DO CURSO.....</b>	<b>138</b>
9.1	NORMAS E FUNCIONAMENTO DO CURSO.....	138
9.2	PLANEJAMENTO DOS MOMENTOS PRESENCIAIS.....	140
9.3	AVALIAÇÃO DO PROJETO CURRICULAR DO CURSO.....	141
9.4	CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO.....	142
9.5	ESQUEMA OPERATIVO.....	142
9.6	NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE – NDE.....	143
9.7	COORDENAÇÃO DO CURSO.....	143
9.7.1	Perfil do Coordenador.....	143
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>145</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>147</b>
	<b>ANEXOS.....</b>	<b>152</b>
	ANEXO A – REGULAMENTO DAS ACC.....	152
	ANEXO B – REGULAMENTO DAS ACEX.....	155
	ANEXO C – REGULAMENTO DO TCC.....	159

## APRESENTAÇÃO

Trata o presente documento sobre o Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia na Modalidade à Distância, do Curso de **PEDAGOGIA - LICENCIATURA DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL** (FORMAÇÃO DE PROFESSORES MULTIDISCIPLINARES DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL) que é cadastrado no Sistema E-mec sob o número 107866, tendo em vista o atendimento às demandas postas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação) - Resolução CNE n. 02 de 2019, bem como a necessidade de ajustes nos aspectos metodológicos, de maneira a atender também ao que está posto no modelo de financiamento a oferta do Curso na modalidade a Distância e consequentemente sua execução. Dessa forma cabe, dentro de um breve contexto histórico esclarecer que a UNIR ofertou nos anos de 2009 a 2019 o Curso de Pedagogia nesta modalidade e seu projeto pedagógico passou por revisões, alterações e por último, no ano de 2013, fez-se a reorganização do mesmo e nesse projeto os estudantes das turmas ingressantes, em 2008 e 2011 concluíram seu curso em 2019, em decorrência dos problemas enfrentados pela UNIR.

Naquele momento a reorganização do PPC era a alternativa mais indicada para sua exequibilidade. Conforme consta no PPC (2013), tal reorganização se fez necessária considerando a necessidade de definição de projeto curricular único para atender as turmas de Pedagogia da UAB e a necessidade de adaptações curriculares para o apostilamento, assegurando aos alunos matriculados até aquele momento, a continuidade de seus estudos com a segurança que foi atendida quando se fez as reformulações curriculares; O orçamento de financiamento das ações da CAPES/UAB/DIRET contemplava um único projeto curricular conforme as especificidades legais e o Curso de Pedagogia da UAB/UNIR, e naquele momento, executava-se, ao mesmo tempo, dois projetos distintos, sendo um para a primeira oferta, que ocorreu em 2008 e outro para a segunda oferta, que ocorreu em 2011 (aprovado pela Resolução 248/CONSEA, de 03 de setembro de 2010 e esse foi mais um fator que levou a reorganização do PPC, além de que ambos necessitavam de ajustes pois não atendiam, ou atendiam parcialmente às Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para o Curso de Pedagogia (Resolução 01/2006-CNE). Embora os transtornos para a execução do Curso tenham ocorrido, destacamos que na avaliação do INEP/MEC, realizada no ano 2015 o Curso de Pedagogia na modalidade EAD foi avaliado com a nota 4. Portanto estamos propondo um novo PPC, não por falta de qualidade do PCC anterior, mas para atender as novas demandas e a legislação da formação de professores e rever sobretudo os aspectos metodológicos postos pela EAD em atendimento ao modelo de financiamento do Curso, uma vez que, na versão anterior, o Curso era modalidade semipresencial e nesta nova oferta o curso será à Distância, o que implicou na reformulação apresentada. O texto contém parte do registro escrito do projeto de 2015 sobretudo nos aspectos históricos referentes a Fundação Universidade Federal de Rondônia e referente aos dados sobre o contexto da oferta dos Cursos EAD por meio do Departamento de Ciências da Educação –Campus José Ribeiro Filho -PVH. Cabe observar que a matriz curricular foi totalmente alterada sem, contudo, perder a qualidade.

Esse projeto foi discutido inicialmente pelos NDE's dos Cursos de Pedagogia EAD e Presencial, levando-se em conta a realidade educacional do estado de Rondônia configurada no Marco Situacional apresentado. Em atenção aos anseios da sociedade rondoniense quanto ao/a pedagogo/a que pretendemos formar, precisa atender, prioritariamente, às necessidades da educação básica que se efetiva nos espaços escolares, bem como as proposições indicadas no artigo 12, 1. "a", "b", "c" e "d" da Resolução CNE/CP Nº 2/2019, de 20 de dezembro de 2019, quais sejam, a LDB, DCN's, BNCC, os referenciais

curriculares estaduais, municipais e/ou da escola, sem, com isso, desconsiderar os campos e espaços educativos que a realidade atual abre para o profissional formado em Pedagogia.

No Brasil, o Curso de Pedagogia foi regulamentado nos termos do Decreto-Lei nº. 1.190/1939 e foi desenhado para ser instrumento de formação dos “*técnicos em educação*” que a incipiente modernização da máquina do Estado Nacional pós-revolução de 1930 estava a demandar. Pedagogos e pedagogas seriam, então, profissionais da educação que, uma vez formados/as, assumiriam funções de administração, planejamento de currículos, orientação a professores, inspeção de escolas, avaliação do desempenho de estudantes e docentes, de pesquisa e desenvolvimento tecnológico da educação nos aparelhos do Estado, nos âmbitos Federal, Estaduais e, em muitos lugares, também nos municípios, mediante uma formação e um diploma de bacharel.

Segundo o Parecer CNE/CP 5/2005, que estabelecia as diretrizes do curso de Pedagogia, observava-se:

A padronização do curso de Pedagogia, em 1939, é decorrente da concepção normativa da época, que alinhava todas as licenciaturas ao denominado “esquema 3+1”, pelo qual era feita a formação de bacharéis nas diversas áreas das Ciências Humanas, Sociais, Naturais, Letras, Artes, Matemática, Física, Química. Seguindo este esquema, o curso de Pedagogia oferecia o título de bacharel, a quem cursasse três anos de estudos em conteúdos específicos da área, quais sejam, fundamentos e teorias educacionais; e o título de licenciado que permitia atuar como professor, aos que, tendo concluído o bacharelado, cursassem mais um ano de estudos, dedicados à Didática e à Prática de Ensino. O então curso de Pedagogia dissociava o campo da ciência Pedagogia, do conteúdo da Didática, abordando-os em cursos distintos e tratando-os separadamente.

Segundo se pode observar, a dicotomia entre bacharelado e licenciatura levava à seguinte situação: no bacharelado se formava o pedagogo que poderia atuar como técnico em educação e, na licenciatura, formava-se o professor que iria lecionar as matérias pedagógicas do Curso Normal de nível secundário, quer no primeiro ciclo, o ginásial - normal rural, ou no segundo. Esses seriam, em linhas gerais, os ditames que iriam vigorar para a formação do pedagogo até 1969, quando o Parecer CFE nº 252 e a Resolução CFE nº. 2 estabeleciam a possibilidade de o Curso de Pedagogia ser também uma licenciatura, com registro para o exercício do magistério nos cursos normais, posteriormente denominados magistério de 2º grau. Daí iria se desdobrar o argumento de que, como “quem pode o mais pode o menos, quem prepara o professor primário tem condições de ser também professor primário”, abria-se o magistério nos anos iniciais de escolarização também para os formados em Pedagogia. Para tanto bastava, apenas, o acréscimo de três disciplinas ao currículo mínimo determinado para a formação dos pedagogos.

Esse fato é reconhecido pelo CNE, no já referido Parecer CNE/CP 5/2005, que afirmava:

[...] com uma história construída no cotidiano das instituições de ensino superior, não é demais enfatizar que o curso de graduação em Pedagogia, nos anos de 1990, foi se constituindo como o principal locus da formação docente dos educadores para atuar na Educação Básica: na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental. A formação dos profissionais da educação, no curso de Pedagogia, passou a constituir, reconhecidamente, um dos requisitos para o desenvolvimento da Educação Básica no País.

E como se não bastasse esse reconhecimento do que se impôs na prática, em boa parte por conta do debate sobre o estatuto epistemológico que deve presidir o perfil profissional do/a Pedagogo/a, o CNE, por seu Conselho Pleno, nas Diretrizes Curriculares do Curso de Pedagogia, em vigor desde 2006, asseverava que:

[...] grande parte dos cursos de Pedagogia, hoje, tem como objetivo central a formação de profissionais capazes de exercer a docência na Educação Infantil, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nas disciplinas pedagógicas para a formação de professores, assim como para a participação no planejamento, gestão e avaliação de estabelecimentos de ensino, de sistemas educativos escolares, bem como organização e desenvolvimento de programas não escolares [e que] os movimentos sociais também têm insistido em demonstrar a existência de uma demanda ainda pouco atendida, no sentido de que os estudantes de Pedagogia sejam também formados para garantir a educação, com vistas à inclusão plena, dos segmentos historicamente excluídos dos direitos sociais, culturais, econômicos, políticos.

Percebe-se que o Curso de Pedagogia foi construindo sua identidade no percurso de sua trajetória histórica, e assim, a diversidade da oferta de habilitações do curso no país foi um dos importantes pontos de partida considerado pelo Conselho Nacional de Educação quando da definição das Diretrizes Curriculares para o Curso de Pedagogia, Resolução CNE/CP n. 1 de 15 de maio de 2006.

Caracterizado, portanto, pelas normas instauradas em 2006, como um curso de licenciatura, a Pedagogia, tal como proposto pelo CNE, precisa levar em consideração na definição de seu projeto pedagógico, além dos princípios constitucionais e legais, a diversidade sociocultural e regional do país, a organização federativa do Estado brasileiro, a pluralidade de ideias e de concepções pedagógicas, bem como a competência dos estabelecimentos de ensino e dos docentes para a gestão democrática.

O egresso do Curso de Pedagogia necessita trabalhar com um repertório de informações e habilidades composto por pluralidade de conhecimentos teóricos e práticos, cuja consolidação será proporcionada pelo exercício da profissão, fundamentando-se na interdisciplinaridade, contextualização, democratização, pertinência e relevância social, ética e sensibilidade afetiva e estética. Este repertório deve se constituir por meio de múltiplos olhares, próprios das ciências, das culturas, das artes, da vida cotidiana, que proporcionam leitura das relações sociais e étnico-raciais, também dos processos educativos por estas desencadeados.

Para a formação do licenciado em Pedagogia define-se como central, o conhecimento da escola como uma organização complexa que tem a função social e formativa de promover, com equidade, educação para e na cidadania. É necessário que saiba, entre outros aspectos, que entre as comunidades do campo, os povos indígenas, os quilombolas e as populações urbanas social e economicamente excluídas, a escola se constitui em forte mecanismo de desenvolvimento e valorização das culturas sociais e étnicas e da sustentabilidade ecológica, econômica e territorial daquelas comunidades, bem como de articulação entre as organizações tradicionais e o restante da sociedade brasileira.

Também é central, para essa formação, segundo o Parecer 05/2005, a proposição, realização, análise de pesquisas e a aplicação de resultados, em perspectiva histórica, cultural, política, ideológica e teórica, com a finalidade, entre outras, de identificar e gerir, em práticas educativas, elementos mantenedores, transformadores, geradores de relações sociais e étnico-raciais que fortalecem ou enfraquecem identidades, reproduzem ou criam novas relações de poder. Sabe-se que a escola não tem o privilégio de lugar único para a tarefa da educação formal por não poder ignorar a cultura do aluno na busca pela compreensão sobre o mundo e o meio em que vive.

O Projeto Político-Pedagógico (PPP/PPC) perpassa a história da educação brasileira. Falar do mesmo não é uma novidade para os profissionais de educação, principalmente para os pedagogos. O Projeto Político-Pedagógico tem sido o objeto de estudos para professores, pesquisadores e instituições educacionais em nível nacional, estadual e municipal, em busca da melhoria da qualidade do ensino.

O pedagógico, ao se constituir em processo democrático, preocupa-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que supere os conflitos, buscando eliminar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina do mando impessoal e racionalizado da burocracia que permeia as relações no interior da escola, diminuindo os efeitos fragmentários da divisão do trabalho que reforça as diferenças e hierarquiza os poderes de decisão (VEIGA, 1998, p. 13-14).

Dentro das concepções orientadas pelos processos de globalização, a política educacional a partir dos anos de 1990 imprimiu várias alterações na legislação do Sistema de Ensino, dentre elas a LDB 9.394/96, as Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil o Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos, Médio e Superior, as Resoluções para os Cursos Sequenciais e para os Institutos Superiores de Educação etc. Além de instituir os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN do Ensino Fundamental e Ensino Médio), Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), proposta Curricular para a

Educação de Jovens e Adultos e mecanismos de avaliação como o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE).

Entretanto, diante das alterações promovidas no conjunto das políticas públicas atuais os Cursos de licenciaturas devem pautar suas atividades formativas alicerçadas na Resolução CNE/CP Nº 2, de 20 de dezembro de 2019, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação) e que entre outros impositivos indica que a base curricular dos Cursos devem considerar a articulação entre a formação e a profissão (NÓVOA, 2019), tendo como embasamento legal a BNC-Formação, Referenciais Curriculares estaduais e municipais.

Neste no processo de formação inicial do pedagogo traz a obrigatoriedade de se escolher uma das áreas de formação exclusiva definidas aqui por habilitações. São elas:

- I - Formação de professores multidisciplinares da Educação Infantil;
- II - Formação de professores multidisciplinares dos anos iniciais do Ensino Fundamental; e
- III - formação de professores dos anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio.

Dessa forma a opção apresentada para nesse PPC pela formação de **Professores Multidisciplinares dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental**, se deu por manter o vínculo formativo explícito no PPC anterior que contemplava uma perspectiva da educação pautada nos ideais da educação especial e inclusiva para atender a diversidade de forma justa, bem como pela oportunidade de empregabilidade desses profissionais já que há um número expressivo de escolas no Estado de Rondônia e na rede municipal para esta etapa da escolarização.

A UNIR, através da UAB, oferece ensino a distância para atender principalmente a demanda reprimida de professores leigos que atuam na rede pública de Rondônia e alunos que residem em localidades de difícil acesso onde não há disponibilidade de educação superior pública. A Educação à Distância aqui ofertada até então, seguiu orientada por modelos de ensino mais adaptáveis ao binômio espaço (presencial/à distância) – tempo (assíncrono/síncrono), tendo em vista as novas necessidades de formação exigidas pela sociedade; porém o contexto atual revelado pelos indicativos de funcionamento dos financiamentos propostos pelas CAPES, e as mudanças no formato da oferta desses cursos devem ocorrer **somente na modalidade à distância** (EDITAL Nº 9/2022 - Publicado em: 07/02/2022 | Edição: 26 | Seção: 3 | Página: 109), com exceção, para as atividades previstas na Resolução de 02 de 2019 no “§ 6º Para a oferta na modalidade EAD, as 400 horas do componente prático, vinculadas ao estágio curricular, bem como as 400 horas de prática como componente curricular ao longo do curso, serão obrigatórias e devem ser integralmente realizadas de maneira presencial.”

Reiteramos o que estava posto no projeto anterior que as facilidades oferecidas pelas ferramentas tecnológicas permitem a comunicação e orientação à distância, e o acesso a grandes volumes de informações, de forma diferenciada em termos de espaço e tempo de aprendizado. Porém altera-se o conceito de “presencialidade” e de “aula”, sendo que o espaço e o tempo de aula passam a ser cada vez mais flexíveis. As atuais tecnologias, principalmente a *internet*, nos impulsionam a modificações na forma de ensinar e aprender, tanto nos cursos presenciais como nos de educação continuada e à distância onde o professor assume o papel de organizador e motivador da aprendizagem, auxiliando o acadêmico a interpretar as informações, relacioná-las e contextualizá-las com o mundo do trabalho e o cotidiano. Dessa forma o Curso será ofertado na Modalidade a Distância com aulas remotas, síncronas e assíncronas, com atividades a distância e será presencial apenas para as atividades relacionadas ao estágio e conteúdos práticos.

Conforme a resolução do CNE/CP, nº 2/2019, no Art. 14, estabelece que o Projeto Pedagógico do Curso (PPC), na modalidade Educação a Distância (EAD), deve apresentar para cada componente curricular dos Grupos I e II, oferecido a distância, a fundamentação técnica que comprove a viabilidade de se desenvolver a distância as competências e habilidades previstas no componente, devendo ainda especificar as medidas adotadas pela IES para que as técnicas ou modelos propostos no ensino, na pesquisa e extensão previstas viabilizaram o projeto sejam efetivamente aplicadas no curso (BRASIL, 2019). No grupo III, assegurar-se, de forma presencial, o desenvolvimento dos componentes curriculares inerentes aos estágios curriculares supervisionados no sentido de associar a parte prática, visando associar a relação teoria/prática no processo de aprendizagem profissional do futuro professor pedagogo.

## 1 CONTEXTUALIZAÇÃO

### 1. CONTEXTUALIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA

A Universidade Federal de Rondônia – UNIR - tem como objetivo institucional o contínuo desenvolvimento de ações voltadas para a melhoria da Educação no Estado de Rondônia, desafio que vem sendo enfrentado por aqueles que reconhecem a relevância social e o papel das licenciaturas na consecução deste objetivo.

A instituição tem uma função pluridisciplinar de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano, tendo como finalidade precípua a promoção do saber científico puro e aplicado, e, atuando em sistema indissociável de ensino, pesquisa e extensão possui os seguintes objetivos que se caracterizam por: I - promover a produção intelectual institucionalizada, mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional; II - formar profissionais que atendam aos interesses da região amazônica; III - estimular e proporcionar os meios para a criação e a divulgação científica, técnica, cultural e artística, respeitando a identidade regional e nacional; IV - estimular os estudos sobre a realidade brasileira e amazônica, em busca de soluções para os problemas relacionados com o desenvolvimento econômico e social da região; e V - manter intercâmbio com universidades e instituições educacionais, científicas, técnicas e culturais nacionais ou internacionais, desde que não afetem sua autonomia, obedecidas as normas legais superiores.

A UNIR é uma instituição pública de educação superior, com sede na cidade de Porto Velho, Rondônia, e tem, como finalidade precípua, a promoção do saber científico puro e aplicado, e atua mediante um sistema indissociável de ensino, pesquisa e extensão. Conforme o artigo 207 da Constituição Federal, possui autonomia didático-científica, administrativa, de gestão financeira e patrimonial. Além das normas externas, a Instituição é organizada e regulada pela observância aos princípios dispostos em seu Regimento Geral, Estatuto e demais normativas emitidas pelos Conselhos Superiores.

Fundada em 1982, logo após a criação do Estado de Rondônia, consolidou-se ao longo dos anos como instituição pluridisciplinar de formação dos quadros de profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano. Seus principais objetivos são promover a produção intelectual institucionalizada; formar profissionais que atendam aos interesses da região amazônica; estimular e proporcionar os meios para a criação e a divulgação científica, técnica, cultural e artística, respeitando a identidade regional e nacional; estimular os estudos sobre a realidade brasileira e amazônica; e manter intercâmbio com universidades e instituições educacionais, científicas, técnicas e culturais nacionais ou internacionais.

Art. 5º A UNIR rege-se pela observância dos seguintes princípios: I - Unidade de patrimônio e de organização; II - Universalidade do saber, pelo cultivo das áreas fundamentais do conhecimento humano, estudadas em si mesmas e em função de ulteriores inovações, tanto nas áreas técnicas, como científicas e profissionais; III - Racionalidade de organização, com pleno aproveitamento dos recursos humanos e materiais, observando-se a integração das atividades de ensino, pesquisa e extensão, evitando-se a duplicação dos meios para a realização de fins idênticos ou equivalentes; IV - Estrutura acadêmica com base em núcleos e departamentos; V - Flexibilidade de métodos e critérios, objetivando considerar as diferenças individuais dos alunos e as peculiaridades regionais; VI - Avaliação permanente do seu pessoal e de todas as funções, órgãos e atividades, através de mecanismos e critérios próprios e definidos; e VII - A UNIR obedecerá ao princípio da gestão democrática, assegurada a existência de órgãos colegiados deliberativos, dos quais participarão os segmentos da comunidade institucional, local e regional.

A UNIR oferta, atualmente, 69 cursos de graduação, 23 cursos de pós-graduação lato sensu e 27 cursos de pós-graduação *stricto sensu*, abrangendo diversas áreas do conhecimento em 11 municípios do estado, dos quais 08 possuem campi instalados. Além disso, atua nas áreas de pesquisa e extensão, contribuindo para o desenvolvimento da região amazônica.

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) é o documento que identifica a Instituição de Educação Superior, no que diz respeito à sua filosofia de trabalho, à missão a que se propõe, pelo período de 04 anos, às diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, à sua estrutura organizacional e às atividades acadêmicas que desenvolve e/ou que pretende desenvolver. Para o período de 2019-2024, o PDI da UNIR estabeleceu o planejamento estratégico da Universidade, orientado pela missão, visão e princípios, dispostos assim definidos: MISSÃO “Produzir e difundir conhecimento, considerando as peculiaridades amazônicas, visando ao desenvolvimento da sociedade”; VISÃO “Ser referência em educação superior, ciência, tecnologia e inovação na Amazônia, até 2024”; e PRINCÍPIOS “Desenvolvimento Humano, Eficiência, Eficácia e Efetividade, Sustentabilidade Institucional, Cooperação e Integração, Integração Ensino, Pesquisa e Extensão, Transformação Social e Transparência e Moralidade”.

A estrutura organizacional da UNIR é regulamentada também pela Resolução 357/2021/CONSAD, que organiza a Instituição, em nível deliberativo e estratégico, em Administração Superior; Órgãos Suplementares; Órgãos Executivos; e Órgãos Acadêmicos. A Administração Superior da UNIR é competência da Reitoria, com o apoio da Vice-Reitoria e de suas assessorias, em conjunto com o Conselho Universitário (CONSUN), com o Conselho Superior Acadêmico (CONSEA) e com o Conselho Superior de Administração (CONSAD), que são considerados órgãos deliberativos e normativos centrais.

Os Conselhos Superiores, que funcionam no modelo colegiado, são compostos, dentre membros natos e eleitos, por representantes das diferentes categorias da comunidade acadêmica e da comunidade externa, pelos Pró-Reitores, Diretores de Campus e de Núcleo, pelo Vice-Reitor e pelo Reitor, conforme suas atribuições. Os Órgãos Suplementares apoiam e desenvolvem atividades auxiliares de natureza técnica da área acadêmica. São eles: a Biblioteca Central; Diretoria de Educação a Distância; a Diretoria de Registro e Controle Acadêmico e a Editora da Fundação Universidade Federal de Rondônia.

Os Órgãos Executivos, responsáveis por apoiar a Administração Superior nas áreas de sua competência, orientando e superintendendo as políticas dos diversos assuntos da universidade, são compostos pela Diretoria Administrativa do Campus de Porto Velho (DAC-PVH); pela Pró-Reitoria de Administração (PRAD); pela Pró-Reitoria de Planejamento (PROPLAN); pela Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD); pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (PROPESQ) e pela Pró-Reitoria de Cultura, Extensão e Assuntos Estudantis (PROCEA).

Por fim, os Órgãos Acadêmicos são aqueles que atuam, em nível deliberativo, de forma colegiada, na coordenação das funções de ensino, pesquisa e extensão, tanto em termos de planejamento, como em termos de execução e avaliação. Esses Órgãos são divididos em Núcleos Acadêmicos, presentes em Porto Velho, e Diretorias de Campus, e em outros campi fora de sede. Atualmente, há cinco Núcleos Acadêmicos, divididos nas áreas de atuação, a saber: Núcleo de Ciências Exatas e da Terra (NCET); Núcleo de Ciências Humanas (NCH); Núcleo de Ciências Sociais Aplicadas (NUCSA); Núcleo de Saúde (NUSAU) e Núcleo de Tecnologia (NT); e sete Diretorias de Campus, conforme os campi existentes: Ariquemes; Cacoal, Guajará-Mirim, Ji-Paraná, Presidente Médici, Rolim de Moura e Vilhena. As Diretorias de Campus integram também as funções administrativas.

A suspensão das atividades presenciais no ano de 2020, em razão da pandemia, acarretou o descompasso entre o ano letivo e o ano civil. Em 2021, o ano letivo de 2020 continuou a ser ofertado, de maneira remota, tendo sido encerrado em novembro desse ano, quando foi iniciado o primeiro semestre letivo de 2021. Assim, os números referentes ao ano letivo 2021 não estão integralmente disponíveis. Portanto, apresenta-se, abaixo, o Gráfico 1 com os resultados dos anos letivos 2019 e 2020, para fins de comparação.

Gráfico 1 – Evolução de vagas, ingressantes, matriculados e diplomados na UNIR nos cursos presenciais (anos letivos 2019-2020)



Entre 2019 e 2020, houve uma queda no número de ingressantes. Buscando solucionar essa questão para o ano letivo de 2021, o Processo Seletivo - UNIR/2021 foi executado de forma diferenciada, buscando mitigar os impactos decorrentes da pandemia que impôs a necessidade de adiamento da data de realização da seleção, bem como provocou a diminuição considerável no número de inscritos no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), cuja nota se constitui no principal critério de seleção de candidatos para ingresso na UNIR.

Como forma de enfrentamento a esse contexto gerado pela pandemia, o Edital nº 02/GR/UNIR/2021 estabeleceu as regras para o Processo Seletivo Discente UNIR/2021 e, nesta edição, o ingresso nos cursos de graduação, conforme deliberação do Conselho Superior Acadêmico – CONSEA, ocorreu através da nota de uma das três últimas edições do ENEM (2018, 2019 e 2020). As vagas não preenchidas nessa primeira etapa, foram ofertadas em edital complementar para seleção mediante a média das notas de Língua Portuguesa e Matemática do histórico escolar do Ensino Médio. No total, foram ofertadas 2.665 vagas no Processo Seletivo - UNIR/2021 e, dentre essas, 806 vagas compuseram o edital complementar. Os efeitos dessa ação poderão ser percebidos no próximo ano, com o encerramento do ano letivo 2021, previsto para agosto de 2022.

A Universidade Federal de Rondônia, visando aprimorar as políticas para Pós-Graduação, buscou, em 2021, consolidar e elevar os conceitos dos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu e incentivar e apoiar a criação de novos cursos de pós-graduação, tanto *lato* quanto *stricto sensu*. Do ponto de vista conformidade legal, a Pós-Graduação é regulada por um conjunto de normas internas e externas que orientam o seu funcionamento. As principais instâncias responsáveis pelo planejamento da pós-graduação na UNIR são a Câmara de Pós-Graduação, vinculada ao Conselho Superior Acadêmico; a Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa e as Coordenações de Curso, com seus respectivos colegiados. A gestão da Pós-Graduação na UNIR compete à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPESQ), que tem a atribuição de propor, coordenar, fomentar e divulgar as políticas e ações voltadas à pós-graduação Stricto e Lato Sensu e às Coordenações de Curso. A PROPESQ atua, em conjunto com os coordenadores de Programas de Pós-graduação, para a constante melhoria dos conceitos de avaliação de seus programas. Em 2021, apesar do cenário pandêmico, a PROPESQ promoveu eventos de pós-graduação, como o lançamento da Coleção Pós-Graduação; a Live Bolsistas Produtividade CNPQ, Live sobre Ciência e Meio Ambiente, além do XXX Seminário de Iniciação Científica na UNIR; e ofertou o serviço de publicação de edital para tradução de artigos científicos com Qualis A1 ou A2, conforme previsão no Plano de Ação da PROPESQ (2021).

Figura 1 – Pós-graduação em números - 2021

# PÓS-GRADUAÇÃO EM NÚMEROS

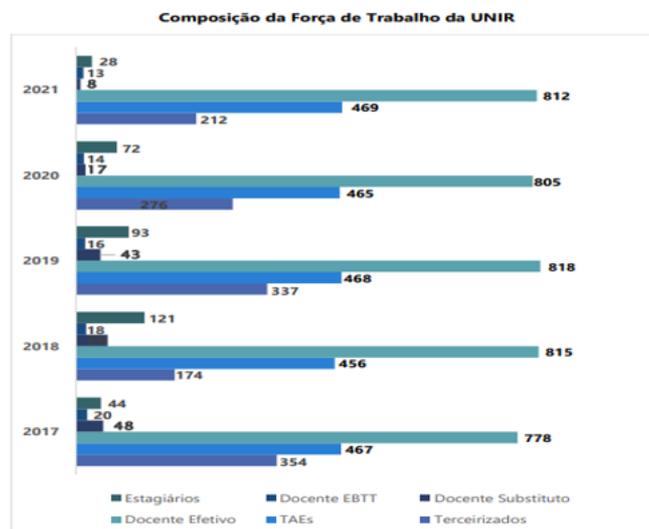


Fonte: PROPESQ (2021)

Os principais objetivos da UNIR, no que diz respeito à Pós-Graduação são: consolidar e elevar os conceitos dos Programas de pós-graduação stricto sensu; e incentivar e apoiar a criação de novos cursos de pós-graduação. Nesse sentido, a Instituição tem se organizado para promover diversas ações para a criação de novos cursos de pós-graduação e o fortalecimento dos cursos já existentes. Dentre essas ações, é possível mencionar: a abertura de vagas para cursos de mestrado e doutorado; a publicação de 23 (vinte e três) *ebooks* de programas de pós-graduação e em destaque, a promoção de workshops aos coordenadores de PPGs e pesquisadores da UNIR em geral. O processo de criação de novos cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu* obedece a trâmites específicos, dependendo da aprovação interna de proposta em sede de colegiados, e, também, pela Capes, por meio do processo de Análise de Propostas de Cursos Novos (APCN). Contudo, a apresentação de Proposta de Cursos Novos (APCN), foi suspensa desde 2020, conforme Portaria nº 37, de 19 de março de 2020, o que dificultou a criação de novos cursos na Instituição. Ainda assim, a expansão da Pós-Graduação da UNIR foi objeto de destaque pela Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), em razão da aprovação de propostas vinculadas ao Programa de Desenvolvimento da Pós-graduação (PDPG) na Amazônia Legal, que visa consolidar os Programas de Pós-graduação das instituições sediadas na Região da Amazônia Legal, além de nuclear novas áreas de concentração ou criação de novos Programas de Pós-Graduação - PPGs, na Amazônia Legal, nas áreas temáticas a ele vinculadas. Além disso, em 2021, entrou em funcionamento o Programa de Pós-Graduação em História da Amazônia, aprovado em 2019 e reconhecido pela CAPES em 2020.

A composição da força de trabalho da UNIR, além do quadro permanente de servidores, entre docentes e técnicos, conta com estagiários e servidores terceirizados na composição de sua força de trabalho. Em 2021, foram nomeados 28 Docentes de Magistério Superior, 9 Técnicos Administrativos em Educação e 9 Professores Substitutos. O provimento de vaga ocorre por meio de Concurso Público, seguindo a legislação vigente, sobretudo às exigências contidas na Lei n. 8.112/1990, ao Decreto n. 6.944/2009 e outras normas conexas. Os concursos para provimento de vagas na carreira docente são realizados, atualmente, pela PROGRAD, enquanto o PRAD coordena o concurso para provimento de vagas para Técnicos Administrativos em Educação. Ainda assim, em 2021, 216 Técnicos e 160 Docentes estavam em situação de aposentadoria e 75 docentes e 41 Técnicos estavam em situação de abono permanência. Sendo assim, a qualquer momento, podem surgir 116 cargos vagos. Ressalta-se que os docentes do Ensino Básico Técnico não entram nessa estimativa, pois são cargos que não podem ser repostos, em função das particularidades do cargo.

Gráfico 2 – Composição da Força de Trabalho na UNIR



Fonte: Prad (2022).

## 1.2 CONTEXTUALIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA, SOCIOAMBIENTAL, TECNOLÓGICA, CULTURAL, POLÍTICA E EDUCACIONAL DA REGIÃO DE ABRANGÊNCIA DO CAMPUS E CURSO

A Fundação Universidade Federal de Rondônia - UNIR como única Instituição de Educação Superior pública do Estado de Rondônia, ao longo dos seus 40 anos de existência, tem centrado muito das suas ações na oferta de cursos de Licenciatura com a finalidade de atender a enorme demanda de formação de professores para a rede de ensino de Educação Básica. Estruturaram-se, primeiramente, os cursos de licenciatura em Letras, Geografia, História, Educação Física, Matemática e Pedagogia na sede em Porto Velho (1980).

Posteriormente, na década de 1990, foram implantados os cursos de Ciências Biológicas (Bacharelado/Licenciatura) e Letras/Espanhol, também em Porto Velho. Em 1988, a UNIR adotou uma política de interiorização de suas atividades acadêmicas, criando cinco campi Universitários nos municípios de Cacoal, Guajará-Mirim, Ji-Paraná, Rolim de Moura e Vilhena. Nesses campi são oferecidas as licenciaturas de Pedagogia, Letras/Português, Matemática e Física, com 40 vagas cada. No entanto, o investimento feito nas licenciaturas nos campi não satisfaz a demanda necessária, inaugurando-se, em 1992, um Programa de Ensino com a denominação de "Cursos Parcelados" (cursos temporários) com objetivo de atender as necessidades periódicas do interior do Estado. O Programa foi viabilizado através de convênios com a Secretaria de Estado da Educação – SEDUC e com as Prefeituras dos municípios beneficiados. Os "Cursos Parcelados" foram implantados nos municípios de Ariquemes, (Pedagogia), Ouro Preto do Oeste (Letras/Português), Pimenta Bueno (Matemática), Jaru (Matemática e Letras/Português), perfazendo um total de 50 (cinquenta) vagas para cada licenciatura.

A partir da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei 9.394/96) que exige a graduação dos professores da Educação Básica, surgiu uma ampla demanda pelos cursos de Licenciaturas, levando a UNIR a fazer um novo atendimento criando o Programa de Habilitação e Capacitação de Professores - PROHACAP a fim de habilitar os professores atuantes na rede pública de ensino. O programa, criado em 2000, atendeu 45 municípios, distribuídos em quatro (quatro) Polos (Porto Velho, Ji-Paraná, Rolim de Moura e Vilhena e sediados em 28 municípios computando, em 2003, um total de 8.095 alunos). Nesse programa foram oferecidos oito cursos de licenciaturas: Pedagogia, Matemática, Letras/Português, Letras/Inglês, Educação Física, Geografia e História.

Em 2003, foi criado o Curso Pedagogia da Terra, com sede no Campus de Rolim de Moura para atender a demanda dos Movimentos Sociais do Campo, totalizando 60 (alunos). O Convênio foi firmado entre a UNIR/RIOMAR/INCRA/PRONERA. O curso possui uma estrutura curricular voltada para a educação do campo. O trabalho já desenvolvido aumentou a credibilidade da Universidade perante a sociedade rondoniense, mas evidenciou claramente a permanência de grandes carências para a formação de professores.

Com as perspectivas oferecidas pela Universidade Aberta do Brasil, na modalidade a distância, novamente a UNIR é chamada a ação pela comunidade que a circunda com a possibilidade de criação de novos cursos no que se refere à necessidade de qualificação dos docentes para atuação no ensino fundamental e possibilitar a ampliação do acesso ao nível superior àqueles rondonienses que não têm possibilidades de cursar na modalidade de ensino presencial.

Nesse sentido, a UNIR se propôs a realizar o primeiro projeto para oferta do Curso de Pedagogia na modalidade à distância, atendendo aos municípios carentes de tal ação. O projeto inicial data de 2005, um ano antes da edição das novas Diretrizes Curriculares para o Curso de Pedagogia (2006). O Curso efetivamente teve início em 2008, com o referido projeto, no entanto, diante da nova legislação em vigor, tornou-se necessário que fosse reformulado.

Com a expansão dos espaços da Universidade e a criação de novos cursos, atualmente a UNIR conta com 69 cursos de graduação, 23 cursos de pós-graduação lato sensu e 27 cursos de pós-graduação stricto sensu, abrangendo diversas áreas do conhecimento em 11 municípios do estado, dos quais 08 possuem campi instalados. Além disso, atua nas áreas de pesquisa e extensão, contribuindo para o desenvolvimento da região amazônica (PDI, p. 11, 2019 e Relatório de Gestão 2021).

Em relação aos impactos regionais da proposta do Projeto de **PEDAGOGIA - LICENCIATURA DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL (FORMAÇÃO DE PROFESSORES MULTIDISCIPLINARES DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL)**, na modalidade EAD, como uma das estratégias de formação de professores para atender as demandas educacionais do Estado de Rondônia. Dessa forma está sendo pensado e proposto de maneira a responder às características geográficas de Rondônia e ao atendimento a legislação quando propõe que a nova licenciatura em Pedagogia deve formar professores multidisciplinares dos anos iniciais do Ensino Fundamental (BRASIL, 2019).

Neste contexto, a proposta de formação de professores na modalidade EAD poderá impactar consideravelmente no processo de continuidade da interiorização da universidade Federal de Rondônia em seus 55 municípios, visando a melhoria e expansão da qualificação dos professores que atuam na Educação Básica em atendimento às metas do Plano Nacional de Formação de professores - PNE (BRASIL, 2014). Além do mais, ao final da execução desta proposta, a UNIR poderá contar com uma possante Rede Comunicacional e de Formação Profissional, podendo atender às mais diversas áreas da Educação, das Tecnologias e da Cultura. A oferta do Curso nesta modalidade, não se dará de forma isolada e potencializará a revitalização dos Polos Regionais de Educação a Distância existentes e permitirá a criação de outros polos, nos quais se efetivam as ações acadêmicas.

## 2 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

### 2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO

O curso está cadastrado no sistema E-MEC sob o número: 107866, foi avaliado com Conceito 4 no ano de 2015 e na última avaliação do ENADE, realizada em 2017, a nota alcançada foi 2.

A construção deste Projeto refere-se ao atendimento da Resolução CNE/CP Nº 2, de 20 de dezembro de 2019, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) - Resolução CNE/CP nº 2 de 22 de dezembro de 2017, que institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica, bem como ofertar um curso com potencial para atender as necessidades, demandas e interesses da sociedade brasileira no tocante a melhoria da formação de professores com vistas à promoção dos processos de aprendizagem para os estudantes da Educação Básica do ensino a distância no Estado de Rondônia. Neste esforço institucional, o Departamento de Ciências da Educação apresenta o PPC do Curso de Pedagogia na modalidade à distância como uma construção coletiva de seus membros.

É patente que a busca de conhecimentos cresce à medida que a modernização vai atingindo as populações mais distantes dos grandes centros urbanos. O momento em que vivemos é caracterizado pelo surgimento de uma nova sociedade em constante mudança, que está se organizando e reorganizando de acordo com as características da sociedade em rede, da globalização da economia e da virtualidade, sociedade esta, que produz novas e mais sofisticadas formas de exclusão, que podem ser enfrentadas com o acesso de todas as pessoas à educação pública, laica e gratuita de qualidade.

O Estado de Rondônia, com uma população de, aproximadamente, um milhão e oitocentos mil habitantes, distribuída em 52 municípios, precisa encontrar diferentes alternativas para incluir em seus sistemas educacionais o grande contingente de pessoas hoje excluídos das oportunidades de escolarização.

Os esforços que vêm sendo realizados pelo sistema estadual e municipais para atender a população das regiões mais distantes e outras de difícil acesso do estado tem sido notável. Contudo, a demanda por formação de professores apresenta um grande aumento face ao considerável crescimento da população escolarizável, somados aos índices de evasão e repetência na Educação Básica que se constata em cada ano. Para enfrentarmos esta realidade se faz necessário adentrar criticamente nesta organização social; compreender os novos instrumentos disponíveis e as dinâmicas de mobilização e expansão; buscando apropriar e utilizar esses recursos e meios de interação para a promoção da escolarização, e consequentemente para a emancipação humana.

Impulsionada pela realidade demonstrada pela Secretaria Estadual de Educação e Secretarias Municipais de Educação, acrescidas das constantes solicitações destas Instituições e por segmentos organizados da sociedade civil, no que se refere à necessidade de qualificação dos docentes para atuação no ensino fundamental e médio, e possibilitar a ampliação do acesso ao nível superior, a Universidade Federal de Rondônia - UNIR é desafiada a ampliar a oferta de educação superior no Estado de Rondônia e encontrar novas formas de levar educação aos locais de difícil acesso no estado. Com a disposição de colaborar e respaldada, agora, pela Universidade Aberta do Brasil tem o propósito de apresentar este projeto de **PEDAGOGIA - Licenciatura dos anos iniciais do Ensino Fundamental** (Formação de Professores Multidisciplinares dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental), na modalidade à distância.

Acreditamos que ao incorporar na formação de professores as novas possibilidades de formação abertas pela educação à distância, torna-se uma necessidade do contexto atual, tanto para a democratização do acesso ao conhecimento, especialmente em regiões nas quais a educação superior ainda é restrita a um pequeno grupo de sujeitos, quanto para a formação de profissionais capazes de utilizar os recursos tecnológicos no processo de construção de conhecimentos.

A formação de professores, desde que articulada às novas demandas desta sociedade em constantes transformações não pode ignorar que é preciso conceber novas formas de garantir, cada vez mais a população rondoniense, o acesso ao conhecimento e para isso se faz necessário criar espaços para o uso de novas linguagens, considerando que o diálogo entre elas ajuda os alunos a trazerem a sua realidade cotidiana para a sala de aula e a se expressarem conforme o seu mundo.

Por isso, consideramos que a formação de professores deve inserir no desenho de sua oferta e expansão, o uso das novas tecnologias, ao mesmo tempo em que fomenta a discussão sobre as influências das mídias na sociedade, ajudando a desenvolver o olhar crítico dos futuros professores sobre o complexo jogo de poder e marketing que sutilmente permeia os meios de comunicação, descobrindo formas mais produtivas de uso das tecnologias da informação e da comunicação no processo educacional.

Conforme defende Silva (2006):

É imprescindível ressignificar as ideias de Paulo Freire para o mundo digital. É preciso criar condições para que os alunos das escolas públicas tenham condições de ler o mundo digital e reescrever a sua própria história; a história do mundo e da sociedade conectada, na qual ele se encontra inserido.

Por isso, a Universidade Federal de Rondônia, organiza e oferece o Curso de PEDAGOGIA - Licenciatura dos anos iniciais do Ensino Fundamental (Formação de Professores Multidisciplinares dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental), por meio da Universidade Aberta e a Distância e se propõe a enfrentar o desafio de experimentar novas formas de estruturar a formação de professores, baseada no desejo de ampliar o acesso aos cursos superiores para um número cada vez maior de sujeitos, e também permitir que os futuros professores sejam formados em um contexto que lhes permita inserir, em seu próprio trabalho, o uso das tecnologias da informação e da comunicação.

Esse desafio une-se à necessidade de remover ou reduzir as barreiras geográficas que inibem o acesso de grande parte da população rondoniense ao ensino superior, e, prioritariamente modificar o quadro educacional do Estado, no que se refere à formação de professores. No caso específico do pedagogo, ele também pode atuar em diferentes níveis, etapas e modalidades de ensino e áreas da educação brasileira.

Dessa forma, o presente projeto inclui as necessidades das populações dos municípios e o crédito desta Universidade que, ao atendê-las, julga contribuir para o desenvolvimento da região, ao mesmo tempo em que cumpre com suas reais finalidades e vocação de Instituição de Educação Superior pública voltada para a realidade que a cerca.

A implantação do Curso de Pedagogia, na modalidade a distância, será viabilizada através de um sistema de cooperação envolvendo a Fundação Universidade Federal de Rondônia, à Universidade Aberta do Brasil, Prefeituras, empresas e demais organizações da sociedade civil interessadas no desenvolvimento da região.

A implantação do presente Curso na modalidade a distância busca nas instituições educativas, entre elas as escolas públicas e as Universidades, alternativa viável para que as classes menos favorecidas tenham acesso a sociedade da informação da qual hoje se encontram excluídas. Mas temos clareza de que não basta o acesso, é preciso educação de qualidade para que os aprendizes consigam atribuir significado às informações e utilizem as tecnologias para resolver problemas de sua vida e de seu contexto. Por isso, defendemos um curso que garanta a qualidade da formação, o uso crítico dos meios de comunicação e a democratização do acesso ao saber, patrimônio construído pela humanidade e hoje, ainda, domínio de poucos.

O Projeto Pedagógico para o Curso de Pedagogia a Distância da UNIR como se apresenta, justifica-se diante da legislação advinda do Governo Federal, através do Ministério de Educação - Secretaria de Educação a Distância para o "Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB" e no documento emitido pelo MEC, através da Secretaria de Educação a Distância que define Educação a Distância como:

[...] compreendida como atividade pedagógica que é caracterizada por um processo de ensino-aprendizagem realizado com mediação docente e a utilização de recursos didáticos sistematicamente organizados, apresentados em diferentes suportes tecnológicos de informação e comunicação, os quais podem ser utilizados de forma isolada ou combinadamente, sem frequência obrigatória de alunos e professores, nos termos do Art. 47, parágrafo 3º, da LDB (SEED, 2005, p. 27).

Este PPC está embasado especialmente na Resolução da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) - Resolução CNE/CP nº 2 de 22 de dezembro de 2017 e Resolução CNE/CP Nº 2, de 20 de dezembro de 2019 - Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC - Formação).

De acordo com as legislações citadas, a reformulação do Projeto Pedagógico Curricular (PPC), apresenta uma visão amplificada da universidade como área expandida para a implementação do tripé ensino-pesquisa-extensão, através do redimensionamento de seu espaço voltado para as novas tecnologias educacionais, que traz à reflexão novos paradigmas relacionados ao tempo e espaço.

O projeto está estruturado numa proposta de ação multidisciplinar e integradora visando alcançar as competências definidas na Resolução 02/2019:

Parágrafo único. As competências gerais docentes, bem como as competências específicas e as habilidades correspondentes a elas, indicadas no Anexo que integra a Resolução 02/2019, compõem a BNC-Formação:

Art. 4º As competências específicas se referem a três dimensões fundamentais, as quais, de modo interdependente e sem hierarquia, se integram e se complementam na ação docente. São elas:

- I - conhecimento profissional;
- II - prática profissional; e
- III - engajamento profissional.

§ 1º As competências específicas da dimensão do conhecimento profissional são as seguintes:

- I - dominar os objetos de conhecimento e saber como ensiná-los;
- II - demonstrar conhecimento sobre os estudantes e como eles aprendem;
- III - reconhecer os contextos de vida dos estudantes; e
- IV - conhecer a estrutura e a governança dos sistemas educacionais.

§ 2º As competências específicas da dimensão da prática profissional compõem-se pelas seguintes ações:

- I - planejar as ações de ensino que resultem em efetivas aprendizagens;
- II - criar e saber gerir os ambientes de aprendizagem;
- III - avaliar o desenvolvimento do educando, a aprendizagem e o ensino; e
- IV - conduzir as práticas pedagógicas dos objetos do conhecimento, as competências e as habilidades.

§ 3º As competências específicas da dimensão do engajamento profissional podem ser assim discriminadas:

- I - comprometer-se com o próprio desenvolvimento profissional;
- II - comprometer-se com a aprendizagem dos estudantes e colocar em prática o princípio de que todos são capazes de aprender;
- III - participar do Projeto Pedagógico da escola e da construção de valores democráticos; e
- IV - engajar-se, profissionalmente, com as famílias e com a comunidade, visando melhorar o ambiente escolar (BRASIL, 2019, p. 2).

As ações a serem empreendidas no processo formativo visam articular a prática educativa do Curso, presente nas disciplinas e atividades especificadas na matriz curricular e na definição da sua operacionalização por meio das estratégias pedagógicas.

Trata-se, pois de um Projeto de Curso que tem sua origem no trabalho articulado e conjunto dos docentes, tutores e discentes do Curso, aqui conceituados como profissionais mediadores, crítico-reflexivos, que implementarão as propostas de formação docente direcionadas para atender as demandas acadêmicas, voltadas para o contexto local, nacional e global, respeitando a diversidade cultural, levando as práticas de pesquisa e extensão no sentido promover a aproximação entre a universidade e a escola.

Desta forma, enfatizamos a relevância de um Currículo dinâmico que tem como proposta as atividades de ensino, pesquisa e extensão, demonstrando concomitantemente, independência e integração, suscitando a necessidade de investigação constante e permanente a fim de que o ensino,

entendido de forma ampla, seja repensado a partir de sua prática, especialmente no que se refere a superação das práticas isolacionistas e fragmentadas, costumeiramente encontradas nos desenhos curriculares.

Neste sentido, a matriz curricular do Curso de Pedagogia a Distância da UNIR fundamenta-se nas 3 dimensões propostas no Art. 4 da Res. 02/2019: I – Conhecimento profissional, II – Prática profissional e III – engajamento profissional.

Tendo como eixo nuclear a realização de estágios curriculares, bem como a construção de conhecimentos científicos e a integração de conhecimentos empíricos que emergem das demandas sociais e das instituições educativas. Neste entendimento, o espaço escolar amplia-se e se reconfigura, abrindo possibilidades múltiplas e diversas para a aprendizagem e a reflexão, que possam subsidiar a práxis pedagógica possibilitando ao educando e educador análise de suas potencialidades profissionais visando à participação social e o exercício pleno da cidadania.

### 2.1.1 Objetivos do curso de Pedagogia a Distância

#### 2.1.1.1 Objetivo geral

Formar professores em **PEDAGOGIA** - Licenciatura dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (Formação de Professores Multidisciplinares dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental) em nível superior, com vistas ao desenvolvimento das competências e habilidades para a docência nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, beneficiando-se das possibilidades trazidas pelo avanço da tecnologia da informação e comunicação em interface com o ensino, a pesquisa e a extensão.

#### 2.1.1.2 Objetivos específicos

- Desenvolver o compromisso profissional do Licenciado em **PEDAGOGIA** - Licenciatura dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (Formação de Professores Multidisciplinares dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental) diante de sua área de atuação na Educação Básica e em espaços nos quais sejam necessários conhecimentos pedagógicos com vista ao desenvolvimento de competências e habilidades para:
- Possibilitar o aprofundamento de saberes disciplinares básicos para a atuação profissional do pedagogo.
- Promover a compreensão e a utilização de saberes metodológicos relacionados aos diferentes saberes.
- Proporcionar o aprofundamento de estudos acerca da complexidade da educação no contexto sociocultural local, nacional e global.
- Desenvolver a pesquisa como atitude profissional do docente em sua prática educativa.
- Enfatizar a compreensão da educação e diversidade multicultural e a pluralidade cultural de crianças, jovens e adultos;
- Enfatizar o entendimento das políticas de inclusão no contexto do trabalho educativo como reconhecimento e valorização humana.
- Promover a compreensão dos saberes teóricos e práticos relativos ao processo educacional, possibilitando a formação em suas interfaces com as transformações dos contextos sociais e educacionais;
- Formar um profissional com capacidade de agir nas mais diferentes modalidades de ensino, apto a compreender criticamente a problemática da realidade educacional de forma a prevenir os problemas que afligem a esfera educacional (evasão, repetência, analfabetismo, violência, entre outros), enfatizando a adoção de atitudes reflexivas e transformadoras como agente ativo na sociedade.

#### 2.1.2 Modalidade de oferta

O curso será ofertado na modalidade à distância, conforme estabelece o Edital Nº 9/2022 do Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB), com atividades remotas síncronas e assíncronas, com atividades à distância e será presencial apenas para as atividades relacionadas aos estágios supervisionados, conteúdos práticos e quando necessário para as atividades de extensão e ACC.

#### 2.1.3 Identificação do funcionamento do curso - Turno de funcionamento

Conforme preconiza a Resolução nº 500/CONSEA, de 12 de setembro de 2017, que normatiza o horário de funcionamento dos cursos da Universidade Federal de Rondônia, o curso de Pedagogia – EAD funcionará no período noturno, sendo que as atividades práticas, de extensão e estágios poderão ser realizadas no período matutino e/ou vespertino, em decorrência de que as escolas dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental funcionam nestes respectivos horários.

#### 2.1.4 Número de vagas

Serão ofertadas 30 vagas por polo, atendendo ao que estabelece o Edital Nº 9/2022 Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB) - Chamada para Articulação de Cursos Superiores na Modalidade EAD no Âmbito do Programa Universidade Aberta do Brasil - UAB (PROCESSOS Nº 23038.009848/2021-13 e Nº 23118.001315/2022-76).

#### 2.1.5 Previsão de semestre de ingresso

Consoante ao que estabelece o Edital Nº 9/2022 - Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB), a previsão de oferta de ingresso está vinculada ao primeiro semestre letivo da Universidade Federal de Rondônia do ano de 2023.

#### 2.1.6 Polos

Os polos que farão parte da oferta do curso em tela, conforme Resultado do Edital 09/2022 da UAB (Processo Nº 23118.001315/2022-76), correspondem aos seguintes municípios: Porto Velho, Ariquemes, Buritis, Chupinguaia, Ji-Paraná e Nova Mamoré. Os endereços de funcionamento dos cursos serão definidos *a posteriori*.

#### 2.1.7 Tempo Mínimo e Máximo de integralização

O prazo para integralizar o curso será de no mínimo oito (8) semestres e, no máximo doze (12) semestres, conforme regulamenta a Resolução nº 095/CONSEA, de 27 de abril de 2005, onde explicita em seu Art. 1º que, a UNIR resolve: “Fixar o tempo máximo para integralização dos cursos da Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR, 50% ao prazo regular previsto para a conclusão do curso”. Cumprirá a determinação legal quanto aos dias letivos – 100 dias por semestre - com 04 (quatro) horas (relógio – 60 minutos) de atividades diárias, durante cinco dias na semana.

### 2.1.8 Grau

Será conferido aos concluintes o grau de “Licenciatura”.

### 2.1.9 Titulação Conferida

Com base na resolução 2/2019, a titulação conferida será de Licenciado em Pedagogia para atuar nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

### 2.1.10 Concepção teórico-metodológica do curso

Os princípios orientadores da constituição deste currículo são: a diversidade como princípio e valor a ser agregado na constituição da identidade docente, formação e consolidação do perfil leitor do futuro professor, formação voltada para o desenvolvimento de competências e habilidades, articulação do currículo pelos grupos I, II e III, atividades pesquisa/extensão e Atividades Complementares (ACC) para desenvolvimento do paradigma formativo do professor pesquisador, reflexivo e crítico.

Com o propósito de atingir tais princípios espera-se um esforço concentrado por parte de todo o corpo docente do curso de Pedagogia modalidade EAD, para viabilizar aos acadêmicos todas as condições para o desenvolvimento pleno das competências exigidas para funções inerentes ao educador, bem como sua atuação ativa como cidadão, desde sua formação comum até a específica, da análise crítica e entendimento dos problemas locais para os globais e do entendimento das especificidades do microcosmo (escola e entorno) para o macro (planeta), objetivando:

- Analisar, compreender e refletir de forma crítica sobre a realidade social dos países emergentes e seu impacto junto às políticas públicas educacionais e de financiamento à educação, com propósito de conceber e implantar ações no sentido de contribuir para melhorar e fortalecer os espaços de atuação docente.
- Conhecer e assimilar metodologias e recursos para potencializar ensino-aprendizagem e os processos de atuação profissional.
- Desenvolver o espírito de pesquisador e de aprender a aprender (formação continuada) para bom desempenho da função.
- Ampliar e consolidar o espírito crítico, empreendedor e o pensamento reflexivo por meio de atividades de ensino, pesquisa, extensão e do desenvolvimento tecnológico e cultural, integrando todos os elementos constituintes dos grupos I, II e III e o desenvolvimento de suas respectivas competências.

### 2.1.11 Contextualização do curso/Dispositivos legais

A matriz curricular do curso de Pedagogia a Distância encontra-se organizada com base nos seguintes dispositivos legais:

- [Lei de Diretrizes e Bases da Educação lei nº 9.394, de 20 de Dezembro De 1996](#). Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Capítulo VI - Artigos 43 a 67;
- Resolução CNE/CP Nº 2, de 20 de dezembro de 2019 (\*) (1). Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação);
- [Resolução nº 1, de 11 de março de 2016](#). Estabelece Diretrizes e Normas Nacionais para a Oferta de Programas e Cursos de Educação Superior na Modalidade a Distância;
- [Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017](#). Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;
- Lei nº 11.645/2008, Resolução CNE/CP nº 1/2004, que trata das diretrizes para educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena;
- Lei nº 9.795/1999 e Decreto nº 4.281/2002, que dispõem sobre políticas de educação ambiental;
- Decreto nº 5.626, que dispõe sobre a oferta de LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais em cursos de graduação;
- Resolução CNE/CP nº 01/2012, que estabelece diretrizes para a educação em Direitos Humanos; Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, conforme disposto na Lei Nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012; condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, conforme disposto na CF/88, art. 205, 206 e 208, na NBR 9050/2004, da ABNT, na Lei Nº 10.098/2000, nos Decretos Nº 5.296/2004, Nº 6.949/2009, Nº 7.611/2011 e na Portaria Nº 3.284/2003;
- Lei Nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 que dispõe sobre o estágio de estudantes;
- [Resolução 454/ CONSEA, de 21 de setembro de 2016](#). Normas Gerais para realização de Estágio dos cursos de Graduação da UNIR;
- Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimento o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024 e dá outras providências;
- Resolução nº 349/CONSEA, de 06 de setembro de 2021, regulamenta a curricularização das atividades de extensão da UNIR nos cursos de graduação da Fundação Universidade Federal de Rondônia;
- Resolução CNE/CP Nº 1, de 15 de maio de 2006. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura (ACC);
- [Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002](#). Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências;
- [Decreto 5626, de 22 de dezembro de 2005](#). Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei 10.098, de 19 de dezembro de 2000.
- Resolução Nº 419, de 30 de maio de 2022, que regulamenta o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) nos cursos de graduação da Universidade Federal de Rondônia;
- [Lei Nº 12.764, de Nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012](#). Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990;
- [Resolução 278/CONSEA, de 04 de junho de 2012](#), regulamenta os parâmetros para a elaboração de projetos político- pedagógicos de cursos de graduação da UNIR;

## 2.2 ESTRUTURA CURRICULAR DO CURSO DE PEDAGOGIA A DISTÂNCIA

Tendo em vista o profissional que pretendemos formar, ou seja, Licenciado para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental (FORMAÇÃO DE PROFESSORES MULTIDISCIPLINARES DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL), o Curso oferece formação teórico-prática pautado numa matriz curricular que está definida a partir das dimensões: Conhecimento Profissional, Prática Profissional e Engajamento Profissional, organizados em 3 grupos:

**A) Grupo I – Conhecimentos Básicos: 800 (oitocentas) horas, para a base comum que compreende os conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos e fundamentam a educação e suas articulações com os sistemas, escolas e práticas educacionais:** Objetiva desenvolver competências elementares à função docente por meio do conhecimento das teorias e literaturas pertinentes, análise crítica e reflexiva da realidade educacional brasileira e da

sociedade que a constituiu; o desenvolvimento do processo educacional, social e dos desafios inerentes a cada tempo histórico para formalização de uma proposta de educação laica, popular e pública. Na UNIR o núcleo básico terá como eixo norteador à diversidade e multiculturalismo da sociedade brasileira.

**b) Grupo II – Conhecimentos Específicos: 1780 (mil setecentos e oitenta) horas, para a aprendizagem dos conteúdos específicos das áreas, componentes, unidades temáticas e objetos de conhecimento da BNCC, e para o domínio pedagógico desses conteúdos:** enfocando conteúdos da formação priorizada. Centra-se no desenvolvimento de competências para a pesquisa na prática docente, aplicação e avaliação de processos didáticos e da gestão dos espaços educativos com vistas ao desenvolvimento pessoal, profissional e social sob a ótica da diversidade cultural, e das novas necessidades que emergem das demandas da Sociedade do Conhecimento;

**c) Grupo III – Prática Pedagógica: 810 (oitocentas e dez) horas, assim distribuídas: a) 400 (quatrocentas) horas para o estágio supervisionado, em situação real de trabalho em escola; e b) 410 (quatrocentas e dez) horas para a prática dos componentes curriculares dos Grupos I e II, distribuídas ao longo do curso.** Essa prática busca o desenvolvimento de atividades com o perfil de admitir a experiência dos licenciandos nos mais diversos espaços e contextos pertinentes à área do curso. Articula o currículo por meio de atividades práticas e promove o desenvolvimento de competências para autogestão do conhecimento e da formação continuada com vistas a aprender a integrar os diferentes saberes.

Assim, os três grupos devem estar presentes durante todo o curso, divididos para fins de organização didática em disciplinas, mas integrados com objetivo de desenvolver competências necessárias para atuação docente com autonomia, criticidade, razão e sensibilidade junto aos alunos.

## 2.3 METODOLOGIA

Nesse Projeto, as práticas curriculares são trajetórias orientadas pela problemática do processo formativo que, neste desenho, são partes constituintes de cada grupo. Nesse sentido, a docência deve ser exercida com autonomia didático-pedagógica, explicitação epistemológica e planejamento participativo, de tal sorte que todas as dimensões da problemática possam se tornar visíveis na produção acadêmico-científica e na inserção do Curso de Pedagogia na Sociedade.

Entende-se por autonomia didático-pedagógica a liberdade que o docente tem de levantar, selecionar e organizar conteúdos, técnicas de ensino, métodos pedagógicos, teorias científicas, que orientem sua prática educativa. A explicitação epistemológica é uma tomada de decisão necessária à prática científica comprometida com interesses politicamente definidos. O planejamento participativo é uma ação desejável com vistas à consolidação das aprendizagens e do próprio curso.

O currículo, para o desenvolvimento das competências e habilidades previstas, deve apresentar as condições sob as quais serão revisadas suas práticas e analisado o êxito e coerência de seus propósitos declarados. Neste projeto são três os indicadores que se destacam como mínimos para metodologia para execução do currículo:

- Autonomia Didático-pedagógica: Diversidade de projetos, Vivências, Inovações, Compromissos com as Rotinas Formativas;
- Explicitação epistemológica: Coerência teórica na produção acadêmica e Coerência prática no exercício da Docência; Programa da Disciplina; Intervenção Social;
- Planejamento Participativo: Elaboração colegiada do Planejamento; Produção em Grupo dos Recursos Didático-Pedagógico; Disseminação do Conhecimento;

Estes indicadores são apresentados quando da apresentação das ementas e bibliografias do curso que constituem parte deste PPP, bem como orientador das escolhas referidas as atividades-meio quanto às condições de trabalho e prioridades de investimento, bem como para as ações científicas, respeitando-se os interesses pessoais, mas identificando-os com o compromisso com a formação profissional que se pretenda oferecer.

## 2.4 RECURSOS DIDÁTICOS

Serão utilizados e disponibilizados aos acadêmicos os recursos didáticos e audiovisuais necessários para o alcance dos objetivos educacionais propostos, como vídeos e arquivos multimídia, textos complementares, hipertextos e acesso ao acervo da biblioteca física e digital da UNIR e demais recursos que forem sendo identificados como pertinentes para a formação acadêmico-profissional do estudante.

O material didático será organizado em:

I. Material Didático em mídia: em cada disciplina, o aluno utilizará o livro-base que orientará as atividades, com indicações de leituras complementares, sites de pesquisa acadêmica e, ainda, as referências bibliográficas que poderão ser consultadas pelo estudante.

II. Material Didático Virtual: Os professores elaborarão, organizarão e disponibilizarão o material didático em ambiente virtual de aprendizagem para que os alunos possam estudar e realizar pesquisas de forma a atender às exigências de cada disciplina do curso.

As referências bibliográficas e materiais utilizados pelos acadêmicos serão avaliados e validados pelo NDE do curso e pelos docentes das disciplinas, observando o que preconizam as DCNs para o curso de Licenciatura em Pedagogia.

## 2.5 AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO-APRENDIZAGEM

### 2.5.1 Sistema de Avaliação

A avaliação, no contexto interno deste projeto de Curso de Licenciatura em Pedagogia, através da EAD, é entendida na perspectiva de Neder (1996), como uma atividade político-pedagógica, que tem por função básica fundamentar tomadas de decisão. Nesse sentido, o processo de avaliação desse projeto pressupõe não só análises e reflexões relativas às dimensões estruturais e organizacionais do projeto, numa abordagem didático-pedagógica, como também as dimensões relativas aos aspectos políticos do processo de formação de professores para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Dentre os aspectos de maior significação para o processo de tomada de decisões relativas ao curso, destacam-se: avaliação da proposta curricular; a avaliação da aprendizagem; e a avaliação do material didático; a avaliação da orientação e coordenação acadêmica; a avaliação do sistema comunicacional da EAD. Neste projeto, é dado destaque para a avaliação de aprendizagem, uma vez que os outros aspectos serão trabalhados através de atividades operacionais.

O processo de avaliação de aprendizagem na Educação à Distância, embora possa, segundo Neder (1996), se sustentar em princípios análogos aos da educação presencial, requer tratamento e considerações especiais em alguns aspectos:

A postura de avaliação assumida no ensino-aprendizagem pressupõe por um lado, uma compreensão do processo epistêmico de construção do conhecimento e, por outro, a compreensão da ação de avaliar como processo eminentemente pedagógico de interação contínua entre aluno/conhecimento/professor.

Embora a avaliação se dê de forma contínua, cumulativa, descritiva e compreensiva, é possível particularizar três momentos no processo, quais sejam: acompanhamento do percurso de estudo do aluno, através dos diálogos e entrevistas com os Tutores; produção de trabalhos escritos e performáticos, que possibilitem sínteses dos conhecimentos trabalhados; e apresentação de resultados de estudos e pesquisas realizadas semestralmente, mais especificamente sob a orientação de professores e tutores.

E, embora a avaliação se dê de forma contínua, cumulativa, descritiva e compreensiva, é possível particularizar três momentos no processo:

Meio I: acompanhamento do percurso de estudo do aluno, mediante diálogos e entrevistas; participação em fóruns, chats, diários de bordo e outros recursos do ambiente virtual;

Meio II: produção de trabalhos escritos, postados no ambiente virtual, que possibilitem sínteses dos conhecimentos trabalhados;

Meio III: Desenvolvimento e apresentação de resultados de pesquisas realizadas ao longo das áreas temáticas. Acontecerá por intermédio da observação, da descrição e da análise contínua de seu desempenho que, embora se expresse em diferentes níveis e momentos, não deve alterar a condição processual. A participação do aluno nos trabalhos solicitados ou indicados, nas atividades complementares e nas atividades de extensão ao final dos semestres letivos serão, igualmente, objetos de avaliação.

Num primeiro nível, busca-se observar e analisar como se dá o processo de estudo do aluno, se ele está acompanhando as abordagens e discussões propostas no material didático; quais os graus de dificuldades encontradas na relação com os conteúdos trabalhados; como é seu relacionamento com a orientação acadêmica; como desenvolve as propostas de aprofundamento de conteúdo; qual sua busca em termos de material de apoio, sobretudo bibliográfico; mantém-se um processo de interlocução permanente com os professores e tutores; como se relaciona com outros alunos do curso; se realiza as tarefas propostas em cada área de conhecimento; se utiliza dos diferentes canais para sua comunicação com a orientação acadêmica e com os professores; se é capaz de estabelecer relações entre o conhecimento trabalhado e sua prática pedagógica; se faz indagações e questionamentos sobre as abordagens propostas, se tem problemas de ordem pessoal ou profissional interferindo no seu processo de aprendizagem. O acompanhamento nesse nível se dá através da orientação acadêmica, com descrição em fichas individuais e com critérios para análise do envolvimento do aluno no processo. Cada Tutor, sob supervisão dos Professores de Disciplina, assume o acompanhamento e a avaliação de primeiro nível dos inscritos sob sua tutoria direta para que se possa acompanhar individualmente cada aluno. Caso o aluno não apresente um desempenho satisfatório em termos de compreensão dos conteúdos trabalhados, ele é aconselhado a refazer seu percurso, aprofundando e ampliando suas leituras.

Num segundo nível, busca-se observar em que medida o aluno está acompanhando o conteúdo proposto em cada uma das áreas de conhecimento, isto é, se é capaz de posicionamentos crítico-reflexivo frente às abordagens trabalhadas e se apresenta as competências e habilidades necessárias à sua prática docente. Nesse nível, o aluno realiza avaliações formais, com proposições, questões e temáticas que lhe exijam não só um nível de síntese dos conteúdos trabalhados, mas também a produção de textos escritos, com nível de estruturação que um texto acadêmico exige. Essas questões ou proposições são elaboradas pelos professores de disciplinas responsáveis pelas áreas de conhecimento, com a participação do tutor presencial. Este nível de avaliação é também descrito e registrado nas fichas individuais do aluno. Caso o aluno não tenha o desempenho desejado, ele é aconselhado a refazer alguns percursos de estudo, aprofundando mais suas leituras e práticas.

Somente atendendo as exigências desses dois níveis, o aluno é aconselhado a submeter-se à avaliação final daquela etapa, participando da avaliação final três. Neste terceiro nível, o aluno realiza estudos ou pesquisas, a partir de proposições temáticas relacionadas a questões educacionais, sobretudo ligadas ao cotidiano escolar. Os resultados desses estudos e atividades são desenvolvidos e apresentados em Seminários ou relatórios a depender dos docentes. A preocupação neste nível é de oportunizar ao aluno elementos para a produção de um trabalho de análise crítico-reflexivo frente a uma determinada temática ou situação de seu cotidiano escolar, bem como contextualizá-lo, oportunizando uma abordagem integradora entre os conteúdos das diferentes áreas de conhecimento.

A intencionalidade das atividades avaliativas que se dão de modo processual, contínuo e formativo é de que o acadêmico possa “refazer o percurso” (um ir e vir, um retomar, um rever), apoiado pelo orientador e equipe pedagógica, até que consiga “dar o salto” e continuar, assim, para a etapa seguinte do curso, pois ele tem um prazo mínimo de quatro anos e máximo de seis para concluir o curso. Somente após a realização e participação nesses três momentos de avaliação é feita a valoração final do desempenho do aluno, traduzida em número (nota) por exigência de normas institucionais. Para tanto, a frequência da carga horária nas aulas síncronas ofertadas de forma remota, e quando presencial naquelas atividades inerentes a Prática Pedagógica mais especificamente os Estágios cuja atividade é presencial, a participação é obrigatória, tolerando-se um limite de 25% de faltas às aulas síncronas ministradas em cada módulo.

São exigidos, para aprovação e promoção de um módulo para outro, bem como para a conclusão do Curso, o coeficiente de 60% (sessenta por cento) de aproveitamento médio em todos os meios/instrumentos de avaliação aplicado, bem como um mínimo de 50% em cada um deles. Há também a exigência de pelo menos 75% de frequência nas atividades presenciais. Os momentos presenciais acontecem, preferencialmente, às sextas-feiras, sábados e domingos e se configuram como aulas com a presença do professor ministrante, tutoria presencial de apoio, e com a presença do aluno.

O processo de avaliação é de responsabilidade do professor ministrante da disciplina, expresso em um conceito final mínimo para aprovação de 6,0 pontos (6,0) e segue as mesmas normas do curso na modalidade presencial da UNIR. A avaliação acadêmica será realizada fundamentadas nos artigos 120 e 121 do Regimento Geral - UNIR e Resolução Nº 338, de 14 de julho de 2021 (Regulamenta o processo de avaliação discente dos cursos de graduação da UNIR - Revoga a Resolução 251/1997/CONSEPE.), enfatizando-se que o rendimento do desempenho discente será aferido por disciplina, considerando a preponderância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, registrados pelos docentes no SIGAA.

Neste contexto avaliação de desempenho dos acadêmicos no curso, estes serão avaliados por um processo contínuo de avaliação por cada atividade proposta pelos docentes responsáveis e no conjunto do semestre. Quanto à avaliação dos processos de ensino e aprendizagem, estes observarão as linhas gerais a que a UNIR e baseados nos princípios a seguir:

- Avaliação **diagnóstica** no início do processo, verificando princípios básicos do processo ensino aprendizagem;
- Avaliação **formativa** durante o processo educativo com as seguintes atividades: acompanhamento do desempenho dos acadêmicos no desenvolvimento das atividades educativas tais como, participação, interesse, apresentações em grupo e desempenho individual em atividades práticas (em sala e em campo);
- Avaliação **somativa** no final de cada etapa do processo (bimestral) através da avaliação, pelo docente, das atividades realizadas, obedecendo os critérios estabelecidos em regimento UNIR.

A média para aprovação será de no mínimo 6,0 pontos (seis vírgula zero) e o aluno terá direito a realizar a prova repositiva quando não estiver reprovado por frequência. Conforme, preconiza o Art. 4º da Resolução Nº 338, de 14 de julho de 2021: “A nota final deverá ser registrada de 0,0 (zero) a 10,0 (dez), em números inteiros ou em fração decimal de uma casa, como resultado do cálculo de todas as avaliações, conforme descrito no plano de ensino” e “Art. 5º O discente deverá obter nota final igual ou superior a 6,0 (seis) para ser considerado aprovado”.

Observação: a prova repositiva substitui a menor nota e não poderá substituir a nota quando o aluno não realizar a avaliação, ou seja, a repositiva não será utilizada para avaliação não realizada.

Em relação a frequência, a aprovação em cada disciplina vincula-se a frequência mínima de 75% como delimita o “Art. 6º A frequência mínima para a aprovação é de 75% (setenta e cinco por cento)” da Resolução Nº 338, de 14 de julho de 2021.

## 2.5.2 Avaliação institucional

A avaliação, e possível revisão do projeto, deverá considerar os indicadores metodológicos já descritos e promover encontros regulares, aplicação de instrumentos e revisão criteriosa das atividades formadoras para produção de relatórios de acompanhamento que antecipe pontos a serem revistos e minimize-se riscos de obsolescência sobre o campo de conhecimento, produção teórica e/ou práticas pedagógicas inadequada ao propósito declarado neste PPP.

Respeitadas as normas de avaliação prevista no Regimento Geral da Universidade Federal de Rondônia, o curso de pedagogia adota um sistema de avaliação em dois níveis:

- a) Por um conselho permanente de professores e alunos, eleitos e/ou indicados por um colegiado de alunos e professores;

b) Por um processo de consulta externa a cada dois anos a partir da conclusão da primeira turma de alunos egressos quando da aprovação e efetivação deste PPP.

## 2.6 PRINCÍPIOS ORIENTADORES DO CURRÍCULO

Os princípios orientadores da constituição deste currículo são: a diversidade como princípio e valor a ser agregado na constituição da identidade docente, formação e consolidação do perfil leitor do futuro professor, formação voltada para o desenvolvimento de competências e habilidades, articulação do currículo pelos grupos I, II e III, atividades pesquisa/extensão e Atividades Complementares (ACC) para desenvolvimento do paradigma formativo do professor pesquisador, reflexivo e crítico.

Com o propósito de atingir tais princípios espera-se um esforço concentrado por parte de todo o corpo docente do curso de Pedagogia modalidade EAD, para viabilizar aos acadêmicos todas as condições para o desenvolvimento pleno das competências exigidas para funções inerentes ao educador, bem como sua atuação ativa como cidadão, desde sua formação comum até a específica, da análise crítica e entendimento dos problemas locais para os globais e do entendimento das especificidades do microcosmo (escola e entorno) para o macro (planeta), objetivando:

- Analisar, compreender e refletir de forma crítica sobre a realidade social dos países emergentes e seu impacto junto às políticas públicas educacionais e de financiamento à educação, com propósito de conceber e implantar ações no sentido de contribuir para melhorar e fortalecer os espaços de atuação docente.

- Conhecer e assimilar metodologias e recursos para potencializar ensino-aprendizagem e os processos de atuação profissional.

- Desenvolver o espírito de pesquisador e de aprender a aprender (formação continuada) para bom desempenho da função.

- Ampliar e consolidar o espírito crítico, empreendedor e o pensamento reflexivo por meio de atividades de ensino, pesquisa, extensão e do desenvolvimento tecnológico e cultural, integrando todos os elementos constituintes dos grupos I, II e III e o desenvolvimento de suas respectivas competências.

## 3 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

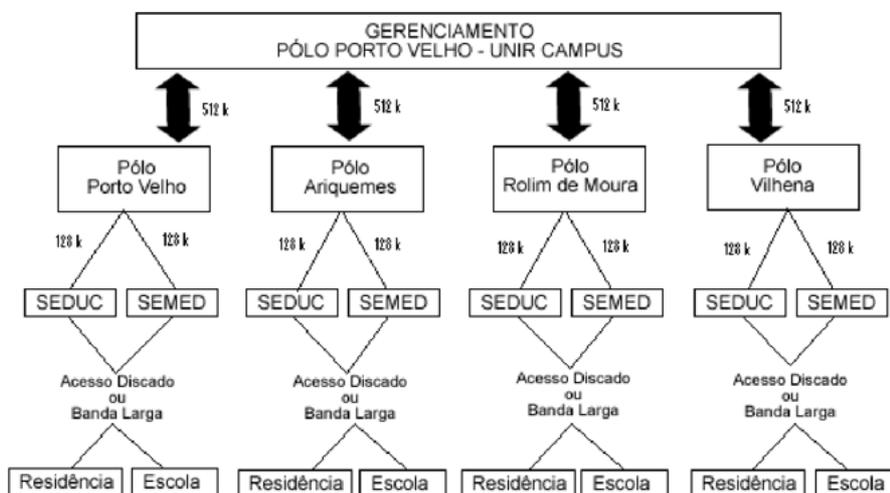
O Curso de Pedagogia na modalidade a distância conta com o apoio do Centro de Educação a Distância e Novas Tecnologias (CEADT/DIRED), da Coordenação da UAB, do Departamento Acadêmico de Ciências da Educação (DACED), do Laboratório Didático Pedagógico Multimídia (LABMIDIA) cujas ações fazem parte de uma Política Institucional de Educação a Distância.

Quanto ao LABMIDIA, ele é um espaço pedagógico de ensino da UNIR para subsidiar ações de ensino, pesquisa e extensão dos cursos de graduação e pós-graduação, regulares e presenciais, com a produção de materiais didáticos pedagógicos e cursos de formação continuada na área das linguagens virtuais e tecnológicas, podendo também oferecer suporte às atividades deste curso.

A infraestrutura específica, a ser montada para atender às necessidades dos cursos e projetos de ensino à distância da Universidade, constitui-se como uma rede de grande amplitude (WAN - *Wide Area Network*), possibilitando a conexão entre computadores e entre sistemas de telefonia entre os Polos de EAD da UNIR.

A rede está implantada e preparada para realizar a conexão com as secretarias de educação municipais ou estadual, a fim de disponibilizar serviços, por essa rede, às escolas públicas. O diagrama <sup>[1]</sup> básico do *backbone* a ser criado está ilustrado a seguir.

<sup>[1]</sup> Compõe a EAD/UAB/UNIR, no ano de 2013, os polos: Porto Velho, Ariquemes, Rolim de Moura, Chupinguaia, Nova-Mamoré, Ji-Paraná e Buritis.



\* A sigla SEDUC nessa ilustração está representando a Secretaria Estadual de Educação.

\* A sigla SEMEC nessa ilustração está representando a Secretaria de Municipal de Educação.

\* O Diagrama poderá ser alterado em decorrência da demanda apresentada pelos municípios polos e convênios firmados.

O campus de Porto Velho será o elo principal da rede, centralizando os acessos aos demais Polos de EAD. Os servidores instalados disponibilizarão os serviços de hospedagem de páginas de internet para os cursos à distância; servidor de *e-mail* (*Gmail* e *Web Mail*); servidor de banco de dados; servidor de arquivos e servidor *Proxy*. As linhas de comunicação entre os *campi* devem possuir no mínimo uma banda de 512kb, a fim de garantir os serviços de videoconferência e comunicação de dados.

As conexões (enlaces) entre os Polos de EAD da UNIR e as Secretarias de Educação Estadual e Municipais de Rondônia serão de responsabilidade das próprias secretarias, assim como a disponibilização do acesso às escolas. Porém, é importante que esses acessos sejam realizados de forma adequada para se evitar que haja um congestionamento no tráfego de informações. Para cada interessado na conexão será disponibilizado um documento normatizando a forma deste acesso, a fim de esclarecer as atividades que serão e as que não serão permitidas nessa rede. Somente com o comprometimento da Secretaria de Educação e das escolas envolvidas, e com a observância das normas de utilização do *Backbone* da UNIR, o acesso poderá ser liberado. Essas normas são necessárias para garantir uma *performance* suficiente para as atividades pretendidas.

### 3.1 ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CEADT/UNIR (CEADT corresponde à DIRED) <sup>[1]</sup>

Centro de Educação a Distância e Tecnologias (CEADT) encarregar-se-á de capacitar pessoal; elaborar, gerenciar, acompanhar e avaliar projetos, além de gerenciar ações referentes à transmissão e divulgação de programas educacionais voltados para a disseminação do conhecimento, qualificação e capacitação dos profissionais de diferentes áreas do conhecimento. Assim, disponibilizará a infraestrutura técnica necessária para a implementação da Educação a Distância na UNIR. Será responsável pelo provimento de acesso aos recursos de rede para os demais Polos. Estes, por sua vez, serão pontos de presença da rede e, portanto, configurados diferentemente, uma vez que a unidade sede os proverá dos serviços de produção e distribuição de material multimídia, redes, coordenação e administração. Assim, estrutura organizacional do Centro de Recurso Multimídia na sede terá a seguinte configuração:

**Coordenação Geral do Centro** – responsável pelas políticas de desenvolvimento das atividades do CRM/EAD, representação em conselhos entre outros. Também deverá estabelecer contatos com profissionais e instituições que atuam com EAD no Brasil e exterior, promovendo e divulgando junto aos meios de comunicação cursos e eventos relacionados à EAD e Tecnologias Educacionais.

**Coordenação Administrativa** – responsável pelas atividades estratégicas e operacionais, implantando projetos, alocando recursos para o desenvolvimento e funcionamento dos cursos. Será também responsável pela impressão e distribuição do material didático e de todos os aspectos burocráticos relacionados ao percurso acadêmico dos cursistas.

**Coordenação Pedagógica:** Composta por especialistas em educação à distância, tecnologia educacional, comunicação e multimídia para coordenar os subsistemas de concepção, produção e avaliação dos cursos nos processos de ensino-aprendizagem, como desenvolver pesquisas que permitam um conhecimento da realidade dos cursos e que auxiliem na retroalimentação deles. Deverá responsabilizar-se pela formação e acompanhamento dos tutores, proporcionando uma comunicação interativa entre os tutores, os professores-especialistas e os cursistas.

**Equipe de Professores Especialistas:** Composta por professores de cada uma das disciplinas de um curso a ser ofertado. Estes terão a responsabilidade da escolha ou produção do material didático e receberão assessoria da equipe de Coordenação Pedagógica no processo de concepção e produção do material didático. Caberá ao especialista da disciplina assessorar e acompanhar o trabalho dos tutores, quando do oferecimento dela, e avaliar o processo ensino-aprendizagem dos alunos, em parceria com os tutores.

**Equipe de Secretaria:** Responsável por desempenhar as funções relativas ao recebimento, expedição e arquivo de correspondências referentes aos cursos e do CRM.

**Coordenação de Produção de Material Didático Multimídia:** Composta por seis equipes técnicas que desenvolverão suas atividades no laboratório de audiovisual e fotográfico. São elas:

**a) Equipe de Design:** Responsável pelo desenvolvimento da imagem corporativa do campus virtual e da identidade dos materiais a serem veiculados nos cursos, sejam eles em suporte concreto ou virtual.

- Divisão de Estruturação: Responsável pela estruturação, organização e seleção dos materiais que serão utilizados nos cursos.

- Divisão de programação e produção multimídia: Responsável pela integração de elementos e recursos multimídia nos materiais disponibilizados nos cursos.

- Divisão de normalização: Responsável pela estrutura de normas e técnicas dos materiais impressos, da responsabilidade pela tradução dos materiais para outros idiomas e de checagem dos direitos autorais.

**b) Equipe de Revisão:** Responsável por revisar o texto quanto ao conteúdo da disciplina e quanto aos elementos textuais.

**c) Equipe de Controle dos Ambientes:** Compreende o pessoal que será responsável pela organização, programação, manutenção e atendimento de todos os ambientes do CRM, conforme identificação a seguir:

- Responsável pela Sala de videoconferência: Manterá em perfeito funcionamento os equipamentos, inclusive realizando observações sobre o comportamento dos professores e alunos frente ao uso deles, objetivando a criação de curso de capacitação para um melhor aproveitamento da videoconferência, mantendo-se sempre atualizado em relação às tecnologias emergentes para aplicação na área em questão.

- Responsável pela Telessala: Manterá em perfeito funcionamento os equipamentos, inclusive realizando observações sobre o comportamento dos professores e alunos frente ao uso deles, objetivando a criação de curso de capacitação para um melhor aproveitamento da telessala.

- Responsável pelo Laboratório de Informática: Manterá em perfeito funcionamento os equipamentos, inclusive realizando observações sobre o comportamento dos professores e alunos frente ao uso deles, para o atendimento dos cursistas de EAD, dos professores e alunos da disciplina Tecnologia na Educação.

- Responsável pela Mídia-teca: Será responsável em organizar e catalogar todo o material de consulta do CRM e dos serviços oferecidos, sejam eles em formato eletrônico, em vídeo, em áudio e impresso; fará a manutenção do acervo conforme a especificidade do material; será o responsável em dinamizar a relação entre o sistema e o usuário, devendo estar sempre atento e disponível para prestar auxílio a qualquer problema de ordem técnico-pedagógico, além de controlar os serviços de empréstimos e atendimento na utilização dos recursos tecnológicos disponibilizados no ambiente.

**d) Equipe de Tutoria:** Será responsável por garantir a inter-relação personalizada e contínua do cursista no sistema e viabilizará uma articulação entre os elementos do processo de EAD: CRM, professores-especialistas e cursistas.

- Responsável pela Sala de Servidor de Redes – responsável pelo perfeito funcionamento de interligação entre as diferentes redes que integram o projeto.

**e) Equipe do Laboratório de Audiovisual:** Responsável pela produção de animação gráfica em 3D, gravação e edição de vídeo, produção e edição de trilha sonora.

- Responsável pelo Laboratório Fotográfico: Responsável pela revelação e reprodução de fotografias; registro de eventos; montagem do banco de imagem e apoio pedagógico para projetos educacionais.

**f) Equipe do Laboratório de Rádio:** Responsável pela produção, edição e veiculação de programas.

- Responsável pelo Laboratório Específico para cada Curso – profissional responsável pelo funcionamento, viabilizando o desenvolvimento de atividades pedagógicas do curso.

### 3.2 ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS POLOS: VISÃO DAS COORDENAÇÕES UAB – LEGISLAÇÕES

A Equipe Acadêmica será formada pelo Coordenador Geral do Curso, por uma Equipe Pedagógica e uma Equipe de Apoio e Gerenciamento. A Equipe Pedagógica é formada pelo Coordenador Geral do Curso, pelo Coordenador Pedagógico, Professores Autores/conteudistas, Professores de Disciplinas, Coordenador de Estágio, Tutor assistente de estágio, Tutores. A Equipe de Apoio e Gerenciamento de Sistema é formada por um Gerente Administrativo e Financeiro, Secretaria Executiva, Coordenador de Polo, Gerenciamento de sistema.

#### 3.2.1 Coordenação Geral do Curso

A Coordenação do Curso de Licenciatura em Pedagogia será feita por professores da Universidade Federal de Rondônia – UNIR, com dedicação exclusiva, prioritariamente lotados no Departamento proponente do curso (DACED/PVH). Não havendo candidatos lotados no DACED/PVH, a função de coordenador, em caráter excepcional, poderá ser ocupada por docentes de outros departamentos de Educação da UNIR.

Sua função é zelar para que o curso ocorra normalmente, integrando as suas diversas atividades, no sentido de articular e viabilizar uma política junto aos seus pares; buscar os recursos necessários ao alcance dos objetivos propostos; reunir periodicamente o colegiado do curso; estabelecer cronograma das atividades a serem desenvolvidas; elaborar os horários de atendimento presencial e a distância. Também colabora com os profissionais (professores e tutores) que fazem parte do curso, sempre que se fizer necessário; atende os docentes e discentes para orientação e resolução de problemas relativos ao curso; promove a avaliação do curso.

Além disso, tem a responsabilidade de supervisionar as instalações físicas, laboratórios, equipamentos e tutores localizados nos Polos onde estiverem desenvolvendo o curso; acompanhar as atividades de avaliação, o controle acadêmico, a preparação do material didático. Promove os informes relacionados aos aspectos financeiros no que se refere ao quantitativo de bolsas a serem pagas (Professores; Tutores; Autores/Conteudistas; e Outros), aspectos pedagógicos e administrativos do curso; assinar documentos pertinentes e elaborar relatórios do curso. O Coordenador de Curso nas atividades de sua competência será assessorado pelo professor Coordenador Pedagógico e pela equipe de apoio e gerenciamento de sistema.

### 3.2.2 Coordenador Pedagógico

O Coordenador Pedagógico tem como função acompanhar e apoiar as atividades dos Professores de disciplinas, Professores Autores e Tutores, sendo, por sua vez, acompanhados pelo Coordenador do Curso. Ele acompanhará o desenvolvimento do curso em seus aspectos teórico-metodológicos e operacionais, atuando na articulação entre os membros da equipe pedagógica e de profissionais de informática. Além disso, também contribuirá, quando se fizer necessário, com as atividades do Coordenador Geral do Curso.

### 3.2.3 Professores Autores/Conteudistas

Os Professores Autores são os responsáveis pela produção do conteúdo do curso (Material Pedagógico). Estes produzirão o material dos módulos que compreendem as disciplinas. Dependendo das especificidades do conteúdo, pode ocorrer mais de um autor por módulo. Além disso, eles orientam os tutores, os professores da disciplina referentes à temática do módulo: conteúdos conceituais, atividades propostas, entre outros. Este profissional pode ser um professor (a) da Universidade, de uma instituição consorciada, ou profissional contratado para o desenvolvimento de produção de conteúdos de determinada disciplina.

### 3.2.4 Professores de Disciplina/Formadores

Professores de disciplinas são Professores Formadores. Eles acompanham os tutores e os alunos durante o período em que está sendo trabalhado o conteúdo sob sua responsabilidade. Os professores serão responsáveis pelo funcionamento das disciplinas integrantes da Matriz Curricular, dos Estágios e das Atividades de Extensão no percurso do currículo.

O processo de capacitação dos profissionais envolvidos ocorrerá através de um curso intensivo, seguido de formação continuada em exercício.

### 3.2.5 Coordenador de Estágio Supervisionado

É um professor da Universidade responsável por organizar e acompanhar o programa de estágio acadêmico do curso, amparado por um convênio entre a Universidade e as escolas. Tem a função de acompanhar e orientar os Coordenadores de polos e Tutores Assistentes de Estágios. Além disso, avalia os relatórios encaminhados pelos Assistentes de Estágios, com relação ao desempenho dos alunos-estagiários.

### 3.2.6 Tutor Assistente de Estagiários

É um tutor responsável por supervisionar o desempenho teórico/prático das atividades a serem desenvolvidas pelos alunos-estagiários. Acompanha um grupo de alunos (esse número será determinado pela resolução vigente) nas escolas conveniadas. Realiza relatórios a serem encaminhados ao coordenador de estágio.

### 3.2.7 Tutores

Os tutores têm como função acompanhar o desenvolvimento teórico-metodológico do curso. São responsáveis pelo estímulo à interatividade, pela dinamização de grupos virtuais de aprendizagem colaborativa, pelo atendimento às dúvidas dos alunos, pela dinamização de momentos presenciais e de aplicação de instrumentos de avaliação, presenciais e à distância. A comunicação entre alunos e tutores, ao longo do curso, deve ser feita via Internet (*e-mails*, fóruns, listas de discussão, *chats*, *WhatsApp*), telefone, pelo contato direto, nos momentos presenciais individuais ou em grupos. Os tutores devem ser necessariamente, professores com graduação compatível com a área de atuação no curso, dependendo das características e das demandas de cada módulo. O tutor acompanhará o processo de aprendizagem dos alunos e contarão com o apoio técnico pedagógico dos professores de disciplinas.

## 3.3 EQUIPE DE APOIO E GERENCIAMENTO DE SISTEMA

São profissionais responsáveis pelo gerenciamento administrativo, financeiro e de sistema. Integra a essa equipe um servidor da Diretoria de Contabilidade e Finanças – DIRCOF, Técnico de Redes, *Webdesigner* e plataforma E-Proinfo, Secretário(a) Executivo (a); Secretários Locais; Coordenador de Polo e Pessoal de Serviços Gerais.

### 3.3.1 Gerenciamento Administrativo e Financeiro

Será realizado por servidores da Coordenação da UAB/UNIR e/ou DIREC, que auxiliará no controle das atividades orçamentárias, financeiras e administrativas do projeto. Para tanto, se adotará recursos disponíveis na UNIR como o Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAF) e o Sistema de Dados Orçamentários (SIDOR) ou segmentos afins. Em momento apropriado, se discutirá com a Coordenação de Informação e Desempenho (CID) e a Diretoria de Tecnologia e Informação (DTI), sistemas de obtenção e envio de dados *on-line* à SEED/MEC.

## 3.4 SECRETARIA EXECUTIVA

Composta por um secretário(a) executivo(a) e secretários(as) locais. O primeiro deve ser um profissional com no mínimo curso médio e será responsável pelos assuntos administrativos: matrícula, acompanhamento dos alunos, menções etc. Se reportará diretamente ao coordenador do Curso, para tratar de todos os assuntos vinculados à oferta dos cursos. O programa a ser adotado para realização das matrículas será o Sistema Integrado de Gestão Administrativa e Acadêmica (SIGAA). Quanto aos secretários locais, estes devem ter o mesmo nível de escolaridade do anterior para o desenvolvimento de funções de secretaria e de atendimento ao público nos Polos.

### 3.5 COORDENADOR DE POLO

Profissional disponibilizado pela Prefeitura Municipal para atuar no Polo de Apoio Presencial. Têm como função zelar pelo bom funcionamento do Polo, mantendo os ambientes em perfeito funcionamento, acompanhando o trabalho realizado pelos tutores, orientando-os, em relação às normas administrativas e de funcionamento do uso dos equipamentos e recursos disponíveis no local, além de acompanhar os servidores disponibilizados para serviços gerais. Haverá um coordenador (Designado pela Prefeitura) em cada Polo, sendo que ele estará em contato direto com o Coordenador Geral do Curso.

### 3.6 GERENCIAMENTO DE SISTEMA

Para dar suporte ao trabalho a ser desempenhado em todo o sistema faz-se necessário um Técnico de Redes, um *Webdesigner* (contratação pelo projeto) e um Técnico responsável pelo Ambiente de Aprendizagem *E-Proinfo*. O primeiro será responsável pelo funcionamento, manutenção e segurança de acesso da rede de comunicação que interliga a UNIR e os Polos de Apoio Presencial. O segundo atuará em sintonia com os professores responsáveis pela produção de material didático e o terceiro dará apoio técnico no ambiente *E-Proinfo*, bem como realização de acesso dos alunos ao ambiente virtual.

## 4 RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

Conforme Edital Nº 9/2022 - Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB), que estabelece a chamada para articulação de cursos superiores na modalidade EAD no âmbito do Programa Universidade Aberta do Brasil - UAB (Processo Nº 23038.009848/2021-13), a alocação de recursos financeiros foi descrita da seguinte maneira:

13.1. Para a execução das propostas aprovadas no âmbito deste Edital, a DED/CAPES investirá recursos próprios, de acordo com os limites orçamentários aprovados na respectiva Lei Orçamentária Anual (LOA), considerando o período de vigência do presente edital, com o intuito de manter as ações diretamente relacionadas às atividades acadêmicas, sobretudo os encontros presenciais planejados nos projetos pedagógicos, visitas de acompanhamento dos polos, confecção de conteúdos e materiais pedagógicos e a contratação, via pessoa jurídica, de apoio administrativo, tecnológico e pedagógico.

13.2. Paralelamente, a CAPES concederá bolsas, pagas diretamente aos beneficiários devidamente selecionados, nas modalidades contidas pela Portaria Capes n. 183, de 21 de outubro de 2016 e pela Instrução Normativa n. 2, de 19 de abril de 2017. Os processos seletivos para bolsistas se nortearão pela Portaria Capes n. 102, de 10 de maio de 2019, assim como também se orientará pelo disposto nos arts. 7º a 9º da Portaria MEC nº 327, de 5 de abril de 2018.

13.3. Os custos do presente edital foram consignados na proposta orçamentária para o ano de 2022, disponibilizados a partir da ação orçamentária 0000 - Concessão de Bolsas de Apoio à Educação Básica e da ação 20RJ - Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada para a Educação. Os valores detalhados estão disponíveis nos anexos do Projeto de Lei Nº 19/2021-CN (PLOA 2022), especificamente no Volume V, página 2457, disponível no link <https://www.camara.leg.br/internet/comissao/index/mista/orca/orcamento/OR2022/proposta/proposta.pdf>.

## 5 APRESENTAÇÃO DA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

A Universidade Aberta do Brasil (UAB) é um projeto construído pelo Ministério da Educação, Empresas Estatais e a Associação dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino, no âmbito do Fórum das Estatais pela Educação, para oferta de cursos e programas de educação a distância, em parcerias com universidades públicas, por meio de consórcios nos Estados da Federação. Neste sentido a Educação a distância está embasada na LDB 9394/96 no artigo 80, que trata do ensino na modalidade à distância, em todos os níveis e modalidades de ensino e de educação continuada. Este artigo é regulamentado pelo Decreto 5622/05 que disciplina esta modalidade.

O Decreto 5.800/2006 instituiu o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), voltado para o desenvolvimento da modalidade de Educação a Distância com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no país, sendo prioridade a formação de professores para a Educação Básica e a formação de Gestores Públicos.

Em consonância com a máxima preconizada nos projetos de Educação a Distância/EAD em que, a despeito de espaço geográfico e da distância, o conhecimento precisa se estabelecer, circular e fazer a diferença na formação de professores para prepará-los para atuação em espaços educativos formais e não formais, decorrente disto o Departamento de Ciências da Educação da Universidade Federal de Rondônia/UNIR – Curso de Graduação em Pedagogia da Universidade Aberta do Brasil apresenta como *principais objetivos* em seu Projeto Pedagógico de Curso (PPC):

Garantir o acesso a conhecimentos práticos e científicos que propiciem a reflexão sobre a diversidade cultural e geográfica, valendo-se dos avanços e conquistas proporcionados pela tecnologia da informação e comunicação e contribuindo para o entendimento da diversidade como fator de enriquecimento da cultura brasileira;

Ampliar a formação de quadros qualificados e conscientes da necessidade de formação continuada como alavanca propulsora do desenvolvimento pessoal, social e condição para o exercício da cidadania plena;

Buscar a excelência no ensino e na pesquisa com vistas a consolidar o projeto de formação humanística do profissional da docência;

Difundir a cultura em suas diferentes manifestações como parte fundamental do currículo em ação;

Ampliar o diálogo para superação das desigualdades sociais por meio de um projeto político de educação que beneficie aos brasileiros, independente do espaço geográfico onde vivem;

Consolidar convênios com Instituições de Educação Nacionais e Internacionais para beneficiar professores e alunos na perspectiva da pesquisa colaborativa, utilizando-se das ferramentas da tecnologia da informação e comunicação, com vistas a atingir a excelência acadêmica e a formação sólida calcada na prática reflexiva;

Reforçar e consolidar a qualidade e eficiência acadêmico-administrativa, com objetivo de garantir a competência técnica necessária para fazer frente aos desafios de educar em contextos complexos e multifacetados.

O PPC da Graduação em Pedagogia da UAB/UNIR com base na declaração de princípios sinalizada, e com intenção de atender a necessidade de formação de quadros técnicos e humanisticamente qualificados para os desafios de viver e conviver em uma sociedade que não reconhece sua diversidade cultural como sua maior fonte de riqueza; oferece oportunidades de transformação e superação das vulnerabilidades e centralizam esforços na perspectiva de levar educação superior de qualidade às parcelas menos favorecidas da sociedade.

Nesta perspectiva, a Graduação em Pedagogia da UAB/UNIR é parte de um projeto estratégico com metas e ações direcionadas para um novo modelo formativo voltado para inclusão; por meio do entendimento, (re)conhecimento e valorização das ferramentas tecnológicas como um dos recursos formativos para atingir o equilíbrio social por meio da democratização do acesso à educação superior, principalmente no que tange ao processo de profissionalização docente, que poderá reverberar em maior qualidade para educação básica.

O curso objetiva a formação de **PEDAGOGIA - Licenciatura dos anos iniciais do Ensino Fundamental** (Formação de Professores Multidisciplinares dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental) e preconiza a Resolução 02/2019 e o artigo 64 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96).

A oferta deste Curso de Licenciatura em Pedagogia pela UAB/UNIR centra-se em seu currículo, elaborado com a proposta de desenvolvimento de base teórica sólida na constituição de autonomia docente em sintonia com as necessidades que emergem da prática materializada no Projeto de Estágio Supervisionado (Lei Federal n. 11.788/2008), que tem como paradigma básico a proposta de ação/reflexão/ação com vistas ao desenvolvimento das competências para a docência.

O curso está organizado numa progressão pedagógica mediada por um professor titulado da Universidade Federal de Rondônia, tencionando desafiar o alunado a pensar nas diferenças sociais, econômicas e culturais presentes na Escola como fatores de enriquecimento pedagógico, tendo a problematização como estratégia didática, considerando a comunidade e seu entorno como parceiras em seu projeto de formação de cidadãos plenos, curiosos, ativos, autônomos e na tecnologia como aliada na consecução destes objetivos.

As dificuldades cotidianas do profissional docente assumem, nesta perspectiva, função que motiva a investigação de sua prática na formação continuada; os saberes das crianças em articulação com aqueles cientificamente constituídos no percurso de formação do professor são apresentados como fonte para emergência de novos conhecimentos, os quais beneficiem os estudantes para além dos muros da Escola.

Por este prisma, afirma-se que este Curso atende a uma demanda que vem, há muito tempo, sendo sinalizada pela sociedade brasileira: a urgência da formação docente fundamentada e sólida, com aporte intelectual que consolide o entendimento das várias ciências e suas respectivas linguagens, embasadas na diversidade cultural brasileira e materializadas a partir da prática profissional como fonte de pesquisa para formulação de novas metodologias.

O projeto pedagógico curricular reflete o que a Instituição entende por educação e de que forma esta educação será desenvolvida na modalidade à distância. Ele é necessário para qualquer modalidade de curso: graduação, pós-graduação e extensão. Uma vez que é nesta modalidade que surgem novos elementos que precisam ser entendidos neste processo, tais como as tecnologias envolvidas e as novas formas de estabelecer as interações entre os atores envolvidos no processo educacional assim, o projeto pedagógico do curso ganha especial relevância.

Essas interações deixam de ser exclusivamente presenciais e passam a coexistir em ambientes virtuais, o que implica em novas formas de desenvolver a relação aluno – professor, aluno – aluno, aluno – instituição. Essas novas formas exigem uma redefinição do tempo e espaço que hoje são tratados linearmente e apontam para uma mudança de paradigmas educacionais. Neste sentido, torna-se necessário uma proposta pedagógica para EAD que tenha como objetivo a participação do aluno, a presença de uma equipe multidisciplinar e a presença de uma equipe de professores mediadores do processo educacional, evitando o papel de um professor centralizador que limita seu escopo de atuação ao repasse de informações, passando a refletir outra concepção de educação, baseada na interação e na construção do conhecimento potencializados pelos recursos tecnológicos.

Como uma modalidade educativa, a Educação a Distância (EAD) possui características e peculiaridades próprias que serão determinantes para a definição dos projetos pedagógicos e dos processos de gestão a serem implementados pelas instituições educativas. A educação deve ser compreendida como uma prática social que pode dinamizar outros processos sociais importantes para a conquista de uma vida pública que se organize na busca da construção de uma sociedade mais inclusiva. A sua finalidade deve ser, pois, a de contribuir para a emancipação dos sujeitos.

## 6 CONCEPÇÃO DO CURSO DE PEDAGOGIA A DISTÂNCIA

O Curso de Pedagogia a distância da UNIR tem o compromisso de formar professores para aos Anos Iniciais do Ensino Fundamental que tenham como princípio a construção de uma sociedade mais justa, com a melhoria das condições de vida dos atores sociais e do contexto ambiental que permeará todas as ações de ensino, pesquisa e extensão.

Para projetar a formação do professor da Educação Básica é necessário conceber a escola e a missão deste professor. Desta forma, este Projeto Pedagógico comunga com a concepção de escola e de professor explícita no Parecer CNE/CP 09/2001: a concepção de escola voltada para a cidadania consciente e ativa, que ofereça aos alunos as bases culturais que lhes permitam identificar e posicionar-se frente às transformações em curso e incorporar-se na vida produtiva e sociopolítica. Reforça-se, também, a concepção de professor como profissional do ensino que tem principal tarefa cuidar da aprendizagem dos alunos, respeitada a sua diversidade pessoal, social e cultural.

Este curso atenderá às orientações e exigências das Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores da Educação Básica, em nível superior, de graduação plena: Resolução CNE/CP Nº 2, de 20 de dezembro de 2019 (\*) (1) Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação); Lei nº 11.645/2008, Resolução CNE/CP nº 1/2004, que trata das diretrizes para educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena. Também atende à Lei nº 9.795/1999 e Decreto nº 4.281/2002, que dispõem sobre políticas de educação ambiental; Decreto nº 5.626, que dispõe sobre a oferta de LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais em cursos de graduação.

Além disso, atende à Resolução CNE/CP nº 01/2012, que estabelece diretrizes para a educação em Direitos Humanos; Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, conforme disposto na Lei Nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012; condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, conforme disposto na CF/88, art. 205, 206 e 208, na NBR 9050/2004, da ABNT, na Lei Nº 10.098/2000, nos Decretos Nº 5.296/2004, Nº 6.949/2009, Nº 7.611/2011 e na Portaria Nº 3.284/2003.

A Universidade Federal de Rondônia, desde sua fundação, não se furtou às responsabilidades engendradas pelo fato de ser a única instituição pública de educação superior no Estado de Rondônia: preocupa-se com a extensa demanda necessária de formação docente para atuação na Educação Básica e fortaleceu a composição organizativa de suas licenciaturas do ponto de vista estrutural, didático e pedagógico. Primeiramente, na cidade de Porto Velho, sua sede, foram instituídas as Licenciaturas em Letras, Matemática, Geografia, História, Educação Física, Matemática e Pedagogia com intuito de fazer frente aos desafios de proporcionar à educação básica a partir de uma proposta de formação docente que priorizasse as demandas específicas para qualidade nas escolas rondonienses.

O ciclo de progresso chegado a Rondônia por meio dos ventos da redemocratização política e da emancipação do território elevado à condição de Estado na segunda metade dos anos 1980 do século passado inspirou a reforma educacional com vistas à formação de cidadãos críticos e participantes na nova organização social, iniciando-se o processo de interiorização da Universidade com a formação de cinco novos campi (Cacoal, Guajará - Mirim, Ji-Paraná, Rolim de Moura e Vilhena) com 40 vagas cada um nas respectivas licenciaturas.

Entretanto, todo este movimento em direção aos processos de democratização dos espaços escolares só se tornaria eficiente se a Universidade pudesse chegar a todos os espaços geográficos que clamavam pela formação de um professor que não fosse mais um técnico, mas um intelectual que pensasse a educação como instrumento de libertação e emancipação, perfil assumido pela Universidade Pública em articulação direta de todos os grupos de professores que administravam a organização didático pedagógica das Licenciaturas.

Com a redemocratização consolidada em seus aspectos políticos e uma nova lei de diretrizes e bases orientando as práticas educativas (LDB n. 9394/96) foi possível pensar em novos movimentos que efetivamente permitissem a formação sólida de professores, valendo-se das ferramentas que emergiram como consequência da revolução tecnológica em curso.

Foi assim que, em 2003 a Universidade Aberta do Brasil, visando a necessidade de atender: “[...] aos que lutam por uma formação de nível superior de qualidade, para esta população considerável e historicamente desassistida<sup>[2]</sup>”, a qual, finalmente, vai ter regulamentado em lei específica seu acesso à educação superior, mesmo com as condições geográficas que dificultam o acesso.

A EAD/UAB, em Rondônia, tem se configurado como importante instrumento de democratização do acesso à educação superior. Foi iniciada em 2003 objetivando, naquele momento, criar condições para o acesso de sujeitos historicamente à margem do conhecimento produzido na Universidade Pública,

com vistas à qualificação acadêmica de um contingente numeroso de pessoas excluídas do processo de produção do conhecimento científico, em função de condições econômicas precárias, dificuldade de acesso geográfico e das dificuldades acumuladas ao longo da educação básica.

As ferramentas tecnológicas que servirão de suporte para as atividades da UAB permitem a promoção em tempo real de eventos, congressos, seminários e outras atividades com a participação de cientistas educacionais e especialistas. A temática destes eventos gira em torno do desenvolvimento e emancipação cultural do cidadão brasileiro; acesso a todos os espaços de produção, circulação e disseminação do conhecimento como condição para liberdade de escolha na vida acadêmica e na vida pessoal, diminuindo a distância da qualidade e da permanência entre a EAD e os cursos presenciais.

Tendo o objetivo declarado de consolidar-se como referência na formação de profissionais comprometidos ética e humanisticamente com a equidade e equilíbrio social, a UAB/Pedagogia acredita no necessário fortalecimento da educação básica a partir da formação sólida e aportada em teorias e metodologias inovadoras, condição *sine qua non* para o desenvolvimento científico e qualificação profissional das próximas gerações de brasileiros.

A Proposta Pedagógica de Curso é resultado do debate da comunidade acadêmica UNIR sobre a necessidade emergencial de propostas contudentes na promoção de avanços significativos para melhoria da qualidade na educação básica, para atendimento das necessidades de reorganização das estruturas sociais e inclusão de um grande contingente de pessoas apartadas de sua cidadania. A proposta do Curso de **PEDAGOGIA - Licenciatura dos anos iniciais do Ensino Fundamental** (Formação de Professores Multidisciplinares dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental) na modalidade EAD é parte de um plano estratégico, que tem no acesso universal e de qualidade à educação sua premissa básica e a formação do professor reflexivo, autônomo e crítico, um ideal a ser perseguido.

No âmbito pedagógico, as ações da Universidade ultrapassam os limites da sala de aula e envolvem concepções mais abrangentes como: conhecimento, formação humana, cidadania, valores éticos e transformação social. Nesse contexto, os projetos curriculares desempenham um papel fundamental por se constituírem numa expressão concreta dessas concepções.

Partindo-se do conceito de currículo sedimentado nas seguintes categorias: identidade; alteridade; diferença; subjetividade; significação e discurso; saber – poder; representação; cultura; gênero; raça; etnia; sexualidade e multiculturalismo, assumindo como percurso de aprendizagens adquiridas e construídas num processo educativo formal com vistas ao desenvolvimento de competências para exercício da docência e que envolve relações entre docentes e discentes, faz-se necessário estabelecer princípios norteadores da elaboração e reformulação dos currículos. O Projeto Pedagógico de um curso é o documento definidor dos princípios orientadores que expressam a direção a ser impressa ao processo de formação dos profissionais de nível superior.

Na composição do Projeto Pedagógico o curso decide sobre as experiências que deverão ser desenvolvidas a partir de necessidades colocadas pelo aluno e pela sociedade, a partir de referências de natureza filosófica, política, econômica, cultural, científica, didático-pedagógica e técnica.

Visando atingir esta perspectiva, o Projeto Pedagógico do curso foi construído por meio de um trabalho coletivo em sua execução, neste caso, liderado pelos membros do NDE/PEDDIST.

## 7 PRINCÍPIOS NORTEADORES

Serão desenvolvidas atividades com vistas a formação por competência conforme os artigos 3 e 4 da resolução 02 de 2019:

Art. 3º Com base nos mesmos princípios das competências gerais estabelecidas pela BNCC, é requerido do licenciando o desenvolvimento das correspondentes competências gerais docentes.

Parágrafo único. As competências gerais docentes, bem como as competências específicas e as habilidades correspondentes a elas, indicadas no Anexo que integra esta Resolução, compõem a BNC-Formação.

Art. 4º As competências específicas se referem a três dimensões fundamentais, as quais, de modo interdependente e sem hierarquia, se integram e se complementam na ação docente. São elas:

- I - conhecimento profissional;
- II - prática profissional; e
- III - engajamento profissional.

§ 1º As competências específicas da dimensão do conhecimento profissional são as seguintes:

- I - dominar os objetos de conhecimento e saber como ensiná-los;
- II - demonstrar conhecimento sobre os estudantes e como eles aprendem;
- III - reconhecer os contextos de vida dos estudantes; e
- IV - conhecer a estrutura e a governança dos sistemas educacionais.

§ 2º As competências específicas da dimensão da prática profissional compõem-se pelas seguintes ações:

- I - planejar as ações de ensino que resultem em efetivas aprendizagens;
- II - criar e saber gerir os ambientes de aprendizagem;
- III - avaliar o desenvolvimento do educando, a aprendizagem e o ensino; e
- IV - conduzir as práticas pedagógicas dos objetos do conhecimento, as competências e as habilidades.

§ 3º As competências específicas da dimensão do engajamento profissional podem ser assim discriminadas:

- I - comprometer-se com o próprio desenvolvimento profissional;
- II - comprometer-se com a aprendizagem dos estudantes e colocar em prática o princípio de que todos são capazes de aprender;
- III - participar do Projeto Pedagógico da escola e da construção de valores democráticos; e
- IV - engajar-se, profissionalmente, com as famílias e com a comunidade, visando melhorar o ambiente escolar.

## 8 PERFIL DO EGRESSO

Fundamentado na Resolução nº 428/CONSEA, de 04 de maio de 2016, que Criou a Política Institucional de Egressos da Fundação Universidade Federal de Rondônia o perfil do egresso licenciado em **PEDAGOGIA - LICENCIATURA DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL** (FORMAÇÃO DE PROFESSORES MULTIDISCIPLINARES DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL), pressupõe sólida formação teórica, diversidade de conhecimentos e consolidação no processo de interpretação de múltiplas linguagens. Num mundo marcado pela produção vertiginosa de informações, no qual vem se processando mudanças radicais na organização e nas relações de trabalho, desestabilizando modelos e formas tradicionalmente reconhecidos, e no qual o conhecimento passou a ser a principal força de produção das economias, sobrepondo-se às forças históricas do capital e do trabalho, surge à demanda por trabalhadores com características substancialmente diferentes do perfil tradicional, ou seja, sujeitos abertos, capazes de aprender ao longo da vida, de tomar para si próprios a sua formação permanente, sendo capazes de redimensionar o seu próprio saber.

Uma formação profissional em consonância com essa nova realidade deverá acarretar uma redefinição da função docente e dos métodos de acesso ao conhecimento, a partir do conhecimento científico e da educação, cujas relações deverão resultar mudanças estruturais no ato de ensinar,

considerando as construções teóricas por exigência da própria realidade, seja ela econômica, social, cultural, científica e tecnológica.

Desta forma entende-se que o perfil do Licenciado em **PEDAGOGIA - LICENCIATURA DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL (FORMAÇÃO DE PROFESSORES MULTIDISCIPLINARES DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL)** a Distância da UNIR deve contemplar consistente formação teórica, diversidade de conhecimentos e de práticas, que se articulam ao longo do curso, tendo como campo de atuação as seguintes possibilidades:

- Docência nos anos iniciais do ensino fundamental, de modo que o licenciado seja capaz de dominar os conteúdos escolares dessas áreas com discernimento metodológico necessário para que a interdisciplinaridade estabelecida no currículo de sua formação se faça presente em sua prática educativa;

- Organização de espaços educativos em ambientes não formais de ensino que envolvem atividades relativas aos anos iniciais do ensino fundamental;

- Formulação, Implementação e Avaliação de políticas públicas institucionais educacionais;

- Elaboração, Gestão e Avaliação de Projetos Político-Pedagógicos;

- Pesquisa, Produção e Difusão do conhecimento na área educacional.

O perfil profissional esperado pauta-se pelo desenvolvimento e fortalecimento das seguintes *competências*, desejáveis aos professores de maneira geral:

- Guiar-se por princípios de valorização da convivência democrática: respeito à dignidade e diversidade humana. Promover o diálogo e a solidariedade nos espaços sociais e de atuação profissional em defesa da inclusão cidadã de todos os brasileiros.

- Participar, imbuído de espírito coletivo e de cooperação na elaboração, desenvolvimento, gestão e avaliação do Projeto Pedagógico da Escola, com respeito às especificidades e necessidades locais.

- Embasar seu trabalho em teorias compatíveis com as referências éticas, estéticas, métodos e recursos didáticos partilhadas pelo grupo escolar;

- Compreender a ação docente como inspiração para desenvolvimento dos alunos e não transferência de saberes, a função docente para além da função burocrática: como possibilidade efetiva de intervenção na realidade para mudanças de paradigmas em relação ao ser, estar, viver e conviver com respeito às diferenças e semelhanças do ser humano.

- Conhecer, entender e dominar os conteúdos básicos que serão objetos da prática docente, adequando-os às necessidades específicas da sistematização, produção e desenvolvimento de conhecimentos aos alunos dos anos iniciais da escolaridade básica.

- Manter-se atualizado em relação aos conteúdos de ensino e conhecimento pedagógico;

- Criar condições para um movimento dialógico de entendimento da diversidade étnica e cultural brasileira como aspecto enriquecedor do processo educacional, possibilitando a inserção dos alunos em projetos de desenvolvimento social, cultural e econômico, visando à diminuição do estranhamento com as mudanças no espaço escolar;

- Compreender os avanços ocorridos nas tecnologias de informação e comunicação como possibilidades de melhorar sua formação por meio de múltiplas fontes, aperfeiçoar sua formação técnica e humanística, desenvolver o gosto pela leitura e hábito de registro em sua prática profissional;

- Avaliar permanentemente sua atuação docente, ou seja, como sua prática profissional impacta a aprendizagem do alunado, redimensionamentos necessários para melhorar entendimento e adequação ao Projeto Político Pedagógico da Escola.

#### 8.1 REQUISITOS PARA INTEGRALIZAÇÃO

O curso de **PEDAGOGIA - Licenciatura dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (Formação de Professores Multidisciplinares dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental)** em nível superior é organizado em semestres letivos e deverá ser integralizado com no mínimo oito (8) semestres e, no máximo doze (12) semestres, conforme regulamenta a Resolução nº 095/CONSEA, de 27 de abril de 2005, onde explicita em seu Art. 1º que, a UNIR resolve: “Fixar o tempo máximo para integralização dos cursos da Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR, 50% ao prazo regular previsto para a conclusão do curso”. Cumprirá a determinação legal quanto aos dias letivos – 100 dias por semestre - com 04 (quatro) horas (relógio – 60 minutos) de atividades diárias, durante cinco dias na semana.

Para a integralização do curso, e em conformidade com a Resolução CNE/CP 1/2006, o aluno deverá:

a) Ter cursado a carga horária total definida neste projeto, que compreende 3440 horas, distribuídas em:

A) Grupo I – Conhecimentos Básicos: 800 (oitocentas) horas, para a base comum que compreende os conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos e fundamentam a educação e suas articulações com os sistemas, escolas e práticas educacionais.

B) Grupo II – Conhecimentos Específicos: 1.780 (mil setecentos e oitenta) horas, para a aprendizagem dos conteúdos específicos das áreas, componentes, unidades temáticas e objetos de conhecimento da BNCC, e para o domínio pedagógico desses conteúdos.

C) Grupo III – Prática Pedagógica: 810 (oitocentas) horas, assim distribuídas: a) 400 (quatrocentas) horas para o estágio supervisionado, em situação real de trabalho em escola; e D) 410 (quatrocentas) horas para a prática dos componentes curriculares dos Grupos I e II, distribuídas ao longo do curso.

D) Ter concluído a carga horária das atividades de extensão (340h);

E) Estar aprovado no Trabalho de Conclusão de Curso, elaborado conforme normas apresentadas em regulamento próprio.

F) Ter comprovado a realização das Atividades Acadêmicas Científicas Culturais (ACC's – 100h)

G) Ter participado da Avaliação do ENADE, quando for o caso.

[1] O CEADT corresponde, desde 2012, à DIREDE: Diretoria de Educação a Distância da UNIR.

[2] PPC de Pedagogia da UNIR/2007.

#### QUADRO GERAL DAS DISCIPLINAS

Quadro 1 - Síntese da carga horária exigida

Grupo	Disciplinas	Carga Horária
Grupo I – Conhecimentos Básicos	13	800 h
Grupo II – Conhecimentos Específicos	35	1780h
Grupo III – Prática Pedagógica		
A) Estágio Supervisionado	4	400 h
B) Prática dos Componentes Curriculares dos Grupos I e II, distribuídas ao longo do curso	17	410 h
Total Grupo III.		810 h
Atividades Curriculares Complementares		100 h

Atividades Curriculares de Extensão - ACEX**	340 h
<b>Carga horária total do curso *</b>	<b>3490h</b>

\* A carga horária total do curso de Pedagogia está mensurada em hora relógio de 60 minutos de atividades acadêmicas e de trabalho discente efetivo, conforme preconizam os artigos 2º e 3º da Resolução CNE/CES nº 3, de 02/07/2007.

\*\* As atividades de extensão estão incluídas nos grupos I, II e III.

Fonte: NED/PEDDIST (2022)

### MATRIZ CURRICULAR

Quadro 2 – Matriz Curricular do Curso de Pedagogia EAD

GRUPO	Disciplina	NÚCLEO	PERÍODO	Carga horária			
				Teórica	Prática	Créditos	Total
<b>PRIMEIRO SEMESTRE</b>							
I	Introdução à informática e Educação a Distância	BC	1º	60	x-x-x	3	60
I	Inglês instrumental	BC	1º	60	x-x-x	3	60
I	Libras	BC	1º	60	20	4	80
I	Metodologia de estudos e da produção científica e Acadêmica	BC	1º	60	x-x-x	3	60
I	História da Educação	BC	1º	60	x-x-x	3	60
I	Filosofia da educação	BC	1º	60	x-x-x	3	60
I	Psicologia I	BC	1º	60	x-x-x	3	60
I	Sociologia da educação	BC	1º	60	x-x-x	3	60
<b>Total 1º Semestre</b>				<b>480</b>	<b>20</b>	<b>25</b>	<b>500h</b>
<b>SEGUNDO SEMESTRE</b>							
I	Psicologia II	BC	2º	60	x-x-x	3	60
II	Tecnologias emergentes aplicadas à Educação	CE	2º	60	x-x-x	3	60
I	Políticas Públicas e Legislação Educacional Brasileira	BC	2º	60	x-x-x	3	60
I	Avaliação da aprendizagem	BC	2º	60	x-x-x	3	60
I	Didática	BC	2º	60	x-x-x	3	60
II	História e cultura afro-brasileira e africana	CE	2º	60	x-x-x	3	60
I	ACEX 1 – Grupo I (Base Comum)	BC	2º	x-x-x	x-x-x	x-x-x	60
<b>Total 2º Semestre</b>				<b>360</b>	<b>x-x-x</b>	<b>18</b>	<b>420h</b>
<b>TERCEIRO SEMESTRE</b>							
II	Alfabetização nos anos iniciais do ensino fundamental I – (1º e 2º anos)	CE	3º	60	20	4	80
II	Currículo da educação nos anos iniciais do ensino fundamental	CE	3º	50	30	4	80
II	Currículo, conteúdo e metodologia do ensino da Língua Portuguesa para os anos iniciais do Ensino Fundamental	CE	3º	80	20	5	100
II	Currículo, conteúdo e metodologia do ensino de Matemática 1º e 2º dos anos iniciais do Ensino Fundamental	CE	3º	50	30	4	80
II	História da infância e suas instituições	CE	3º	60	x-x-x	3	60
II	Introdução à valorização da vida: Aspectos conceituais e éticos da morte autoprovocada.	CE	3º	40	x-x-x	2	40
II	ACEX 2 – Grupo II (Conhecimentos Específicos)	CE	3º	x-x-x	x-x-x	x-x-x	60
<b>Total 3º Semestre</b>				<b>320</b>	<b>100</b>	<b>20</b>	<b>500</b>
<b>QUARTO SEMESTRE</b>							
II	Currículo, conteúdo e metodologia do ensino de Matemática 3º, 4º e 5º ano para os anos iniciais do Ensino Fundamental	CE	4º	50	30	4	80
II	Alfabetização nos anos iniciais do Ensino Fundamental II - (3º, 4º e 5º anos)	CE	4º	40	20	3	60
II	Currículo, conteúdo e metodologia do ensino de Geografia para os anos iniciais do Ensino Fundamental	CE	4º	50	30	4	80
II	Currículo, conteúdo e metodologia do ensino de História para os anos iniciais do Ensino Fundamental	CE	4º	50	30	4	80
II	ACEX 3 – Grupo II (Conhecimentos Específicos)	CE	4º	x-x-x	x-x-x	x-x-x	60
<b>Total 4º Semestre</b>				<b>190</b>	<b>110</b>	<b>15</b>	<b>360</b>
<b>QUINTO SEMESTRE</b>							
III	Estágio I - Alfabetização nos anos iniciais do Ensino Fundamental I - (1º e 2º anos)	G3	5º	x-x-x	100	5	100
II	Currículo, conteúdo e metodologia do ensino de Ciências para os anos iniciais do Ensino Fundamental	CE	5º	50	30	4	80

II	Currículo, conteúdo e metodologia do ensino de Artes para os anos iniciais do Ensino Fundamental	CE	5°	50	30	4	80
II	Educação especial na perspectiva inclusiva para os anos iniciais do Ensino Fundamental	CE	5°	60	20	4	80
II	Tecnologia assistiva na educação escolar	CE	5°	60	x-x-x	3	60
II	ACEX 4 – Grupo II (Conhecimentos Específicos)	CE	5°	x-x-x	x-x-x	x-x-x	40
<b>Total 5° Semestre</b>				<b>220</b>	<b>180</b>	<b>20</b>	<b>440</b>
<b>SEXTO SEMESTRE</b>							
II	Recreação e jogos para Ensino Fundamental	CE	6°	40	20	3	60
II	TCC I – Projeto de Pesquisa	CE	6°	40	x-x-x	2	40
II	Educação Ambiental	CE	6°	40	x-x-x	2	40
II	Educação no campo e educação multiseriada	CE	6°	40	20	3	60
III	Estágio II – Linguagens (Língua Portuguesa; Arte - 3º, 4º e 5º anos do Ensino Fundamental)	G3	6°	x-x-x	80	4	80
II	ACEX 5 – Grupo II (Conhecimentos Específicos)	CE	6°	x-x-x	x-x-x	x-x-x	60
<b>Total 6° Semestre</b>				<b>160</b>	<b>120</b>	<b>19</b>	<b>340</b>
<b>SÉTIMO SEMESTRE</b>							
II	Fundamentos e prática da Educação a Distância	CE	7°	40	x-x-x	2	40
II	TCC II – Desenvolvimento da pesquisa	CE	7°	40	20	3	60
II	Gestão escolar em Educação Básica	CE	7°	40	x-x-x	2	40
III	Estágio III – Ciências Humanas do Ensino Fundamental (Geografia; História)	G3	7°	x-x-x	60	3	60
III	Estágio IV – Matemática e Ciências do Ensino Fundamental	G3	7°	x-x-x	60	3	60
II	EJA – Alfabetização de Jovens e Adultos	CE	7°	40	x-x-x	2	40
II	OPTATIVA I	CE	7°	40	x-x-x	2	40
II	ACEX 6 – Grupo II (Conhecimentos Específicos)	CE	7°	x-x-x	x-x-x	x-x-x	60
<b>Total 7° semestre</b>				<b>200</b>	<b>140</b>	<b>17</b>	<b>400</b>
<b>OITAVO SEMESTRE</b>							
II	Educação com povos originários	CE	8°	60	x-x-x	3	60
II	OPTATIVA II	CE	8°	40	x-x-x	2	40
II	TCC III – Produção e Defesa do Trabalho Final	CE	8°	x-x-x	40	2	40
II	Educação Profissional, Tecnológica e Financeira	CE	8°	40	x-x-x	2	40
III	Estágio V - Educação Especial e Inclusiva para os anos iniciais do Ensino Fundamental e Espaços não escolares.	G3	8°	x-x-x	100	5	100
	Atividades Curriculares Complementares (ACC)	x-x	8°	x-x-x	x-x-x	x-x-x	100
<b>Total 8° Semestre</b>				<b>140</b>	<b>140</b>	<b>7</b>	<b>380</b>

Fonte: NDE/PEDDIST (2022)

### MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE PEDAGOGIA A DISTÂNCIA

A matriz curricular do curso de Pedagogia a Distância, da forma como se apresenta reformulada neste projeto, propõe-se ao que estabelece a Resolução CNE/CP Nº 2, de 20 de dezembro de 2019; Resolução CNE/CP Nº 1, de 15 de maio de 2006. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura (ACC); Lei nº 11.645/2008, Resolução CNE/CP nº 1/2004, que trata das diretrizes para educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena; Lei nº 9.795/1999 e Decreto nº 4.281/2002, que dispõem sobre políticas de educação ambiental; Decreto nº 5.626, que dispõe sobre a oferta de LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais em cursos de graduação; Resolução CNE/CP nº 01/2012, que estabelece diretrizes para a educação em Direitos Humanos; Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, conforme disposto na Lei Nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012; condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, conforme disposto na CF/88, art. 205, 206 e 208, na NBR 9050/2004, da ABNT, na Lei Nº 10.098/2000, nos Decretos Nº 5.296/2004, Nº 6.949/2009, Nº 7.611/2011 e na Portaria Nº 3.284/2003; Lei Nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 que dispõe sobre o estágio de estudantes; Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024 e dá outras providências; Resolução Nº 309, de 31 de março de 2021, regulamenta a curricularização das atividades de extensão nos cursos de graduação da Fundação Universidade Federal de Rondônia; Resolução Nº 419, de 30 de maio de 2022, que regulamenta o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) nos cursos de graduação da Universidade Federal de Rondônia.

O componente curricular de Extensão será ofertado nos semestres conforme apresentado na matriz curricular, no entanto o estudante poderá cursar em outras instituições observando o regulamento próprio do Curso de Pedagogia EAD.

Quadro 3 – Grupo de Disciplinas optativas

Grupo de Disciplinas optativas	Carga horária Teórica
Antropologia da educação	40h
Introdução a Psicopedagogia	40h
Pesquisa em Educação	40h
Leitura e Produção de Texto	40h

Matemática Básica	40h
Corpo e Movimento	40h
Língua Portuguesa	40h
Produção de Texto	40h
Literatura Infante Juvenil	40h
Sociologia da Educação II	40h

Fonte: NDE/PEDDIST (2022)

## 8.2 POLÍTICA DE ATENDIMENTO ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, TRANSTORNOS DO ESPECTRO AUTISTA E TRANSTORNOS FUNCIONAIS (TDAH, DISLEXIA, ENTRE OUTROS)

A política de atendimento a pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, prevista para o curso está em consonância com ações institucionais que visam atender a políticas nacionais de inclusão da pessoa com deficiência e Transtornos do Espectro Autista e Transtornos Funcionais (TDAH, DISLEXIA, entre outros). Serão considerados os aspectos relativos as diversas formas de acessibilidade que assegurem a permanência, com qualidade, de servidores e estudantes público-alvo da Educação Especial.

A Coordenadoria de Atenção as Pessoas com Necessidades Especiais - CAPNES é o setor responsável por desenvolver estratégias de inclusão, acessibilidade e permanência de pessoas com deficiência, Transtorno do Espectro Autista ou com alguma condição de saúde que necessite de atendimento especial, dentro da comunidade universitária, no âmbito do ensino, pesquisa, extensão e gestão administrativa.

Em parceria com a CAPNES, o curso Pedagogia na modalidade EAD buscará desenvolver material acessível (como audiodescrição, janelas de LIBRAS e legendas descritivas), quando necessários, para os materiais disponíveis, documentos e textos em formato acessível e para os ambientes virtuais dos componentes curriculares. A plataforma *Moodle* já conta com determinados artefatos de acessibilidade e com a AtBar, uma barra de acessibilidade *open source*, sobretudo para pessoas com deficiência visuais; neste sentido, e sendo a barra de código aberto, a equipe do curso buscará soluções entre programadores para outros casos de deficiência, oportunamente.

O Curso empenhará esforços para disponibilizar os recursos de tecnologia assistiva, tradutor-intérprete de Libras, materiais adaptados, guia vidente, acompanhamento em sala de aula, leitor e transcritor, e o que mais for preciso para garantir a acessibilidade ao atendido, visando a eliminação de barreiras físicas, pedagógicas, atitudinais e de comunicação.

## 8.3 ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS

Pretende-se com o acompanhamento aos Egressos do curso de Pedagogia/EAD/UNIR manter o vínculo acadêmico com os formados(as), oferecendo-lhes orientação às necessidades apresentadas, bem como, acompanhar o prosseguimento de sua formação acadêmica, assim como, a sua trajetória profissional.

Este acompanhamento constituir-se-á num processo de sistematização de informações referentes as condições pessoais, acadêmicas e profissionais dos estudantes, formandos e ex-alunos. A sistematização será concretizada a partir dos dados coletados com os acadêmicos durante o curso e posterior a sua integralização, observando a continuidade de sua formação na pós-graduação e sua inserção no mundo do trabalho.

A coordenação do curso e o Núcleo Docente Estruturante (NDE) fará o acompanhamento dos alunos durante a sua oferta e posterior a sua conclusão, realizando levantamento de dados utilizando formulários eletrônicos.

Os dados obtidos serão analisados e permitirão a autoavaliação do curso e subsidiarão a adequação na oferta do curso, a readequação do PPC e a análise do desenvolvimento de estratégias de avaliação e adequação do currículo. Os resultados compilados servirão para a melhoria das atividades formativas e acadêmicas, possibilitando a oferta de educação continuada em programas *lato* e *stricto sensu*, cursos e demais atividades de pesquisa e extensão que possam promover o aperfeiçoamento e qualificação profissional.

As ações a serem empreendidas no processo de acompanhamento dos egressos se constituirão em: a) manter banco de dados atualizado com os registros dos alunos egressos; b) obter dados sobre a inserção no mundo do trabalho e referente ao desenvolvimento profissional dos ex-alunos; c) promover encontros, cursos de extensão, capacitações e palestras direcionadas a profissionais formados pela instituição; d) orientar os egressos para a continuidade da formação acadêmica e profissional através de formação continuada nos cursos de pós-graduação, grupos de pesquisa e extensão.

## 8.4 EMENTÁRIO

### Módulo de nivelamento (MA= Módulo de ACOLHIMENTO)

#### 1º SEMESTRE

PLANO DE CURSO			
<b>Disciplina</b>	Introdução à informática e Educação a Distância		
<b>Curso:</b>	PEDAGOGIA - licenciatura dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (Formação de professores multidisciplinares dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental)		
<b>Código da disciplina:</b>		<b>Carga Horária:</b> 60h	60 ho
<b>Semestre Letivo/Ano:</b>			
<b>Professor:</b>		<b>Titulação:</b>	
<b>1. Ementa</b>			
Introdução à informática básica e microinformática. Os elementos que compõem o computador. Hardware e software. Programas e aplicativos que podem ser utilizados no meio educacional. Legislação da Educação a Distância (EAD) no Brasil. História da EAD no Brasil e no exterior. Formação inicial de professores na EAD. Formação continuada de professores na EAD.			
<b>2. Objetivo:</b>			
Apresentar e discutir os conceitos e procedimentos os futuros professores do Ensino Fundamental a informática básica, conceitos e procedimentos quanto ao uso do computador e de dispositivos móveis na <i>internet</i> com vistas ao seu melhor desempenho no curso de Pedagogia EAD e à sua atuação docente futura.			
<b>7. Bibliografia Básica:</b>			
ALVES, Lucineia. Educação a distância: conceitos e história no Brasil e no mundo. <b>Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta a Distância</b> , v. 10, p. 83-92, 2011.			
BELLONI, Maria Luiza. <b>Educação a Distância</b> . 4. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.			
HENRIQUE, Matheus. <b>Informática Básica</b> .			
LITWIN, Edith. <b>Tecnologia educacional: Política, História e Proposta</b> . Porto Alegre: Artmed, 1998.			
MERCULA, Marcelo; FILHO, Armanda B. <b>Informática: Conceitos e aplicações</b> . 5. ed. São José dos Campos: Editora Érica, 2005.			
MOODLE. <b>Open-source learning platform</b> . Disponível em: <a href="http://moodle.org.br">http://moodle.org.br</a> . Acesso em: 09 de junho de 2022.			

NEGROPONTE, Nicholas. **A Vida Digital**. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.  
SALA VIRTUAL. **Sala Virtual UNIR**. Disponível em: <http://salavirtual.unir.br>. Acesso em: 09 de junho de 2022.  
VELLOSO, Fernando C. **Informática - Conceitos Básicos**. 7. ed. Rio de Janeiro: Campus Editora, 2004.

**7.1 Bibliografia Complementar:**

TOU. **The Open University**. Disponível em: <[www.openuniversity.edu](http://www.openuniversity.edu)>. Acesso em: 10 out. 2017.  
UAB. **Universidade Aberta do Brasil**. Disponível em: <<http://uab.mec.gov.br/>>. Acesso em: 03 de julho de 2019.  
UNA-SUS. **Universidade Aberta do Sistema Único de Saúde**. Disponível em: <<https://www.unasus.gov.br/>>. Acesso em: 03 de julho de 2019.

**PLANO DE CURSO**

<b>Disciplina</b>	Inglês Instrumental
<b>Curso:</b>	<b>PEDAGOGIA</b> - licenciatura dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (Formação de professores multidisciplinares dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental)
<b>Código da disciplina:</b>	<b>Carga Horária:</b> 60h
<b>Semestre Letivo/Ano:</b>	
<b>Professor(a):</b>	<b>Titulação:</b>

**1. Ementa**

Leitura de textos variados. Desenvolvimento de práticas comunicativas (orais e escritas) referentes à interação entre duas pessoas em registro informal e formal.

**2. Objetivo:**

Estudar situações prático-discursivas da língua inglesa mediante o uso das funções comunicativas e estruturas léxico-gramaticais de nível inicial para o desenvolvimento das quatro habilidades comunicativas, sensibilizando o aluno para os aspectos socioculturais e interculturais das comunidades falantes desta língua. Possibilitar a prática da leitura por meio de diversos gêneros textuais; Proporcionar reflexões acerca da importância de um estudo de línguas estrangeiras voltado para os aspectos culturais do idioma estudado; Orientar o aluno para que o mesmo reconheça a flexibilidade da estruturação gramatical da Língua Inglesa.

**3. Bibliografia Básica:**

DICTIONARY. Cambridge Dictionary Of American English. United States Of America, 1999.  
RICHARDS, J. C, et all. Interchange Intro. 5th edition. Cambridge University Press, 2017.  
SOARS Liz & JOHN. HEADway Elementary. Oxford: Oxford University Press, 2003.  
SOUZA, Adriana Grade Fiori. et al. Leitura em Língua Inglesa: uma abordagem instrumental. 2. ed. atualizada. São Paulo: Disal, 2010.

**3.1 Bibliografia Complementar:**

GODOY, Sonia M. Baccari; GONTOW, Cris; MARCELINO, Marcello. English Pronunciation for Brazilians: the sounds of American English. Editorial Disal, 2006.  
MACLIN, Alice. Reference Guide to English: a handbook of English as a second language. Washington: United States Department os State/Office of English Language Programs, 2001.  
SWAN, Michael. Practical English Usage. Oxford: Oxford University Press, 2002.

**PLANO DE CURSO**

<b>Disciplina</b>	LIBRAS
<b>Curso:</b>	<b>PEDAGOGIA</b> - licenciatura dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (Formação de professores multidisciplinares dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental)
<b>Código da disciplina:</b>	<b>Carga Horária:</b> 60h Teórica + 20h Prática =80h
<b>Semestre Letivo/Ano:</b>	
<b>Professor(a):</b>	<b>Titulação:</b>

**1. Ementa**

Ensinar como se constitui e funciona a LIBRAS, identificando e reconhecendo aspectos de variação linguística, reconhecendo a estrutura fonológica, morfológica e sintática, com objetivo de utilizar a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) em seu contexto de atuação.

**3. Objetivo:**

Desenvolver a competência linguística em LIBRAS, através do estudo teórico e prático do vocabulário introdutório da LIBRAS; • Reconhecer a LIBRAS como forma de expressão da comunidade surda e o sujeito Surdo, assim como aspectos da Cultura Surda; • Estabelecer a comparação entre Libras e Língua Portuguesa, buscando semelhanças e diferenças; • Expor o aluno a aquisição da Libras; • Identificar as diferenças entre SURDO, DEFICIENTE AUDITIVO, MUDO e SURDO – MUDO; • Aprender a Língua Brasileira de Sinais e usá-la dentro da Comunidade Surda.

**4. Bibliografia Básica:**

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. Saberes e Práticas de Inclusão. Brasília, DF: MEC; SEEP, 2005.  
FERNANDES, E. Surdez e bilinguismo. Porto Alegre. Mediação, 2004.  
GOES, M.C.R.de. Linguagem, surdez e educação. Campinas: Autores Associados, 1996.  
LACERDA, C.B.F.de; GOES, M.C.R.(Org.). Surdez: processos educativos e subjetividade. São Paulo. Lovise, 2000.  
QUADROS, R.M.de. Secretaria de Educação Especial. O tradutor e intérprete de língua de sinais e língua portuguesa. Brasília, DF: MEC, 2004.  
QUADROS, R.M.de; KARNOPP, L.B.(Col.). Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.  
VASCONCELOS, M.L.B.(Org.). Questões teóricas das pesquisas em línguas de sinais. Petrópolis, R.J.:ED. Arara Azul, 2008.

**4.1 Bibliografia Complementar:**

CAPOVILLA, F.C.; RAPHAEL, W.D. Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da língua de sinais. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2001.v. 1 e 2.

FERNANDES, E. Problemas linguísticos e cognitivos do surdo. Rio de Janeiro: Agir, 1990.  
 GOLDFELD, M. A criança surda: linguagem e cognição, numa perspectiva sociointeracionista. São Paulo: Plexus, 1997.  
 MOURA, M. O surdo: caminhos para uma nova identidade. Rio de Janeiro: Revinter, 2000.

**PLANO DE CURSO**

<b>Disciplina</b>	Metodologia de estudos e da produção científica e acadêmica
<b>Curso:</b>	<b>PEDAGOGIA</b> - licenciatura dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (Formação de professores multidisciplinares dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental)

<b>Código da disciplina:</b>		<b>Carga Horária:</b>	60h
------------------------------	--	-----------------------	-----

<b>Semestre Letivo/Ano:</b>	
-----------------------------	--

<b>Professor(a):</b>		<b>Titulação:</b>	
----------------------	--	-------------------	--

**1. Ementa**

Conhecimento e saber: o conhecimento científico e outros tipos de conhecimentos. A metodologia científica e a construção do conhecimento. Metodologia da produção de estudo, fichamentos, resumo, resenhas, trabalho acadêmico. Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

**2. Objetivo:****A) GERAL:**

Apresentar e discutir embasamento teórico-empírico sobre Metodologia Científica e os principais métodos e técnicas de pesquisa acadêmica, enfocando aspectos científico, sua construção processual, sua legitimação e validação na academia e nas ciências sociais aplicadas.

**B) ESPECÍFICOS:**

- 2.1 Identificar e analisar o que é conhecimento científico e senso comum;  
 2.2 Apresentar os eixos norteadores do método científico e discutir a universidade pública no processo de produção de conhecimentos;  
 2.3 Apresentar os tipos de trabalhos científicos que viabilizam a construção de conhecimentos científicos.

**4. Bibliografia Básica:**

ACERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica**. São Paulo: Prentice Hall, 2007.  
 DEMO, Pedro. **Saber pensar**. 2. ed. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2002.  
 LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina Andrade de. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica**. São Paulo: Atlas, 2008.  
 MEDEIROS, João Bosco. **Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas**. São Paulo: Atlas, 2008.  
 SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

**4.1 Bibliografia Complementar:**

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. O método nas ciências naturais e sociais. 2. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.  
 BAUER, Martin W.; GASKELL, George. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.  
 BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto, 1994.  
 ECO, Umberto. Como se faz uma tese. 15. ed. São Paulo: Perspectiva, 1999.  
 FAZENDA, Ivani (org.). Metodologia da pesquisa educacional. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2004.  
 GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.  
 LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. 2. ed. Rio de Janeiro: E.p.u., 2017.  
 TRIVIÑOS, Augusto N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas S.A., 1987.

**PLANO DE CURSO**

<b>Disciplina</b>	História da Educação
<b>Curso:</b>	<b>PEDAGOGIA</b> - licenciatura dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (Formação de professores multidisciplinares dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental)

<b>Código da disciplina:</b>		<b>Carga Horária:</b>	60h
------------------------------	--	-----------------------	-----

<b>Semestre Letivo/Ano:</b>	
-----------------------------	--

<b>Professor(a):</b>		<b>Titulação:</b>	
----------------------	--	-------------------	--

**1. Ementa**

Condições históricas sobre o homem e o processo educativo. A história da educação no seio da História Antiga. A educação na Idade Média. Educação no advento da sociedade moderna. A educação contemporânea. Educação liberal e educação socialista. História da educação brasileira.

**2. Objetivo:****2.1 GERAL**

Apresentar, discutir e analisar a História da Educação geral e brasileira relacionada às condições materiais, políticas, sociais, econômicas e culturais de cada período histórico, bem como o pensamento filosófico-pedagógico e as práticas educativas dos seus sujeitos históricos, compreendendo o papel da educação no processo da luta de classes.

**2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

Analisar a importância do estudo da História da Educação para a compreensão da situação atual da educação brasileira  
 Compreender a educação e seu processo histórico desde a antiguidade até os dias atuais a partir dos condicionantes sociais, culturais, políticos e econômicos que influenciam o processo educacional.  
 Conhecer as principais tendências do pensamento filosófico e pedagógico e suas implicações na educação ao longo da história

Refletir criticamente sobre as relações de poder e os modos de produção da sociedade nos diferentes momentos históricos e suas implicações para a educação

Contextualizar historicamente aspectos da política educacional produzidas nas esferas governamentais e não-governamentais
<b>3. Bibliografia Básica:</b>
CAMBÍ, Franco. História da Pedagogia. São Paulo: Ed. UNESP, 1999.
DUARTE, N. O debate contemporâneo das teorias pedagógicas. In: DUARTE, N.; MARTINS, M. L. Formação de professores: limites contemporâneos e alternativas necessárias. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.
GERMANO, José Wellington. Estado militar e educação no Brasil (1964-1965). São Paulo; Cortez, 1993.
LIBÁNEO, J.C. Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos. 4a ed. São Paulo: Loyola, 1986. 1986.
LUZIRIAGA, Lorenzo. História da Educação e da Pedagogia. São Paulo. Editora Nacional, 1980.
MANACORDA, M. A. História da Educação: da Antiguidade aos nossos dias. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
RIBEIRO, Maria Luiza Santos. História da Educação Brasileira: A Organização Escolar. 1. Ed. Campinas SP. Autores Associados.1978.
ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. História da Educação no Brasil. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 1993.
SAVIANI, D. História das Ideias Pedagógicas no Brasil. 3 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2010.
LOMBARDI, José Carlos (orgs.). História, educação e transformação - Tendências e perspectivas para a educação pública no Brasil. São Paulo, SP: Autores Associados, 2011.
<b>3.1 Bibliografia Complementar:</b>
BUFFA, E & NOSELLA, P. A educação negada: introdução ao estudo da educação brasileira contemporânea. São Paulo, SP: Cortez Editora, 1991.
CARVALHO, M. M. C. de. A escola e a república. São Paulo, SP: Brasiliense, 1989.
DUARTE, Newton. As Pedagogias do “Aprender a Aprender” e Algumas Ilusões da Assim Chamada Sociedade do Conhecimento. Trabalho apresentado na Sessão Especial intitulada Habilidades e Competências: a Educação e as Ilusões da Sociedade do Conhecimento, durante a XXIV Reunião Anual da ANPED, Caxambu-MG, 2001.
DI GIORGI, C. Escola Nova. 3. ed. São Paulo, SP: Editora Ática, 1992.
MANACORDA, Mario A. Educação da Educação. 12a Ed. São Paulo: Cortes, 2006.
FÁVERO, O. (Org.). A educação nas constituintes brasileiras 1823-1988. 2. ed. Campinas, SP: Editora Autores Associados, 2001.
NAGLE, J. Educação e sociedade na Primeira República. Rio de Janeiro, RJ: DP&A Editora, 2001

**PLANO DE CURSO**

<b>Disciplina</b>	FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO		
<b>Curso:</b>	PEDAGOGIA - licenciatura dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (Formação de professores multidisciplinares dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental)		
<b>Código da disciplina:</b>		<b>Carga Horária:</b>	60h
<b>Semestre Letivo/Ano:</b>			
<b>Professor(a):</b>		<b>Titulação:</b>	
<b>1. Ementa</b>			
Introdução ao pensar, ao ato de filosofar, à gênese do pensamento grego e da ocidentalidade, caracterizando a reflexão e seus desdobramentos para a gênese do pensamento educacional. O método da Filosofia. Lógica formal e lógica dialética. Principais referências teóricas do pensamento filosófico contemporâneo que mais diretamente dizem respeito às teorias educacionais: liberalismo, positivismo, marxismo e pragmatismo			
<b>3. Objetivo:</b>			
Discutir as grandes questões relacionadas aos fundamentos filosóficos da educação no Brasil, bem como desenvolver a capacidade de interpretação crítica das principais posições filosóficas sobre a educação vinculando a atividade filosófica ao cotidiano da prática pedagógica			
<b>4. Bibliografia Básica:</b>			
DEWEY, John. Como Pensamos. São Paulo, Nacional.			
FERRIERI, Adolphe. A Lei Biogenética e a Escola Ativa.			
JAEGER, Werner. Paidéia: a Formação do Homem Grego. São Paulo, Martins Fontes/UNS.			
LOPES, Eliana Marta Teixeira & outros. 500 Anos de Educação no Brasil. Belo Horizonte, Autêntica.			
SAVIANI, D. Escola e Democracia: Teorias da Educação, curvatura da vara e Onze teses sobre educação e política. 22. ed. São Paulo: Cortez, 1989.			
SAVIANI, D. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. 2. ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1991			
<b>4.1 Bibliografia Complementar:</b>			
ALTHUSSER, Louis. Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado. Lisboa, Editorial Presença.			
BENINCÁ, E. Pedagogia e senso comum. In: DALBOSCO, C. A.; CASAGRANDE, E. A.;			
MÜHL, E. H. Filosofia e Pedagogia: Aspectos históricos e temáticos. Campinas: Autores Associados, 2008. Cap. 8, p. 181-203.			
BORNHEIM, Gerd (org). Os Filósofos Pré-Socráticos. São Paulo, Cultrix.			
BOURDIEU, P. & PASSERON, J. C. A Reprodução. Rio de Janeiro, Francisco Alves.			
DEWEY, John. Democracia e Educação. São Paulo, Nacional.			
DURKHEIM, Emmile. Sociologia, Educação e Moral. Porto, Res.			
FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro, Paz e Terra.			
GASPARIN, João Luis. Comênio. Rio de Janeiro, Vozes.			
GERMANO, José Wellington. Estado Militar e Educação no Brasil. São Paulo, Cortez Edunicamp			
HERBART, J. F. Pedagogia General Derivada Dei Fin de la Educacion. Madrid, La Lectura.			
HOMERO. Odisséia. São Paulo, Melhoramentos.			
IANNI, Octavio. Marx e a Cultura, in Folhetim. São Paulo, Folia de São Paulo, 21 de outubro de 1984. p 10.			

PLANO DE CURSO			
<b>Disciplina</b>	Psicologia I		
<b>Curso:</b>	PEDAGOGIA - licenciatura dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (Formação de professores multidisciplinares dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental)		
<b>Código da disciplina:</b>		<b>Carga Horária:</b>	60h
<b>Semestre Letivo/Ano:</b>			
<b>Professor(a):</b>		<b>Titulação:</b>	
<b>1. Ementa</b>			
Estudo do desenvolvimento humano nas suas dimensões físico-motor, afetivo-emocional, intelectual e social a partir de explicações teóricas da psicanálise com destaque para Freud, teoria cognitiva de Piaget e da Psicologia Histórico-Cultural com realce para Vigotski, situando a Psicologia do Desenvolvimento no contexto da educação escolar.			
<b>3. Objetivo:</b>			
Apresentar e analisar a contribuição dos conhecimentos da Psicologia do Desenvolvimento na compreensão de como as condições internas e externas ao indivíduo promovem mudanças no comportamento no percurso vital.			
OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM:			
*Apropriar-se do conhecimento da evolução histórica, o campo da Psicologia do Desenvolvimento e das suas interfaces com outros campos do conhecimento e da psicologia.			
*Entender como as condições internas e externas ao indivíduo, promovem mudanças no seu comportamento em especial em períodos de transição no ciclo vital.			
* Analisar como a Ps. do desenvolvimento se situa no contexto escolar e suas contribuições para o desenvolvimento da aprendizagem escolar.			
*Observar situações empíricas e analisá-las a luz das teorias em estudo.			
<b>4. Bibliografia Básica:</b>			
BAGGIO, A.B. Psicologia do Desenvolvimento. Petropolis: Vozes, 1978.			
COOL, C. MARCHESI, A. PALACIOS, J. (Orgs) Desenvolvimento Psicológico e Educação. 2ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.			
COLINVAUX, D. LEITE, B.L DELL'AGLIO, D.D. (Org.). Psicologia do Desenvolvimento: reflexões e práticas atuais. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.			
FACCI, M. G. D. "Professora, é verdade que ler e escrever é uma coisa fácil?" – Reflexões em torno do processo de ensino-aprendizagem na perspectiva vigotskiana. In: MEIRA, M. E. M.; FACCI, M. G. D. (Orgs). Psicologia Histórico-cultural: contribuições para o encontro entre subjetividade e educação. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007. p. 63 – 93.			
LIMA, E.S. Indagações Sobre Currículo: currículo e desenvolvimento humano. Brasília:Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2008.			
MOTA, E.M. Psicologia do Desenvolvimento: uma perspectiva histórica. In: Temas em Psicologia. 2005, vol.13, n.2, p.105-11.			
RAPPAPORT, C.R. Psicologia do Desenvolvimento. V. I. São Paulo: EPU, 1981.			
<b>4.1 Bibliografia Complementar:</b>			
OZELLA, A.S. (Org.) Adolescências Construídas. São Paulo, Cortez,			
RAPPAPORT, C.R. Psicologia do Desenvolvimento. V.II. São Paulo: EPU, 1981.			
RAPPAPORT, C.R. Psicologia do Desenvolvimento. V. III. São Paulo: EPU, 1981.			
RAPPAPORT, C.R. Psicologia do Desenvolvimento. V. IV. São Paulo: EPU, 1981			

PLANO DE CURSO			
<b>Disciplina</b>	SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO		
<b>Curso:</b>	PEDAGOGIA - licenciatura dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (Formação de professores multidisciplinares dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental)		
<b>Código da disciplina:</b>		<b>Carga Horária:</b>	60 horas
<b>Semestre Letivo/Ano:</b>			
<b>Professor(a):</b>		<b>Titulação:</b>	
<b>1. Ementa</b>			
Introdução ao Pensamento Sociológico. Antecedentes históricos do surgimento da Sociologia. Revolução industrial e Revolução Francesa. O pensamento de Conte, Marx, Durkheim e Weber. Compreender a relação educação & sociedade.			
<b>2. Objetivo:</b>			
Proporcionar ao aluno/a acesso ao processo de análise sociológica do fenômeno educacional. Analisar as principais teorias sociológicas sobre educação. Analisar e se posicionar sobre as questões sociais envolvidas na educação e as relações entre o ser humano, a sociedade em que vive e o tipo de educação resultante de todo o processo e contexto. Adensar estudos da Sociologia e da Sociologia da Educação no plano teórico e conceitual.			
<b>4. Bibliografia Básica:</b>			
BENSAÏD, Daniel. Marx, manual de instruções. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013			
BOURDIEU, Pierre. Escritos de Educação. Organização: Maria Alice Nogueira e Afrânio Cattani. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.			
_____. O poder simbólico. Tradução Fernando Tomaz. - 12a. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.			
FORQUIN, Jean Claude. 1995. Sociologia da educação: 10 anos de pesquisa. Petrópolis: Vozes.			
GRAMSCI, Antonio. 1982. Os intelectuais e a organização da cultura. (4a ed.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.			
PRONKO, Marcela. O Banco Mundial no campo internacional da educação. In PEREIRA, João Márcio Mendes (org.) A demolição de direitos: um exame das políticas do Banco Mundial. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2014, pp. 89-112.			
NOGUEIRA, Maria Alice. O capital cultural e a produção das desigualdades escolares contemporâneas. Cadernos De Pesquisa, 51, 2021. Disponível em de			

<http://publicacoes.fcc.org.br/index.php/cp/article/view/7468>.

MIGNOLO, Walter. Desafios decoloniais hoje, Revista Epistemologias do Sul, UNILA, 2017.

TOSI, A. Sociologia da Educação. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

#### 4.1 Bibliografia Complementar:

DARDOT, Pierre & LAVAL, Christian. (2016), A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Boitempo.

GIROUX, H. Professores como intelectuais. Porto alegre: Artmed Editora, 1988.

HADDAD, Sérgio. Educação e Exclusão no Brasil. São Paulo: Ação Educativa, 2007.

NOVOA GARZON, L.F. Educação e o paradigma do conflito: convergências para o exercício do confronto em meio à crise estrutural. Revista de Educação Popular, v. 12, n. 2, 2013, UFU-MG. Disponível em: <https://www.sumarios.org/artigo/educa%C3%A7%C3%A3o-e-o-paradigma-do-conflito-converg%C3%A2ncias-para-o-exerc%C3%ADcio-do-confronto-em-meio-%C3%A0>

NOVOA GARZON, L.F. Um Panorama dos Últimos 25 anos no Brasil: das ressurgências neoliberais às contrarrevoluções preventivas. UNB, Revista de Estudos e Pesquisas Sobre As 4 Américas, 13(2),2019, p. 203–229. Disponível em:

<https://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/23733>

#### PLANO DE CURSO

<b>Disciplina</b>	Psicologia da Educação II
<b>Curso:</b>	<b>PEDAGOGIA</b> - licenciatura dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (Formação de professores multidisciplinares dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental)
<b>Código da disciplina:</b>	<b>Carga Horária:</b> 60h
<b>Semestre Letivo/Ano:</b>	
<b>Professor(a):</b>	<b>Titulação:</b>

#### 1. Ementa

Construtivismo e Interacionismo; Vygotsky e a educação; Interação social entre crianças de diferentes idades; psicanálise e educação; dinâmica da agressividade; dificuldades de aprendizagem.

#### 3. Objetivo:

Compreender os processos de aprendizagem da leitura e da escrita;  
Aprofundar o conhecimento sobre os processos de aprendizagem dos quais depende a alfabetização;  
Analisar situações reais de evolução de escritas não-convencionais produzidas por alunos e/ou alunas em situações de aprendizagem durante a alfabetização;  
Refletir acerca das contribuições de pesquisas no campo da psicogênese utilizado este conhecimento no planejamento de situações de aprendizagem produtiva.

#### 4. Bibliografia Básica:

ALENCAR, E.S. **Novas contribuições da psicologia aos processos de ensino e aprendizagem**.

São Paulo: Cortez.

ABERASTURY, A. (1980). **Adolescência**. Porto Alegre: Artes Médicas.

BANACO, R. (1997). **Sobre o comportamento e cognição**. Santos: ArBytes.

BEE, H. (1996). **A criança em desenvolvimento**. Porto Alegre: Artes Médicas.

\_\_\_\_\_. (1997). **O ciclo vital**. Porto Alegre: Artes Médicas.

BLOS, P. (1996). **Transição adolescente: questões desenvolvimentais**. Porto Alegre: Artes Médicas.

BOCK, A. M. B.; Furtado, O. e Teixeira, M. L. T. (1989). **Psicologias**. São Paulo: Saraiva.

BORKOWSKI, J.G. & Anderson, D.C. (1981). **Psicologia experimental**. São Paulo: Cultrix.

BOWLBY, J. (1987). **Apego**. São Paulo: Martins Fontes.

COLL, C. (org.). **Desenvolvimento psicológico e educação: Psicologia da educação**. Vols. I, II e III. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

DAVIDOFF, L. L. (1983). **Introdução à psicologia**. São Paulo: McGraw-Hill.

DE ROSE, J.C. (1993). **Classes de estímulos: Implicações para uma análise comportamental da cognição**. Psicologia: Teoria e Pesquisa.

FIGUEIREDO, L. C. M. (1991). **Matrizes do pensamento psicológico**. Petrópolis: Vozes.

FOULQUIÉ, P. (1965). **A psicologia contemporânea**. São Paulo: Nacional.

FREITAG, B. **Escola, estado e sociedade**. São Paulo: Moraes, 1980.

GAGNÉ, R.M. (1974). **Como Se Realiza A Aprendizagem**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos.

KELLER, F. S. (1973). **Aprendizagem: teoria do reforço**. São Paulo: EPU.

KLAUS, M. & KLAUS, P. (1989). **O surpreendente recém-nascido**. Porto alegre: Artes Médicas.

LIDZ, T. (1983). **A pessoa: seu desenvolvimento durante o ciclo vital**. Porto Alegre: Artes Médicas.

MARX, M. H. & Hillix, W. A. (1976). **Sistemas e teorias em psicologia**. São Paulo: Cultrix.

MCLAREN, P. **Os rituais na escola: em direção a uma economia política de símbolos e gestos na educação**. Petrópolis: Vozes, 1991.

MILLENSON, J.R. (1975). **Princípios de análise do comportamento**. Brasília: Coordenada.

PFROMM NETTO, S. **Psicologia da aprendizagem e do ensino**. São Paulo: EPU.1987

SIROTA, R. **A escola primária no cotidiano**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

VAN DER VEER, R. & VALSINER, J. (1996). **Vygostsky: uma síntese**. São Paulo: Unimarco/Loyola.

VASCONCELLO, V. M. R. E VALSINER, J. (1995). **Perspectiva co-construtivista na psicologia e na educação**. Porto Alegre: Artes Médicas.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes.1998

\_\_\_\_\_. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes.

#### PLANO DE CURSO

<b>Disciplina</b>	Tecnologias emergentes aplicadas à Educação
<b>Curso:</b>	<b>PEDAGOGIA</b> - licenciatura dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (Formação de professores multidisciplinares dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental)

<b>Código da disciplina:</b>		<b>Carga Horária:</b>	60 horas
<b>Semestre Letivo/Ano:</b>			
<b>Professor:</b>		<b>Titulação:</b>	
<b>1. Ementa</b>			
Relações entre Educação e Tecnologias Emergentes instigando reflexões críticas sobre avanços, limites, desafios e possibilidades dessas relações na formação docente e nas práticas pedagógicas.			
<b>3. Objetivo:</b>			
Aprofundar discussões acerca das relações entre Educação e Tecnologias Emergentes instigando reflexões críticas sobre avanços, limites, desafios e possibilidades dessas relações na formação docente e nas práticas pedagógicas.			
<b>4. Bibliografia Básica:</b>			
CASTRO, Rafael F. de. Tecnologias Emergentes e Formação de Professores: o que as grades curriculares de cursos de Pedagogia sinalizam? <b>Múltiplos Olhares sobre a Formação de Professores no Brasil.</b> (Orgs.) SILVA, Marijâne S.; PEDROSA, Neide B.; ISOBE, Rogéria M. R. Porto Velho: EDUFRO, 2019.			
LÉVY, Pierre. <b>As tecnologias da inteligência - o futuro do pensamento na era da informática.</b> São Paulo: Editora 34. Trad.: Carlos Irineu da Costa, 2014.			
LIBÂNEO, José Carlos. <b>Adeus professor, adeus professora? Novas exigências educacionais e profissão docente.</b> 13 ed. São Paulo: Cortez, 2011.			
LUCENA, Simone. Culturas digitais e tecnologias móveis na educação. <b>Educar em Revista</b> , n. 59, p. 277-290, jan./mar. 2016.			
MORAN, José M. <b>José Manuel Moran.</b> Disponível em: < <a href="http://www.eca.usp.br/prof/moran/">http://www.eca.usp.br/prof/moran/</a> >. Acesso em: 03 de julho de 2019.			
RODRIGUES, Tereza C.; TELES, Lucio F. O uso de mensagens eletrônicas instantâneas como recurso didático. <b>Rev. bras. Estud. pedagog.</b> , Brasília, v. 100, n. 254, p. 17-38, jan./abr. 2019.			
SCHLEMMER, Eliane; M-learning e U-learning: Novas Perspectivas da Aprendizagem Móvel e Ubíqua. São Paulo: Pearson Universidades, 2010.			
PORTO, Tânia M. E. Inserções de tecnologias e meios de comunicação em escolas públicas do Ensino Fundamental: uma realidade em estudo. <b>Revista Linhas</b> , Florianópolis, v. 10, n. 02, p. 34-59, jul./dez., 2009.			
SANTAELLA, Lucia. O homem e as máquinas. In: DOMINGUES, Diana (Org). <b>A arte no século XXI: a humanização das tecnologias.</b> São Paulo: UNESP, p. 33-43, 1997.			
ZANCHETTA JR., Juvenal. <b>Como usar a internet na sala de aula.</b> São Paulo: Contexto, 2017.			
<b>7.1 Bibliografia Complementar:</b>			
CASTRO, Rafael F. de; DAMIANI, Magda F. Uma experiência de educação híbrida: estudo de caso em um curso de pós-graduação. <b>RENOTE. Revista Novas Tecnologias na Educação</b> , v. 9, p. 14647, 2012.			
DAMIANI, Magda F. et al. Afinal, o uso doméstico do computador está associado à diminuição da reprovação escolar? Resultados de um estudo longitudinal. <b>Ensaio: aval. pol. públ. Educ.</b> , Rio de Janeiro, v. 24, n. 90, p. 59-81, jan./mar. 2016.			
POZO, Juan Ignacio. <b>Aprendizes e mestres: a nova cultura da aprendizagem.</b> Porto Alegre: Artmed Editora, 2002.			
TAKAHASHI, Tadau. <b>Sociedade da informação no Brasil: Livro Verde.</b> Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000.			

<b>PLANO DE CURSO</b>			
<b>Disciplina</b>	Políticas Públicas e Legislação Educacional Brasileira		
<b>Curso:</b>	PEDAGOGIA - licenciatura dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (Formação de professores multidisciplinares dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental)		
<b>Código da disciplina:</b>		<b>Carga Horária:</b>	60h
<b>Semestre Letivo/Ano:</b>			
<b>Professor(a):</b>		<b>Titulação:</b>	
<b>1. Ementa</b>			
A Política enquanto Política Pública: o papel do Estado e o atendimento das demandas da sociedade brasileira. A globalização econômica e as relações do Estado com as agências de financiamento internacional. As políticas públicas frente a preparação para o trabalho e o desenvolvimento tecnológico na América Latina. A educação básica no Brasil vista do ângulo das políticas públicas. As políticas públicas no âmbito nacional e estadual. Aspectos socioeconômicos, políticos, administrativos e legais da estruturação o sistema de ensino no Brasil: O Direito à educação; Indicadores educacionais. Organização da educação básica no Brasil: aspectos históricos; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei 9394/96 e sua contextualização nos aspectos sociais, políticos, econômicos e pedagógicos; a estrutura e organização da educação na Lei 9394/96; As Diretrizes Curriculares Nacionais para as diferentes etapas e modalidades da Educação Básica; a LDB e a Formação de Professores/as; o financiamento da educação; a LDB e sua articulação com as diferentes formas de gestão educacional: no planejamento, execução e avaliação do projeto político-pedagógico da escola.			
<b>2. Objetivo:</b>			
Compreender as políticas educacionais no contexto da história do processo político Brasileiro. Analisar o papel das agências Internacionais no Estado e dos órgãos financiadores e gestores das políticas públicas na área educacional brasileira. Possibilitar aos alunos e às alunas: analisar criticamente a educação brasileira enquanto direito, sua estrutura e financiamento; conhecer os dispositivos da LDB - Lei 9394/96, Constituição Federal de 1988 e Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB); compreender o contexto sócio-político, legal e administrativo em que se desenvolvem as atividades escolares e a sua importância no trabalho educacional; desenvolver competências para a construção reflexiva de seus próprios conhecimentos.			
<b>3. Bibliografia Básica:</b>			
BRASIL. <b>Base Nacional Comum Curricular.</b> Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <a href="http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC20dezsite.pdf">http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC20dezsite.pdf</a> .			

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira; TOSCHI, Mirza Seabra. Educação escolar: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2003.  
 REVISTA EDUCAÇÃO E SOCIEDADE. Campinas, v. 33, n. 119, p. 339-342, abr.-jun. 2012.  
 Disponível em  
 SANTOS, Clóvis Roberto dos. Educação escolar brasileira: estrutura, administração, legislação. 2. ed. Atual. e ampl. São Paulo: Thomson, 2003.  
 SANTOS, Pablo Silva Machado Bispo dos. Guia prático da política educacional no Brasil: ações, planos, programas e impactos. São Paulo: Cengage Learning, 2012.  
 SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia M. de Moraes; EVANGELISTA, Olinda. Política educacional. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.  
 TOMMASI, Livia de; WARDE, Sérgio Haddad (Org.) O Banco Mundial e as Políticas Educacionais. São Paulo: Cortez, 2003.  
 ZIBAS, Dagmar ML; AGUIAR, Marcia Ângela da S.; BUENO, Maria Sylvia S.(Orgs.) O ensino médio e a reforma da educação básica. Brasília: Plano Editora, 2002.

### 3.1 Bibliografia Complementar:

BLANCHETTI, R. G. Modelo Neoliberal e Políticas Educacionais. São Paulo: Cortez, 1996.  
 DORNAS, Roberto. Diretrizes e Bases da Educação: comentários e anotações. 2 ed., Belo Horizonte: Modelo Editorial, 1996.  
 FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e a crise do capitalismo real. São Paulo: Cortez, 1995.  
 GENTILL, Pablo (Org.). Pedagogia exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação. Petrópolis: Vozes, 1995.  
 KUENZER, A. Z. Política educacional e planejamento no Brasil. Os descaminhos da transição. São Paulo: Cortez, 1993.  
 LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. Educação Escolar: Políticas, Estrutura e Organização. São Paulo: Cortez, 2003.  
 LUCK, Heloisa (et al). A escola participativa: o trabalho gestor. 5 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.  
 SAVIANI, Dermeval. Formação e condições de trabalho docente. In. Revista Educação e Cidadania. Campinas: Atômico  
 VEIGA, Ima Passos Alencastro (org.). Projeto Político-Pedagógico da Escola: uma construção possível. s.ec., Campinas São Paulo: Papirus, 1995.

<b>Disciplina</b>	Avaliação da aprendizagem		
<b>Curso:</b>	PEDAGOGIA - licenciatura dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (Formação de professores multidisciplinares dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental)		
<b>Código da disciplina:</b>		<b>Carga Horária:</b>	60 horas
<b>Semestre Letivo/Ano:</b>			
<b>Professor (a):</b>		<b>Titulação:</b>	

#### 1. Ementa

Avaliação da aprendizagem de estudantes da Educação Básica. Abordagens avaliativas, técnicas e instrumentos de avaliação. Estudo da avaliação segundo diferentes concepções pedagógicas. Análise de propostas alternativas de avaliação da aprendizagem. Praticamos exames ou avaliamos? Avaliação em uma perspectiva processual e prospectiva. Contexto histórico-cultural, realidade dos sujeitos e avaliação individual. Avaliação no Ensino Fundamental. Exames de Avaliação Nacional para a Escola Básica.

#### 2. Justificativa:

Estudar a avaliação da aprendizagem é fundamental em qualquer situação, contexto ou projeto educacional, pois as instituições de ensino estão fundadas no objetivo de transmitir os conteúdos acumulados pela humanidade para as novas gerações. Nesse objetivo, é imperioso formar professores que avaliem a aprendizagem de seus estudantes, desde as abordagens avaliativas, passando pelos principais instrumentos até a incorporação da avaliação ao ensino, enquanto componente pedagógico.

#### 3. Objetivo:

Apresentar e refletir sobre os fundamentos, as abordagens, o que é preconizado na legislação e os principais instrumentos relacionados à avaliação da aprendizagem na escola.

#### 7. Bibliografia Básica:

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC20dezsite.pdf>.  
 FERNANDES, Alex A.; GOMES, Suzana S. Entre o discurso e a prática docente: interfaces do Programa de Avaliação da Aprendizagem Escolar (PAAE). **Revista Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 28, n. 107, p. 386-406, abr./jun., 2020.  
 HOFFMANN, Jussara. **Avaliação Mediadora**: uma prática em construção da pré-escola à universidade. 35 ed. Porto Alegre/RS: Editora Mediação, 2019.  
 LUCKESI, Cipriano C. **Avaliação da aprendizagem**: componente do ato pedagógico. São Paulo/SP: Cortez Editora, 2015.  
 LUCKESI, Cipriano C. **Avaliação em Educação - Questões Epistemológicas e Práticas**. São Paulo/ SP: Cortez Editora, 2018.  
 VASCONCELLOS, Celso S. Avaliação – concepção dialética-libertadora do processo de avaliação escolar. 20 ed. São Paulo: Libertad, 2014.

#### 7.1 Bibliografia Complementar:

MARQUES, Eliana S. A.; CARVALHO, Maria V. C. Prática educativa bem-sucedida na escola: reflexões com base em L. S. Vigotski e Baruch de Espinosa. **Revista Brasileira de Educação**, v. 22, n. 71, 2017.  
 POZO, Juan Ignacio. **Aprendizes e mestres**: a nova cultura da aprendizagem. Porto Alegre: Artmed Editora, 2002.  
 VYGOTSKY, L. S. **Obras Escogidas II (Pensamiento Y Lenguaje)**. Moscú: Editorial Pedagógica, 1934/1982.  
 WELLS, G. **Indagación Dialógica**: hacia una teoría y una práctica sociocultural de la educación. Barcelona: Paidós, 2001.

#### PLANO DE CURSO

<b>Disciplina</b>	DIDÁTICA		
<b>Curso:</b>	PEDAGOGIA - licenciatura dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (Formação de professores multidisciplinares dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental)		
<b>Código da disciplina:</b>		<b>Carga Horária:</b>	60h
<b>Semestre Letivo/Ano:</b>			
<b>Professor(a):</b>		<b>Titulação:</b>	
<b>1. Ementa</b>			
A Didática numa perspectiva histórica; as teorias pedagógicas e à sua importância para a formação do educador; O panorama atual da Didática no contexto do pensamento crítico em Educação; A prática docente a partir dos componentes didáticos e sua aplicabilidade no cotidiano da escola. Elementos teórico-metodológicos na área da Didática; Técnicas e Tecnologias de ensino e aprendizagem; Planejamento escolar, Projeto Político Pedagógico, Currículo e Avaliação			
<b>3. Objetivo:</b> Compreender as situações didáticas no contexto histórico e social. Identificar objetivos-conteúdos-métodos enquanto tarefa docente. Compreender os procedimentos e formas de organização da aprendizagem, face as situações concretas da sala de aula.			
Refletir sobre o papel sociopolítico da educação escolar, da didática e do ensino nas suas múltiplas relações; Caracterizar o processo ensino/aprendizagem a partir da prática escolar e as teorias a elas subjacentes tendo como referência visitas in loco; Orientar o trabalho no sentido de uma articulação entre a generalidade das questões abordadas na didática e a especificidade das tarefas pedagógicas onde se entrelaçam a reflexão e a significação, as concepções e as ações proporcionando um saber/fazer crítico; Elaborar uma proposta de plano de ensino a partir da realidade vivenciada e de conceitos teórico-práticos adquiridos.			
<b>4. Bibliografia Básica:</b>			
BRASIL. <b>Base Nacional Comum Curricular</b> . Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <a href="http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC20dezsite.pdf">http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC20dezsite.pdf</a> . CANDAUI, Vera Maria. (org.) A didática em questão. 23 ed. Petrópolis: Vozes, 2004. DALMÁS, Angelo. Planejamento Participativo na Escola: elaboração, acompanhamento e avaliação. Petrópolis: Vozes, 1994. ESTEBAN, Maria Teresa. (Org.). Avaliação: uma prática em busca de novos sentidos. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. LTC, 2019. SANT'ANNA, Flávia Maria; ENRICONE, ENRICONE, Délcia; ANDRÉ, Lenir Cancellari. Planejamento de Ensino e Avaliação. Rio Grande do Sul: Aagra Luzzatto, 1989.			
<b>4.1 Bibliografia Complementar:</b>			
ANDRE, Marli Eliza Dalmazo Afonso de; OLIVEIRA, Maria Rita Neto Sales, et al. Alternativas do Ensino da Didática. São Paulo: Papyrus, 1997. ASSMANN, Hugo. Metáforas novas para reencantar a educação: epistemologia e didática. Piracicaba: Unimep, 1996. COMENIUS. Didática Magna. São Paulo: Martins Fontes, 1997. ELIAS, M. C. Célestin Freinet. Uma pedagogia de atividade e cooperação. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1999. FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2000. GASPARIN, João Luiz. Uma didática para a pedagogia histórico-crítica. 3. ed. SP: Autores Associados, 2005. MACHADO, Nilson José. Epistemologia e Didática. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2005.			

<b>PLANO DE CURSO</b>			
<b>Disciplina</b>	História e Cultura Afro-Brasileira e Africana		
<b>Curso:</b>	PEDAGOGIA - licenciatura dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (Formação de professores multidisciplinares dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental)		
<b>Código da disciplina:</b>		<b>Carga Horária:</b>	60h
<b>Semestre Letivo/Ano:</b>			
<b>Professor(a):</b>		<b>Titulação:</b>	
<b>1. Ementa</b>			
Estudo de leituras históricas da presença indígena e negra na constituição da cultura brasileira do período colonial e imperial do país. Diáspora: vida e existência cultural e histórica dos africanos e seus descendentes fora da África. O olhar crítico sobre a colonização. Razões e origens do escravismo no Brasil. Educação e escravismo no Brasil. A formação da identidade nacional e a questão étnico-racial. Possibilidades e limites de implementação de políticas compensatórias voltadas para a questão racial.			
<b>2. Objetivo:</b>			
Relacionar as diferentes concepções que orientam o ensino-aprendizagem de História e Cultura Afro-Brasileira e seus desdobramentos na prática docente numa visão crítica reflexiva da realidade; Apresentar um conjunto de estratégias e instrumentos metodológicos que possibilitem discutir conceitos fundamentais da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana; Identificar o papel dos documentos escritos e não-escritos como recurso didático. Analisar a história do tráfico de africanos e suas consequências; Identificar e analisar aspectos da cultura afro-brasileira; Identificar as principais ações do movimento negro organizado e a luta contra o racismo e a discriminação. Analisar a Leis 10.639 de 2003 e 11.645 de 2008; Identificar e analisar aspectos organizacionais das comunidades quilombolas e negras brasileiras.			
<b>3. Bibliografia Básica:</b>			
BRASIL. <b>Base Nacional Comum Curricular</b> . Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <a href="http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC20dezsite.pdf">http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC20dezsite.pdf</a> . BASTIDE, Roger. <b>Estudos Afro-Brasileiros</b> . São Paulo: Perspectiva, 1983. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. <b>Educação Anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03</b> . Brasília: MEC/SECAD, 2005.			

BURKE, Peter (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual de São Paulo, 1992.

CAMARGO, Oswaldo de. **O negro escrito**. São Paulo: IMESP, 1987.

CASCUDO, Luis da Câmara. **Literatura oral no Brasil**. São Paulo: Itatiaia, 1984.

CHIAVENATO, Julio José. **O negro no Brasil: da senzala à guerra do Paraguai**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

HOBBSAWM, E. J. (org.) **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. \_\_\_\_\_.

**Bandidos**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.

LE GOFF, Jacques. **A história nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MEMMI, Albert. **Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

MIGNOLO, Walter. "Lógica das diferenças e política das semelhanças: da Literatura que parece História ou Antropologia ou Vice-versa". In: CHIAPPINI, Lígia & AGUIAR, Flávio Wolf de. **Literatura e história na América Latina**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993. p. 115-135.

MOURA, Clóvis. **História do negro brasileiro**. São Paulo: Ática, 1989.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude: usos e sentidos**. São Paulo: Ática, 1986.

RABASSA, Gregory. **O negro na ficção brasileira**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1965.

RODRIGUES, Nina. **Os africanos no Brasil**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1945.

SERRA, Ordep. **Águas do rei**. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

#### 4. Bibliografia Complementar:

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC20dezsite.pdf>.

CONRAD, Robert. **Tumbeiros**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande & senzala**. 30ed. Rio de Janeiro: Record, 1992.

PERROT, Michelle. **Os excluídos: operários, mulheres, prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PESAVENTO, Sandra Jatáhy. **Simpósio Nacional da Associação Nacional de História**. Florianópolis: FFLCH, 1999.

<b>Disciplina</b>	Alfabetização nos anos iniciais do ensino fundamental I – (1º e 2º anos)		
<b>Curso:</b>	PEDAGOGIA - licenciatura dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (Formação de professores multidisciplinares dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental)		
<b>Código da disciplina:</b>		<b>Carga Horária:</b>	60h Teórica + 20h Prática = 80 horas
<b>Semestre Letivo/Ano:</b>			
<b>Professor(a):</b>		<b>Titulação:</b>	

#### 1. Ementa

O conceito de alfabetização, a natureza do processo e suas condicionantes; Conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias ao professor alfabetizador; Consciência linguística e alfabetização; evolução do processo de aquisição da língua escrita pela criança; métodos e técnicas de alfabetização decorrentes das tendências pedagógicas; recursos facilitadores do processo; o processo de avaliação. A diversidade e a variabilidade linguística no processo de alfabetização; relação linguagem-cultura-sujeito e ensino da língua; a escrita como produção social; práticas discursivas e alfabetização; leitura e a produção de textos no processo de aquisição das normas da escrita. Material didático; Alfabetização na perspectiva da educação inclusiva.

#### 3. Objetivo:

##### 3.1 Objetivo Geral:

Oferecer aos futuros pedagogos condições para realizar/organizar uma prática pedagógica alfabetizadora efetiva, dentro das concepções de letramento e construção do conhecimento.

##### 3.2 Objetivos Específicos:

- Compreender os processos de aprendizagem da leitura e da escrita;
- Aprofundar o conhecimento sobre os processos de aprendizagem dos quais depende a alfabetização;
- Analisar situações reais de evolução de escritas não-convencionais produzidas por alunos e/ou alunas em situações de aprendizagem durante a alfabetização;
- Refletir acerca das contribuições de pesquisas no campo da psicogênese utilizado este conhecimento no planejamento de situações de aprendizagem produtiva.
- Permitir aos alunos refletir sobre o ensino da língua escrita sob diferentes ângulos: o conhecimento epistemológico, linguístico, as relações entre leitura e escrita, entre ensino e aprendizagem e a intervenção educativa;
- Analisar diferentes métodos de alfabetização, envolvendo conceitos, objetivos e suas práticas;

#### 4.1 Bibliografia Básica:

AZENHA, Maria da Graça. **Construtivismo: de Piaget a Emília Ferreiro**. 8. ed. São Paulo. Ática, 2006.

BARBOSA, José J. **Alfabetização e leitura**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

CARVALHO, Marlene. **Guia prático do alfabetizador**. 5. ed. São Paulo: Ática, 2007.

FERREIRO, Emília. **Psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

FERREIRO, Emília. **Reflexões sobre a alfabetização**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

GARCIA, Regina L. **Novos olhares sobre a alfabetização**. São Paulo: Cortez, 2001.

ADAMS, M. J. et al. **Consciência fonológica em crianças pequenas**. Porto Alegre: Artmed: 2006.

#### 4.2 Bibliografia Complementar:

CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetizando sem o babé-bi-bó-bu**. São Paulo: Scipione, 1998.

GARCIA, Regina Leite (org.). **A formação da professora alfabetizadora: reflexões sobre a prática**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

KLEIMAN, Ângela B. (org.). **Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre práticas sociais de escrita**. Campinas – SP: Mercado de Letras, 1995.

SILVA, Ezequiel Theodoro da. **O ato de ler: fundamentos psicológicos para uma nova pedagogia da leitura**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

\_\_\_\_\_. **Alfabetização no Brasil: questões e provocações da atualidade**. Campinas: Autores Associados, 2007. (Coleção educação contemporânea)

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

LEMLE, Miriam. **Guia teórico do alfabetizador**. 15. ed. São Paulo: Ática, 2003.

PLANO DE CURSO			
<b>Disciplina</b>	Currículo da educação nos anos iniciais do ensino fundamental		
<b>Curso:</b>	PEDAGOGIA - licenciatura dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (Formação de professores multidisciplinares dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental)		
<b>Código da disciplina:</b>		<b>Carga Horária:</b>	50h Teórica + 30h Práticas = 80h
<b>Semestre Letivo/Ano:</b>			
<b>Professor(a):</b>		<b>Titulação:</b>	
<b>1. Ementa</b>			
Retrospecto histórico, cultural e social do currículo no mundo. A teoria curricular e os aspectos da ideologia, cultura e poder. O currículo como campo de estudo e de investigação. As teorias curriculares tradicionais, críticas e pós-críticas. O currículo na Educação Básica (Anos Iniciais do Ensino Fundamental). O currículo como organização geral da escola. História e concepções de currículo no Brasil; Currículo, escola, cultura e sociedade. Currículo, organização do trabalho pedagógico e prática docente. Planejamento e currículo escolar; o currículo nos anos iniciais do Ensino Fundamental: estudo das Diretrizes Curriculares Nacionais, Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2017) e demais documentos orientadores.			
<b>3. Objetivo:</b>			
Compreender as diferentes dimensões do currículo, norteando estudos e a legislação curricular brasileira, discussões e reflexões sobre a evolução, estrutura e organização curricular na escola.			
<b>4. Bibliografia Básica:</b>			
APPLE, Michael. Política Cultural e Educação. Trad. Maria José do Amaral Ferreira. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2001.			
BRASIL. <b>Base Nacional Comum Curricular</b> . Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <a href="http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC20dezsite.pdf">http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC20dezsite.pdf</a> .			
GOODSON, I. F. Currículo: teoria e história. 2. ed. Trad. Atilio Brunetta. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.			
MOREIRA, Antônio F. B. (Orgs.). <b>Currículo: questões atuais</b> . Campinas-SP: Papirus, 1997.			
ROCHA, U. História, Currículo e Cotidiano Escolar. São Paulo: Cortez, 2002.			
SACRISTÁN, J. G. <b>O currículo: uma reflexão sobre a prática</b> . 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.			
SAVIANI, N. Saber escolar, currículo e didática: problemas da unidade conteúdo/método no processo pedagógico. 3. ed. Campinas: autores associados, 1994.			
SILVA, Tomaz T. da. Quem escondeu o currículo oculto. In: <b>Documento de identidade: uma introdução às teorias do currículo</b> . Belo Horizonte: Autêntica, 1999.			
<b>4.1 Bibliografia Complementar:</b>			
MACEDO, Roberto S. <b>Currículo: campo, conceito e pesquisa</b> . Petrópolis-RJ: vozes, 2007.			
GOMES, Nilma L. Diversidade e currículo. In: MEC. <b>SEB. Indagações sobre currículo</b> . Brasília-DF: MEC, 2008. Disponível em: <a href="http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/.../indag4.pdf">portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/.../indag4.pdf</a> .			
FERNANDES, Cláudia de Oliveira; FREITAS, Luiz Carlos. Currículo e avaliação. In: <b>Introdução sobre currículo</b> . Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2008. 44 p. Disponível em: <a href="http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/.../indag5.pdf">portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/.../indag5.pdf</a> .			
MOREIRA, Antônio Flávio B.; CANDAU, Vera Maria. Currículo, conhecimento e cultura. In: <b>Introdução sobre currículo</b> . Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. 48 p. Disponível em: <a href="http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/.../indag3.pdf">portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/.../indag3.pdf</a> .			

PLANO DE CURSO			
<b>Disciplina</b>	Currículo, conteúdo e metodologia do ensino da Língua Portuguesa para os anos iniciais do Ensino Fundamental		
<b>Curso:</b>	PEDAGOGIA - licenciatura dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (Formação de professores multidisciplinares dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental)		
<b>Código da disciplina:</b>		<b>Carga Horária:</b>	80h Teórica + 20h Práticas = 100
<b>Semestre Letivo/Ano:</b>			
<b>Professor(a)</b>		<b>Titulação:</b>	
<b>1. Ementa</b>			
Estudo dos processos cognitivos, sociais e interativos que envolvem o desenvolvimento de competência leitora e escritora em crianças. Analisa o sentido atribuído à competência leitora para o estudante dos anos iniciais do ensino fundamental. Desenvolve atividades para entendimento das principais metodologias e teorias desenvolvidas para alfabetização e letramento nos primeiros anos da educação básica.			
<b>3. Objetivo:</b>			
Refletir sobre as influências, confluências necessárias para o desenvolvimento da competência leitora e escritora que contribua para o desenvolvimento da fruição de todas as vivências, desenvolvimento do sentido de humanidade, respeito às diferenças e sentido de pertença e inclusão.			
<b>4. Bibliografia Básica:</b>			
AMARAL, N. F. G.; PAIVA, G. . Um Olhar sobre o Letramento: desencanto e desencontros. In: Nair Ferreira Gurgel do Amaral; Neusa dos Santos Tezzari. (Org.). <b>Cultura, Leitura e Linguagem: discursos de letramento</b> . 1ed.Porto Velho: EDUFRO, 2007, v. 1, p. 253-263.			
BRASIL. <b>Base Nacional Comum Curricular</b> . Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <a href="http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC20dezsite.pdf">http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC20dezsite.pdf</a> .			
HOOKS, Bell. Ensinando a transgredir. A educação como prática da liberdade: tradução de Marcelo Brandão Cippola. 2ª edição. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017			
LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. <b>A formação da leitura no Brasil</b> . Editora Unesp, 2020.			
MUNDURUKU, Daniel. <b>Contos indígenas brasileiros</b> . Global Editora, 2021.			
<b>4.1 Bibliografia Complementar:</b>			

SANTOS, Shirlene Almeida dos. Nos traços da mulher: a Menina Negra na Literatura Infantil Negro-Brasileira. 2016.
ZILBERMAN, R. A produção cultural para a criança. Porto Alegre, Mercado Aberto, 19

**PLANO DE CURSO**

<b>Disciplina</b>	Currículo, conteúdo e metodologia do ensino de Matemática para os anos iniciais do Ensino Fundamental (1º e 2º ano)		
<b>Curso:</b>	PEDAGOGIA - licenciatura dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (Formação de professores multidisciplinares dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental)		
<b>Código da disciplina:</b>		<b>Carga Horária:</b>	50h Teórica + 30h Prática = 80h
<b>Semestre Letivo/Ano:</b>			
<b>Professor(a):</b>		<b>Titulação:</b>	

**1. Ementa**

Subsídios teóricos, metodológicos e de recursos para a atuação na área da Matemática e da Educação Matemática nos anos iniciais do Ensino Fundamental (1º e 2º ano); Atividades práticas de Matemática que possibilitem uma vivência dos diversos conteúdos trabalhados. A concepção de conhecimento matemático que permeia o currículo, o planejamento e a prática. O ensino de matemática na perspectiva da educação inclusiva.

**3. Objetivo:**

- Analisar alternativas metodológicas e materiais didáticos relacionados ao ensino de matemática dos anos iniciais (1º e 2º ano) que privilegiam uma prática investigativa;  
 - Discutir as diferentes concepções sobre ensinar e aprender matemática;  
 - Compreender o ensino da Matemática como disciplina que prioriza a criação de estratégias para solução de problemas, a comprovação, a justificativa, a argumentação, o espírito crítico e que favorecem a criatividade, o trabalho coletivo, a iniciativa pessoal e autonomia – provendo meios para intervir na realidade.

**4. Bibliografia Básica:**

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC20dezsite.pdf>.  
 FIORENTINI, Dario. Alguns modos de ver e conceber o ensino da matemática no Brasil. In: Zetetiké, Ano 3, n. 4, novembro de 1995, pp. 1-37.  
 NUNES, Terezinha. Educação Matemática: números e operações numéricas. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2009.  
 PARRA, Cecília (org). Didática da Matemática: reflexões psicopedagógicas. Porto Alegre: Ed. Artmed, 2001.  
 PIRES, Célia Maria Carolino. Educação Matemática: conversas com professores dos anos iniciais. São Paulo: Zé-Zapt, 2012.  
 SMOLE, Kátia. A matemática na Educação Infantil. Porto Alegre: Artmed, 1997.  
 TOLEDO, M.; TOLEDO, M. Didática de Matemática. São Paulo: FTD, 1997.

**4.1 Bibliografia Complementar:**

SKOVSMOSE, Ole. Cenários para Investigação. In: Bolema – Boletim de Educação Matemática - ano 13, no 14. Rio Claro, SP: UNESP, 2000, p. 66-91.  
 PANIZZA, Mabel. Ensinar Matemática na Educação Infantil e nas séries iniciais: análise e propostas. Porto Alegre Artmed, 2006.  
 PONTE, J. P. Investigações matemáticas na sala de aula. Belo Horizonte, Autêntica, 2003.

**PLANO DE CURSO**

<b>Disciplina</b>	História da infância e suas instituições		
<b>Curso:</b>	Pedagogia - Formação de Professores Multidisciplinares dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental		
<b>Código da disciplina:</b>		<b>Carga Horária:</b>	60 horas
<b>Semestre Letivo/Ano:</b>			
<b>Professor(a):</b>		<b>Titulação:</b>	

**1. Ementa**

Criança e infância: conceitos e delimitação de campos de estudos. Construção social da infância e determinações sócio-histórico. Função social das instituições educativas voltadas para a infância: creche; pré-escola e ensino fundamental.

**2. Justificativa:**

O exercício da docência para as crianças menores pressupõe o conhecimento sobre as crianças, as infâncias e sobre a constituição histórica das instituições assistenciais ou educativas que se colocaram na condição de responsáveis pelo processo de desenvolvimento desses sujeitos. Com isso, a presença de aportes teóricos que contribuam com a compreensão conceitual e histórica sobre a infância e suas instituições é condição primordial aos processos educativos em tempos atuais.

**3. Objetivo:**

Compreender as questões referentes à família, às infâncias e às instituições educativas, considerando os diferentes contextos históricos, culturais e sociais do mundo e da sociedade brasileira.

**3.1. Objetivos Específicos:**

-Analisar transformações observadas na vida familiar de diferentes segmentos sociais, observando as mudanças relativas ao lugar da criança e da mulher no espaço doméstico e social e as repercussões produzidas no panorama educacional;  
 -Refletir sobre a família como instituição educativa, atentando para as relações/tensões estabelecidas com a escola;  
 -Compreender a infância e instituições escolares como resultado das transformações culturais, econômicas e sociais da modernidade;  
 - Refletir sobre a historiografia que trata dos processos referentes à vida privada, à dinâmica familiar e à infância em seus nexos com a temática educativa e escolar.

<b>4. Programa da disciplina:</b>
Unidade 1 - Infância: construção social e histórica Unidade 2 - Historiografia da vida privada, familiar e o lugar da criança e da mulher no espaço doméstico e social Unidade 3 - Infâncias, crianças e instituições educativas Unidade 4 - Educação escolar e infância na atualidade
<b>5. Metodologia:</b>
Estudos de materiais bibliográficos; resolução de problemas; produção individual e coletiva de análises sobre os conteúdos; discussões coletivas; análise filmicas com contextualização histórica e cultural.
<b>6. Processo Avaliativo:</b>
Realização de leituras e resolução de atividades dentro do prazo determinado. Serão observados os seguintes aspectos: coerência e coesão textual; capacidade de síntese; compreensão conceitual e histórica de conceitos e fatos; abrangência e profundidade nas discussões apresentadas textualmente: 6,0 pontos Participação dos fóruns de discussão e qualidade conceitual das manifestações e intervenções: 4,0 pontos Realização de provas sobre os conteúdos abordados: 10,0 pontos
<b>7. Bibliografia Básica:</b>
ARIÈS, Philippe. <b>História social da criança e da família</b> . Rio de Janeiro: Zahar, 1981. BELLINI, A. AMORIM; ARAÚJO, E. SAMPAIO. Infância e conhecimento: princípios e bases à luz da teoria histórico-cultural. <b>APRENDER - Caderno de Filosofia e Psicologia da Educação</b> , [S. l.], n. 23, p. 27-42, 2020. DOI: 10.22481/aprender.v0i23.7249. Disponível em: <a href="https://periodicos2.uesb.br/index.php/aprender/article/view/7249">https://periodicos2.uesb.br/index.php/aprender/article/view/7249</a> . Acesso em: 28 fev. 2022. BENJAMIN, Walter. <b>Reflexões sobre a criança, o brinquedo, a educação</b> . 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2009. KUHLMANN JR., Moysés. Educando a infância brasileira. In: LOPES, Eliane Marta T., FARIA FILHO, Luciano M. & VEIGA, Cynthia G. <b>500 anos de educação no Brasil</b> . Belo Horizonte: Autêntica, 2000. KUHLMANN Jr., Moysés. FERNANDES, Rogério. Sobre a história da infância. In: FARIA FILHO, L. M. (org.). <b>A infância e sua educação: materiais, práticas e representações (Portugal e Brasil)</b> . KUHLMANN Jr., Moysés. <b>Infância e educação infantil: uma abordagem histórica</b> . Porto Alegre: Mediação, 1998, 209 p. MARCILIO, Maria Luíza. A roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). <b>História social da infância no Brasil</b> . São Paulo: Cortez, 1997. PRIORE, Mary del (org.). <b>História das crianças no Brasil</b> . São Paulo: Contexto, 1992.
<b>7.1 Bibliografia Complementar:</b>
BROUGÈRE, Gilles. <b>Brinquedo e Cultura</b> . São Paulo, Cortez, 1995. COHN, C. <b>Antropologia da criança</b> . Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005. COHN, C. Concepções de infância e infâncias: um estado da arte da antropologia da criança no Brasil. <b>Civitas - Revista de Ciências Sociais</b> , v. 13, n. 2, p. 221-244, 30 jan. 2014. KUHLMANN Jr., Moysés; FERNANDES, Fabiana Silva. <b>Infância: construção social e histórica</b> . In: VAZ, Alexandre F.; MOMM, Caroline M. (orgs.). <b>Educação infantil e sociedade: questões contemporâneas</b> . Nova Petrópolis, SC: Nova Harmonia, 2012. SAVIANI, D. Educação socialista, pedagogia histórico-crítica e os desafios da sociedade de classes. In: LOMBARDI, José Claudinei e SAVIANI, Demerval (Orgs.). <b>Marxismo e Educação: debates contemporâneos</b> . Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR, 2005. P.223-274. VIGOTSKI, L. S. <b>Pensamento e linguagem</b> . 3. ed. São Paulo: Martins Fontes Ltda, 1991.

<b>PLANO DE CURSO</b>			
<b>Disciplina</b>	Introdução à valorização da vida: Aspectos conceituais e éticos da morte autoprovocada		
<b>Curso:</b>	PEDAGOGIA - licenciatura dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (Formação de professores multidisciplinares dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental)		
<b>Código da disciplina:</b>		<b>Carga Horária:</b>	40H
<b>Semestre Letivo/Ano:</b>			
<b>Professor(a):</b>		<b>Titulação:</b>	
<b>1. Ementa</b>			
Situação epidemiológica da morte autoprovocada no Brasil. Fatores de Proteção. Fatores de risco. Prevenção e Posvenção.			
<b>3. Objetivo:</b>			
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Elencar os fatores de risco e de proteção à vida;</li> <li>2. Reconhecer sinais de comportamento suicida em si mesmo e em outrem e procurar ajuda;</li> <li>3. Descrever as principais medidas a serem tomadas em situação de risco de suicídio.</li> </ol>			
<b>4. Bibliografia Básica:</b>			
Botega, N. (2015). <b>Crise suicida: avaliação e manejo</b> . São Paulo: ARTMED. Bertolote, J. M. (2012). <b>O suicídio e sua prevenção</b> . São Paulo, SP: Ed. Unesp. Dutra, E. (2012). Suicídio de universitários: o vazio existencial de jovens na contemporaneidade. <b>Estudos e Pesquisas em Psicologia</b> , 12(3), 924-937. Recuperado de <a href="http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&amp;pid=S1808-42812012000300013&amp;lng=pt&amp;tlng=pt">http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&amp;pid=S1808-42812012000300013&amp;lng=pt&amp;tlng=pt</a>			
<b>5 – BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>			
Oliveira, M. I.; Bezerra Filho & J. G.; Gonçalves-Feitosa, R. F. (2014). Tentativas de suicídio atendidas em unidades públicas de saúde de Fortaleza-Ceará, Brasil. <b>Revista de la Salud Publica (Bogota)</b> ; 16(5),687-699. Ores, L. C., Quevedo, L. A., Jansen, K., Carvalho, A. B., Cardoso, T. A. Souza, L. D. M.... Silva, R. A. Risco de suicídio e comportamentos de risco à saúde em jovens de 18 a 24 anos: um estudo descritivo. <b>Cadernos de Saúde Pública</b> , 28(2), 305-312. doi: <a href="http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2012000200009">http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2012000200009</a> .			

Daolio, E. R. & Silva, J.V. (2009). Os significados e os motivos do suicídio: as representações sociais de pessoas residentes em Bragança Paulista, SP. **Bioetikos** - Centro Universitário São Camilo. 3(1), 68-76.

Pereira, W. S. B. **É sobre estas pessoas que estão nas fotos com você**. Recuperado de <http://rondonoticias.com.br/noticia/saude/1267/e-sobre-estas-pessoas-que-estao-nas-fotos-com-voce-por-wilma-suely-batista-pereira> acesso em 11 de março de 2018.

## 4º SEMESTRE

## PLANO DE CURSO

<b>Disciplina</b>	Currículo, conteúdo e metodologia do ensino de Matemática 2 para os anos iniciais do Ensino Fundamental (3º, 4º e 5º ano)		
<b>Curso:</b>	PEDAGOGIA - licenciatura dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (Formação de professores multidisciplinares dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental)		
<b>Código da disciplina:</b>		<b>Carga Horária:</b>	50h Teórica + 30h Prática = 80 h
<b>Semestre Letivo/Ano:</b>			
<b>Professor(a):</b>		<b>Titulação:</b>	
<b>1. Ementa</b>			
A função da matemática na formação da criança: competências cognitivas de área; concepções de ensino de matemática. Construção das escritas numéricas. Alfabetização matemática. Desempenho em provas de matemática pelos alunos em final de ciclo I em Rondônia (3º, 4º e 5º ano). Estratégias e recursos para o ensino de Matemática.			
<b>3. Objetivo:</b>			
- Analisar alternativas metodológicas e materiais didáticos relacionados ao ensino de matemática dos anos iniciais (3º, 4º e 5º ano) que privilegiam uma prática investigativa;			
- Discutir as diferentes concepções sobre ensinar e aprender matemática;			
- Compreender o ensino da Matemática como disciplina que prioriza a criação de estratégias para solução de problemas, a comprovação, a justificativa, a argumentação, o espírito crítico e que favorecem a criatividade, o trabalho coletivo, a iniciativa pessoal e autonomia – provendo meios para intervir na realidade.			
<b>4. Bibliografia Básica:</b>			
BRASIL. <b>Base Nacional Comum Curricular</b> . Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <a href="http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC20dezsite.pdf">http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC20dezsite.pdf</a> .			
BURIGO, E Z. <b>Movimento da Matemática Moderna No Brasil: Estudo da Ação E do Pensamento de Educadores Matemáticos Nos Anos 60</b> . Dissertação de mestrado de 1989.			
LOBO da Costa M, Nielce. <b>A Mediação na Formação de Professores das séries Iniciais: Um Trabalho com a Matemática e as Novas Tecnologias</b> , PUC, SP, 2001.			
LORENZATO, Sergio, FIORENTINI, Dario. <b>Investigação em Educação Matemática. Percursos Teóricos e Metodológicos</b> . Campinas: Autores Associados, 2006.			
PARRA, Cecilia.(org) <b>Didática da Matemática: Reflexões Psicopedagógicas</b> . Porto Alegre, ARTMED, 1996.			
<b>4.1 Bibliografia Complementar:</b>			
BICUDO, Maria Aparecida Viggiani. <b>Pesquisa em Educação Matemática: concepções &amp; perspectivas</b> . São Paulo, Ed. Unesp, 1999.			
SACCONI, Luiz Antonio. <b>Nossa Gramática</b> . 15 ed. São Paulo: Atual, 1990.			
SOUZA Luiz Marques & CARVALHO, Sérgio Waldeck. <b>Compreensão e Produção de textos</b> . 9 ed. Petrópolis: Vozes, 2004.			

## PLANO DE CURSO

<b>Disciplina</b>	Alfabetização nos anos iniciais do ensino fundamental II - (3º, 4º e 5º anos)		
<b>Curso:</b>	PEDAGOGIA - licenciatura dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (Formação de professores multidisciplinares dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental)		
<b>Código da disciplina:</b>		<b>Carga Horária:</b>	40h Teórica + 20h Prática = 60 h
<b>Semestre Letivo/Ano:</b>			
<b>Professor(a):</b>		<b>Titulação:</b>	
<b>1. Ementa</b>			
Psicogênese da língua escrita; alfabetização e letramento; estratégias de leitura; alfabetização e mídia; Diferentes modalidades organizativas: projetos, atividades sequenciadas, atividades permanentes e situações independentes; elaboração de rotinas; gestão do tempo e organização das atividades; planejamento, desenvolvimento e avaliação de projetos didáticos; avaliação processual e reguladora das aprendizagens na alfabetização.			
<b>3. Objetivo:</b>			
Aprofundar o conhecimento sobre os processos de aprendizagem dos quais depende a alfabetização; analisar situações reais de evolução de escritas não-convencionais produzidas por alunos e/ou alunas em situações de aprendizagem durante a alfabetização; Refletir acerca das contribuições de pesquisas no campo da psicogênese utilizando este conhecimento no planejamento de situações de aprendizagem produtiva; produção de texto; estratégias para formação de alunos leitores; elaboração de rotinas semanais e sequências didáticas.			
<b>4. Bibliografia Básica:</b>			
BOMTEMPO, L.; VIANNA, Z. <b>O construtivismo com sucesso na sala de aula</b> . Contagem: Oficina editorial, 2003. CAGLIARI, L. C. <b>Alfabetizando sem o ba-bá-bl-bó-bu</b> . São Paulo: Scipione, 1998.			
BRASIL. <b>Base Nacional Comum Curricular</b> . Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <a href="http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC20dezsite.pdf">http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC20dezsite.pdf</a> .			
CARVALHO, M. <b>Alfabetizar e Letrar: um diálogo entre a teoria e a prática</b> . Petrópolis: Vozes, 2015.			
FERNANDES, M. <b>Os segredos da Alfabetização</b> . São Paulo: Cortez, 2010, 2 ed. FERREIRO, E. <b>Reflexões sobre a alfabetização</b> . São Paulo: Cortez, 1997. FERREIRO, E.; TEBEROSHY, A. <b>Psicogênese da língua escrita</b> . 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 1991. JOLIBERT, J. (coord.). <b>Formando Crianças Leitoras</b> . Porto Alegre: artmed, 1994. KAUFMAN, A. M.; RODRÍGUEZ, M. H. <b>Escola</b>			

Leitura e Produção de Textos. São Paulo: artimed, 1995. LERNER, D. Ler e escrever na escola: o real, o possível e o necessário. Porto Alegre: artimed, 2002. MORAIS, A. G. de. Sistema de escrita alfabética. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2012. Weisz, T.; SANCHEZ, A. O diálogo entre o ensino e a aprendizagem. São Paulo: Ática, 2009. SOLÉ, I. Estratégias de leitura. Tradução: Cláudia Schilling. Porto Alegre: Artmed, 1998. TEBEROSKY, A.; COLOMER, T. Aprender a ler e a escrever: uma proposta construtivista. Tradução: Ana Maria Neto Machado. Porto Alegre: Artmed, 2003. TEBEROSKY, A.; COLOMER, T. Psicopedagogia da linguagem escrita. Tradução: Beatriz Cardoso. Petrópolis: Vozes, 2003. ZABALA, A. A Prática Educativa: como ensinar. Porto Alegre: artimed, 1998.

#### 4.1 Bibliografia Complementar:

BARBOSA, J. J. Alfabetização e leitura. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1994.  
 CALLOU, D.; LEITE, Y. Iniciação á fonética e fonologia. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.  
 CHARTIER, A. M. et al. Ler e escrever: entrando no mundo da escrita. Porto Alegre: Artmed, 1996.  
 FERREIRO, E. (org.). Relações de (in)dependência entre oralidade e escrita. Porto Alegre: Artmed, 2003.  
 FERREIRO, E. Alfabetização em processo. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2001.  
 FERREIRO, E. Com todas as letras. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1993.  
 FERREIRO, E. Cultura escrita e educação: conversas de Emilia Ferreiro com José Antonio castorina, Daniel Goldin e Rosa Maria Torres. Porto Alegre: Artmed, 2001.  
 FERREIRO, E. Passado e presente dos verbos ler e escrever. São Paulo: Cortez, 2002. GOODMAN, Y. M. (org.). Como as crianças constroem a leitura e escrita: perspectivas piagetianas. Porto Alegre: Artmed, 1995.  
 PÉREZ, F. C.; GARCÍA, J. R. (org.). Ensinar ou aprender a ler e a escrever? 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2001  
 TEBEROSKY, A.; TOLCHINSKY, L. (org.). Além da alfabetização: a aprendizagem fonológica, ortográfica, textual e matemática. 3. ed. São Paulo: Ática, 1997.

#### PLANO DE CURSO

<b>Disciplina</b>	Currículo, conteúdo e metodologia do ensino de Geografia para os anos iniciais para os anos iniciais do Ensino Fundamental		
<b>Curso:</b>	PEDAGOGIA - licenciatura dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (Formação de professores multidisciplinares dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental)		
<b>Código da disciplina:</b>		<b>Carga Horária:</b>	50h Teórica + 30h Prática = 80h
<b>Semestre Letivo/Ano:</b>			
<b>Professor(a):</b>		<b>Titulação:</b>	

#### 1. Ementa

O papel das Ciências Humanas na formação do aluno das séries iniciais, enfatizando a questão da construção da cidadania e da leitura de mundo a partir das relações sociais que se estabelecem entre pessoas e grupos sociais. Aportes da Geografia para o trabalho com a dimensão social, sobretudo no que se refere ao entendimento e construção das noções espaciais e temporais.

#### 3. Objetivo:

Desenvolver as habilidades e competências necessárias para o ensino (Planejamento, metodologias, avaliação e práticas) dos conteúdos de Geografia com base proposições indicadas na BNCC para os estudantes dos anos iniciais do Ensino Fundamental.

#### 4. Bibliografia Básica:

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria Ensino Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Geografia e História, primeiro e segundo ciclos.** Brasília: MEC, 1997.  
 BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC20dezsite.pdf>.  
 CASTROGIOVANNI, A.C. (org.) **"Geografia em sala de aula: práticas e reflexões."** Porto Alegre: Editora da UFRGS/AGB. 4. Ed., 2003  
 MOREIRA, Ruy. Para onde vai o pensamento geográfico. São Paulo: Contexto, 2007.

#### 4.1 Bibliografia Complementar:

PONTUSCHKA, N. N. **Processos de Ensinar e aprender: lugares e culturas no campo da Geografia.** IN: Trajetórias e processos de ensinar e aprender: práticas e didáticas. XIV ENDIPE. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

#### PLANO DE CURSO

<b>Disciplina</b>	Currículo, conteúdo e metodologia do ensino de História para os anos iniciais do Ensino Fundamental		
<b>Curso:</b>	PEDAGOGIA - licenciatura dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (Formação de professores multidisciplinares dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental)		
<b>Código da disciplina:</b>		<b>Carga Horária:</b>	50h Teórica + 30h Prática = 80 h
<b>Semestre Letivo/Ano:</b>			
<b>Professor(a):</b>		<b>Titulação:</b>	

#### 1. Ementa

O papel das Ciências Humanas na formação do aluno das séries iniciais, enfatizando a questão da construção da cidadania e da leitura de mundo a partir das relações sociais que se estabelecem entre pessoas e grupos sociais. Os aportes da História para o trabalho com a dimensão social, sobretudo no que se refere ao entendimento e construção das noções espaciais e temporais.

#### 3. Objetivo:

Desenvolver as habilidades e competências necessárias para o ensino (Planejamento, metodologias, avaliação e práticas) dos conteúdos de Geografia com base proposições indicadas na BNCC para os estudantes dos anos iniciais do Ensino Fundamental.

#### 4. Bibliografia Básica:

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria Ensino Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Geografia e História, primeiro e segundo ciclos.** Brasília: MEC, 1997.n. 19, 89.

BRASIL. <b>Base Nacional Comum Curricular</b> . Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <a href="http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC20dezsite.pdf">http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC20dezsite.pdf</a> .
BERGMANN, Klaus. A história na reflexão didática. Revista Brasileira de História de São Paulo.v.9.
CASTROGIOVANNI, A.C. (org.) <b>Geografia em sala de aula: práticas e reflexões</b> .Porto Alegre: Editora da UFRGS/AGB, 4.ed. 2003.
<b>4.1 Bibliografia Complementar:</b>
CALLAI, H.C. & CALLAI, J.L. <i>Grupo, espaço e tempo nas séries iniciais</i> . In: CASTROGIOVANNI, A.C. (org.) <b>Ensino de História nas séries iniciais</b> . Porto Alegre: Editora da UFRGS/AGB. 4. Ed., 2003, p. 65-75

## 5º SEMESTRE

<b>PLANO DE CURSO</b>			
<b>Disciplina</b>	Estágio I - Alfabetização nos anos iniciais do Ensino Fundamenta (1º e 2º anos)		
<b>Curso:</b>	PEDAGOGIA - licenciatura dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (Formação de professores multidisciplinares dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental)		
<b>Código da disciplina:</b>		<b>Carga Horária:</b>	100h
<b>Semestre Letivo/Ano:</b>			
<b>Professor(a):</b>		<b>Titulação:</b>	
<b>1. Ementa</b>			
Atividade por determinação legal que visa aquisição-reelaboração de competências e habilidades profissionais na área de formação, visando capacitar o acadêmico/a de Pedagogia a trabalhar, em espaços escolares e não-escolares, na produção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano durante a etapa do processo de alfabetização, compreendendo o primeiro e segundo ano.			
<b>3. Objetivo:</b>			
Diferenciar desenhos/grafismos (símbolos) de grafemas/letras (signos); Desenvolver a capacidade de reconhecimento global de palavras (que chamamos de leitura “incidental”, como é o caso da leitura de logomarcas em rótulos), que será depois responsável pela fluência na leitura; Construir o conhecimento do alfabeto da língua em questão; Perceber quais sons se deve representar na escrita e como; construir a relação fonema-grafema: a percepção de que as letras estão representando certos sons da fala em contextos precisos; • Identificar a sílaba em sua variedade como contexto fonológico desta representação; até, finalmente, compreender o modo de relação entre fonemas e grafemas, em uma língua específica.			
<b>4. Bibliografia Básica:</b>			
AZENHA, Maria da Graça. <b>Construtivismo</b> : de Piaget a Emília Ferreiro. 8. ed. São Paulo. Ática, 2006.			
BRASIL. <b>Base Nacional Comum Curricular</b> . Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <a href="http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC20dezsite.pdf">http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC20dezsite.pdf</a> .			
BARBOSA, José J. <b>Alfabetização e leitura</b> . 2 ed. São Paulo: Cortez, 1994.			
CAGLIARI, Luiz Carlos. <b>Alfabetizando sem o babé-bi-bó-bu</b> . São Paulo: Scipione, 1998.			
CARVALHO, Marlene. <b>Guia prático do alfabetizador</b> . 5. ed. São Paulo: Ática, 2007.			
FERREIRO, Emília. <b>Psicogênese da língua escrita</b> . Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.			
FERREIRO, Emília. <b>Reflexões sobre a alfabetização</b> . 23. ed. São Paulo: Cortez, 1994.			
GARCIA, Regina L. <b>Novos olhares sobre a alfabetização</b> . São Paulo: Cortez, 2001.			
ADAMS, M. J. et al. <b>Consciência fonológica em crianças pequenas</b> . Porto Alegre: Artmed: 2006.			
<b>4.1 Bibliografia Complementar:</b>			
FAZENDA, Ivani; PICONEZ, Stela C. Bertholo. <b>A Prática de Ensino e o Estágio Supervisionado</b> . São Paulo: Papirus, 1991.			
FREITAS, Helena Costa Lopes de. <b>O Trabalho como Princípio Articulador na Prática de Ensino e nos Estágios</b> . São Paulo: Papirus, 1996.			
PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria do Socorro Lucena. <b>Estágio e docência</b> . 3. ed., São Paulo: Cortez, 2008.			
FAZENDA, I. C. A. et al. <b>A Prática de Ensino e o Estágio Supervisionado</b> . Campinas, SP: Papirus, 1991.			
GATTI, B. A. <b>Formação de Professores e Carreira: problemas e movimentos de renovação</b> . Campinas, SP: Autores Associados, 1997.			
IMBERNÓN, F. <b>Formação Docente e Profissional</b> : formar-se para a mudança e a incerteza. São Paulo: Cortez, 2006			
PIMENTA, S. G. <b>O Estágio na Formação de Professores</b> : unidade teoria e prática. São Paulo: Cortez, 2005.			

<b>PLANO DE CURSO</b>			
<b>Disciplina</b>	Currículo, conteúdo e metodologia do ensino de Ciências para os anos iniciais do Ensino Fundamental		
<b>Curso:</b>	PEDAGOGIA - licenciatura dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (Formação de professores multidisciplinares dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental)		
<b>Código da disciplina:</b>		<b>Carga Horária:</b>	50h Teórica + 30h Prática=80
<b>Semestre Letivo/Ano:</b>			
<b>Professor(a):</b>		<b>Titulação:</b>	
<b>1. Ementa</b>			
A compreensão das Ciências Naturais, abordando as dimensões: Ambiente, Ser Humano e Saúde promovendo a apropriação contextualizada destes saberes. Favorece o desenvolvimento de competências para entendimento dos Recursos Tecnológicos, enquanto processo de transformação			

da natureza, não dissociado do ser humano. Estimulam a abordagem pedagógica a partir de uma visão sistêmica de mundo.

### 3. Objetivo:

Desenvolver as habilidades e competências necessárias para o ensino (Planejamento, metodologias, avaliação e práticas) dos conteúdos de Ciências com base proposições indicadas na BNCC para os estudantes dos anos iniciais do Ensino Fundamental.

### 4. Bibliografia Básica:

ANDERY, Maria Amália. **Para compreender a ciência**. São Paulo: EDUC, 2003.  
BORGES, R. M. R., Moraes, R; **Educação em Ciências nas Séries Iniciais**. Porto Alegre, Editora Sagra Luzzato, 1998.  
BRASIL, MEC/SEF. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Matemática**, primeiro e segundo ciclos. Brasília: MEC, 1997.  
BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC20dezsite.pdf>.

#### 4.1 Bibliografia Complementar:

CASTRO LIMA, Maria Emília (Et All). **Aprender ciências: um mundo de materiais**. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

## PLANO DE CURSO

<b>Disciplina</b>	Currículo, conteúdo e metodologia do ensino de Artes para os anos iniciais do Ensino Fundamental		
<b>Curso:</b>	PEDAGOGIA - licenciatura dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (Formação de professores multidisciplinares dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental)		
<b>Código da disciplina:</b>		<b>Carga Horária:</b>	50h Teórica + 30h Prática
<b>Semestre Letivo/Ano:</b>			
<b>Professor(a):</b>		<b>Titulação:</b>	
<b>1. Ementa</b>			
A função da alfabetização artística para sensibilização social para os problemas contemporâneos. Favorece a identificação entre teoria e prática por meio da reflexão, desenvolvimento da postura crítica e conhecimento de algumas entre as várias correntes que consolidam e balizam a formação da cultura artística brasileira. Fortalece a compreensão da realidade educacional por meio da estética da sensibilidade.			
<b>3. Objetivo:</b>			
Desenvolver as habilidades e competências necessárias para o ensino (Planejamento, metodologias, avaliação e práticas) dos conteúdos de Arte com base proposições indicadas na BNCC para os estudantes dos anos iniciais do Ensino Fundamental.			
<b>4. Bibliografia Básica:</b>			
BARBOSA, Ana Mae. <b>Arte na educação contemporânea</b> . São Paulo: Cortez, 2006. BRASIL. <b>Base Nacional Comum Curricular</b> . Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <a href="http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC20dezsite.pdf">http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC20dezsite.pdf</a> . FERRAZ, Maria Heloisa C. T. FUSARI, Maria F.R. <b>Arte na Educação Escolar</b> . São Paulo: Cortez, 1992			
<b>4.1 Bibliografia Complementar:</b>			
IAVELBERG, R. <b>Para gostar de aprender arte: sala de aula e formação de professores</b> . Porto Alegre: ARTMED, 2003.			

## PLANO DE CURSO

<b>Disciplina</b>	Educação Especial na perspectiva Inclusiva para os anos iniciais do Ensino Fundamental		
<b>Curso:</b>	PEDAGOGIA - licenciatura dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (Formação de professores multidisciplinares dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental)		
<b>Código da disciplina:</b>		<b>Carga Horária:</b>	60h Teórica + 20h Prática
<b>Semestre Letivo/Ano:</b>			
<b>Professor(a):</b>		<b>Titulação:</b>	
<b>1. Ementa</b>			
Aspectos históricos, legais e políticos da inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais. Os novos paradigmas da educação inclusiva. A inclusão nos diversos segmentos sociais: trabalho, esporte, turismo, lazer, artes, cultura e religião. Educação inclusiva e os parâmetros curriculares nacionais. Pressupostos para o êxito da integração/inclusão. Modalidades alternativas e abordagens educacionais na escola especial e regular; Educação Especial e preparação para o trabalho interdisciplinar. O fazer pedagógico com educandos surdos, cegos e deficientes mentais.			
<b>3. Objetivo:</b>			
Refletir acerca das transformações necessárias às práticas e políticas educacionais que possibilitam o acesso e a garantia de aprendizagem a pessoa com necessidades educacionais especiais, bem como desenvolver as habilidades específicas para enfrentar as demandas atuais da educação especial e preparação para inclusão.			
<b>4. Bibliografia Básica:</b>			
AAIDD. American Association on Intellectual and Developmental Disabilities. 2018. Disponível em: <a href="https://aaid.org/">https://aaid.org/</a> . Acesso em: 08 de maio 2018. BRASIL. <b>Base Nacional Comum Curricular</b> . Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <a href="http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC20dezsite.pdf">http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC20dezsite.pdf</a> . CARNEIRO, R. U. C.; DALL'ACQUA, M. J. C. <b>Inclusão Escolar na Educação Infantil: Pesquisa e Prática sobre formação em serviço de professores</b> . In: CARNEIRO, R. U. C.; DALL'ACQUA, M. J. C.; CARAMORI, P. M. (org.). <b>Educação Especial e Inclusiva: Mudanças para a Escola e Sociedade</b> . Jundiaí: Paco Editorial, 2014, p. 9-26.			

JANNUZZI, Gilberta. A luta pela educação do deficiente mental no Brasil. 2. ed. Autores Associados, c1992.

MACIEL, C. E.; KASSAR, M. C. Políticas sociais, políticas de inclusão? In: KASSAR, M. C. (org.). Diálogos com a diversidade: sentidos da inclusão. Campinas: Mercado de Letras, 2011, p. 17-38.

OLIVEIRA, A. A. S. Deficiência intelectual e saber escolar: a questão da avaliação da aprendizagem. In: MANZINI, E. J. (org.). Educação Especial e Inclusão: temas atuais. São Carlos: ABPEE, 2013.

OMOTE, Sadao. A construção de uma escala de atitudes sociais em relação à inclusão: notas preliminares. Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v. 11, n.1, p. 33-47, 2005.

OMOTE, Sadao. Normalização, integração, inclusão... Ponto de Vista. v. 1, n. 1, p. 4-13, jul./ dez. 1999. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/pontodevista/article/view/1042/1524>. Acesso em: 12 fev. 2017.

OSÓRIO, A. C. N. Escolarização: Práticas sociais, culturais e pedagógicas - fragmentos de uma realidade seletiva. In: MENDES, E. G.; ALMEIDA, M. A. (org.) Das margens ao centro: perspectivas para as políticas e práticas educacionais no contexto da educação especial inclusiva. Araraquara: Junqueira & Marin, 2010, p. 89-98.

PESSOT, Isaías. Deficiência Mental: da superstição à ciência. São Paulo: EDUSP, 1984.

SASSAKI, R. K. Terminologia sobre deficiência na era da inclusão. Revista nacional de Reabilitação, São Paulo, v. 5, n. 24, p. 6-9, jan. /fev. 2002.

#### 4.1 Bibliografia Complementar:

BRASIL. Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao Decreto nº 6.253, de 13 de novembro de 2007.

BRASIL. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.

BRASIL. Decreto nº 8.368, de 2 de dezembro de 2014b. Regulamenta a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

BRASIL. Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000b. Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000a. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012b. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3o do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. 2015c. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

BRASIL. Orientações para implementação da política de educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Brasília: Ministério da Educação, 2015.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: adaptações curriculares. Secretaria de Educação Fundamental/Secretaria de Educação especial - Brasília: MEC/SEF/SEESP, 1999.

VYGOTSKI, L. S. A Construção do Pensamento e Linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

#### PLANO DE CURSO

<b>Disciplina</b>	Tecnologia Assistiva na Educação Escolar		
<b>Curso:</b>	PEDAGOGIA - licenciatura dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (Formação de professores multidisciplinares dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental)		
<b>Código da disciplina:</b>		<b>Carga Horária:</b>	60 hor 60h
<b>Semestre Letivo/Ano:</b>			
<b>Professores:</b>		<b>Titulação:</b>	
<b>1. Ementa</b>			
Práticas pedagógicas inclusivas e o uso Tecnologia Assistiva (TA). TA como área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba recursos, estratégias, produtos, serviços e metodologias que têm como objetivo promover e favorecer a participação dos estudantes da Educação Especial nas diversas atividades escolares, visando a atender os objetivos educacionais comuns e desenvolver nesses estudantes suas potencialidades, autonomia e independência.			
<b>3. Objetivo:</b>			
Utilizar as TA como forma de democratização dos conhecimentos tecnológicos com implicações práticas diretas no atendimento de EPAEE na Educação Escolar.			
<b>4. Bibliografia Básica:</b>			
BLAZUS, Graziela F.; RIEDER, Carlos Roberto M. Uso da Tecnologia Assistiva na Educação Inclusiva no Ambiente Escolar: Revisão Sistemática. <b>Revista Educação Especial</b> , Santa Maria, v. 32, 2019.			
BAPTISTA, C. R. Ação pedagógica e Educação Especial: a Sala de Recursos como prioridade na oferta de serviços especializados. <b>Rev. Bras. Ed. Esp.</b> , Marília, v.17, p.59-76, 2011.			
BARANAUSKAS, M. C. C., MANTOAN, M.T. E. Acessibilidade em Ambientes Educacionais: para além das Guidelines. São Paulo: <b>Rev. Online da Bibl. Prof. Joel Martins</b> , v.2, n.2, p.13-23,2001.			
<b>4.1 Bibliografia Complementar:</b>			
BRASIL. Decreto n. 7611, 17 de novembro de 2011. <b>Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.</b> Disponível em <a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/</a> . Acesso em: 1 mar. 2016.			
_____. <b>Ensaios pedagógicos: construindo escolas inclusivas.</b> Ministério da Educação e da Cultura. Brasília: MEC/SEESP, 2005. Disponível em: <a href="portal.mec.gov.br/seesp">portal.mec.gov.br/seesp</a> . Acesso em 27 jan. 2016.			
_____. <b>Marcos político-legais da educação especial na perspectiva da educação inclusiva.</b> Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial. Brasília, 2010. Disponível em:			

pfdc.mgr.mpf.gov.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/publicacoes/educacao. Acesso em: 1 mar. 2016.

MANTOAN, Maria Tereza E.; BATISTA, Cristina A. M. **Atendimento Educacional Especializado em Deficiência Mental**. In: GOMES, Adriana L. Limaverde Gomes... [et al.] Deficiência Mental. São Paulo: MEC/SEESP, 2007.

POKER, Rosimar B.; NAVEGA, Marcelo T.; PETITTO, Sônia. **Acessibilidade na escola inclusiva: tecnologias, recursos e o atendimento educacional especializado**. São Paulo: Marília Oficina Universitária; Cultura Acadêmica, 2012.

SELAU, Bento. **Inclusão na sala de aula**. Porto Alegre: Editora Evangraf Ltda., 2007.

## 6º SEMESTRE

### PLANO DE CURSO

<b>Disciplina</b>	<b>Recreação e jogos para ensino fundamental)</b>		
<b>Curso:</b>	PEDAGOGIA - licenciatura dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (Formação de professores multidisciplinares dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental)		
<b>Código da disciplina:</b>		<b>Carga Horária:</b>	40h Teórica + 20h Prática
<b>Semestre Letivo/Ano:</b>			
<b>Professor(a):</b>		<b>Titulação:</b>	
<b>1. Ementa</b>			
Fundamentos da Educação Física, Recreação e Jogos no espaço escolar e não escolar; Recreação e Jogos na Educação Infantil e nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental; Tecnologia Alternativa na escola: confecção e utilização (Teoria e prática); Aspectos Construtivistas e Sociointeracionista da Educação Física, da Recreação e dos jogos no âmbito escolar e suas contribuições para compreensão da corporeidade; Atividades Lúdicas e Recreativas como projeto pedagógico na escola; A utilização de jogos pedagógicos na escola e o resgate das brincadeiras tradicionais; A Recreação e os Jogos como possibilidades lúdicas e pedagógicas na educação; A relação da recreação, dos jogos e do movimento com a cultura corporal.			
<b>3. Objetivo:</b>			
Desenvolver os fundamentos gerais e básicos da Educação Física, Recreação e Jogos - teoria e prática; Elevar o padrão técnico-científico e pedagógico e preparando-os para uma atuação mais reflexiva e científica quanto ao processo de ensino-aprendizagem, visando a melhoria da sua atuação profissional como educadores.			
<b>Específicos</b>			
Conhecer, analisar e avaliar a recreação e os Jogos como possibilidades lúdicas e pedagógicas na educação em relação ao ensino e aprendizagem; Explorar as Bases Teóricas e fundamentos da Recreação: concepções e abrangência Explorar no campo dos jogos e do lazer suas concepções e abrangência; Apresentar técnicas de jogos e recreação como possibilidade criativa.			
<b>4. Bibliografia Básica:</b>			
ARAÚJO, Vânia carvalho de. O jogo no contexto da educação psicomotora. São Paulo: Cortez, 1992.			
BANDET, Jeanne e SARAZANAS, Réjane. A criança e os brinquedos. Tradução de Maria Manuel Tinoco. Lisboa: Estampa, 1973.			
Base Nacional Comum Curricular – BNCC			
BONAMIGO, Euza M. de Rezende e KUDE, Vera M. Moreira. Brincar: brincadeira ou coisa séria? VERITAS, Porto Alegre, v.36, n.143, Setembro, 1991, p. 367 - 389.			
BRASIL. Secretaria de Ensino Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física. - Brasília: MEC/SEF, 1997.			
FERREIRA, Kacianni. Brincadeiras e Brinquedos: da Educação Infantil à melhor idade. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.			
FREIEDMAN, A. et alí. O direito de brincar: a brinquedoteca. São Paulo: Scritta e ABRINQ, 1992.			
FRITZEN, Silvino José. Dinâmicas de Recreação e Jogos. 31.Ed.–Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.			
HUIZINGA, Johann. Homo ludens. São Paulo: Perspectiva, 1974.			
KISHIMOTO, Tizuko Morchida (org.). Jogo, Brinquedo, Brincadeira e a Educação. São Paulo: Cortez, 1996.			
KISHIMOTO, Tizuko Morchida. Jogos Infantis: o jogo, a criança e a Educação. 17. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.			
LE BOULCH, Jean. O Desenvolvimento Psicomotor: do nascimento aos 06 anos. Porto Alegre: Artes Médicas, 1982.			
MACEDO, Lino de. Os jogos e sua importância na escola. Cad. Pesq., São Paulo, n. 93, p. 5-10, maio 1995.			
MACHADO, Marina Marcondes. O brinquedo-sucata e a criança - importância do brincar. Atividades e materiais. São Paulo: Loyola, 1994.			
MAKIGUTI, Tsunessaburo. Educação para uma vida criativa: idéias e propostas de Tsunessaburo Makiguti; tradução de Eliane Carpenter. - Rio de Janeiro: Record,1994.			
MALUF, Ângela Cristina Munhoz. Brincadeiras para sala de aula. 9. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.			
MEUSEL, Heinrich. Educação Física: jogos e brincadeiras de corrida, luta e bola. Tradução de Richard Paul Neto. São Paulo: Tecnoprint S. A., 1983			
OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. Vigotski: Interação e Brincadeiras. Revista do Cogeime, no 6 - junho/95.			
SILVA, N. Pithan e. Recreação, Jogos, Diversões, passatempos.			
VIALLES, Catherine. 80 Atividades de cooperação para aprender em equipe. – Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.			
WAJSKOP, Gisela. O brincar na Educação Infantil. Cad. Pesq., São Paulo, n.92, p. 62-69, fev. 1995.			
WEISS, Luise. Atividades lúdicas com sucata. São Paulo: Scipione, 1989.			
ZATZ, Silvia. Brinca comigo!: tudo sobre brincar e os brinquedos. – São Paulo: Marco Zero, 2006.			
<b>4.1 Bibliografia Complementar:</b>			
BENJAMIN, Walter . Reflexões : a criança, o brinquedo e a educação. Tradução de Marcus Vinícius Mazzari. São Paulo : Summus, 1984.			

BENNETT, Steve. 365 atividades infantis ao ar livre; Tradução de Marcos Malvezzi Leal. – São Paulo : Madras, 2004.  
 MACGREGOR, Cynthia. 150 jogos não-competitivos para crianças: todo mundo ganha!; Tradução de Regina Drummond. – São Paulo: Madras, 2009.  
 RETONDAR, Jeferson. 70 maneiras de jogar e entrar no jogo. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.  
 RIZZI, L. & DAYDT, R.C. Atividades lúdicas na educação da criança. - 2. ed. – São Paulo: Ática, 1987.

**PLANO DE CURSO**

<b>Disciplina</b>	TCC I – Projeto de Pesquisa		
<b>Curso:</b>	PEDAGOGIA - licenciatura dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (Formação de professores multidisciplinares dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental)		
<b>Código da disciplina:</b>		<b>Carga Horária:</b>	40h
<b>Semestre Letivo/Ano:</b>			
<b>Professor(a):</b>		<b>Titulação:</b>	

**1. Ementa**

Construção dos projetos de pesquisa a partir de temáticas pertinentes ao curso de Licenciatura em Pedagogia. Orientação geral do projeto. Encaminhamento para os professores orientadores.

**3. Objetivo:**

Desenvolver o trabalho de conclusão de curso como prática acadêmico-profissional por meio da pesquisa educacional como forma de compreensão, investigação e problematização dos fenômenos educativos.

**4. Bibliografia Básica:**

ANDRÉ, Marli. **O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores**. Campinas, SP: Papirus, 2001.  
 COSTA, Marisa Vorraber (Org.). **Caminhos investigativos II: outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.  
 CRESWELL, John W. **Projetos de Pesquisa**. Porto Alegre: Artmed, 2010.  
 GERALDI, Corinta Maria Grisolia; FIORENTINI, Dario; PEREIRA, Elisabete Monteiro de A. (Org.). **Cartografias do trabalho docente: professor(a)-pesquisador(a)**. Campinas: Mercado de Letras: ABL, 1998.  
 LIMA, José Milton; Silva, Divino José da; Raboni, Paulo Cesar de Almeida. **Pesquisa em educação escolar: percursos e perspectivas**. São Paulo. UNESP, 2010. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/t23t6>  
 MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.  
 MOROZ, Melania e GIANFALDONI, Mônica Helena Tieppo Alves. **O processo de pesquisa: iniciação**. Brasília: Plano Editora, 2002.  
 PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini de. **Metodologia da pesquisa**. Coleção: Magistério: **Formação e Trabalho Pedagógico**. São Paulo: Papirus, 2007. (Coleção: Catálogo Geral).

**5. Bibliografia Complementar**

AGUIAR, Joaquim Alves de. **Espaços da memória: um estudo sobre Pedro Nava**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Edusp/Fapesp, 1998.  
 ANDRÉ, Marli Eliza D. A. **Etnografia da prática escolar**. 4. ed. Campinas-SP: Papirus, 1995.  
 BAKHTIN, Mikhail. **Estética da Criação Verbal**. 2. ed. São Paulo: Hicitec, 1997.  
 BARBIER, René. **A pesquisa-ação**. Brasília: Liber Livro, 2002.  
 BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política**. Ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1987.  
 BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto Codex, Portugal: Porto Editora, 1999.

**PLANO DE CURSO**

<b>Disciplina</b>	Educação ambiental		
<b>Curso:</b>	PEDAGOGIA - licenciatura dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (Formação de professores multidisciplinares dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental)		
<b>Código da disciplina:</b>		<b>Carga Horária:</b>	40h
<b>Semestre Letivo/Ano:</b>			
<b>Professor(a):</b>		<b>Titulação:</b>	

**1. Ementa**

Atitudes que contribuem na construção de uma sociedade socialmente justa, economicamente viável. Competências para entendimento do debate sobre meio ambiente e sustentabilidade no âmbito do paradigma da ação: reflexão: ação. O desenvolvimento de competências individuais e sociais propiciando o despertar da consciência socioambiental responsável, incorporando novos conhecimentos e metodologias na construção de princípios éticos de ação e de conduta. Formação para a prática da "alfabetização ecológica", basEADA no respeito à diversidade, na afirmação de valores e ações que e ambientalmente sustentável.

**3. Objetivo:** Desenvolver o senso crítico-reflexivo, habilidades e competências inerentes à educação ambiental.

**4. Bibliografia Básica:**

CAPRA, F. **Alfabetização ecológica: a educação das crianças para um mundo sustentável**. São Paulo: Cultrix, 2006.  
 CINQUETTI, Heloisa Chalmers Sísia. **Consumo e resíduo: Fundamentos para o trabalho educativo**. São Carlos: EduFSCar, 2006.  
 ROIZMAN, Laura Gorresio. **Jornada de amor a terra: Ética e Educação em Valores Universais**. 2.ed, São Paulo: Palas Athena, 2006.

**PLANO DE CURSO**

<b>Disciplina</b>	Educação no campo e educação multisseriada
-------------------	--

<b>Curso:</b>	PEDAGOGIA - licenciatura dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (Formação de professores multidisciplinares dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental)		
<b>Código da disciplina:</b>		<b>Carga Horária:</b>	40h Teórica + 20h Prática
<b>Semestre Letivo/Ano:</b>			
<b>Professor(a):</b>		<b>Titulação:</b>	
<b>1. Ementa</b>			
Fundamentos político-pedagógicos, conceituais e sócio-econômicos e culturais da educação do campo. Saberes e fazeres do campo. Princípios e diretrizes para a educação no campo. Histórico e contemporaneidade das propostas e realizações educacionais. Relações institucionais envolvendo Estado, universidade e movimentos sociais do campo. Práticas pedagógicas na educação no campo no Brasil. Pedagogia do movimento e das Escolas Famílias Agrícolas; Escolas e salas multisseriadas. Análise de projetos inovadores interdisciplinares para a educação do campo.			
<b>3. Objetivo:</b>			
Desenvolver conceitos pertinentes a formação inerente à Educação do Campo; Discutir as concepções da mesma bem como seus aspectos pedagógicos.			
3. Objetivos Específicos:			
3.1 Identificar e analisar os fundamentos políticos-pedagógicos da Educação do Campo.			
3.2 Analisar os princípios e as diretrizes para a Educação do Campo.			
3.3 Compreender e analisar as relações estabelecidas entre poder público e os movimentos sociais para a constituição de políticas públicas educacionais para o meio rural brasileiro.			
3.4 Identificar e analisar o protagonismo da sociedade civil organizada e os aspectos culturais, políticos e socioeconômicos no processo de constituição das escolas do campo.			
<b>4. Bibliografia Básica:</b>			
ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salet; MOLINA, Mônica Castagna (org.). Por uma educação do campo. Petrópolis: Vozes, 2004.			
BARROS, Josemir Almeida et al. Memórias de professores e professoras rurais sobre o fazer docente em Rondônia, fins do século XX e início do XXI. Educa - Revista Multidisciplinar em Educação, Porto Velho, v. 7, n. 17, p.998-1024, 13 dez. 2020. DOI: <a href="http://dx.doi.org/10.26568/2359-2087.2020.5548">http://dx.doi.org/10.26568/2359-2087.2020.5548</a> . Disponível em: <a href="https://periodicos.unir.br/index.php/EDUCA/article/view/5548">https://periodicos.unir.br/index.php/EDUCA/article/view/5548</a> . Acesso em: 13 out. 2021.			
BARROS, Josemir Almeida; MATIAS, Juliana Cândido; JOVANI, Marcia de Oliveira Nunes. Escolas rurais na região amazônica: traços da política e administração pública em Rondônia. Revista de Educação Pública, [S. l.], v. 30, n. jan/dez, p. 1-24, 2021. Disponível em: <a href="https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/11754">https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/11754</a> . Acesso em: 13 out. 2021.			
BARROS, Josemir Almeida; FERREIRA, Nilce Vieira Campos. Educação rural: ações pedagógicas e infâncias. Revista Exitus, Santarém/PA, v. 10, p.1-31, 22 jun. 2020. DOI: 10.24065/2237-9460.2020v10n01ID1265. Disponível em: <a href="http://www.ufopa.edu.br/portaldeperiodicos/index.php/revistaexitus/article/view/1265">http://www.ufopa.edu.br/portaldeperiodicos/index.php/revistaexitus/article/view/1265</a> . Acesso em: 13 out. 2021.			
BARROS, Josemir Almeida; FERREIRA, Nilce Vieira Campos. Pesquisa em História da Educação rural: professores e professores entre teias e tessituras. In: CHALLOBA, Rosa Fátima de Souza; CELESTE FILHO, Macioni; MESQUITA, Ilka Miglio de (org.). História e memória da Educação Rural no Século XX. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2020. p. 439-475. Disponível em: <a href="https://www.culturacademica.com.br/catalogo/historia-e-memoria-da-educacao-rural-no-seculo-xx/">https://www.culturacademica.com.br/catalogo/historia-e-memoria-da-educacao-rural-no-seculo-xx/</a> . Acesso em: 13 out. 2021. p.439-475.			
BARROS, Josemir Almeida. Escolas públicas primárias rurais em Minas Gerais: condições materiais e materiais pedagógicos em fins do século XIX e início do XX. In: LIMA, Sandra Cristina Fagundes de; MUSIAL, Gilvanice Barbosa da Silva (org.). Histórias e memórias da escolarização das populações rurais: sujeitos, instituições, práticas, fontes e conflitos. São Paulo: Pacto, 2016.			
BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Resolução CNE/CEB no 1, de 03 de abril de 2002. Instituiu as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Diário Oficial da União, Brasília DF, 9 de abril de 2002. Seção 1. Disponível em: <a href="http://portal.mec.gov.br/escola-de-gestores-da-educacao-basica/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/13200-resolucao-ceb-2002">http://portal.mec.gov.br/escola-de-gestores-da-educacao-basica/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/13200-resolucao-ceb-2002</a> . Acesso em: 13 out. 2021.			
LEITE, Sérgio Celani. Escola rural: urbanização e políticas educacionais. São Paulo: Cortez, 1999.			
LIMA, Sandra Cristina Fagundes de. As fotografias como fonte para a história das escolas rurais em Uberlândia (1933-1959). Cadernos de História da Educação, Uberlândia, v. 5, 11. p.55-69, dez. 2006. Disponível em: <a href="http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/422">http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/422</a> . Acesso em: 13 out. 2021.			
MENDONÇA, Sônia Regina de. Mundo rural, intelectuais e organização da cultura no Brasil: o caso da Sociedade Nacional de Agricultura. Mundo Agrário: Revista de estudos rurales, Buenos Aires, v. 1, n. 1, p.1-14, dez. 2000. Semestral. Disponível em: <a href="https://core.ac.uk/download/pdf/15770558.pdf">https://core.ac.uk/download/pdf/15770558.pdf</a> . Acesso em: 13 out. 2021.			
NUNES, Márcia Jovani de Oliveira; BARROS, Josemir Almeida; SILVA, Andressa Lima da; MATIAS, Juliana Cândido. Desafios do magistério rural no município de Colorado do Oeste - RO. Interletras, Dourados, v. 8, n. 30, p. 1-20, 02 abr. 2020. Trienal. Disponível em: <a href="https://www.unigran.br/dourados/interletras/artigos.php">https://www.unigran.br/dourados/interletras/artigos.php</a> . Acesso em: 13 out. 2021.			
SILVA, Rodrigo Manoel Dias da; SILVA, Roberto Rafael Dias da; BENINCÁ, Dirceu. <b>Educação, Cultura e Reconhecimento:</b> Desafios às Políticas Contemporâneas. Ed. Atlas, 2015.			
<b>4.1 Bibliografia Complementar:</b>			
ALMEIDA, Dóris Bittencourt. A educação rural como processo civilizador. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara. História e memória da educação no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2005. V.III. p. 279-295.			
ARROYO, Miguel Gonzalez. Políticas de formação de educadores(as) do campo. Cadernos CEDES, Campinas, v. 27, n. 72, p. 157-176, Aug. 2007. DOI: <a href="https://doi.org/10.1590/S0101-32622007000200004">https://doi.org/10.1590/S0101-32622007000200004</a> . Disponível em: <a href="http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&amp;pid=S0101-32622007000200004&amp;lng=en&amp;nrm=iso">http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&amp;pid=S0101-32622007000200004&amp;lng=en&amp;nrm=iso</a> . Acesso em: 13 out. 2021			
BARROS, Josemir Almeida. Educação do campo/rural: o Pronera e suas repercussões. In: LIMA, Antônio Bosco de; FREITAS, Dirce Nei Teixeira de (org.). Políticas sociais e educacionais: cenários e gestão. Uberlândia: EDUFU, 2013. p. 85-101.			

BARROS, J. A.; LIMA, S. C. F. de. História das escolas públicas primárias em áreas rurais: ausência de políticas públicas (Minas Gerais 1899 - 1911). Revista HISTEDBR On-line, Campinas, SP, v. 13, n. 50, p. 251-263, 2013. DOI: 10.20396/rho.v13i50.8640306. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640306>. Acesso em: 13 out. 2021.

CALDART, Roseli Saete et al (org.). Dicionário da educação do campo. RJ/SP: Expressão popular, 2012.

CHALOBA, Rosa Fátima de Souza; CELESTE FILHO, Macioniro; MESQUITA, Ilka Miglio de (org.). História e memória da Educação Rural no Século XX. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2020. p. 439-475. Disponível em: <https://www.culturaacademica.com.br/catalogo/historia-e-memoria-da-educacao-rural-no-seculo-xx/>. Acesso em: 13 out. 2021.

LEITE, Sérgio Celani. Escola rural: urbanização e políticas educacionais. São Paulo: Cortez, 1999.

LIMA, Roger dos Santos; BARROS, Josemir Almeida. Percalços e desafios da profissão docente no meio rural em Ariquemes (RO): trilhas de um caminho. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, SP, v. 20, p. e020-032, 2020. DOI: 10.20396/rho.v20i0.8655941. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8655941>. Acesso em: 13 out. 2021.

LIMA, Vanessa Alessandra dos Santos Vasconcellos Souza de; SILVA, Isabella dos Santos Oliveira da; BARROS, Josemir Almeida. Produção de materiais científicos sobre ensino rural em Rondônia e Mato Grosso. In: BARROS, Josemir Almeida; LIMA Sandra Cristina Fagundes de; OLIVEIRA, Carlos Edinei de (org.). História da Educação em trilhas e centelhas: Regiões Centro- Oeste e Norte brasileiros. Cáceres: Ed. UNEMAT, 2020. p. 54-72. Disponível em: <http://portal.unemat.br/?pg=site&i=editora&m=cadastros-de-obras&c=historia-da-educacao-em-trilhas-e-centelhas-no-centro-oeste-e-norte-brasileiros>. Acesso em: 13 out. 2021.

MENDONÇA, Sônia Regina de. O ruralismo brasileiro (1888-1931). São Paulo: Hucitec, 1997.

SILVA, Isabel de Oliveira e et al (org.). Infâncias do campo. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

SILVA, Isabella dos Santos Oliveira da; LIMA, Vanessa Alessandra dos Santos Vasconcellos Souza de; BARROS, Josemir Almeida. Olhares de professores e professoras sobre infâncias da/na escola rural. In: FERREIRA, Nilce Vieira Campos; FRANCO, Neil; DUTRA, Paulo Sérgio (org.). História e historiografia da educação no Centro-Oeste e Norte brasileiros: entre pesquisas, formação docente e práticas educativas. Cáceres: Ed. UNEMAT, 2020. p. 80-107. Disponível em: <http://portal.unemat.br/?pg=site&i=editora&m=cadastros-de-obras&c=historia-e-historiografia-da-educacao-no-centro-oeste-e-norte-brasileiro-entre-pesquisas-formacao-docente-e-praticas-educativas>. Acesso em: 13 out. 2021.

YAMIM, Giana; MENEGAT, Alzira S. "Odeio andar de ônibus": o que dizem as crianças assentadas sobre o transporte escolar. In: SILVA, Isabel de Oliveira e et al (org.). Infâncias do campo. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. p. 205-220.

## PLANO DE CURSO

<b>Disciplina</b>	Estágio II – Linguagens (Língua Portuguesa; Arte - 3º, 4º e 5º anos do Ensino Fundamental)		
<b>Curso:</b>	PEDAGOGIA - licenciatura dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (Formação de professores multidisciplinares dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental)		
<b>Código da disciplina:</b>		<b>Carga Horária:</b>	80h
<b>Semestre Letivo/Ano:</b>			
<b>Professor(a):</b>		<b>Titulação:</b>	
<b>1. Ementa</b>			
Atividade por determinação legal que visa aquisição-reelaboração de competências e habilidades profissionais na área de formação, visando capacitar o acadêmico/a de Pedagogia a trabalhar, em espaços escolares e não-escolares, na produção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano durante a etapa do processo de continuidade da alfabetização, compreendendo o terceiro, quarto e quinto ano.			
<b>3. Objetivo:</b>			
Compreender diferenças entre escrita e outras formas gráficas (outros sistemas de representação); Dominar as convenções gráficas (letras maiúsculas e minúsculas, cursiva e script); Conhecer o alfabeto; Compreender a natureza alfabética do nosso sistema de escrita; Dominar as relações entre grafemas e fonemas; Saber decodificar palavras e textos escritos; Saber ler, reconhecendo globalmente as palavras; Ampliar o olhar para porções maiores de texto que meras palavras, desenvolvendo assim fluência e rapidez de leitura (fatiamento).			
<b>4. Bibliografia Básica:</b>			
AZENHA, Maria da Graça. <b>Construtivismo:</b> de Piaget a Emilia Ferreiro. 8. ed. São Paulo. Ática, 2006.			
BRASIL. <b>Base Nacional Comum Curricular.</b> Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <a href="http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC20dezsite.pdf">http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC20dezsite.pdf</a> .			
BARBOSA, José J. <b>Alfabetização e leitura.</b> 2 ed. São Paulo: Cortez, 1994.			
CARVALHO, Marlene. <b>Guia prático do alfabetizador.</b> 5. ed. São Paulo: Ática, 2007.			
FERREIRO, Emilia. <b>Psicogênese da língua escrita.</b> Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.			
FERREIRO, Emilia. <b>Reflexões sobre a alfabetização.</b> 23. ed. São Paulo: Cortez, 1994.			
GARCIA, Regina L. <b>Novos olhares sobre a alfabetização.</b> São Paulo: Cortez, 2001.			
ADAMS, M. J. et al. <b>Consciência fonológica em crianças pequenas.</b> Porto Alegre: Artmed: 2006.			
<b>4.1 Bibliografia Complementar:</b>			
CAGLIARI, Luiz Carlos. <b>Alfabetizando sem o babé-bi-bó-bu.</b> São Paulo: Scipione, 1998.			
FRANCHI, Eglê Pontes. <b>Pedagogia da alfabetização:</b> da oralidade à escrita. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1991.			
FREIRE, Paulo. <b>Conscientização:</b> teoria e prática da libertação – uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Centauro, 2001.			
GARCIA, Regina Leite (org.). <b>Alfabetização dos alunos das classes populares.</b> São Paulo: Cortez, 1992.			
_____. (Org.). <b>A formação da professora alfabetizadora:</b> reflexões sobre a prática. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1998.			



<b>Disciplina</b>	TCC II – Desenvolvimento da Pesquisa		
<b>Curso:</b>	PEDAGOGIA - licenciatura dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (Formação de professores multidisciplinares dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental)		
<b>Código da disciplina:</b>		<b>Carga Horária:</b>	60h
<b>Semestre Letivo/Ano:</b>			
<b>Professor(a):</b>		<b>Titulação:</b>	
<b>1. Ementa</b>			
Desenvolvimento de pesquisa (Artigo/Monografia) a partir dos temas articulados com a problemática educacional brasileira. Elaboração do aporte teórico –metodológico e coleta de dados			
<b>3. Objetivo:</b>			
Desenvolver o trabalho de conclusão de curso como prática acadêmico-profissional por meio da pesquisa educacional como forma de compreensão, investigação e problematização dos fenômenos educativos por meio da elaboração do aporte teórico-metodológico do estudo.			
<b>4. Bibliografia Básica:</b>			
ANDRÉ, Marli. <b>O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores</b> . Campinas, SP: Papirus, 2001.			
COSTA, Marisa Vorraber (Org.). <b>Caminhos investigativos II: outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação</b> . Rio de Janeiro: DP&A, 2002.			
CRESWELL, John W. <b>Projetos de Pesquisa</b> . Porto Alegre: Artmed, 2010.			
MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). <b>Pesquisa social: teoria, método e criatividade</b> . Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.			
MOROZ, Melania e GIANFALDONI, Mônica Helena Tieppo Alves. <b>O processo de pesquisa: iniciação</b> . Brasília: Plano Editora, 2002.			
PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini de. <b>Metodologia da pesquisa</b> . Coleção: Magistério: <b>Formação e Trabalho Pedagógico</b> . São Paulo: Papirus, 2007. (Coleção: Catálogo Geral).			
<b>5. Bibliografia Complementar</b>			
AGUIAR, Joaquim Alves de. <b>Espaços da memória: um estudo sobre Pedro Nava</b> . São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Edusp/Fapesp, 1998.			
ANDRÉ, Marli Eliza D. A. <b>Etnografia da prática escolar</b> . 4. ed. Campinas-SP: Papirus, 1995.			
BAKHTIN, Mikhail. <b>Estética da Criação Verbal</b> . 2. ed. São Paulo: Hicitec, 1997.			
BARBIER, René. <b>A pesquisa-ação</b> . Brasília: Liber Livro, 2002.			
BENJAMIN, W. <b>Magia e técnica, arte e política</b> . Ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1987.			
BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. <b>Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos</b> . Porto Codex, Portugal: Porto Editora, 1999.			

<b>Plano de ensino</b>			
<b>Disciplina</b>	Gestão escolar na Educação Básica		
<b>Curso:</b>	PEDAGOGIA - licenciatura dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (Formação de professores multidisciplinares dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental)		
<b>Código da disciplina:</b>		<b>Carga Horária:</b>	40 horas
<b>Semestre Letivo/Ano:</b>			
<b>Professor(a):</b>		<b>Titulação:</b>	
<b>1. Ementa</b>			
Análise dos fundamentos teóricos da gestão educacional e estudo dos modelos de planejamento e sua relação com o processo de desenvolvimento e de participação social. Relações entre planejamento educacional de níveis macro e micro, bem como sua correta articulação e valorização instrumental para a gestão da educação. A escola enquanto local de trabalho. A questão da especificidade da escola. O processo de trabalho no interior da escola. A natureza do trabalho pedagógico. A função administrativa na unidade escolar. Os especialistas e seu trabalho na escola.			
<b>2. Objetivo:</b>			
Apresentar as ações, rotinas e práticas da Gestão Escolar; Introduzir a teoria da organização e gestão da escola a perspectiva decolonial e fenômenos da contemporaneidade: a importância dos movimentos sociais para fortalecer a comunidade escolar, parcerias e formação docente. As novas identidades e a gestão escolar fenômenos da contemporaneidade.			
<b>3. Bibliografia Básica:</b>			
BENTO, Cida. <b>O pacto da branquitude</b> . 1ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.			
FRATESCHI, Yara. <b>Sujeição, emancipação e poder</b> . na <b>filosofia</b> , p. 199.			
PARO, Vitor. <b>Administração escolar: introdução crítica</b> . 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2001. 176 p. SILVA, Tomaz Tadeu & GENTILLI, Pablo (Org.). <b>Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação</b> . 11ª Ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 1994..			
<b>3.1 Bibliografia Complementar:</b>			
GENTILLI, Pablo (org.). <b>Pedagogia da Exclusão</b> . Petrópolis (RJ): Vozes, 1996.			
MORAES, Reginaldo C. <b>Liberalismo Clássico: notas sobre sua história e alguns de seus argumentos</b> . Textos didáticos – IFCH/UNICAMP, Nº 40, janeiro de 2000.			

<b>PLANO DE CURSO</b>			
<b>Disciplina:</b>	Estágio III – Ciências Humanas do Ensino Fundamental (Geografia; História)		
<b>Curso:</b>	PEDAGOGIA - licenciatura dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (Formação de professores multidisciplinares dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental)		
<b>Código da disciplina:</b>		<b>Carga Horária:</b>	60h
<b>Semestre Letivo/Ano:</b>			
<b>Professor(a):</b>		<b>Titulação:</b>	
<b>1. Ementa</b>			
Atividade por determinação legal que visa aquisição-reelaboração de competências e habilidades profissionais na área de formação, visando capacitar o acadêmico/a de Pedagogia a trabalhar, em			

espaços escolares e não-escolares, na produção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento histórico e geográfico para compreender o mundo em que se vive, na medida em que esses componentes curriculares abordam nas ações humanas construídas nas distintas sociedades existentes nas diversas regiões do planeta.

### 3. Objetivo:

Utilizar os conhecimentos geográficos para entender a interação sociedade/natureza e exercitar o interesse e o espírito de investigação e de resolução de problemas.

Estabelecer conexões entre diferentes temas do conhecimento geográfico, reconhecendo a importância dos objetos técnicos para a compreensão das formas como os seres humanos fazem uso dos recursos da natureza ao longo da história.

Desenvolver autonomia e senso crítico para compreensão e aplicação do raciocínio geográfico na análise da ocupação humana e produção do espaço, envolvendo os princípios de analogia, conexão, diferenciação, distribuição, extensão, localização e ordem.

Desenvolver o pensamento espacial, fazendo uso das linguagens cartográficas e iconográficas, de diferentes gêneros textuais e das geotecnologias para a resolução de problemas que envolvam informações geográficas.

Desenvolver e utilizar processos, práticas e procedimentos de investigação para compreender o mundo natural, social, econômico, político e o meio técnico-científico e informacional, avaliar ações e propor perguntas e soluções (inclusive tecnológicas) para questões que requerem conhecimentos científicos da Geografia.

Construir argumentos com base em informações geográficas, debater e defender ideias e pontos de vista que respeitem e promovam a consciência socioambiental e o respeito à biodiversidade e ao outro, sem preconceitos de qualquer natureza.

Agir pessoal e coletivamente com respeito, autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, propondo ações sobre as questões socioambientais, com base em princípios éticos, democráticos, sustentáveis e solidários.

Competências específicas de História para o Ensino Fundamental:

Compreender acontecimentos históricos, relações de poder e processos e mecanismos de transformação e manutenção das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais ao longo do tempo e em diferentes espaços para analisar, posicionar-se e intervir no mundo contemporâneo.

Compreender a historicidade no tempo e no espaço, relacionando acontecimentos e processos de transformação e manutenção das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais, bem como problematizar os significados das lógicas de organização cronológica.

Elaborar questionamentos, hipóteses, argumentos e proposições em relação a documentos, interpretações e contextos históricos específicos, recorrendo a diferentes linguagens e mídias, exercitando a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos, a cooperação e o respeito.

Identificar interpretações que expressem visões de diferentes sujeitos, culturas e povos com relação a um mesmo contexto histórico, e posicionar-se criticamente com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

Analisar e compreender o movimento de populações e mercadorias no tempo e no espaço e seus significados históricos, levando em conta o respeito e a solidariedade com as diferentes populações.

Compreender e problematizar os conceitos e procedimentos norteadores da produção historiográfica. Produzir, avaliar e utilizar tecnologias digitais de informação e comunicação de modo crítico, ético e responsável, compreendendo seus significados para os diferentes grupos ou estratos sociais.

### 4. Bibliografia Básica:

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2017.  
DE MORAES, J. V. (2017). **O papel das metodologias ativas no processo de alfabetização científica em geografia**. Percursos de Formação Docente e Práticas na Educação Básica, 80. Belo Horizonte: IGC.

#### 4.1 Bibliografia Complementar:

BITTENCOURT, C. M. F. Ensino de história: fundamentos e métodos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008. (Coleção docência em formação. Série ensino fundamental [...]).

BRASIL. Ministério da Educação. Secretária da Educação Básica. Coleção explorando o ensino: história, ensino fundamental. Coordenadora Margarida Maria Dias de Oliveira. Brasília, DF: MEC, 2010.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Ensino de História: fundamentos e métodos. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

## PLANO DE CURSO

<b>Disciplina:</b>	Estágio IV – Matemática e Ciências do Ensino Fundamental		
<b>Curso:</b>	PEDAGOGIA - licenciatura dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (Formação de professores multidisciplinares dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental)		
<b>Código da disciplina:</b>		<b>Carga Horária:</b>	60h
<b>Semestre Letivo/Ano:</b>			
<b>Professor(a):</b>		<b>Titulação:</b>	

### 1. Ementa

Atividade por determinação legal que visa aquisição-reelaboração de competências e habilidades profissionais na área de formação, visando capacitar o acadêmico/a de Pedagogia a trabalhar, em espaços escolares e não-escolares, na produção da aprendizagem e desenvolvimento do letramento matemático e em ciências, definido como as competências e habilidades de raciocinar, representar, comunicar e argumentar matematicamente, de modo a favorecer o estabelecimento de conjecturas, a formulação e a resolução de problemas em uma variedade de contextos, utilizando conceitos, procedimentos, fatos e ferramentas matemáticas. O desenvolvimento do letramento matemático assegura aos alunos reconhecer que os conhecimentos matemáticos são fundamentais para a compreensão e a atuação no mundo e perceber o caráter de jogo intelectual da matemática, como aspecto que favorece o desenvolvimento do raciocínio lógico e crítico, estimula a investigação e pode ser prazeroso (fruição).

### 3. Objetivo:

Compreender as Ciências da Natureza como empreendimento humano, e o conhecimento científico como provisório, cultural e histórico. Compreender conceitos fundamentais e estruturas explicativas das Ciências da Natureza, bem como dominar processos, práticas e procedimentos da investigação científica, de modo a sentir segurança no debate de questões científicas, tecnológicas, socioambientais e do mundo do trabalho, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. Conhecer, apreciar e cuidar de si, do seu corpo e bem-estar, compreendendo-se na diversidade

humana, fazendo-se respeitar e respeitando o outro, recorrendo aos conhecimentos das Ciências da Natureza e às suas tecnologias. **Em Matemática:** Desenvolver o raciocínio lógico, o espírito de investigação e a capacidade de produzir argumentos convincentes, recorrendo aos conhecimentos matemáticos para compreender e atuar no mundo. Compreender as relações entre conceitos e procedimentos dos diferentes campos da Matemática (Aritmética, Álgebra, Geometria, Estatística e Probabilidade) e de outras áreas do conhecimento, sentindo segurança quanto à própria capacidade de construir e aplicar conhecimentos matemáticos, desenvolvendo a autoestima e a perseverança na busca de soluções.

#### 4. Bibliografia Básica:

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília: MEC, 2017. Disponível em:

<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC20dezsite.pdf>.

KRASILCHICK, M. **O professor e o Currículo das Ciências.** São Paulo: EPU, Editora da Universidade de São Paulo, 1987.

#### 4.1 Bibliografia Complementar:

D'AMBROSIO, U. **Etnomatemática. Elo entre as tradições e a modernidade.** 2. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. 110 p. (Coleção Tendências em Educação Matemática).

### PLANO DE CURSO

<b>Disciplina</b>	EJA – Alfabetização de Jovens e Adultos		
<b>Curso:</b>	PEDAGOGIA - licenciatura dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (Formação de professores multidisciplinares dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental)		
<b>Código da disciplina:</b>		<b>Carga Horária:</b>	40h
<b>Semestre Letivo/Ano:</b>			
<b>Professor(a):</b>		<b>Titulação:</b>	

#### 1. Ementa

Estudo das políticas de educação de jovens e adultos no Brasil. Estudo crítico do processo de alfabetização de jovens e adultos. Dificuldades e problemas de aprendizagens em turmas de educação de jovens e adultos. A avaliação em turmas de educação de jovens e adultos.

#### 3. Objetivo:

Compreender os processos de alfabetização, a metodologia de ensino e as especificidades da educação de jovens e adultos.

#### 4. Bibliografia Básica:

CASTANHO, Maria Lúcia. **Alfabetização e letramento na sala de aula.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José E. (Org.). **Educação de jovens e adultos: teoria, prática e proposta.** 4. ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2001.

MAYO, Peter. **Gramsci, Freire e a educação de adultos: possibilidades para uma ação transformadora.** Porto Alegre: Artmed, 2004.

MORAIS, Artur Gomes de. **Consciência fonológica na educação infantil e no ciclo de alfabetização.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

PICONEZ, Stela C. Bertholdo. **Educação escolar de jovens e adultos,** Campinas: Papyrus, 2003.

RIBEIRO, Vera Masagão. (Org.). **Educação de jovens e adultos: novos leitores, novas leituras.**

Campinas, SP: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil-ALB; São Paulo: Ação Educativa, 2001.

#### 4.1 Bibliografia Complementar:

DURANTE, Marta. **Alfabetização de adultos: leitura e produção de textos.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

FERREIRO, Emília (Org.). **Os filhos do analfabetismo: proposta para a alfabetização escolar na América Latina.** Porto Alegre: Artmed, 1990.

FERREIRO, Emília; TEBEROSHY, Ana. **Psicogênese da língua escrita.** 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 1991.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

#### LEGISLAÇÃO

BRASIL. Ministério da Educação. Parecer nº 11 de 10 de maio de 2000, **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.**

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos,** Resolução do Conselho Nacional de Educação e da Câmara de Educação Básica nº 01 de 5 de julho de 2000.

BRASIL. Ministério da Educação e Desporto. **Parecer n. 16,** de 05 de outubro de 1.999.

### 8º SEMESTRE

#### PLANO DE CURSO

<b>Disciplina</b>	Educação com povos originários		
<b>Curso:</b>	PEDAGOGIA - licenciatura dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (Formação de professores multidisciplinares dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental)		
<b>Código da disciplina:</b>		<b>Carga Horária:</b>	60h
<b>Semestre Letivo/Ano:</b>			
<b>Professor(a):</b>		<b>Titulação:</b>	

#### 1. Ementa

O pensamento antropológico; Amazônia: a poética do imaginário; a pluralidade cultural; os povos da floresta: dos conflitos à aliança; fundamentos da educação escolar indígena; a educação nas escolas ribeirinhas; o processo educativo desenvolvido nas reservas extrativistas.

#### 3. Objetivo:

Compreender a dimensão cultural de toda a atividade educativa e antropológica da educação; a educação diferenciada em realidades distintas e as formas de socialização e aprendizagem das comunidades indígenas, camponesas, quilombolas e extrativistas na Amazônia. Objetivos Específicos: Estimular o entendimento e o respeito entre seres humanos de identidades etnoculturais diferentes; Reconhecer e valorizar a diversidade étnico-cultural dos povos tradicionais da Amazônia; Conhecer e discutir os princípios da educação indígena específica e diferenciada dentro das leis brasileiras; Conhecer e discutir as teorias e práticas da educação das populações tradicionais da Amazônia.

#### 4. Bibliografia Básica:

ANDRADE, Ana Vera. **Missões Guarani**. São Paulo: EDUC, 2005.  
 BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.  
 \_\_\_\_\_. Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece Diretrizes Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da União; Brasília:1996.  
 \_\_\_\_\_. Portaria Interministerial n° 559, de 16 de abril de 1991. **Sobre a Educação Escolar para as Populações Indígenas**. CEDOC, Brasília.  
 \_\_\_\_\_. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Ensino Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para Escolas Indígenas**. Brasília: Gráfica Oficial,1998.  
 \_\_\_\_\_. Resolução CEB 3/99 de 10 de novembro de 1999. **Fixa as Diretrizes Nacionais para o Funcionamento das Escolas Indígenas**. Diário Oficial da União, Brasília, 13 de abril de 1999. Seção 1, p.18.  
 CARNEIRO DA CUNHA, Manuela, (1995). O futuro da questão indígena. In: LOPES DA SILVA, Aracy; CARVALHO, E. **Antropologia Indigenista**. São Paulo: Cortez,1997.  
 GAIGER, J. **Direitos Indígenas na Constituição Brasileira** de 1988, CIMI, Brasília, 1989.  
 GRUPIONI, Luís Donizete Benzi. **A Temática Indígena na escola**. São Paulo: Global Editora e Distribuidora Ltda., 2004.  
 MELATTI, Júlio César. **Índios do Brasil**, HUCITEC, 5. ed., 1987, Brasília.

#### 4.1 Bibliografia Complementar:

GRUPIONI, Luís Donizete. **A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus**. Brasília/MEC /Mari/UNESCO.  
 GADELHA, Regina. **Missões Guarani**. Impacto na sociedade contemporânea. São Paulo: EDUC,1999.  
 MELIÁ, Bartomeu. **Educação indígena e alfabetização**. São Paulo: Loyola, 1979.

#### PLANO DE CURSO

<b>Disciplina</b>	TCC III – Produção e Defesa do Trabalho Final		
<b>Curso:</b>	PEDAGOGIA - licenciatura dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (Formação de professores multidisciplinares dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental)		
<b>Código da disciplina:</b>		<b>Carga Horária:</b>	40h
<b>Semestre Letivo/Ano:</b>			
<b>Professor(a):</b>		<b>Titulação:</b>	
<b>1. Ementa</b>			
Análise de dados e escrita do texto final, apresentação e defesa do trabalho de conclusão de curso.			
<b>3. Objetivo:</b>			
Desenvolver o trabalho de conclusão de curso como prática acadêmico-profissional por meio da pesquisa educacional como forma de compreensão, investigação e problematização dos fenômenos educativos por meio da análise dos dados da pesquisa, elaboração e sistematização do texto final do trabalho de conclusão de curso.			
<b>4. Bibliografia Básica:</b>			
ANDRÉ, Marli. <b>O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores</b> . Campinas, SP: Papyrus, 2001.			
COSTA, Marisa Vorraber (Org.). <b>Caminhos investigativos II: outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação</b> . Rio de Janeiro: DP&A, 2002.			
CRESWELL, John W. <b>Projetos de Pesquisa</b> . Porto Alegre: Artmed, 2010.			
LIMA, José Milton; Silva, Divino José da; Raboni, Paulo Cesar de Almeida. <b>Pesquisa em educação escolar: percursos e perspectivas</b> . São Paulo. UNESP, 2010. Disponível em: <a href="http://books.scielo.org/id/t23t6">http://books.scielo.org/id/t23t6</a>			
MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org). <b>Pesquisa social: teoria, método e criatividade</b> . Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.			
MOROZ, Melania e GIANFALDONI, Mônica Helena Tieppo Alves. <b>O processo de pesquisa: iniciação</b> . Brasília: Plano Editora, 2002.			
PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini de. <b>Metodologia da pesquisa</b> . Coleção: Magistério: <b>Formação e Trabalho Pedagógico</b> . São Paulo: Papyrus, 2007. (Coleção: Catálogo Geral).			
<b>5. Bibliografia Complementar</b>			
AGUIAR, Joaquim Alves de. <b>Espaços da memória: um estudo sobre Pedro Nava</b> . São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Edusp/Fapesp, 1998.			
ANDRÉ, Marli Eliza D. A. <b>Etnografia da prática escolar</b> . 4. ed. Campinas-SP: Papyrus, 1995.			
BAKHTIN, Mikhail. <b>Estética da Criação Verbal</b> . 2. ed. São Paulo: Hicitec, 1997.			
BARBIER, René. <b>A pesquisa-ação</b> . Brasília: Liber Livro, 2002.			
BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. <b>Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos</b> . Porto Codex, Portugal: Porto Editora, 1999.			

#### PLANO DE CURSO

<b>Disciplina</b>	Educação Profissional, Tecnológica e Financeira		
<b>Curso:</b>	PEDAGOGIA - licenciatura dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (Formação de professores multidisciplinares dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental)		
<b>Código da disciplina:</b>		<b>Carga Horária:</b>	40h
<b>Semestre Letivo/Ano:</b>			
<b>Professor(a):</b>		<b>Titulação:</b>	
<b>1. Ementa</b>			
Quadro atual da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil: da Legislação e Políticas às práticas e resultados. As contradições da Educação financeira: autonomia ou alienação no sistema capitalista; desafios, contradições e perspectivas do empreendedorismo. Os espaços de disputas das abordagens			

curriculares da Pedagogia das competências e da Educação integral no contexto da Educação Profissional. Educação Formal. Educação Não Formal. Educador social.

### 3. Objetivo:

Compreender a formação tecnológica e profissional frente às questões curriculares da politécnica, da Pedagogia das competências e da Educação integral no contexto da sociedade capitalista, considerando a Educação Financeira e o empreendedorismo. Refletir sobre as propostas de Educação financeira como tema transversal a ser trabalhado nas escolas. Desenvolver a habilidade no manuseio de dados gráficos e medidas estatísticas utilizadas em Educação, proporcionando condições favoráveis à formação de uma atitude crítica e objetiva em face dos fatos, problemas, soluções e decisões. Refletir sobre a Pedagogia além dos muros escolares. Refletir sobre a Educação Não Formal e o educador social. Reconhecer a atuação dos pedagogos em projetos sociais, ss demandas da Educação não formal, a pesquisa na área da educação não formal e as aprendizagens e saberes na Educação não formal.

### 4. Bibliografia Básica:

BARBARA, Freitag. Educação, estado e sociedade. 4a ed., Sao Paulo: Moraes, 1980.  
 CANDAU, Vera Maria. Sociedade, cotidiano escolar e cultura(s): uma aproximação. Educação & Sociedade, ano XXIII, no 79, p. 125-161, Agosto /2002.  
 CANDAU, V. M. Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. Revista Brasileira de Educação, v.13, n. 37, 2008.  
 FLEURI Reinaldo Matias. Educação intercultural: a construção da identidade e da diferença nos movimentos sociais. PERSPECTIVA, Florianópolis, p.405-423, jul./dez. 2002.  
 GARCIA Canclini, N. Culturas híbridas. São Paulo: EDUSP, 1997.  
 GOHN, M. G. A educação não-formal e a relação escola-comunidade. Revista ECCOS, n 2, vol. 6, Dez, 2004, p. 39-65.  
 HALL, S. A identidade cultural na Pós-Modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.  
 LÉVY, Pierre. Tecnologias da Inteligência. São Paulo: Editora 34, 2004.  
 MARTINS, José Pio. Educação financeira ao alcance de todos. São Paulo: Fundamentos Educacionais, 2004.  
 PASCOAL, Miriam. O Pedagogo na Empresa. Diálogo Educacional, v. 7, n. 22, p. 183- 193, 2007.  
 Pesquisa de campo: a Pedagogia além dos muros escolares.  
 RAMOS, Marise. Ensino Médio Integrado: concepções e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.  
 SAVIANI, Demerval. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. Disponível em < <http://www.trabalhosfeitos.com/ensaios/Trabalho-Como-PrincipioEducativo/517478.html>> acesso em 22/02/2015

### Bibliografia Complementar

BOFF, Leonardo. Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela terra. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.  
 BRASIL. Educação Profissional. Legislação Básica. Brasília: MEC; SEMTEC, 2001. BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais. 1997.  
 ROSETTI JUNIOR, Helio. Educação Matemática e Financeira: um estudo de caso em Cursos Superiores de Tecnologia. 2010. 242 f. Tese (Doutorado em Ensino de Ciências e Matemática) – Universidade Cruzeiro do Sul, São Paulo, 2010.  
 SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

## PLANO DE CURSO

<b>Disciplina</b>	Estágio V - Educação Especial e Inclusiva para os anos iniciais do Ensino Fundamental e Espaços não escolares.		
<b>Curso:</b>	PEDAGOGIA - licenciatura dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (Formação de professores multidisciplinares dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental)		
<b>Código da disciplina:</b>		<b>Carga Horária:</b>	100h
<b>Semestre Letivo/Ano:</b>			
<b>Professor(a):</b>		<b>Titulação:</b>	

### 1. Ementa

Atividade por determinação legal que visa aquisição-reelaboração de competências e habilidades profissionais na área de formação, visando capacitar o acadêmico/a de Pedagogia a trabalhar em espaços escolares e não-escolares, na produção da aprendizagem do público alvo da Educação Especial e inclusiva..

### 3. Objetivo:

Aplicar os conhecimentos adquiridos no decorrer do curso relativos às áreas das atividades escolares para EPAEE, neste caso, pessoas com deficiência ou TEA, no contexto educacional, a fim de vivenciar na prática os conteúdos teóricos abordados.

Objetivos específicos: identificar as necessidades e características das pessoas público alvo da educação especial nos contextos da Educação escolar no âmbito da educação especial e da educação inclusiva; identificar processos e técnicas alternativas de trabalho com os estudantes público alvo da Educação Especial no âmbito da Educação Escolar, a saber na Educação Especial e da Educação Inclusiva; Planejar, executar e avaliar atividades que atendam às especificidades especiais nos contextos da Educação Especial e da Educação especial na perspectiva Inclusiva; Empregar métodos e concepções de ensino, de forma orientada, de acordo com as características dos EPAEE nos contextos da Educação Escolar.

### 4. Bibliografia Básica:

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC20dezsite.pdf>.  
 BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, 2008.  
 MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.  
 SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão construindo uma sociedade para todos**. 5. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2003.  
 SILVA, Marcela G.; VICTOR, Sonia L. As expectativas que permeiam a práxis dos estágios supervisionados em educação especial e educação infantil. In: ALMEIDA, M. A; MENDES, E. G.; HAYASHI, M.C.P.I. **Temas em educação especial: múltiplos olhares**. Araraquara: Junqueira&Marin, 2008.  
 ZERBATO et al. **Discutindo o papel do professor de educação especial na proposta de co-ensino em um município do interior de São Paulo**. São Paulo, 2013.

### 4.1 Bibliografia Complementar:

FAZENDA, Ivani; PICONEZ, Stela C. Bertholo. <b>A Prática de Ensino e o Estágio Supervisionado</b> . São Paulo: Papirus, 1991.
FREITAS, Helena Costa Lopes de. <b>O Trabalho como Princípio Articulador na Prática de Ensino e nos Estágios</b> . São Paulo: Papirus, 1996.
PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria do Socorro Lucena. <b>Estágio e docência</b> . 3. ed., São Paulo: Cortez, 2008.
FAZENDA, I. C. A. et al. <b>A Prática de Ensino e o Estágio Supervisionado</b> . Campinas, SP: Papirus, 1991.
GATTI, B. A. <b>Formação de Professores e Carreira: problemas e movimentos de renovação</b> . Campinas, SP: Autores Associados, 1997.
IMBERNÓN, F. <b>Formação Docente e Profissional: formar-se para a mudança e a incerteza</b> . São Paulo: Cortez, 2006
NÓVOA, A. <b>O Passado e o Presente dos Professores</b> . In: Profissão Professor. Porto: Porto Editora, 2003.
PIMENTA, S. G.; GHEDIM, E. <b>Professor Reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito</b> . São Paulo: Cortez, 2008.

**DISCIPLINAS OPTATIVAS**

<b>PLANO DE CURSO</b>			
<b>Disciplina</b>	Antropologia da Educação		
<b>Curso:</b>	PEDAGOGIA - licenciatura dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (Formação de professores multidisciplinares dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental)		
<b>Código da disciplina:</b>		<b>Carga Horária:</b>	40h
<b>Semestre Letivo/Ano:</b>			
<b>Professor(a):</b>			<b>Titulação:</b>
<b>1. Ementa</b>			
Ciência da Natureza e Ciência do Homem; a Antropologia no quadro das Ciências Sociais; natureza e cultura na Antropologia. Conceitos e Abordagens; enfoque do objeto; o sentido dos nomes; Etnocentrismo e Relativismo; esforço de definição; abordagem evolucionista; abordagem funcionalista; abordagem estruturalista. A cultura atual e os meios de comunicação. Identidade cultural na atualidade: multiculturalismo, tribalismo urbano e pesquisa antropológica.			
<b>3. Objetivo:</b>			
Analisar a experiência humana em sua diversidade cultural e as articulações entre indivíduo, cultura e sociedade.			
<b>4. Bibliografia Básica:</b>			
DAMATTA, Roberto A. <b>Relativizando - Uma Introdução à Antropologia Social</b> , Rio de Janeiro: Rocco, 1987.			
_____. <b>O que faz o Brasil, Brasil?</b> Rio de Janeiro: Rocco, 1994.			
LAPLANTINE, F. <b>Aprender Antropologia</b> . SP: Brasiliense, 1988.			
LARAIA, Roque de Barros. <b>Cultura - Um Conceito Antropológico</b> , Rio de Janeiro: JORGE ZAHAR, 2002.			
SANTOS, Rafael J. <b>Antropologia para quem não vai ser antropólogo</b> , Porto Alegre: Tomo Editorial, 2005.			
SILVA, Tomaz Tadeu da (org). <b>Identidade e diferença – a perspectiva dos estudos culturais</b> , Petrópolis: Vozes, 2000.			
<b>Bibliografia Complementar:</b>			
GUERREIRO, Silas (Org.). <b>Antropos e Psique. O outro e sua subjetividade</b> . São Paulo: Ed. Olho D'água, 2000.			
ROCHA, Everardo. <b>O que é etnocentrismo</b> , SP: Brasiliense, 12. ed., 1996.			
SANTOS, José Luis. <b>O que é cultura</b> , SP: Brasiliense, 14ª. Ed., 1994.			

<b>Disciplina</b>	Introdução à Psicopedagogia		
<b>Curso:</b>	PEDAGOGIA - licenciatura dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (Formação de professores multidisciplinares dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental)		
<b>Código da disciplina:</b>		<b>Carga Horária:</b>	40h
<b>Semestre Letivo/Ano:</b>			
<b>Professor(a):</b>			<b>Titulação:</b>
<b>1. Ementa</b>			
A trajetória histórica da psicopedagogia no currículo da educação básica. Os principais problemas de aprendizagem. Avalia o impacto da indisciplina da escolarização da criança. Conceitua dificuldade de aprendizagem. Reflete sobre o papel da escola frente ao aluno com dificuldade aprendizagem.			
<b>2. Objetivo:</b>			
Refletir sobre as transformações necessárias às práticas e políticas educacionais que possibilitam o acesso e a garantia de aprendizagem a pessoa com necessidades educativas especiais. Desenvolver as habilidades específicas para enfrentar as demandas atuais da educação especial e preparação para inclusão.			
<b>3. Bibliografia Básica:</b>			
ALENCAR, E.S. <b>Novas contribuições da psicologia aos processos de ensino e aprendizagem</b> . São Paulo: Cortez.			
AQUINO, J. G. <b>A violência escolar e crise da autoridade docente</b> . São Paulo: Cadernos Cede, ano XIX, nº 47, dezembro/98.			
AQUINO, J. G. <b>Indisciplina na Escola: alternativas teóricas e práticas</b> . São Paulo: Summus, 1996.			
COLL, C. (org.). <b>Desenvolvimento psicológico e educação: Psicologia da educação</b> . Vols. I, II e III. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.			
<b>Bibliografia Complementar:</b>			
DAVIDOFF, L. L. (1983). <b>Introdução à psicologia</b> . São Paulo: McGraw-Hill.			

MRESCH, L.M, <b>Inclusão, Possibilidades e Práticas</b> . IN: Seminário de Educação e Inclusão. São Caetano, 2002.

PLANO DE CURSO			
<b>Disciplina</b>	Pesquisa em Educação		
<b>Curso:</b>	PEDAGOGIA - licenciatura dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (Formação de professores multidisciplinares dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental)		
<b>Código da disciplina:</b>		<b>Carga Horária:</b>	40h
<b>Semestre Letivo/Ano:</b>			
<b>Professor(a):</b>		<b>Titulação:</b>	
<b>1. Ementa</b>			
A importância da pesquisa na formação do educador. A pesquisa como princípio científico e educativo. Principais conceitos, métodos e técnicas de pesquisa científica. Métodos utilizados na pesquisa educacional. Análise crítica de relatos de pesquisa em educação, realizada com base em diferentes opções metodológicas. Iniciação à pesquisa educacional: coleta, análise e interpretação dos dados. Pesquisa/produtividade, intervenção na realidade.			
<b>3. Objetivo:</b>			
Compreender os conceitos e metodologias de pesquisa e o desenvolvimento da pesquisa seja ela empírica ou teórica, a partir das orientações metodológicas definidas e elaborar o projeto e o TCC, conforme normas da instituição e da ABNT.			
<b>4. Bibliografia Básica:</b>			
DEMO, Pedro. <b>Pesquisa</b> : princípio científico e educativo. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1997.			
FAZENDA, Ivani. <b>Metodologia da pesquisa educacional</b> . 4. ed. São Paulo: Cortez, 1997.			
FAZENDA, Ivani. <b>Pesquisa em educação e as transformações do conhecimento</b> . Campinas: Papirus, 1997.			
ROCHA, Ruth. <b>Pesquisar e aprender</b> . São Paulo: Scipione, 1996.			
SEVERINO, Antonio Joaquim. <b>Metodologia do trabalho científico</b> . 20. ed. São Paulo: Cortez, 1998.			
<b>Bibliografia Complementar:</b>			
AGUIAR, Joaquim Alves de. <b>Espaços da memória</b> : um estudo sobre Pedro Nava. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Edusp/Fapesp, 1998.			
ANDRÉ, Marli Eliza D. A. <b>Etnografia da prática escolar</b> . 4. ed. Campinas-SP: Papirus, 1995.			
BAKHTIN, Mikhail. <b>Estética da Criação Verbal</b> . 2. ed. São Paulo: Hicitec, 1997.			
BARBIER, René. <b>A pesquisa-ação</b> . Brasília: Liber Livro, 2002.			
BENJAMIN, W. <b>Magia e técnica, arte e política</b> . Ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1987.			
BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. <b>Investigação qualitativa em educação</b> : uma introdução à teoria e aos métodos. Porto Codex, Portugal: Porto Editora, 1999.			
GUEDES-PINTO, Ana Lúcia. <b>Rememorando trajetórias da professora-alfabetizadora</b> : a leitura como prática constitutiva de sua identidade e formação profissional. Campinas, SP: Mercado de Letras: Fapesp, 2002.			

<b>Disciplina</b>	Leitura e produção de textos		
<b>Curso:</b>	PEDAGOGIA - licenciatura dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (Formação de professores multidisciplinares dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental)		
<b>Código da disciplina:</b>		<b>Carga Horária:</b>	60 horas
<b>Semestre Letivo/Ano:</b>			
<b>Professor(a):</b>		<b>Titulação:</b>	
<b>1. Ementa</b>			
Abordagem, aproximação e relação entre a produção escrita e oral do aluno com a televisão, teatro e cinema: escrita, oralidade, recursos visuais. Canção e escrita poética. Práticas de escrita e reescrita de textos e circulação na escola.			
<b>2. Objetivo:</b>			
Oportunizar momentos de provocar, reforçar e consolidar competência leitora e escritora.			
<b>3. Bibliografia Básica:</b>			
ABRAMOWICZ, Anete et al. <b>Imagens de crianças e infâncias</b> : a criança na iconografia brasileira dos séculos XIX e XX. <b>Perspectiva</b> , v. 29, n. 1, p. 263-293, 2011.			
KLEIMAN, Ângela B. e MORAES, Sílvia. E. <b>Leitura e interdisciplinaridade</b> : tecendo redes nos projetos da escola. Campinas, S.P: Mercado de Letras, 2003.			
MOTTA-ROTH, Désirée e HENDGES, Graciela Rabuske. <b>Produção textual na universidade</b> . São Paulo: Parábola, 2010.			
ROJO, Roxane. <b>Letramento e capacidades de leitura para a cidadania</b> . São Paulo: See: CenP, p. 853, 2004.			
<b>3.1. Bibliografia Complementar:</b>			
MDE ALMEIDA MELLO, Marina Pereira. <b>Onde está a subalterna? Subalternidade, marginalidade e domesticidade</b> : notas.			
MUNDURUKU, Daniel. <b>As serpentes que roubaram a noite: e outros mitos</b> . Editora Peirópolis, 2001.			

PLANO DE CURSO			
<b>Disciplina</b>	Matemática Básica		
<b>Curso:</b>	PEDAGOGIA - licenciatura dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (Formação de professores multidisciplinares dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental)		
<b>Código da disciplina:</b>		<b>Carga Horária:</b>	40 Horas
<b>Semestre Letivo/Ano:</b>			
<b>Professor(a):</b>		<b>Titulação:</b>	

<b>1. Ementa</b>	
Construção histórico-pedagógica da prática e do pensamento matemático; conjuntos numéricos; naturais, inteiros e racionais; fração; razão; proporção; porcentagem; potenciação; radiciação; racionalização; situação-problema.	
<b>3. Objetivo:</b>	
Estimular o raciocínio lógico, visando o âmbito propedêutico; motivar o aluno pensar e aprender a aprender; e aprender a fazer. Capacitar o aluno a aplicar técnicas Matemáticas na Resolução de problemas formulados matematicamente, mas que exigem interatividade para a efetiva solução, e com isso buscar a interação matemática/profissão.	
<b>4. Bibliografia Básica:</b>	
D'AMBROSIO, Ubiratan. <b>Educação matemática:</b> da teoria à prática. Campinas-SP: Papirus, 2006. IEZZI, Gelson; MURAKAMI, Carlos. <b>Fundamentos de matemática elementar.</b> São Paulo- SP: Atual, 2004. MACHADO, Nilson José. <b>Matemática e educação:</b> alegorias tecnologias e técnicas a fins. São Paulo: Cortez, 2006.	
<b>4.1 Bibliografia Complementar:</b>	
BOYER, C. B. <b>História da matemática.</b> São Paulo-SP: Edgard Blucher, 1996. FIORENTINI, Dario. <b>Investigação em educação matemática:</b> percursos teóricos e metodológicos. Colaboração de Sérgio Lorenzato. Campinas, SP; Autores Associados, 2006. LORENZATO, S. <b>Para aprender matemática.</b> Campinas, SP: Autores associados, 2006.	

<b>PLANO DE CURSO</b>	
<b>Disciplina</b>	Corpo e Movimento
<b>Curso:</b>	<b>PEDAGOGIA</b> - licenciatura dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (Formação de professores multidisciplinares dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental)
<b>Código da disciplina:</b>	<b>Carga Horária:</b> 40 Horas
<b>Semestre Letivo/Ano:</b>	
<b>Professor(a):</b>	<b>Titulação:</b>
<b>1. Ementa</b>	
Escolarização do corpo. A importância da linguagem corporal na Educação Infantil. Corporeidade e vivências lúdicas visando a consciência corporal.	
<b>3. Objetivo:</b>	
Compreender a importância e relevância do desenvolvimento de atividades ligadas a linguagem corporal com vistas ao processo de ensino e aprendizagem.	
<b>4. Bibliografia Básica:</b>	
BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. <b>Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil.</b> Brasília: MEC/SEF, 1998. V. 1,2 e 3. FREIRE, J. B. <b>Educação de corpo inteiro:</b> Teoria e Prática da Educação Física. Editora Scipione, 2006. LAPIERRE, André; AUCONTURIER. B. (1986). <b>Simbologia do Movimento.</b> Porto Alegre: Artes Médicas. LELOUP, Jean-Yves. (1998). <b>O Corpo e seus Símbolos:</b> uma antropologia essencial. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes. LEVIN, Esteban (1997). <b>A Infância em Cena:</b> Constituição do Sujeito e Desenvolvimento Psicomotor. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes.	
<b>4.1 Bibliografia Complementar:</b>	
BENJAMIN, Walter. <b>Reflexões:</b> a criança, o brinquedo, a educação. São Paulo: Summus, 1984. CABRAL, Suzana V. (1988). <b>Educar vivendo:</b> O corpo e o grupo na Escola. Porto Alegre: Artes Métricas. CABRAL, Suzana V. (2001). <b>Psicomotricidade Relacional:</b> Prática Clínica e Escolar. Rio de Janeiro: Revinter. EDDA, Bomtempo. <b>Psicologia do brinquedo:</b> aspectos teóricos e metodológicos. São Paulo: Nova Stella – Editora Universitária de São Paulo, 1996. KISHIMOTO, Tizuko Morchida. <b>O Brincar e suas Teorias.</b> São Paulo: Pioneira Thomson Learning: 2002. LEBOVICE, S. DIATKINE, R. <b>Significado e Função do Brinquedo na Criança.</b> Porto Alegre: Artes Médicas, 1985 MALUF, Ângela C. Munhoz. <b>Brincar – prazer e aprendizado.</b> 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. OLIVEIRA, Paulo. <b>O que é brinquedo.</b> São Paulo: Ed. Brasiliense, 1984. PAPALAI, Diana F. OLDS, Wendkos Sally. <b>O mundo da criança.</b> São Paulo: Mcgraw-Hill do Brasil, 1981. VELASCO, Cacilda. <b>Brincar – o despertar psicomotor.</b> Rio de Janeiro: Sprint, 1996. VYGOTSKY, L. S.; LURIA, Alexander R. LEONTIEV, Alex N. <b>Linguagem, Desenvolvimento e Aprendizagem.</b> São Paulo: Ícone, 2001.	

<b>PLANO DE CURSO</b>	
<b>Disciplina</b>	Língua Portuguesa
<b>Curso:</b>	<b>PEDAGOGIA</b> - licenciatura dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (Formação de professores multidisciplinares dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental)
<b>Código da disciplina:</b>	<b>Carga Horária:</b> 40 Horas
<b>Semestre Letivo/Ano:</b>	
<b>Professor(a):</b>	<b>Titulação:</b>
<b>1. Ementa</b>	
<b>Ciência da Comunicação; Léxico, Estilo; Estrutura frasal; Tipos de Discurso; Parágrafo.</b>	
<b>3. Objetivo:</b>	
Oferecer um estudo sistemático da Língua Portuguesa para subsidiar o futuro professor das séries iniciais do ensino fundamental na prática de sala de aula.	
<b>4. Bibliografia Básica:</b>	
ANDRADE, Maria Margarida & HENRIQUES, Antonio. <b>Língua Portuguesa:</b> noções básicas para curso superiores. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1999. SACCONI, Luiz Antonio. <b>Nossa Gramática.</b> 15 ed. São Paulo: Atual, 1990.	

SOUZA Luiz Marques & CARVALHO, Sérgio Waldeck. <b>Compreensão e Produção de textos</b> . 9 ed. Petrópolis: Vozes, 2004.			
<b>4.1 Bibliografia Complementar:</b>			
BERALDO, Alda. <b>Trabalhando com poesia – volumes 1 e 2</b> . São Paulo: Ática [s.d]			
ECO, Umberto. <b>Conceito de Texto</b> . São Paulo: EDUSP, 1984.			
FARACO, Carlos Alberto & TEZZA, Cristovão. <b>Oficina de Texto</b> . 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2004.			
KLEIMAN, Angela. <b>Texto e leitor: Aspectos cognitivos da leitura</b> . Campinas, SP: Pontes, 1989.			
KOCH, Ingedore Villaça. <b>A coesão textual</b> . São Paulo: Contexto, 1993.			
MARTINS, Dileta Silveira & ZILBERKNOP, Lúbia Scliar. <b>Português Instrumental</b> . 22. ed. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2001.			
RANGEL, Mary. <b>Dinâmicas de leitura para sala de aula</b> . Petrópolis,RJ: Vozes,1990.			

<b>PLANO DE CURSO</b>			
<b>Disciplina</b>	Produção de texto		
<b>Curso:</b>	PEDAGOGIA - licenciatura dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (Formação de professores multidisciplinares dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental)		
<b>Código da disciplina:</b>		<b>Carga Horária:</b>	40 Horas
<b>Semestre Letivo/Ano:</b>			
<b>Professor(a):</b>			<b>Titulação:</b>
<b>1. Ementa</b>			
Leitura, compreensão e produção de textos. Revisão gramatical.			
<b>3. Objetivo:</b>			
Ampliar as habilidades linguísticas que os alunos já desenvolveram com relação à Língua Portuguesa.			
<b>4. Bibliografia Básica:</b>			
BAGNO, Marcos. <b>Preconceito lingüístico</b> . São Paulo: Loyola, 2000.			
COSTA VAL, Maria da Graça. <b>Redação e textualidade</b> . São Paulo: Martins Fontes, 1991.			
FÁVERO, Leonor Lopes. <b>Coesão e coerência textuais</b> . São Paulo: Atica, 1991.			
<b>4.1 Bibliografia Complementar:</b>			
ALVARADO, Maite. <b>O leitorão: jogos para despertar leitores</b> . São Paulo: Ática, 1989.			
GNERRE, Maurizio. <b>Linguagem, escrita e poder</b> . São Paulo: Martins Fontes, 1985.			
KLEIMAN, Angela. <b>Texto e leitor-aspectos cognitivos da leitura</b> . Campinas/SP: Pontes, 1989.			
MARTINS, Dileta Silveira; ZILBERKNOP, Lúbia Scliar. <b>Português Instrumental</b> . Porto Alegre: Sagra DC Luzzatto, 1994.			
PLATÃO, Francisco Savioli; FIORIN, José Luiz. <b>Para entender o texto: leitura e redação</b> . São Paulo: Ática, 1991.			

<b>PLANO DE CURSO</b>			
<b>Disciplina</b>	Literatura Infanto Juvenil		
<b>Curso:</b>	PEDAGOGIA - licenciatura dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (Formação de professores multidisciplinares dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental)		
<b>Código da disciplina:</b>		<b>Carga Horária:</b>	40 Horas
<b>Semestre Letivo/Ano:</b>			
<b>Professor(a):</b>			<b>Titulação:</b>
<b>1. Ementa</b>			
Conceituação, origem e desenvolvimento do gênero. Descrição dos subgêneros literários. História da literatura infanto-juvenil e estudo singularizado de textos representativos. A ilustração do texto infanto-juvenil e a educação. A literatura infanto-juvenil e o significado social para a criança. Do imaginário ao real. Critérios de seleção de textos, procedimentos metodológicos e sugestões de atividades pedagógicas. Papel do professor como animador de leitura.			
<b>3. Objetivo:</b>			
Desenvolver habilidades pedagógicas para o uso da literatura juvenil na Educação Básica.			
<b>4. Bibliografia Básica:</b>			
ABRAMOVICH, Fannu. <b>Literatura Infantil: gostosuras e bobices</b> . São Paulo. Scipione: 2008			
COELHO, Nelly Novaes. <b>Literatura Infanto-juvenil</b> . Editora Moderna. São Paulo, 2009.			
FARIA, Maria Alice. <b>Como usar a literatura infantil na sala de aula</b> . São Paulo: Contexto, 2009.			
ZILBERMAN, R. <b>A literatura infantil na escola</b> . São Paulo: Global, 1981.			
<b>4.1 Bibliografia Complementar:</b>			
BAPTISTA, M.C. <b>A linguagem escrita e o direito à educação na primeira infância</b> . Anais do I Seminário Currículo em Movimento Perspectivas atuais. Belo Horizonte, Faculdade de Educação-UFGM, 2010.			
CUNHA, Maria Antonieta. <b>Literatura infantil: teoria e prática</b> . São Paulo: Ática, 1989. FEIJO, Mário. <b>O prazer da leitura</b> . São Paulo: Ática, 2010.			
FREIRE, Paulo. <b>A Importância do Ato de Ler</b> . 50. ed. SP, BRASIL: Cortez, 2009. 87p.			
GOULART, C. Alfabetização e letramento: os processos e o lugar da literatura. In: PAIVA, MARTINS, PAULINO, CORRÊA, Versiani (orgs). <b>Literatura: saberes em movimento</b> . Belo Horizonte: CEALE, Autêntica, 2007, p. 57-68.			
GREGÓRIO FILHO, F. Práticas leitoras (de cor coração): algumas vivências de um contador de histórias. In: YUNES, E. <b>Pensar a leitura: complexidade</b> . São Paulo: Loyola, 2002.			
MARTINS, Maria Helena. <b>O Que é Leitura</b> . 19. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.			
SARAIVA, Juracy Assmann (Cols.). <b>Literatura na escola: propostas para o Ensino Fundamental</b> . Porto Alegre: Artmed, 2006.			

<b>PLANO DE CURSO</b>			
<b>Disciplina</b>	Sociologia da Educação II		
<b>Curso:</b>	PEDAGOGIA - licenciatura dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (Formação de professores multidisciplinares dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental)		
<b>Código da disciplina:</b>		<b>Carga Horária:</b>	60 horas

Semestre Letivo/Ano:			
Professor(a):		Titulação:	
<b>1. Ementa</b>			
Educação e cultura. Ideologia e alienação. Classes sociais X educação. Educação e tecnologia. O papel do estado e a educação. Movimentos sociais e a educação. Educação formal/informal – Educação Urbana/Rural. A educação e as ideologias dos partidos políticos.			
<b>2. Objetivo:</b>			
Analisar sociologicamente a constituição do sistema escolar no Brasil a partir dos mecanismos de produção e reprodução social.			
<b>3. Bibliografia Básica:</b>			
BARBOSA, Maria Lígia de O. <b>Desigualdade e desempenho</b> : uma introdução à sociologia da escola brasileira. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.			
BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. <b>A Reprodução</b> . Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves, 1992.			
BOURDIEU, Pierre. <b>A economia das trocas simbólicas</b> . São Paulo: Perspectiva, 2011.			
CHAUÍ, Marilena. <b>O que é ideologia</b> . São Paulo: Brasiliense, 2006.			
FREIRE, Paulo. <b>Política e educação</b> . 4. ed. São Paulo: 2000.			
GOHN, Maria da Glória. <b>Educação não formal e cultura popular</b> . São Paulo: Cortez, 2001.			
VALENTE, J. A.; FREIRE, F. M. P.; ARANTES, F. L. (Orgs.). <b>Tecnologia e educação</b> : passado, presente e o que está por vir. Campinas: NIED/UNICAMP, 2018.			
VEIGA-NETO, Alfredo. <b>Cultura, culturas e educação</b> . Revista Brasileira de Educação, nº 23. Maio/Jun/Jul/Ago, 2003.			
<b>7.1 Bibliografia Complementar:</b>			
BANNEL, Ralph Ings. <b>Habermas &amp; a Educação</b> . Belo Horizonte: Autêntica, 2006.			
CASTELLS, Manuel. (et.al.) <b>Novas Perspectivas Críticas em Educação</b> . Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.			
DUBET, François. (2003). <b>Desigualdades multiplicadas</b> . Ijuí: Ed. Unijuí, 2003.			
DUBET, François. et all. <b>As desigualdades escolares antes e depois da escola: organização escolar e influência dos diplomas</b> . <i>Revista Sociologias</i> , ano 14, nº 29 jan/abr, p. 22-70, 2012.			
DUBET, François. <b>O que é uma escola justa? Cadernos de Pesquisa</b> , Vol. 34, nº 123, São Paulo, 2004.			
GEERTZ, Clifford. <b>A interpretação das culturas</b> . Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, ed. LTC, 2012.			
GOHN, Maria da Glória Marcondes. <b>Movimentos sociais e educação</b> . 8. ed. São Paulo: Cortez, 2001.			
KONDER, L. <b>Marxismo e alienação</b> : contribuição para um estudo do conceito marxista de alienação. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.			
LAHIRE, B. <b>Sucesso escolar nos meios populares</b> . As razões do improvável. São Paulo: Editora Ática, 1997.			
MESZÁROS, István. <b>O Poder da Ideologia</b> . São Paulo: Boitempo, 2004.			

## 9 GESTÃO ADMINISTRATIVA E ACADÊMICA DO CURSO

### 9.1 NORMAS DE FUNCIONAMENTO DO CURSO

Como um dos objetivos fundamentais da EAD é de obter dos alunos não só a capacidade de reproduzir ideias ou informações, mas sim a capacidade de buscar com autonomia produzir conhecimentos, analisar e posicionar-se criticamente frente às situações concretas que se lhes apresentem, buscar-se-á atender aos requisitos de funcionamento abaixo relacionados:

a) *Contexto e seleção de alunos*: em EAD o aluno não conta, comumente, com a presença física do professor. Por este motivo, faz-se necessário desenvolver métodos de trabalho que oportunizem ao aluno a busca por interação permanente com os professores e tutores todas as vezes que sentir necessidade, assim como a confiança frente ao trabalho realizado, possibilitando-lhe não só o processo de elaboração de seus próprios juízos, mas também do desenvolvimento de sua capacidade de analisá-los. O processo de seleção será classificatório, sem eliminação de candidatos até que todas as vagas sejam preenchidas.

b) *Procedimentos e Instrumentos*: o trabalho do Professor, ao organizar o material didático básico para orientação do aluno, deve contribuir para que todos questionem aquilo que julgam saber e, principalmente, para que questionem os princípios subjacentes a esse saber. Nesse sentido, a relação teoria-prática com vistas ao desenvolvimento de habilidades e competências para a docência nos anos iniciais do ensino fundamental, coloca-se como imperativo no tratamento do conteúdo selecionado para o curso, é fundamental a relação intersubjetiva, dialógica, professor/aluno, mediada por textos e objetos de aprendizagem. O que interessa, portanto, no processo de avaliação de aprendizagem é analisar a capacidade de reflexão crítica dos alunos frente às suas próprias experiências, a fim de que possam atuar dentro de seus limites, sobre o que os impede de agir para transformar aquilo que julgam ser limitado em termos do projeto político-pedagógico da escola. Há uma preocupação em razão do exposto acima, que é a de desencadear um processo de avaliação que possibilite analisar como se realiza não só o envolvimento do aluno no seu cotidiano, mas também como se realiza o surgimento de outras formas de conhecimentos, obtidas em sua prática e experiência, a partir dos referenciais teóricos trabalhados no curso. Para tanto, é estabelecida uma rotina de observação, de descrição e de análise contínua da produção do aluno que, embora se expresse em diferentes níveis e momentos, não deve alterar a condição processual da avaliação.

c) *Aproveitamento de Estudos*: existirá a possibilidade de aproveitamento de estudos, o qual será encaminhado a UNIR, mediante requerimento do aluno, no prazo a ser fixado pela mesma, fazendo-se a juntada do histórico escolar e os programas das disciplinas cursadas. A coordenação do curso, oportunamente, determinará os critérios para tal aproveitamento de estudos. O Projeto se estrutura de modo a garantir que a proposta teórico-metodológica do atendimento em serviço, seja voltada para aqueles que atuam na educação básica, institucionalizada, zelando por essa opção político-pedagógica.

d) *Cancelamento de Disciplinas e Trancamento de Matrícula*: Será permitido o cancelamento de disciplinas, ou trancamento de matrícula, com base na legislação vigente e acompanhada de documento justificatório, uma vez que a proposta visa garantir a formação superior inicial a todos os candidatos. O Projeto está demarcado por uma dinâmica que visa garantir a temporalidade individual do aluno.

e) *Aproveitamento de vagas*: As vagas oferecidas serão ocupadas pelos 30 primeiros classificados no Processo Seletivo de cada Polo. Em caso de eventual desligamento de aluno, a vaga aberta será publicada e, para ela, poderão candidatar-se os demais aprovados para o respectivo Polo. Os novos critérios de seleção se basearão na classificação do Processo Seletivo original e no número de disciplinas consideradas válidas, pelo processo de Aproveitamento de Estudos.

f) *Processo Seletivo*: Será de responsabilidade da Coordenação da UAB/CEADT/UNIR, em consonância com os respectivos departamentos acadêmicos da UNIR que mantém cursos à distância, podendo ocorrer em caráter especial, através de um calendário próprio, com a possibilidade de abranger ou se restringir a conhecimentos de áreas específicas nas provas a serem realizadas pelos candidatos às vagas oferecidas nos Polos.

g) As pessoas com deficiência, Transtornos do Espectro Autista, ou seja, o Público-Alvo da Educação especial serão atendidas, no processo seletivo, conforme prevê a legislação vigente no país.

h) **Requisitos para a Diplomação:** Para Diplomação, o aluno deverá ter cumprido todos os créditos da integralização curricular, inclusive os correspondentes às Atividades Complementares, Estágios, Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), Atividades de Extensão; ENADE; e todas as atividades transversais (*webfolio* educacional, TCC e pesquisa) solicitadas; dentro dos prazos determinados para a elaboração dos trabalhos solicitados.

A avaliação final da Etapa será resultante das disciplinas que o constituem. Caberá aos/às professores/as responsável/eis pelas disciplinas fazer a avaliação dos alunos/as.

Com relação à comunicação entre os envolvidos no curso será através de um sistema de comunicação síncrona (com a utilização da *Internet: chat*, videoconferência e do sistema de telefonia) e assíncronas com a utilização de recursos de comunicação eletrônica (*e-mail, site, WhatsApp*, boletim eletrônico, lista de discussão) e, eventualmente, correio convencional e rádio.

Para que haja interação efetiva entre alunos, tutores e professores serão adotados Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle, como suporte, ao desenvolvimento de atividades pedagógicas diversificadas. Permite ainda, transferência de arquivos de um computador para o outro, armazenamento de material de professores e alunos, baixar documentos de diferentes formatos, realização de debates, publicações de trabalhos e avaliações, anotações de reflexões do processo ensino-aprendizagem, ferramentas de apoio à organização do trabalho individual e grupal. Oferece também, ferramentas básicas de comunicação (aviso, bate-papo, e-mail, fórum entre outros).

## 9.2 PLANEJAMENTO DOS MOMENTOS PRESENCIAIS

O projeto de trabalho da tutoria Presencial é realizado semestralmente, para cada disciplina, em reunião conjunta dos professores coordenadores com os tutores de disciplina. Assim, a equipe de tutores presenciais, lotadas nos respectivos polos estará à disposição dos alunos e será realizada em horários a serem estabelecidos. Para obter um melhor aproveitamento, as reuniões entre os tutores e os alunos são realizadas de forma a não prejudicar o aluno-trabalhador, de modo que todos possam tirar as dúvidas dos conteúdos discutidos, permitindo atendimento com tranquilidade de toda a turma.

Cada Tutor atenderá o quantitativo de alunos previstos no Edital de Financiamento para cada polo, podendo ainda organizar em pequenos grupos de cada vez, uma vez por semana, para verificar seu rendimento durante a semana anterior e planejar com eles suas atividades para o próximo período. Esse atendimento ocupará parte de suas horas contratuais. Nas horas restantes, ele estará disponível para atendimentos individuais por solicitação desses, em horários devidamente agendados e para atendimento à distância. Também fará planejamento e transferência de dados aos Professores de Disciplinas.

Além disso, os tutores presenciais junto com os Professores das Disciplinas desenvolverão atividades de estudo de conteúdos sob sua responsabilidade. Ocorrerão, ao longo das atividades acadêmicas, disciplinas e atividades que serão ministradas pela equipe de docentes da Universidade, a fim de se promover e aprimorar a inserção dos alunos na metodologia de ensino à distância.

Durante os momentos presenciais com os tutores, serão realizadas as aulas práticas das disciplinas das áreas específicas do curso; para tanto serão disponibilizados os espaços dos Polos de Atendimento Presencial. Os espaços dos polos serão minimamente adequados com equipamentos, materiais e computadores, partindo do conhecimento de que todos os polos selecionados já possuem condições mínimas de comunicação para EAD.

O trabalho dos tutores a distância se caracteriza pelo apoio permanente e integral ao professor ministrante da disciplina, devendo fazer a conexão entre alunos e o professor, especialmente dedicado aos processos de avaliação e recuperação da aprendizagem.

Importante ressaltar que o Estágio Supervisionado segue a legislação vigente no país que regulamenta, orienta e disciplina as ações e processos para a realização de estágio, respeitadas as especificidades do estágio supervisionado na educação pública.

## 9.3 AVALIAÇÃO DO PROJETO CURRICULAR DO CURSO

O presente Projeto prevê equipe de Acompanhamento e Avaliação para proceder a análise de dados acerca do avanço curricular. Será composta por um professor de cada *campus*, envolvido no projeto, e uma coordenação geral integrada ao processo de avaliação institucional.

Deverão ser observadas as características da modalidade de educação à distância:

1. Organização de grupos de trabalho por interface, contribuindo para os Núcleos de Estudos e as práticas;
2. Proposição de discussão sobre os dados do processo de avaliação do trabalho docente, do material didático, da tutoria e da modalidade EAD pelos discentes;
3. Incentivo à pesquisa sobre áreas de abrangência do currículo proposto na modalidade EAD.

## 9.4 CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

O tempo desejável de duração do curso é de 48 meses (4 anos), envolvendo o desenvolvimento das disciplinas, prática de ensino, atividades complementares, Estágio Supervisionado, Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e Atividades de Extensão. O acompanhamento e avaliação do projeto possibilitarão revisar continuamente o ritmo das atividades.

## 9.5 ESQUEMA OPERATIVO

A ênfase dada à formação do Pedagogo para a docência nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental se encontra no processo de elaboração do material instrucional e no trabalho em equipe.

Além das questões apresentadas relativas à organização administrativa e respectivas competências, os professores autores/conteudistas desenvolverão, de maneira interdisciplinar, o conteúdo do componente curricular, focando-o em conformidade com o preconizado na BNCC, Formação de Professores e legislações em vigor. Cada material será acompanhado de material de apoio para estudantes e tutores, entretanto, as alternativas deverão ser consideradas em razão das possibilidades financeiras do projeto, porém, considerando a articulação do material instrucional. Neste sentido, a dinamização das disciplinas e atividades relativas possibilitará o aperfeiçoamento da experiência e do conteúdo formativo destacado.

A bibliografia digital será constituída e revisada tomando por base sítios da internet de caráter científico, dos quais se produzirá indicação bibliográfica correlata ao acervo disponível em material impresso. Também haverá compartilhamento de mídias a partir da infraestrutura disponível nos Polos, anteriormente descrito.

## 9.6 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE – NDE

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso de Pedagogia – EAD constitui-se por professores do Departamento Acadêmico de Ciências da Educação da UNIR, tendo como atribuições o acompanhamento, atualização no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto político

pedagógico do curso (Res. Nº 1/CONAES de 17 de junho de 2010).

A composição do NDE fundamenta-se na Resolução Nº 233, de 07 de agosto de 2020, que dispõe sobre os Núcleos Docentes Estruturantes (NDE) dos cursos de Graduação da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Revoga a Resolução 285/2012/CONSEA e conforme PORTARIA Nº 39/2022/SEC-NCH/NCH/UNIR, de 05/07/2022, NDE é composto pelos seguintes docentes:

- Prof. Dr. Nilson Santos, SIAPE n.º 0396905, presidente;
- Prof.ª Dra. Neide Borges Pedrosa, SIAPE n.º 2466405, membro;
- Prof.ª Dra. Marlene Rodrigues, SIAPE n.º 2280702, membro;
- Prof. Dr. Josué José de Carvalho Filho, SIAPE n.º 1401019, membro;
- Prof. Dr. Guilherme Mendes Tomaz dos Santos, SIAPE n.º 1222065, membro;
- Prof.ª Dra. Walterlina Barbosa Brasil, SIAPE n.º 0114851, suplente;
- Prof. Dr. Carlos Magno Naglis Viera, SIAPE n.º 3269924, suplente.

Dentre as atribuições do NDE, constituem-se a elaboração de relatório de adequação da bibliografia básica e complementar, de acordo com critérios exigidos pelo Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação presencial e a distância para fins de Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento do INEP/MEC.

Os documentos, atas e ações desenvolvidas pelo NDE do curso de Licenciatura em Pedagogia – EAD são arquivados digitalmente no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), na mesa PEDDIST/UAB.

## 9.7 COORDENAÇÃO DO CURSO

### 9.7.1 Perfil do Coordenador

São atribuições do coordenador do curso:

- Dinamizar, coordenar e operacionalizar as ações que envolvem os processos de seleção de alunos, professores, tutores e outras funções pertinentes ao funcionamento do curso;
- Supervisionar o cumprimento da integralização curricular e a execução dos conteúdos programáticos;
- Convocar e presidir as reuniões do Conselho de Curso;
- Instruir processos que devam ser submetidos à análise do Conselho de Curso ou do Núcleo Docente Estruturante;
- Participar dos órgãos Colegiados do curso e do Departamento Acadêmico de Ciências da Educação da UNIR;
- Encaminhar aos órgãos Colegiados da UNIR as indicações ou deliberações do Conselho de Curso ou do Núcleo Docente Estruturante;
- Promover a integração interdisciplinar no curso;
- Preparar, em cada período letivo, o programa de atividades docentes, atribuindo disciplinas em consonância ao calendário acadêmico da UNIR e organizar as atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- Cumprir e fazer cumprir o Regimento, assim como as decisões emanadas dos órgãos Colegiados;
- Atender os alunos do curso e suas necessidades, sejam elas relativas à matriz curricular do curso, atuação de docentes, relacionamento em sala de aula e outras que porventura se façam necessárias;
- Participar ativamente no Núcleo Docente Estruturante - NDE, Conselho de Curso – COLEGIADO, reuniões da Coordenação da UAB e DIREC, além de outras instâncias vinculadas ao curso.
- Demais atribuições do coordenador poderão ser definidas pelo Colegiado do curso de Pedagogia – EAD.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*"A reforma do ensino deve levar à reforma do pensamento, e a reforma do pensamento deve levar à reforma do ensino. Mais vale uma cabeça bem-feita que bem cheia."* Edgar Morin

O perfil do profissional de educação aqui apresentado, e os elementos necessários para sua concretização, foram anunciados à comunidade acadêmica com bastante clareza: é o profissional capaz de atender aos desafios de atuação nos anos iniciais do ensino fundamental para promover avanços e fazer diferença junto aos ambientes escolares, sem perder de vista a diversidade da cultura brasileira, a emergente necessidade de inclusão de todos os brasileiros no sistema produtivo e a indispensável inclusão do Brasil entre os países que produzem conhecimento e não apenas mão-de-obra e/ou matéria prima para o resto do mundo.

Sendo assim, o paradigma para a elaboração do presente Projeto Político Pedagógico da UAB/UNIR tem como premissa básica a consolidação do perfil profissional apropriado para essa "missão" a partir da utilização de todo potencial emergente oportunizado pelos avanços da tecnologia da informação e comunicação. A "missão" requer autonomia, liderança e organização de conteúdos que facilitem o desenvolvimento das habilidades comunicativas, que por sua vez formarão as competências habilidades necessárias para viver e conviver em sociedade. Porém, só é possível ter autonomia dominando conteúdos básicos das rotinas escolares, só inspira a busca do conhecimento quem já aprendeu a desenvolvê-lo em si próprio, só atribui significados quem possui habilidade de interpretar textos e contextos e aplicar a realidade vivida.

O que gostaríamos de salientar, à guisa de considerações finais é que, embora o curso de Pedagogia não tenha a pretensão e o objetivo de formar literatos, linguistas, ambientalistas, filósofos, sociólogos, estatísticos, biólogos e matemáticos, é necessário fortalecer seu currículo nestas disciplinas, para que o egresso tenha plenas condições de atuar com autonomia nos ambientes escolares e fazer diferença para inspirar nos alunos o desenvolvimento de suas múltiplas inteligências.

O profissional que emerge do estudo das necessidades da escola na contemporaneidade parece ser aquele que valoriza a reflexão acerca de sua prática e do cotidiano como materiais para sua pesquisa e entendimento de como as transformações sociais afetam, interferem e modificam rotinas educacionais. Este profissional entende a diversidade da cultura brasileira como fator de motivação para superação das vulnerabilidades do cotidiano escolar e proposição de uma nova organização social com valorização das diferenças e não padronização de comportamentos, modelos de conduta, beleza e consumo.

Nesta perspectiva, O Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia EAD/UNIR tenciona formar profissionais efetivamente comprometidos com a profissionalização da função docente: não como um técnico de processos educacionais, mas como intelectual comprometido com as mudanças necessárias para a formação da sociedade idealizada nas reformas dos últimos anos: solidária, cidadã, eticamente responsável e atuante no sentido de saber ensinar e disponível para o aprender.

## REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050**. 2. ed. Rio de Janeiro, ABNT, 2004. Disponível em: [https://emap.fgv.br/sites/default/files/2021-05/abnt\\_nbr\\_9050\\_.pdf](https://emap.fgv.br/sites/default/files/2021-05/abnt_nbr_9050_.pdf) . Acesso em: 25 out. 2022.

BRASIL. **Decreto-Lei Nº 1.190, de 4 de abril de 1939**. Brasil: Coleção Leis do Brasil, 1939. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1190-4-abril-1939-349241-publicacaooriginal-1-pe.html> . Acesso em: 25 out. 2022.

BRASIL. **Parecer CFE nº 252**. Brasil: CFE, 1969a.

BRASIL. **Resolução CFE Nº 2**. Brasil: CFE, 1969b.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constitucao/constitucao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constitucao/constitucao.htm) . Acesso em: 25 out. 2022.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm) . Acesso em: 25 out. 2022.

BRASIL. **Lei Nº 9.975, de 27 de abril de 1999**. Brasília: Presidência da República, 1999. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9795.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm) . Acesso em: 25 out. 2022.

BRASIL. **Lei Nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Brasil: Presidência da República, 2000. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l10098.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm) . Acesso em: 25 out. 2022.

BRASIL. **Decreto Nº 4.281, de 25 de junho de 2002**. Brasília: Presidência da República, 2002. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2002/d4281.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4281.htm) . Acesso em: 25 out. 2022.

BRASIL. **Lei n.º 10.436, de 24 de abril de 2002**. Brasília: Presidência da República, 2002. Disponível em: [BRASIL. \*\*Portaria Nº 3.284, de 7 de novembro de 2003\*\*. Brasília: MEC, 2003. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port3284.pdf> . Acesso em: 25 out. 2022.](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2010.436%2C%20DE%2024%20DE%20ABRIL%20DE%202002.&text=Disp%C2%A0Acesso em: 25 out. 2022.</a></p></div><div data-bbox=)

BRASIL. **Resolução Nº 1, de 17 de junho de 2004**. Brasília: MEC, 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf> . Acesso em: 25 out. 2022.

BRASIL. **Decreto Nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005**. Brasília: Presidência da República. Disponível em: <https://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/88/decreto-n-5.622> . Acesso em: 25 out. 2022.

BRASIL. **Decreto Nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Brasília: Presidência da República, 2005. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm) . Acesso em: 25 out. 2022.

BRASIL. **Portaria Ministerial n. 931**. Brasília: DOU, 2005. Disponível em [http://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/prova\\_brasil\\_saeb/legislacao/Portaria931\\_NovoSaeb.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_basica/prova_brasil_saeb/legislacao/Portaria931_NovoSaeb.pdf) . Acesso em: 25 out. 2022.

BRASIL. **Parecer CNE/CP Nº 5, de 13 de dezembro de 2005**. Brasília: MEC, 2005. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pcp05\\_05.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pcp05_05.pdf) . Acesso em: 25 out. 2022.

BRASIL. **Resolução CNE/CP Nº 1, de 15 de maio de 2006**. Brasília: MEC, 2006. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01\\_06.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf) . Acesso em: 25 out. 2022.

BRASIL. **Decreto Nº 5.800, de 8 de junho de 2006**. Brasília: Presidência da República, 2006. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/decreto/d5800.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5800.htm) . Acesso em: 25 out. 2022.

BRASIL. **Lei Nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Brasil: Presidência da República, 2008. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm) . Acesso em: 25 out. 2022.

BRASIL. **Lei Nº 11.788, de 25 de setembro de 2008**. Brasília: Presidência da República, 2008. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm) . Acesso em: 25 out. 2022.

BRASIL. **Decreto Nº 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Brasília: Presidência da República, 2009. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm)

BRASIL. **Decreto Nº 7.611, de 17 de novembro de 2011.** Brasília: Presidência da República, 2011. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm) . Acesso em: 25 out. 2022.

BRASIL. **Resolução Nº 1, de 30 de maio de 2012.** Brasil: MEC, 2012. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp001\\_12.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp001_12.pdf) . Acesso em: 25 out. 2022.

BRASIL. **Lei Nº 12.764, de Nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012.** Brasília: Presidência da República, 2012. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm) . Acesso em: 25 out. 2022.

BRASIL. **Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências.** Lei n. 12.796, de 4 de abril de 2013. Brasília: MEC, 2013. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2013/lei-12796-4-abril-2013-775628-publicacaooriginal-139375-pl.html> . Acesso em: 25 out. 2022.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica.** Brasília: MEC, 2013.

BRASIL. **Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.** Lei n. 13.001, de 25 de junho de 2014. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm) . Acesso em: 25 out. 2022.

BRASIL. **Resolução nº 1, de 11 de março de 2016.** Brasília: MEC, 2016. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/marco-2016-pdf/35541-res-cne-ces-001-14032016-pdf/file> . Acesso em: 25 out. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017.** Brasil: Presidência da República, 2017. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/decreto/d9057.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%209.057%2C%20DE%2025,e%20bases%20da%20educa%C3%A7%C3%A3o%20nacional.](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9057.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%209.057%2C%20DE%2025,e%20bases%20da%20educa%C3%A7%C3%A3o%20nacional.) Acesso em: 25 out. 2022.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC20dezsite.pdf> . Acesso em: 25 out. 2022.

BRASIL. **Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018.** Brasília: MEC, 2018. Disponível em: [https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE\\_RES\\_CNECESN72018.pdf](https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE_RES_CNECESN72018.pdf) . Acesso em: 25 out. 2022.

BRASIL. **Resolução CNE/CP Nº 2, de 20 de dezembro de 2019.** Brasília: MEC, 2019. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/<http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file> . Acesso em: 25 out. 2022.

COORDENAÇÃO DE PESSOAL DE APERFEIÇOAMENTO DE NÍVEL SUPERIOR. **Portaria nº 37, de 19 de março de 2020.** Brasil: CAPES, 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-37-de-19-de-marco-de-2020-249026065> . Acesso em: 25 out. 2022.

COORDENAÇÃO DE PESSOAL DE APERFEIÇOAMENTO DE NÍVEL SUPERIOR. **EDITAL Nº 09/2022 - Chamada para articulação de cursos superiores na modalidade EaD no âmbito do Programa Universidade Aberta do Brasil - UAB.** Brasília: CAPES, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/educacao-a-distancia/editais-uab/edital-no-09-2022-chamada-para-articulacao-de-cursos-superiores-na-modalidade-ead-no-ambito-do-programa-universidade-aberta-do-brasil-uab> . Acesso em: 25 out. 2022.

NÓVOA, Antonio. Os Professores e a sua Formação num Tempo de Metamorfose da Escola. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 44, n. 3, e84910, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-623684910> . Acesso em: 25 out. 2022.

SILVA, M. da G. M da. **Uma sociedade em mudança.** Disponível em: [www.eprinfo.mec.gov.br](http://www.eprinfo.mec.gov.br) . Acesso em: 25 out. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA. **Resolução Nº 95/CONSEA, de 27 de abril de 2005.** Porto Velho: UNIR, 2005. Disponível em: [/https://secons.unir.br/uploads/ato/1164\\_095\\_095\\_resea\\_regulamenta\\_prazo\\_integralizacao\\_cursos.pdf](https://secons.unir.br/uploads/ato/1164_095_095_resea_regulamenta_prazo_integralizacao_cursos.pdf) . Acesso em: 25 out. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA. **Resolução 248/CONSEA, de 03 de setembro de 2010.** Porto Velho: UNIR, 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA. **Resolução 278/CONSEA, de 04 de junho de 2012.** Porto Velho: UNIR, 2012. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/[https://secons.unir.br/uploads/ato/2711\\_278\\_278\\_resea\\_parametros\\_elaboracao\\_ppc\\_graduacao\\_unir.pdf](https://secons.unir.br/uploads/ato/2711_278_278_resea_parametros_elaboracao_ppc_graduacao_unir.pdf) . Acesso em: 25 out. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA. **Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia EAD.** Porto Velho: UNIR, 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA. **Resolução 454/ CONSEA, de 21 de setembro de 2016.** Porto Velho: UNIR, 2016. Disponível em: [https://prograd.unir.br/uploads/42424242/menus/Resolucao%20454\\_CONSEA%20de%2021%20de%20Setembro%20de%202016.pdf](https://prograd.unir.br/uploads/42424242/menus/Resolucao%20454_CONSEA%20de%2021%20de%20Setembro%20de%202016.pdf) . Acesso em: 25 out. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA. **Plano de Desenvolvimento Institucional.** Porto Velho: UNIR, 2019. Disponível em: [https://pdi.unir.br/uploads/91293291/arquivos/Ultima\\_versao\\_do\\_PDI\\_2019\\_Dezembro\\_2019\\_272457636.pdf](https://pdi.unir.br/uploads/91293291/arquivos/Ultima_versao_do_PDI_2019_Dezembro_2019_272457636.pdf) . Acesso em: 25 out. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA. **Resolução Nº 233, de 07 de agosto de 2020.** Porto Velho: UNIR, 2020. Disponível em: [https://secons.unir.br/uploads/ato/SEI\\_UNIR\\_0470841\\_Resolu\\_o\\_233\\_consea\\_NDE\\_1568756975.pdf](https://secons.unir.br/uploads/ato/SEI_UNIR_0470841_Resolu_o_233_consea_NDE_1568756975.pdf). Acesso em: 25 out. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA. **Resolução Nº 309, de 31 de março de 2021.** Porto Velho: UNIR, 2021. Disponível em: [https://secons.unir.br/uploads/ato/Resolu\\_o\\_309\\_CONSEA\\_16384597.pdf](https://secons.unir.br/uploads/ato/Resolu_o_309_CONSEA_16384597.pdf). Acesso em: 25 out. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA. **Regimento Geral da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR).** Porto Velho: UNIR, 2020. Disponível em: <https://secons.unir.br/pagina/exibir/5822>. Acesso em: 25 out. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA. **Resolução Nº 338, de 14 de julho de 2021.** Porto Velho: UNIR, 2021. Disponível em: [https://secons.unir.br/uploads/ato/Resolucao\\_338\\_2021\\_CONSEA\\_296190072.pdf](https://secons.unir.br/uploads/ato/Resolucao_338_2021_CONSEA_296190072.pdf). Acesso em: 25 out. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA. **Resolução Nº 357, de 14 de setembro de 2021.** Porto Velho: UNIR, 2021. Disponível em: [https://secons.unir.br/uploads/ato/Resolucao\\_357\\_2021\\_CONSAD\\_2040407645.pdf](https://secons.unir.br/uploads/ato/Resolucao_357_2021_CONSAD_2040407645.pdf). Acesso em: 25 out. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA. **Resolução nº 349/CONSEA, de 06 de setembro de 2021.** Porto Velho: UNIR, 2021. Disponível em: [https://secons.unir.br/uploads/ato/Resolucao\\_349\\_2021\\_CONSUN\\_967892369.pdf](https://secons.unir.br/uploads/ato/Resolucao_349_2021_CONSUN_967892369.pdf). Acesso em: 25 out. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA. **Relatório de Gestão - 2021.** Porto Velho: UNIR, 2022. Disponível em: <https://www.unir.br/uploads/13579246/diversos/Relat%C3%B3rio%20de%20Gest%C3%A3o%202021%20.pdf>. Acesso em: 25 out. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA. **Resolução Nº 419, de 30 de maio de 2022.** Porto Velho: UNIR, 2022. Disponível em: [https://secons.unir.br/uploads/ato/SEI\\_UNIR\\_0985138\\_Resolucao\\_419\\_CONSEA\\_1743111493.pdf](https://secons.unir.br/uploads/ato/SEI_UNIR_0985138_Resolucao_419_CONSEA_1743111493.pdf). Acesso em: 25 out. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA. **Portaria Nº 39/2022/SEC-NCH/NCH/UNIR.** Porto Velho: UNIR, 2022. Disponível em: [https://servidor.unir.br/uploads/boletim/Boletim\\_76\\_de\\_5\\_de\\_Julho\\_de\\_2022\\_1927641430.pdf](https://servidor.unir.br/uploads/boletim/Boletim_76_de_5_de_Julho_de_2022_1927641430.pdf). Acesso em: 25 out. 2022.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Escola: Espaço do Projeto político-pedagógico.** Campinas, SP: Papirus, 1998. (Coleção Magistério Formação e Trabalho Pedagógico)

## ANEXOS

ANEXO A – REGULAMENTO DAS ACC

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA  
NÚCLEO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO**

REGULAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES A SEREM APRESENTADAS PELOS ESTUDANTES DO CURSO DE PEDAGOGIA - EAD LICENCIATURA, DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA (UNIR) – CAMPUS JOSÉ RIBEIRO FILHO, PORTO VELHO-RO.

Art. 1º Este Documento apresenta orientações que regulamentam as Atividades Complementares no âmbito do Curso de Pedagogia, na modalidade EAD, da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR) – Campus José Ribeiro Filho, Porto Velho-RO.

Art. 2º Este Regulamento considera as orientações constantes na Resolução CNE/CP nº 1/2006.

Art. 3º As Atividades Complementares correspondem àquelas desenvolvidas pelos estudantes no decorrer do curso de Licenciatura em Pedagogia que, mesmo fazendo parte da estrutura curricular, serão realizadas independentes do conjunto de disciplinas previstas para a integralização curricular. Terão caráter de complementação da formação acadêmica e profissional do estudante, mantendo correlação aos objetivos do Curso de Pedagogia e aos conhecimentos e habilidades previstos nas Diretrizes Curriculares Nacionais do curso, as quais contribuam para a eficiência do exercício profissional e concorram para uma convivência social ética e orientada para os interesses da comunidade.

Art. 4º Para efeito deste Regulamento constituem-se como Atividades Complementares aquelas realizadas na área de educação, considerando:

I. – Sua comprovação através de documentos, tais como diplomas, certificados e declarações, devidamente assinados pelos órgãos e/ou pessoas reconhecidamente responsáveis pela oferta das mesmas;

II. – Que os documentos comprobatórios apresentados não poderão conter rasuras ou emendas e deverão constar:

- a. Data de realização do evento/curso, que deverá iniciar e terminar dentro do período de integralização do curso;
- b. Nome da instituição promotora do evento/curso, que deverá ser reconhecidamente vinculada com a área educacional;
- c. Identificação da instituição promotora e assinatura dos representantes legais;
- d. Ementa ou conteúdo estudado, que deverá estar estritamente relacionado à área de formação acadêmica do requerente;
- e. Carga horária de participação efetiva do requerente.

III. – Que deverá atingir o mínimo de 100 horas no cômputo geral de todas as atividades comprovadas e validadas.

Art. 5º Os estudantes deverão, em data a ser definida pela coordenação do curso e/ou docente responsável, inserir no SIGAA ou sistema correspondente, os seguintes documentos:

- I. - Requerimento solicitando a validação das Atividades Complementares realizadas disponível no SIGAA;
- II. – Documentos comprobatórios das atividades realizadas;

Art. 6º O docente responsável pelas Atividades Complementares fará a análise dos documentos encaminhados e validará para efeito de registro e comprovação do cumprimento da respectiva carga horária no Histórico Escolar do estudante.

Art. 7º As atividades e carga horária a serem computadas como Atividades Complementares estão definidas no Anexo I deste Regulamento.

Art. 8º Este Regulamento entra em vigor na data de sua aprovação pelo Colegiado do Curso de Pedagogia, revogando todas as demais disposições existentes sobre a matéria no âmbito do Curso de Pedagogia, na Modalidade EAD, Licenciatura.

Art. 9º. Os casos omissos neste Regulamento serão resolvidos, em primeira instância pelo coordenador do curso, em segunda instância, pelo Departamento de Ciências da Educação.

Porto Velho, 23 de outubro de 2022

DOCUMENTO ELABORADO PELO NDE/PEDAGOGIA /EAD

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA**  
**NÚCLEO DE CIÊNCIAS HUMANAS**  
**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO**  
**CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA NA MODALIDADE EAD**

**ANEXO I – Atividades e carga horária a serem computadas como Atividades Complementares, conforme disposto no Regulamento.**

ITEM	ATIVIDADES	CARGA HORÁRIA MÁXIMA APROVEITADA POR ITEM (HORAS)
01	Participação em Eventos Acadêmicos e Científicos, sendo:	
	Participação em Semana de Cursos	20
	Participação em Congressos e Seminários	20
	Participação em Simpósios, Jornadas Pedagógicas e Encontros	20
	Participação em Palestras e Conferências	20
	Participação em apresentações de monografias e bancas de mestrado – duas horas por participação.	12
	Participação em Cursos de Formação Continuada	40
02	Participação em Atividades de Pesquisa (Declaração assinada pelo Coordenador do Projeto) - Atividade sistemática, organizada em equipes ou individual que envolve projeto, método, rigor, relatório e resultados e ou levantamentos. Como exemplo: projetos de iniciação científica ou afins, com ato de aprovação e registro no Departamento através de professor orientador ou grupo de pesquisa, com emissão de declaração e divulgação de relatório de resultados, com no mínimo 4 meses de atividade.	40
03	Publicação de Trabalhos Completos, de sua autoria, aprovado por Comissão Científica, em Eventos Científicos – 20 horas por trabalho publicado.	40
04	Participação, como Voluntário, em Comissões Organizadoras de Eventos – quatro horas por participação – máximo de 20 horas.	20

ANEXO B – REGULAMENTO DAS ACEX

**REGULAMENTO DAS ATIVIDADES DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA – ACEX DO CURSO DE PEDAGOGIA - EAD (UNIR), PORTO VELHO**

Art. 1º O presente Regulamento estabelece as Normas e os Procedimentos para a Proposição, a Aprovação, o Registro, a Execução e o Acompanhamento das Atividades de Extensão Universitária (ACEX), do curso de Pedagogia, na modalidade a distância da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Campus de Porto Velho, com base na Instrução Normativa/PROCEA/PROGRAD nº 2, de 12 de novembro de 2021 e Resolução/CONSUN nº 349, de 06 de setembro de 2021, que regulamenta a curricularização das atividades de extensão na UNIR.

Art. 2º Entende-se por Extensão Universitária todo processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a construção do conhecimento com base no tripé ensino, pesquisa e extensão, perfazendo a relação entre a teoria e prática.

Art. 3º A curricularização das Atividades de Extensão é um componente obrigatório do Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia-EAD/UNIR/Porto Velho, e compõem-se de 340 (trezentos e quarenta) horas, em cumprimento ao percentual mínimo de 10% (dez por cento) da carga-horária total do curso, em atendimento à legislação mencionada no art. 1º, deste regulamento, devendo ser realizadas por meio de programas, projetos de extensão, cursos e eventos.

Parágrafo único: O discente que não cumprir a respectiva carga horária de ACEX, ficará impossibilitado de colar grau, por ausência do cumprimento do componente curricular obrigatório.

Art. 4º As atividades de extensão do curso de Pedagogia serão previstas institucionalmente em programas estruturados ou por projetos, classificados em áreas de conhecimento, tendo por base as definidas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e de acordo com o objeto ou assunto focado na ação pelas seguintes áreas temáticas:

I – Formação de professores;

II - Cultura;

III - Direitos Humanos e Justiça;

IV- Educação;

V - Educação Ambiental;

VI - Saúde;

VII – Alfabetização, leitura e escrita;

VIII – Trabalho;

IX – Inclusão Escolar;

X – Tecnologias Educacionais;

XI – Metodologias de Ensino para os anos iniciais do Ensino Fundamental;

XII – Formação continuada de professores;

Parágrafo único: Poderão ser oferecidas outras atividades de extensão que não constam no artigo 4º, desde que, aprovadas pelo coordenador do curso e cadastradas nos sistemas da Unir. Atividades de extensão também poderão ser propostas por outras instituições e preferencialmente devem ter um docente ou técnico da universidade como parceiro da ACEX, sendo que a sua convalidação deverá ser aprovada pelo coordenador do curso.

Art. 5º As atividades de extensão serão propostas e coordenadas por docentes ou por servidores técnico-administrativos. A execução compete aos docentes, servidores técnico-administrativos e por discentes, estes últimos, desde que orientados e/ou, supervisionados por docentes ou por técnico-administrativos da UNIR.

Art. 6º As propostas de atividades extensionistas devem ser submetidas via sistema SIGAA ou outro que venha a substituí-lo e aprovadas pela coordenação do curso. Posteriormente, deverão ser encaminhadas à PROCEA, que executará os procedimentos previstos nas normativas pertinentes (RESOLUÇÃO N. 111/2019/UNIR).

Art. 7º As ACEX terão seu registro no SIGAA como “ATIVIDADE AUTÔNOMA”, sendo registrada nos semestres em que sejam ofertadas, conforme a sua inserção na matriz curricular. Para efeito de registro no SIGAA a ACEX ficará disponível no decorrer de todo o percurso formativo para o discente inserir os comprovantes e/ou certificados comprobatórios, em qualquer período, para a convalidação dos certificados das ações de extensão realizadas até a integralização da carga horária total exigida.

Parágrafo Primeiro: Para a creditação das atividades de extensão como ACEX, os discentes deverão ser protagonistas ou participantes ativos em uma ou mais etapas, ou seja, não serão creditadas como ACEX somente a participação passiva de estudantes em eventos ou em cursos como espectadores/ouvintes;

Parágrafo Segundo: para efeito de convalidação das ações de extensão, os certificados serão disponibilizados e cadastrados no SIGAA pelos discentes que fizeram parte da equipe organizadora da ação de extensão, sendo que a emissão é de responsabilidade do responsável pela ação (docente) e/ou emitido pela instituição ofertante;

Parágrafo Terceiro: Para registro no SIGAA ou sistema que venha a substituí-lo, constitui-se em responsabilidade do discente inserir os certificados no SIGAA/Acadêmico para que o docente responsável e/ou coordenador do curso convalide a atividade executada, registrando a respectiva carga horária no componente curricular ACEX, que deverá ser entregue conforme consta na matriz curricular do curso, sendo cadastrado como “ATIVIDADE AUTONOMA”.

Parágrafo Quarto: Após a inserção dos certificados, o coordenador do curso ou docente designado realizará a análise, e em caso de validação, procederá a creditação das ACEX para o discente.

Parágrafo Quinto: Os certificados de extensão para contabilização das horas no componente curricular ACEX diferenciam-se dos certificados para integralização das horas no componente curricular Atividades Complementares (ACC).

Parágrafo Sexto: O discente poderá ser participante ativo em ações de extensão de qualquer curso/departamento acadêmico da UNIR, desde que estejam institucionalizados na PROCEA e aprovados pela coordenação do curso, visando a prática interdisciplinar.

Art. 8º O fluxo da oferta das ACEX'S pelo curso de Pedagogia - EAD seguirão o que consta na Matriz Curricular do curso, podendo o aluno realizar a atividade conforme consta no Parágrafo Sexto, do Art. 7º, sendo de responsabilidade do aluno encaminhar o certificado para convalidação da ACEX, conforme Parágrafo Terceiro, do Art. 7º.

ATIVIDADE DE EXTENSÃO	SEMESTRE	CARGA HORARIA
ACEX 1 – Grupo I (Base Comum)	2º	60
ACEX 2 – Grupo II (Conhecimentos Específicos)	3º	60
ACEX 3 – Grupo II (Conhecimentos Específicos)	4º	60
ACEX 4 – Grupo II (Conhecimentos Específicos)	5º	40
ACEX 5 – Grupo II (Conhecimentos Específicos)	6º	60
ACEX 6 – Grupo II (Conhecimentos Específicos)	7º	60

Parágrafo Primeiro: As propostas de atividades curriculares de ACEX, devem ser homologadas no quadro de horário semestral em reunião do curso de Pedagogia EAD.

Art. 9º Compete a coordenação do curso de Pedagogia - EAD:

I - o planejamento e a oferta de atividades curriculares de ACEX nos semestres previstos no PPC vigente;

II - Orientar os acadêmicos, docentes, técnicos e discentes, sobre este regulamento e a sua operacionalização no decorrer dos semestres.

III - Validação dos certificados inseridos no SIGAA.

IV - Dar publicidade das atividades curriculares de ACEX, homologadas pela coordenação do curso, no quadro de horário semestral do curso de Pedagogia - EAD.

Art. 10º A cada dois semestres, o coordenador do curso designará comissão para realizar avaliação dos resultados das atividades de extensão ofertadas, com fins de aperfeiçoamento.

Art. 11 Os casos omissos serão analisados e deliberados pela coordenação de curso.

Art. 12 O presente Regulamento entra em vigor a partir da aprovação do PPC do Curso de Pedagogia - EAD da Universidade Federal de Rondônia, campus de Porto Velho, sendo parte componente deste, revogando-se as disposições em contrário.

ANEXO C – REGULAMENTO DO TCC

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA**  
**NÚCLEO DE CIÊNCIAS HUMANAS**  
**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO**

**REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC) DO CURSO DE PEDAGOGIA - EAD, LICENCIATURA, DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA (UNIR) – CAMPUS JOSÉ RIBEIRO FILHO, PORTO VELHO-RÓ**

Art. 1º Este Regulamento apresenta orientações para o desenvolvimento Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) no âmbito do Curso de Pedagogia - EAD, da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR) – Campus José Ribeiro Filho, Porto Velho-RO.

**Parágrafo Único:** As orientações contidas nesse Regulamento consideram: as disposições da Resolução CNE/CP nº 1/2006, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura; as disposições do Art. 138 do Regimento Geral da UNIR; o disposto na Resolução Nº 419, de 30 de maio de 2022, que regulamenta o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) nos cursos de graduação da Universidade Federal de Rondônia.

**TÍTULO I**

## DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 2º - No curso de Pedagogia – EAD, o Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) é uma atividade curricular obrigatória e constitui-se requisito complementar para a conclusão do curso de Graduação em Pedagogia - Licenciatura.

O TCC é resultado da integração ensino-pesquisa-extensão e a coordenação do curso a partir de consulta ao NDE poderá optar, a cada entrada de alunos, por uma, dentre as modalidades previstas no Projeto Político-Pedagógico (doravante denominado PPP), que são:

- I. - A produção monográfica;
- II. - A elaboração de relatório científico de pesquisa; III - A elaboração do projeto de inovação;

IV – Publicação de artigo em revista científica de qualis A ou B;

V – Produção de material didático;

**Parágrafo Único:** A definição da modalidade de TCC poderá ser precedida por consulta aos estudantes ingressantes, mas a decisão final sobre a modalidade a ser adotada será da Coordenação do curso a partir de consulta ao NDE.

Art. 3º - O Trabalho de Conclusão de Curso deverá propiciar aos estudantes do Curso de Pedagogia - EAD a possibilidade de demonstrar o aprofundamento temático, o estímulo à produção científica, à consulta de bibliografia especializada e ao aprimoramento da capacidade de interpretação e crítica da Ciência da Educação.

Art. 4º - Preferencialmente poderá apresentar o TCC o aluno que tiver concluído todos os créditos de disciplinas, cumprido o estágio e comprovado a participação em cem (100) horas de Atividades Complementares validadas por docente responsável.

## TÍTULO II DA MONOGRAFIA

Art 5º O TCC, na modalidade Monografia, consiste em uma pesquisa individual ou em dupla, relatada sob a forma de texto monográfico, sob a orientação de docentes do Curso de Pedagogia ou profissional credenciado pelo Departamento de Ciências da Educação para este fim, e deverá ser desenvolvido:

- a partir das experiências da prática pedagógica, das atividades de pesquisa, extensão, ou do estágio supervisionado integrado;
- a partir de projetos de pesquisa cujas temáticas serão definidas dentro da área de conhecimento do curso.

Parágrafo 1º: A Monografia será elaborada considerando-se os critérios para elaboração de TCC definidos e dispostos a partir do Art. 15 deste Regulamento.

## TÍTULO III DO RELATÓRIO DE PESQUISA

Art. 6º O relatório de Pesquisa, neste PPC, constitui, em sua essência, no resultado de pesquisas realizadas no espaço-tempo da educação escolar e especificamente relacionadas com os Anos Iniciais do Ensino Fundamental e formação profissional do docente, sendo que as temáticas serão diretamente relacionadas com o cotidiano educacional no qual a formação desses profissionais está direcionada.

Art.7º Para o desenvolvimento do TCC, na modalidade Relatório de Pesquisa, o estudante poderá:

- I. Coletar e analisar dados que favoreçam o conhecimento e o funcionamento da escola;
- II. Identificar dificuldades encontradas no desempenho do trabalho docente e propor alternativas;
- III. Diagnosticar as dificuldades encontradas na educação no atual contexto;
- IV. Situar-se nas relações do processo de ensino-aprendizagem, observando-o, com o objetivo de compreendê-lo em sua totalidade;

Redimensionar atividades observadas e/ou vivenciadas, oportunizando a produção de conhecimento científico contextualizado;

- V. Vivenciar as relações interpessoais e a ética profissional necessárias a uma profissão qualificada;
- VI. Desenvolver a capacidade do exercício profissional com vistas ao aperfeiçoamento das metodologias operacionais de renovação da prática político-pedagógica;
- VII. Examinar o pluralismo das diversas instituições e preservar o conjunto de valores existentes que favoreçam o crescimento coletivo do profissional docente;
- VIII. Analisar e criticar a situação de espaços educativos exercitando como base o questionamento e a criatividade.

Art. 8º O Relatório de Pesquisa será elaborado considerando-se os critérios para elaboração de TCC definidos e dispostos a partir do Art. 15 deste Regulamento.

## TÍTULO IV DO PROJETO DE INOVAÇÕES PEDAGÓGICAS

Art. 9º O projeto de inovações pedagógicas é um instrumento que cria possibilidades de mudanças concretas na realidade escolar, por imprimir no contexto condições para efetivamente transformar a realidade.

**Parágrafo Único:** A pesquisa participante ou a pesquisa-ação, tipo colaborativa, em que professores, acadêmicos e a comunidade escolar construam juntos soluções para os problemas e neles intervêm, será adotada para o desenvolvimento dessa modalidade de TCC.

Art. 10º Para o desenvolvimento do Projeto de Inovações Pedagógicas serão observadas as seguintes etapas:

- I – Elaboração do Projeto de Diagnóstico do cotidiano escolar;
- II – Desenvolvimento de Pesquisa de campo colaborativa;

- III. - Apresentação e discussão do diagnóstico;
- IV. - Levantamento das atividades a serem realizadas; V - Avaliação e redirecionamento.

Art. 11. Os Projetos de Inovações Pedagógicas poderão abranger uma ou várias áreas diretamente relacionadas com a educação, a saber:

- I – Formação de professores;
- II – Educação de Jovens e adultos – 1º segmento;
- III – Relação escola-família;

- IV.
- V.
- VI.
- VII.

- VIII. - Biblioteca;
- IX. - Distúrbios de Aprendizagem;
- X. - Alfabetização;
- XI. - Educação Ambiental;
- XII. - Outras.

**Parágrafo Único:** A produção de material didático será elaborado considerando-se os critérios para elaboração de TCC definidos e dispostos a partir do Art. 15 deste Regulamento.

## **TÍTULO VI DOS CRITÉRIOS PARA ELABORAÇÃO DO TCC**

Art. 15. Os critérios para elaboração de TCC, apresentados neste regulamento, deverão ser adotados independentemente da modalidade de TCC que o Departamento optar, conforme descritas no Art. 2º e seus incisos.

### **Capítulo I Da Orientação da Produção Acadêmica**

Art. 16. A definição formal da orientação do TCC deverá ocorrer em requerimento encaminhado à coordenação do curso, que levará ao conhecimento e aprovação do Conselho de Departamento.

Art. 17. O aceite da orientação será comprovado pelo documento assinado pelo orientador ao Departamento Ciências da Educação.

Art. 18. Não poderá ultrapassar o número de oito orientações de TCC por professor, devidamente indicados pelo Conselho de Departamento.

Art. 19. A quebra do vínculo de orientação pode ocorrer a qualquer momento, desde que o acadêmico ou o orientador encaminhe novo requerimento solicitando a quebra de vínculo ao Coordenador do curso, que levará ao conhecimento e aprovação do Conselho de Departamento.

### **Capítulo II Da Organização da Produção Acadêmica**

Art. 20. A produção acadêmica deverá ser redigida em correta observância às normas estruturais recomendadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

### **Capítulo III Da Composição das Bancas e da Apresentação do TCC**

Art. 21. O Professor da disciplina que orienta a elaboração do TCC, elaborará o calendário fixando prazos para a entrega do TCC em sua versão preliminar e para a apresentação perante banca examinadora.

Art. 21. O TCC deverá ser enviado em versão digital para a coordenação do curso de Pedagogia – EAD com o aval do orientador, com no mínimo 20 dias de antecedência da data da defesa.

Art. 22. A Banca Examinadora será composta pelo orientador após a entrega à coordenação do curso da versão digital do TCC.

§ 1º. A banca será composta por 3 membros efetivos e um suplente (doutores), deverá fazer parte da banca examinadora pelo menos um membro escolhido entre professores do Curso de Pedagogia - EAD, além do Professor Orientador, que será o Presidente da Banca.

§ 2º. Todos os professores dos Cursos de Pedagogia poderão ser convocados para participarem das bancas examinadoras, preferencialmente, em suas respectivas áreas de atuação.

§ 3º. A banca examinadora executará seus trabalhos com três membros de forma presencial ou remota.

Art. 23. A exposição deverá ser oral e/ou libras, caso necessário, o acadêmico poderá utilizar recursos tais como: slides, transparências, vídeos e outros;

Art. 24. Na defesa, o acadêmico terá até 20 (vinte) minutos para apresentar seu trabalho e cada componente da banca examinadora até 10 (Dez) minutos de arguição e o acadêmico mais cinco (05) minutos para resposta a cada membro da banca.

### **Capítulo IV Da Avaliação do TCC**

Art. 25. A atribuição das notas dá-se após o encerramento da etapa de arguição, obedecendo ao sistema de notas individuais por examinador, considerando o texto escrito e a sua exposição oral.

§ 1º. Após a arguição do acadêmico, a banca examinadora reunir-se-á para a avaliação.

§ 2º. A nota final do acadêmico é o resultado da média das notas atribuídas pelos membros da banca examinadora.

§ 3º. A leitura do resultado da avaliação e a correspondente ata serão públicas.

§ 4º. Para aprovação o acadêmico deverá obter nota igual ou superior a sessenta (60) na média aritmética das notas individuais atribuídas pelos membros da banca examinadora, tanto na exposição oral quanto escrita.

Art. 26. O aluno reprovado pela Banca Examinadora terá que proceder as alterações necessárias e reapresentar o TCC em nova banca examinadora, o que implica em não concluir o curso até sua aprovação.

§ 1º - O aluno reprovado poderá apresentar recurso, no prazo de cinco (05) dias corridos, a contar da data de entrega do resultado oficial da reprovação pela Banca Examinadora, a Coordenação do curso e em segunda instância, ao Departamento de Ciências da Educação.

§ 2º - O prazo para análise do recurso pela coordenação do Curso será de cinco (05) dias corridos.

§ 3º - O recurso deve apresentar justificativa circunstanciada, e, se aceite, implica na constituição de nova Banca Examinadora, escolhida pelo coordenador do curso, com três membros, com titulação mínima de doutor, que procederá a reavaliação do trabalho inicialmente apresentado.

Art. 27. A avaliação final deverá ser registrada em ata e assinada por todos os membros da banca examinadora.

Art. 28. Após a defesa o acadêmico deverá enviar em formato digital para a coordenação do curso, no prazo de quinze dias a versão final do TCC, com a respectiva ficha catalográfica.

Art. 29. O acadêmico que não comparecer ou participar para a apresentação oral do TCC, conforme data previamente marcada para apresentação, ou não entregar a versão final do mesmo dentro dos prazos previstos neste regulamento, sem motivo justificado na forma da legislação em vigor, estará automaticamente reprovado.

Art. 30. A entrega final do TCC não implica na integralização do curso e na diplomação do aluno.

### **Capítulo V Das atribuições do professor orientador**

Art. 31 – São atribuições do professor orientador do TCC:

- I. Indicar referências bibliográficas para a fundamentação do tema a ser pesquisado e desenvolvido, orientando o acadêmico e fornecendo subsídios para a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso;
- II. Acompanhar, avaliar e informar o acadêmico quanto ao seu desempenho durante o processo, valendo-se do relatório intermediário e contatos mantidos;
- III. Elaborar o plano semestral de TCC por acadêmico ou grupo, no qual deverão constar as informações sobre todos os trabalhos em andamento e prazos fixados para o referido semestre;
- IV. Orientar, acompanhar e avaliar a execução/redação do relatório de conclusão, garantindo a qualidade do conteúdo com fundamentação e rigor científico, promovendo e registrando as ações;
- V. Manter o Coordenador do curso informado acerca de quaisquer irregularidades ou obstáculos que porventura venham ocorrer na condução das atividades;
- VI. Orientar e divulgar oportunidades e campos para TCC;
- VII. Assegurar de que no final do processo o acadêmico esteja apto a defender seu trabalho em banca examinadora;

- VIII. Organizar e coordenar as bancas examinadoras de TCC, auxiliando na escolha de seus componentes;
- IX. Acompanhar o fechamento das atividades do TCC, assegurando os registros acadêmicos obrigatórios;
- X. Participar das bancas examinadoras de seus orientandos e na de outros acadêmicos quando convidado;
- XI. Encaminhar para a coordenação do curso os casos de não cumprimento pelo acadêmico das atividades relacionadas ao TCC;
- XII. Resolver, juntamente com a coordenação do curso, os casos omissos tomando as medidas necessárias no âmbito de sua competência, para efetivo cumprimento das regras do TCC.

## Capítulo VI Das Atribuições dos Acadêmicos

Art. 32 – Ao acadêmico compete:

- I. Conhecer e observar o Regulamento Geral do TCC do Curso de Pedagogia e o Regulamento da UNIR;
- II. Efetuar a matrícula no TCC;
- III. Acatar as orientações advindas do Professor Orientador, assim como as recomendações quanto às normas de realização das atividades do TCC;
- IV. Comparecer com assiduidade aos locais de atividades de TCC, nos dias e horários previstos, mantendo os encontros com o Professor Orientador;
- V. Elaborar, desenvolver e apresentar o projeto das atividades de TCC de acordo com as normas do Curso de Pedagogia;
- VI. Manter sigilo sobre as informações confidenciais durante o TCC;
- VII. Observar conduta profissional em qualquer situação e atividade do TCC;
- VIII. Entregar os relatórios de acordo com as normas para apresentação de Relatórios Técnico-Científicos, atendendo as datas determinadas para a entrega destes;
- IX. Acatar o parecer avaliativo do Professor Orientador quanto ao desempenho das atividades;
- X. Informar a coordenação do curso qualquer problema que leve a prejudicar as atividades do TCC;
- XI. Comparecer e/ou participar remotamente em dia, hora e local determinado para apresentação e defesa de seu trabalho (retratado em relatório de conclusão) em banca examinadora.

Art. 33. Este Regulamento entra em vigor na data de sua aprovação pelo Departamento do Curso de Pedagogia, revogando todas as demais disposições existentes sobre a matéria no âmbito do Curso de Pedagogia - EAD, Licenciatura.

Art. 34. Os casos omissos neste Regulamento serão resolvidos, em primeira instância pela coordenação do curso de Pedagogia – EAD e em segunda instância, pelo Departamento de Ciências da Educação.

### DOCUMENTO ELABORADO PELO NDE/PEDAGOGIA /EAD



Documento assinado eletronicamente por **GUILHERME MENDES TOMAZ DOS SANTOS, Docente**, em 26/01/2023, às 15:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.unir.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.unir.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1231840** e o código CRC **55FECB03**.



MINISTERIO DA EDUCAÇÃO  
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA  
CONSELHO SUPERIOR ACADÊMICO  
RESOLUÇÃO Nº 507, DE 06 DE MARÇO DE 2023

Laboratório de Microscopia (LAM), vinculado  
ao *Campus* de Presidente Médici.

O Conselho Superior Acadêmico (CONSEA), da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), no uso de suas atribuições e considerando:

- Processo 23118.014109/2022-26;
- Parecer 63/2022/CAMGR/CONSEA/CONSUN/SECONS/REI/UNIR, do conselheiro Ariel Adorno de Sousa (1165863);
- Deliberação na 220ª sessão extraordinária da Câmara de Graduação (CGR) CONJUNTA com a 103ª sessão extraordinária da Câmara de Pós-Graduação (CPG), em 16/02/2023 (1255226);
- Homologação pela Presidência do CONSEA (1255858);
- Deliberação na 136ª sessão ordinária do CONSEA, em 27/02/2023 (1261312).

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Institucionalizar o Laboratório de Microscopia (LAM), vinculado ao *Campus* de Presidente Médici.

**Art. 2º** Aprovar seu regimento, nos termos do anexo.

**Art. 3º** Esta Resolução entra em vigor em 01/04/2023.

Conselheira Marcele Regina Nogueira Pereira  
Presidente do CONSEA



Documento assinado eletronicamente por **MARCELE REGINA NOGUEIRA PEREIRA, Reitora**, em 16/03/2023, às 17:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.unir.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.unir.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1272258** e o código CRC **AAD3312B**.

**ANEXO I À RESOLUÇÃO 507/2023/CONSEA, DE 06 DE MARÇO DE 2023**

**REGIMENTO INTERNO DO LABORATÓRIO DE MICROSCOPIA (LAM) DO CAMPUS DE PRESIDENTE MÉDICI****Microbiologia, Parasitologia, Citologia, Histologia e Embriologia e Afins****CAPÍTULO I****DA NATUREZA E SEUS FINS**

**Art. 1º** O Laboratório de Microscopia (LAM) está vinculado ao *Campus* de Presidente Médici e regido pelo presente regimento.

**Art. 2º** O LAM tem como finalidade:

I - Atender às atividades docentes e de pesquisas dos cursos de graduação do *Campus* de Presidente Médici nas áreas de ciências biológicas, agrárias e afins, que envolvam microscopia;

II - Favorecer o desenvolvimento de técnicas experimentais e de instrumentação modernas, visando o suporte aos cursos do *Campus*;

III - Contribuir na construção e na formação integral de capacidades humanas;

IV - Propiciar apoio às atividades que visem à melhoria acadêmica e científica, conforme os Referenciais Curriculares Nacionais dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura, do Ministério da Educação/Secretaria de Educação Superior, e em consonância com as necessidades regionais;

V - Oferecer condições favoráveis à interdisciplinaridade para melhoria do ensino, pesquisa e extensão, contribuindo para o desenvolvimento agropecuário na Amazônia Brasileira.

**Parágrafo único.** O laboratório prestará especial atendimento nos horários de aulas práticas das disciplinas vinculadas ao mesmo.

**CAPÍTULO II****DA ESTRUTURA FÍSICA**

**Art. 3º** O LAM compõe a estrutura existente no *Campus* de Presidente Médici, na Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), correspondendo ao Laboratório número 4, dentre os cinco laboratórios destinados principalmente a atividades didático-pedagógicas, localizando-se no edifício de laboratórios, com área total de 7,0 x 7,0 m<sup>2</sup>, incluindo dois ambientes internos, sendo um destinado às atividades de docência e de pesquisa, e o outro, uma sala conjugada destinada ao atendimento de usuários, armazenamento de insumos, entre outros.

**CAPÍTULO III****DA SUPERVISÃO**

**Art. 4º** O LAM será supervisionado pela Comissão de Gestão e Supervisão, sendo esta composta por 02 (dois) docentes do *Campus* de Presidente Médici, indicada pela chefia imediata, com validade pelo período de dois anos, sendo a convalidação dos nomes dos membros desta comissão realizado pelo Conselho de Campus (CONSEC-PM).

**§ 1º** Compete à Comissão de Gestão e Supervisão, planejar, organizar, dirigir, coordenar e controlar as atividades existentes no Laboratório.

**§ 2º** São atribuições da Comissão de Gestão e Supervisão do LAM:

I - Zelar pelo cumprimento das finalidades do laboratório;

II - Acompanhar e supervisionar as atividades desenvolvidas no laboratório, responsabilizando-se pelo uso adequado e pela conservação dos bens patrimoniais destinados as suas atividades;

III - Fornecer parecer sobre a viabilidade de execução de projetos e atividades de ensino, pesquisa e extensão no laboratório;

IV - Controlar a ocupação das dependências do laboratório;

V - Representar o laboratório, quando solicitado;

VI - Elaborar todos os relatórios pertinentes à utilização do laboratório e encaminhá-los aos órgãos competentes;

VII - Analisar as solicitações de empréstimo ou transferência de equipamentos e materiais;

VIII - Disponibilizar, sempre que solicitado, o inventário de reagentes e equipamentos pertencentes ao laboratório;

IX - Cumprir e fazer cumprir o presente regimento.

#### CAPÍTULO IV DO MATERIAL PERMANENTE

**Art. 5º** O material permanente do LAM é constituído pelos equipamentos e mobiliário alocados no laboratório e suas dependências, devendo os mesmos estarem registrados no Patrimônio da UNIR e no Registro de Patrimônio do Campus.

#### CAPÍTULO V DO USO DO LABORATÓRIO

**Art. 6º** Cabe aos professores interessados em realizar atividades que demandem uso do LAM apresentar à Comissão de Gestão e Supervisão, no início do semestre, uma solicitação formal, descrevendo todas as atividades que serão desenvolvidas, incluindo datas e horários.

**Art. 7º** Os coordenadores de projetos desenvolvidos no LAM devem apresentar ao Supervisor um plano de trabalho anual das atividades práticas a serem desenvolvidas no período.

**Art. 8º** O LAM não se responsabiliza por objetos pessoais deixados no laboratório.

#### CAPÍTULO VI DOS USUÁRIOS

**Art. 9º** Define-se como usuário, todo e qualquer indivíduo que fará uso das instalações do laboratório, com a finalidade de desenvolver atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão.

**Art. 10** São usuários do LAM:

I - Servidores Técnicos Especializados, lotados no *Campus* de Presidente Médici;

II - Servidores Docentes, lotados no *Campus* de Presidente Médici;

III - Alunos de graduação, regularmente matriculados na UNIR, que desenvolvem atividades curriculares e extracurriculares de ensino, pesquisa e extensão, nas áreas congregadas no LAM, mediante solicitação do professor orientador, através do Formulário de reserva (Anexo II), junto à Comissão de Gestão e Supervisão do LAM;

IV - Alunos de pós-graduação, regularmente matriculados na UNIR, que desenvolvem atividades de pesquisa, nas áreas congregadas no LAM, mediante solicitação do professor orientador, através do Formulário de reserva (Anexo II), junto à Comissão de Supervisão do LAM.

**Parágrafo único.** O docente de outra unidade da UNIR ou de outras Instituições que porventura queira fazer uso do LAM, para qualquer atividade docente e experimental, deverá encaminhar solicitação formal à Comissão de Gestão e Supervisão do laboratório para deliberação, que será convalidada no Conselho do *Campus* de Presidente Médici e, após a autorização nestas instâncias, o docente solicitante ficará sob jurisdição deste regulamento.

**Art. 11** No início de cada semestre letivo, a Comissão de Gestão do LAM entregará à direção de campus a Lista de usuários regulares do laboratório (Anexo VIII) para o semestre em curso, que deverá ser fixada em local de fácil identificação.

**Parágrafo único.** A comissão manterá essa lista atualizada para que a vigilância possa controlar o acesso das pessoas que estão utilizando as dependências do LAM.

**Art. 12** Ao Servidor Técnico Especializado compete:

I - Zelar pelo funcionamento e pela organização do laboratório;

II - Supervisionar e orientar o uso correto de equipamentos de segurança;

III - Zelar pela conservação e pelo uso adequado do patrimônio do laboratório;

IV - Fiscalizar e controlar o uso de materiais de consumo utilizados durante as aulas práticas;

V - Administrar as reservas de horário para atividades no laboratório;

VI - Efetuar testes prévios em experiências a serem desenvolvidas pelos discentes, quando necessário;

VII - Acompanhar as atividades desenvolvidas por estagiários de graduação e alunos de pós-graduação;

VIII - Permitir a operação de equipamentos por usuários após verificar a sua capacitação técnica.

**Art. 13** Ao Servidor Docente autorizado compete:

- I - Definir, encaminhar, orientar e acompanhar as atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas no laboratório;
- II - Utilizar o laboratório para o desenvolvimento de atividades práticas e experimentais, observando o Plano de Aula semestral da disciplina ministrada previamente elaborado e aprovado pelo Departamento de origem;
- III - Entregar o Plano de Atividades a serem desenvolvidas no laboratório (com discriminação e cronograma das atividades práticas) para a Comissão de Gestão e Supervisão do LAM, impreterivelmente na primeira semana letiva de cada semestre;
- IV - No decorrer do semestre letivo, seguir as seguintes etapas descritas a seguir:
  - a) Requisitar, através do Formulário de Protocolo de Experimento (Anexo VI), a preparação das aulas práticas, com a antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis;
  - b) Informar, através de despacho, qualquer alteração no cronograma semestral de aulas práticas, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis;
  - c) Informar imediatamente, através de despacho, qualquer cancelamento ou substituição de usuários, sob sua orientação.
- V - Para os casos não previstos no referido cronograma semestral será necessário realizar reserva antecipada, através de despacho, com antecedência mínima de 07 (sete) dias úteis;
- VI - Orientar o destino final para os resíduos produzidos, seguindo as orientações da Comissão de Ética e Biossegurança desta IFES e a legislação pertinente para este descarte durante a realização da aula prática, não permitindo o descarte de substâncias agressivas ao meio ambiente em locais inadequados, devendo encaminhá-los para catalogação e acondicionamento, de acordo com normas técnicas;
- VII - Utilizar e exigir dos alunos o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e dos Equipamentos de Proteção Coletiva (EPCs), atendendo às normas de segurança adotadas pela UNIR;
- VIII - Responsabilizar-se pelo zelo e integridade dos equipamentos durante a realização das atividades acadêmicas no laboratório;
- IX - Comunicar à Comissão de Gestão e Supervisão do laboratório eventuais irregularidades através do Formulário de não conformidade (Anexo VII).

**Art. 14** Ao aluno autorizado compete:

- I - Zelar pelo patrimônio dos laboratórios;
- II - Ater-se ao espaço designado a realização dos experimentos, não interferindo na integridade ou funcionamento de equipamentos ou instalações alheias aos interesses específicos;
- III - Utilizar os equipamentos de proteção individual (EPI's) e coletivo (EPC's), necessários na realização dos procedimentos;
- IV - Comunicar formalmente eventuais indícios de irregularidades ao Docente Orientador.
- V - Não descartar substâncias agressivas ao meio ambiente junto à rede de esgotos ou em locais inadequados;
- VI - Atender as normas de segurança adotadas pela UNIR;
- VII - Responsabilizar-se pela limpeza e organização do material utilizado na atividade;
- VIII - Os alunos bolsistas deverão:
  - a) Organizar um cronograma de atividades juntamente com o professor orientador e com o Servidor Técnico Especializado responsável pelo laboratório;
  - b) Informar ao Servidor Técnico Especializado, a conclusão do estágio/pesquisa/extensão, fazendo a devida devolução de possíveis materiais individuais utilizados.

**Art. 15** O usuário deverá comunicar imediatamente ao Servidor Técnico Especializado, qualquer anormalidade constatada durante a utilização de equipamentos.

**Art. 16** Cabe ao usuário o conhecimento das normas gerais e específicas do laboratório.

**Art. 17** Ao utilizar um equipamento, o usuário deve estar familiarizado com a sua operação, procurando orientação sobre o mesmo nos Procedimentos de Operação Padrão (POP's) ou manuais dos respectivos equipamentos.

**§ 1º** Os seguintes equipamentos de segurança devem estar ao alcance de todos os que trabalham no laboratório e o Responsável pelo Laboratório deve certificar-se de que o usuário saiba usá-los:

- I - Extintores de incêndios;
- II - Chuveiro de emergência e lavador de olhos;
- III - Aventais e luvas de PVC contra produtos corrosivos;
- IV - Protetores faciais (máscaras e óculos de segurança) e máscara contra gases.

**§ 2º** O usuário deve usar roupas adequadas como calças compridas, sapatos fechados, EPI's e avental, que deve ser de manga comprida e abotoado.

**§ 3º** O usuário deve zelar por sua segurança pessoal, sendo necessárias medidas que evitem acidentes, como por exemplo, não usar cabelos soltos dentro do laboratório.

**Art. 18** Não é permitido ao usuário:

I - Alterar configuração e/ou calibração de equipamentos sem a prévia consulta ao Servidor Técnico;

II - Retirar equipamentos e material de consumo das dependências do laboratório sem a autorização ao Servidor Técnico;

III - Remover equipamentos do local de utilização, dentro do próprio laboratório sem prévia autorização do Servidor Técnico;

IV - Manusear de forma inadequada os equipamentos, sob o risco de penalidades, desde que comprovada sua responsabilidade;

V - Ligar equipamentos elétricos sem antes verificar a voltagem correta;

VI - Consumir alimentos ou bebidas nos laboratórios.

**Art. 19** As pessoas assim autorizadas deverão ser informadas a respeito do regimento do laboratório, usar os mesmos tipos de proteções utilizadas pelas pessoas que trabalham no laboratório e estarem cientes dos riscos existentes no local.

**Art. 20** Não será permitida a permanência de pessoas não autorizadas nas dependências do LAM.

## CAPÍTULO VII

### DAS REGRAS DE FUNCIONAMENTO DO LABORATÓRIO

**Art. 21** A utilização do LAM para aulas de demonstração ou aulas práticas deverá seguir o plano semestral apresentado à Comissão de Gestão e Supervisão.

**Parágrafo único.** Em caso de mudança de datas ou cancelamento das aulas práticas, o professor deve informar a Comissão de Gestão e Supervisão com pelo menos 24 horas de antecedência.

**Art. 22** A disposição do material permanente do LAM não poderá ser mudada sem autorização prévia da Comissão de Gestão e Supervisão do laboratório.

**Art. 23** O LAM deverá conter os procedimentos operacionais padronizados (POPs) relativos ao uso de equipamentos e procedimentos expostos em locais adequados.

**Art. 24** Cabe ao Supervisor do LAM tomar as medidas necessárias para a reparação ou substituição/reposição de equipamentos didáticos defeituosos.

**Art. 25** As chaves do LAM ficarão disponíveis aos usuários, em um quadro apropriado, em local a ser definido pela direção do *Campus*.

**Parágrafo único.** Cópias de todas as chaves do LAM pertencentes ao *Campus* de Presidente Médici deverão estar sob responsabilidade da Chefia de Serviços Gerais para casos de emergência.

**Art. 26** O horário regular de funcionamento do LAM obedecerá, prioritariamente, o horário de funcionamento do *Campus* de Presidente Médici, que funcionará em consonância com os horários letivos.

**§ 1º** Na ausência de atividades no LAM, o mesmo deverá permanecer trancado, sendo este um dever de sua Comissão de Supervisão.

**§ 2º** Quando do desenvolvimento de atividades fora do horário de funcionamento do *Campus* de Presidente Médici, a responsabilidade pelas chaves e respectivo trancamento da sala será do servidor docente, que imediatamente deverá devolver a chave em local previamente determinado pela Comissão de Gestão e Supervisão;

**Art. 27** Todas as atividades desenvolvidas no LAM deverão ser previamente agendadas, obedecendo aos encaminhamentos previstos neste regimento.

**§ 1º** A utilização das dependências dos laboratórios, bem como de equipamentos e de material de consumo com a finalidade de desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão, deve ser vinculada, necessariamente, a um Servidor Docente da UNIR, que encaminhará solicitação, através do Formulário de reserva (Anexo II) para a Comissão de Gestão e Supervisão, responsabilizando-se por qualquer dano ou contratempo que porventura possa ocorrer.

**§ 2º** No ato do agendamento o usuário deverá apresentar o planejamento das atividades a serem desenvolvidas naquele período, informando quais os equipamentos, materiais de consumo, atividade a ser realizada e o tempo de utilização.

**Art. 28** No LAM deverá existir um livro de ocorrência, onde será registrada pelo Servidor Técnico Especializado qualquer anormalidade observada durante o período de funcionamento.

**Parágrafo único.** Caso haja algum registro de dano ou avaria de materiais e/ou equipamentos, o fato deverá ser comunicado imediatamente à Comissão de Supervisão do laboratório.

**Art. 29** Todas as atividades desenvolvidas por discentes no LAM deverão ser acompanhadas pelo respectivo professor orientador.

**Art. 30** O empréstimo ou a transferência de equipamentos e de materiais só poderá ser feito mediante solicitação em formulário específico (Anexos III a V), com 05 dias úteis de antecedência, sujeito a aprovação pela Comissão de Gestão e Supervisão do LAM e do Conselho do *Campus*;

**§ 1º** A transferência de equipamentos e materiais entre os laboratórios do *Campus* dar-se-á mediante aprovação da Comissão de Supervisão do LAM, com anuência do Conselho de *Campus*;

**§ 2º** O empréstimo de equipamentos e materiais para atividades de ensino, dentro ou fora do espaço físico do *Campus* de Presidente Médici, só será permitido mediante autorização da Direção do *Campus* de Presidente Médici.

**§ 3º** O empréstimo de equipamentos e materiais para atividades de extensão, dentro ou fora do espaço físico do *Campus* de Presidente Médici só será permitido mediante autorização da Direção do *Campus* de Presidente Médici.

**Art. 31** Os usuários são responsáveis por deixarem o laboratório devidamente organizado ao final da atividade, sendo necessário observar se as bancadas estejam limpas e secas, se o material utilizado esteja devidamente lavado e guardado nos respectivos locais, se os armários estejam fechados e o resíduo esteja colocado em recipientes adequados.

**§ 1º** Quando da atividade, os usuários deverão rotular imediatamente qualquer reagente, solução preparada ou amostras coletadas com os seguintes dados:

- a) Nome do conteúdo;
- b) Nome do usuário que preparou;
- c) Data.

**§ 2º** Após o uso, o usuário deverá colocar todo o material de vidro no local previamente indicado na área do laboratório; a

**§ 3º** Ao descartar caco de vidro ou vidraria, não jogar em recipiente de lixo, mas sim em um recipiente preparado para este fim;

**§ 4º** Não deixar equipamentos elétricos ligados no laboratório fora do horário de expediente, mas em caso de necessidade e após autorização formal da Comissão de Supervisão do Laboratório, o usuário deverá anotar no livro de avisos e identificar o equipamento com etiqueta de fácil visualização, contendo nome e período de utilização.

**Art. 32** A rotina diária do LAM ficará a cargo do Servidor Técnico Especializado supervisionado pela Comissão de Supervisão do laboratório.

## CAPÍTULO VIII DAS PENALIDADES

**Art. 33** No caso de danos, destruição, impedimento da utilização de equipamentos do laboratório ou infração ao estabelecido neste Regimento, a Comissão de Gestão e Supervisão do laboratório deverá comunicar imediatamente o fato à Direção do *Campus* de Presidente Médici para a devida apuração de responsabilidade e possíveis sanções aos infratores, de acordo com a legislação pertinente.

## CAPÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 34** Os casos omissos neste regimento serão resolvidos por deliberação do CONSEC-PM.

### **ANEXO II À RESOLUÇÃO 507/2023/CONSEA, DE 06 DE MARÇO DE 2023** **LABORATÓRIO DE MICROSCOPIA**

#### **FORMULÁRIO DE RESERVA**

Laboratório: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Solicitante: \_\_\_\_\_

RESERVA DE HORÁRIOS

HORÁRIO	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SAB	DOM
07:00 às 08:00h							
08:00 às 09:00h							
09:00 às 10:00h							
10:00 às 11:00h							
11:00 às 12:00h							
12:00 às 13:00h							
13:00 às 14:00h							
14:00 às 15:00h							
15:00 às 16:00h							
16:00 às 17:00h							
17:00 às 18:00h							
18:00 às 19:00h							
19:00 às 20:00h							
20:00 às 21:00h							
21:00 às 22:00h							

**PARECER DO SUPERVISOR DOS LABORATÓRIOS**

Deferido ( ) Indeferido ( )

JUSTIFICATIVA:

---



---



---

Presidente Médi, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

---

 Comissão de Gestão e Supervisão

**ANEXO III À RESOLUÇÃO 507/2023/CONSEA, DE 06 DE MARÇO DE 2023**  
**LABORATÓRIO DE MICROSCOPIA**

**REGISTRO DE EMPRÉSTIMO OU TRANSFERÊNCIA TEMPORÁRIA DE EQUIPAMENTO****SOLICITAÇÃO - EMPRÉSTIMO TRANSFERÊNCIA INTERNA**

Nome: \_\_\_\_\_

Matrícula:

Função/Cargo: \_\_\_\_\_

Centro:

Equipamento: \_\_\_\_\_

Destino: \_\_\_\_\_

Data para devolução: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Justificativa: \_\_\_\_\_

Autorizo o discente, \_\_\_\_\_, Matrícula nº \_\_\_\_\_,  
 a retirar o equipamento acima descrito, estando ciente de toda a minha

responsabilidade.

Presidente Médi, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Servidor Docente*PARECER DO SUPERVISOR DOS LABORATÓRIOS*

Deferido ( ) Indeferido ( )

JUSTIFICATIVA:

\_\_\_\_\_  
Presidente Médi, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_\_\_\_\_  
Comissão de Gestão e Supervisão**ANEXO VI À RESOLUÇÃO 507/2023/CONSEA, DE 06 DE MARÇO DE 2023***AUTORIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMO*

Autorizo o docente, \_\_\_\_\_ SIAPE \_\_\_\_\_, a retirar o equipamento acima descrito, estando ciente de toda a minha responsabilidade.

\_\_\_\_\_  
Presidente Médi, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_\_\_\_\_  
Direção de *Campus**DESCRIÇÃO DO EQUIPAMENTO – SAÍDA*

Equipamento:

\_\_\_\_\_  
Modelo: \_\_\_\_\_ Nº Série: \_\_\_\_\_ Nº Tombo: \_\_\_\_\_

Laboratório:

\_\_\_\_\_  
Condições \_\_\_\_\_ do \_\_\_\_\_ Equipamento: \_\_\_\_\_

Retirado por: Discente ( ) Servidor ( )

Nome: \_\_\_\_\_ Matrícula: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Presidente Médi, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

## Comissão de Gestão e Supervisão

**ANEXO V À RESOLUÇÃO 507/2023/CONSEA, DE 06 DE MARÇO DE 2023***DESCRIÇÃO DO EQUIPAMENTO – RETORNO*

Equipamento:

Modelo: \_\_\_\_\_ Nº Série: \_\_\_\_\_ Nº Tombo: \_\_\_\_\_

Laboratório: \_\_\_\_\_

Condições \_\_\_\_\_ do \_\_\_\_\_ Equipamento: \_\_\_\_\_

Devolvido por: Discente ( ) Servidor ( )

Nome: \_\_\_\_\_ Matrícula: \_\_\_\_\_

Presidente Médi, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Comissão de Gestão e Supervisão

**ANEXO VI À RESOLUÇÃO 507/2023/CONSEA, DE 06 DE MARÇO DE 2023****LABORATÓRIO DE MICROSCOPIA****FORMULÁRIO DE PROTOCOLO DE EXPERIMENTO**

Laboratório: \_\_\_\_\_

Nº \_\_\_\_\_ Discentes: \_\_\_\_\_ Prof.: \_\_\_\_\_

**DADOS DA PRÁTICA**

Nº: \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Início: \_\_\_\_:\_\_\_\_ h Término: \_\_\_\_:\_\_\_\_ h

Turmas: \_\_\_\_\_ Título: \_\_\_\_\_

<b>MATERIAL E EQUIPAMENTOS</b>		
<b>Nº</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>QUANTIDADE</b>
1		
2		
3		
4		
5		

<b>REAGENTES E SOLUÇÕES</b>		
<b>Nº</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>QUANTIDADE</b>
1		
2		
3		
4		
5		

Declaro estar ciente das Normas de Uso e Segurança do Laboratório de Microscopia.

Presidente Médico, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Docente

**ANEXO VII À RESOLUÇÃO 507/2023/CONSEA, DE 06 DE MARÇO DE 2023**  
**LABORATÓRIO DE MICROSCOPIA**

**FORMULÁRIO NÃO CONFORMIDADE**

Laboratório:

Data:

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Usuário:

1

-

Reagentes:

2

-

Equipamentos:

3

-

Materiais/Vidrarias:

Presidente Médico, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



**Normas de biossegurança para o laboratório de Microscopia (LAM):**

- Conversar sempre com o professor ou responsável sobre a experiência a ser realizada. De preferência, ter um roteiro ou guia da aula prática ou atividade. Usar sempre equipamentos de proteção individual (óculos de segurança, luvas, máscaras, etc.) ao manusear produtos tóxicos e/ou corrosivos e sempre que o protocolo a ser seguido os requerer.
- Usar bata de laboratório ou jaleco, abotoado, até os joelhos, preferencialmente de mangas longas e tecido de algodão (não usar nylon ou 100% poliéster); calçados confortáveis, baixos, fechados, preferencialmente de couro ou similar; calça comprida de tecido não inteiramente sintético; evitar uso de short ou bermuda. Manter os cabelos recolhidos (presos ou amarrados). Evitar o uso de lentes de contato, braceletes, correntes ou outros adereços.
- Seguir as instruções para o uso do microscópio e o manejo, ao final de sua utilização.
- Ser cuidadoso e organizado com o material usado nas experiências e nos trabalhos de laboratório. Manter a bancada ou o espaço utilizado em ordem, organizando tudo ao final da atividade prática, tal como encontrado.
- Não usar produto algum que não esteja devidamente rotulado. Jamais levar as mãos à boca ou aos olhos quando estiver manuseando produtos químicos, nem pipetar produto algum com a boca. Lavar sempre as mãos após manusear qualquer produto químico.
- Procurar se informar, junto ao responsável, qual o local correto de descarte dos produtos tóxicos, inflamáveis, malcheirosos, lacrimogêneos, não biodegradáveis, que reagem com água, etc.
- Verificar sempre a toxicidade e a inflamabilidade dos produtos com os quais esteja trabalhando. Não manusear produtos inflamáveis perto de chamas ou fontes de calor. Produtos voláteis e/ou tóxicos devem sempre ser manipulados na capela e em casos especiais, com máscaras de proteção adequadas a cada caso.
- Comunicar ao responsável qualquer irregularidade observada durante a permanência no laboratório (vidraria quebrada ou partida, vazamento de produtos ou gases, etc.)
- Conhecer a localização e os tipos de extintores de incêndio no laboratório, e as saídas de emergências. Certificar-se da localização do chuveiro de emergência, lava-olhos, e suas operacionalizações.
- Não se alimentar no laboratório, nem provar substância alguma. Não se sentar ou debruçar na bancada do laboratório, e nem no piso.
- Lavar as mãos antes de iniciar seu trabalho, entre dois procedimentos, e antes de sair do laboratório.

**Cuidados com o Microscópio:**

- Transportá-lo com ambas as mãos, apoiando a base numa delas e segurando o braço do microscópio com a outra.
- Ao colocá-lo sobre a mesa, mantê-lo a uma distância confiável da borda.
- Evitar molhá-lo ao usar preparações temporárias.
- As lentes são peças muito caras. Para limpá-las, seguir as recomendações passadas pelo responsável da atividade.
- Após a utilização, encaixar a objetiva de menor ampliação alinhada com a ocular; baixar a mesa ou platina, e alinhar o charriot.
- Desligar o microscópio e retirar o plug da conexão de energia.
- Sempre limpar a objetiva de imersão, em caso de seu uso. Utilizar óleo de imersão apropriado.
- Ao final do uso do microscópio, cobri-lo com a capa protetora adequada.